



HOMENAGEM A

José António Ramos-Pinto Rosas

Outono 1996

DOURO 1

ESTUDOS & DOCUMENTOS

**ACTAS DO I ENCONTRO INTERNACIONAL
«HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO NO VALE DO DOURO»**

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

ACTAS DO I ENCONTRO INTERNACIONAL «HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO NO VALE DO DOURO»

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto
■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Com o patrocínio da JNICT

DIRECÇÃO:

Fernando Bianchi de Aguiar (Presidente do Instituto do Vinho do Porto)

Alberto Amaral (Reitor da Universidade do Porto)

José Manuel Gaspar Torres Pereira (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

COORDENADOR:

Gaspar Martins Pereira (Coordenador do Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/FLUP)

CONSELHO DE REDACÇÃO:

António Barreto (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

António Vilela de Matos (Pró-Reitor da Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro/Documentação e Extensão)

Arléte Mendes Faia (Depart. de Indústrias Agro-alimentares/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Aurélio Araújo de Oliveira (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Alberto Brochado de Almeida (Arqueologia/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Carlos Melo Brito (Faculdade de Economia/Universidade do Porto)

Conceição Andrade Martins (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa)

Fernando Bianchi de Aguiar (Instituto do Vinho do Porto/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Francisco Ribeiro da Silva (História Moderna/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

François Guichard (Universidade de Bordéus III/Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia)

Henrique David (História Contemporânea/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Jean Lave (Social & Cultural Studies/Universidade da Califórnia – Berkeley)

João Rebelo (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

José Portela (Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Luís Miguel Duarte (História Medieval/Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Norman R. Bennett (Departamento de História/Universidade de Boston)

Nuno Pizarro de Magalhães (Depart. de Fitotecnia e Eng. Rural/Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Vital Moreira (Faculdade de Direito/Universidade de Coimbra).

SECRETARIADO:

Natália Favrelle Costa, Paula Montes Leal

PROPRIEDADE:

Instituto do Vinho do Porto ■ Universidade do Porto ■ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

EDIÇÃO:

GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto ■ Apartado 1559 ■ 4150 PORTO Codex – PORTUGAL

Telefone e fax.: (02) 6077156

Fotografia da capa: Vindima no Douro. Fotografia de Alvão, ca. 1940 (Col. IVP)

Composição: Edições Afrontamento

Impressão e Acabamento: Rainho & Neves, Lda.

Tiragem: 1200 exemplares

Depósito Legal: 98629/96

ISSN: 0873-3899

© Direitos reservados, de acordo com a legislação em vigor.

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

SUMÁRIO

Editorial 7

Homenagem a José António Ramos-Pinto Rosas 9
Mensagens de: Fernando Bianchi de Aguiar, François Guichard,
João Nicolau de Almeida e Teresa Andresen

Actas do I Encontro Internacional «História da vinha e do vinho no Vale do Douro»

Da Antiguidade à Época Pombalina

O cultivo da vinha durante a antiguidade clássica na região demarcada do Douro. Ponto da situação 21
Carlos A. Brochado de Almeida

Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal do rio Douro 31
Lino Tavares Dias

O Vale do Douro da ocupação tardo-romano aos forais manuelinos: as nossas interrogações 57
Luís Miguel Duarte

As condições da comercialização do vinho no Vale do Douro e na Rioja entre os séculos XII e XV 71
Pascual Martinez Sopena

Fundações religiosas no vale do Douro na Idade Média 85
Vitor Rui Gomes Teixeira

Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna 93
Francisco Ribeiro da Silva

A igreja de Braga e a companhia dos vinhos do Alto Douro 119
Franquelim Neiva Soares

O Douro e o vinho do Porto no século XIX 155
A viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea
Gaspar Martins Pereira

Até à guerra dos dois irmãos, a partir da correspondência comercial de Manuel Pedro Guimarães 167
Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo Graça

O sistema do vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX: guerra e reorganização 181
Norman R. Bennett

Lavradores, exportadores, comissários e capitalistas: os componentes da região do vinho do Porto 201
Paul Duguid

Ética económica em D. Antónia Adelaide Ferreira 225
Henrique Gomes de Araújo

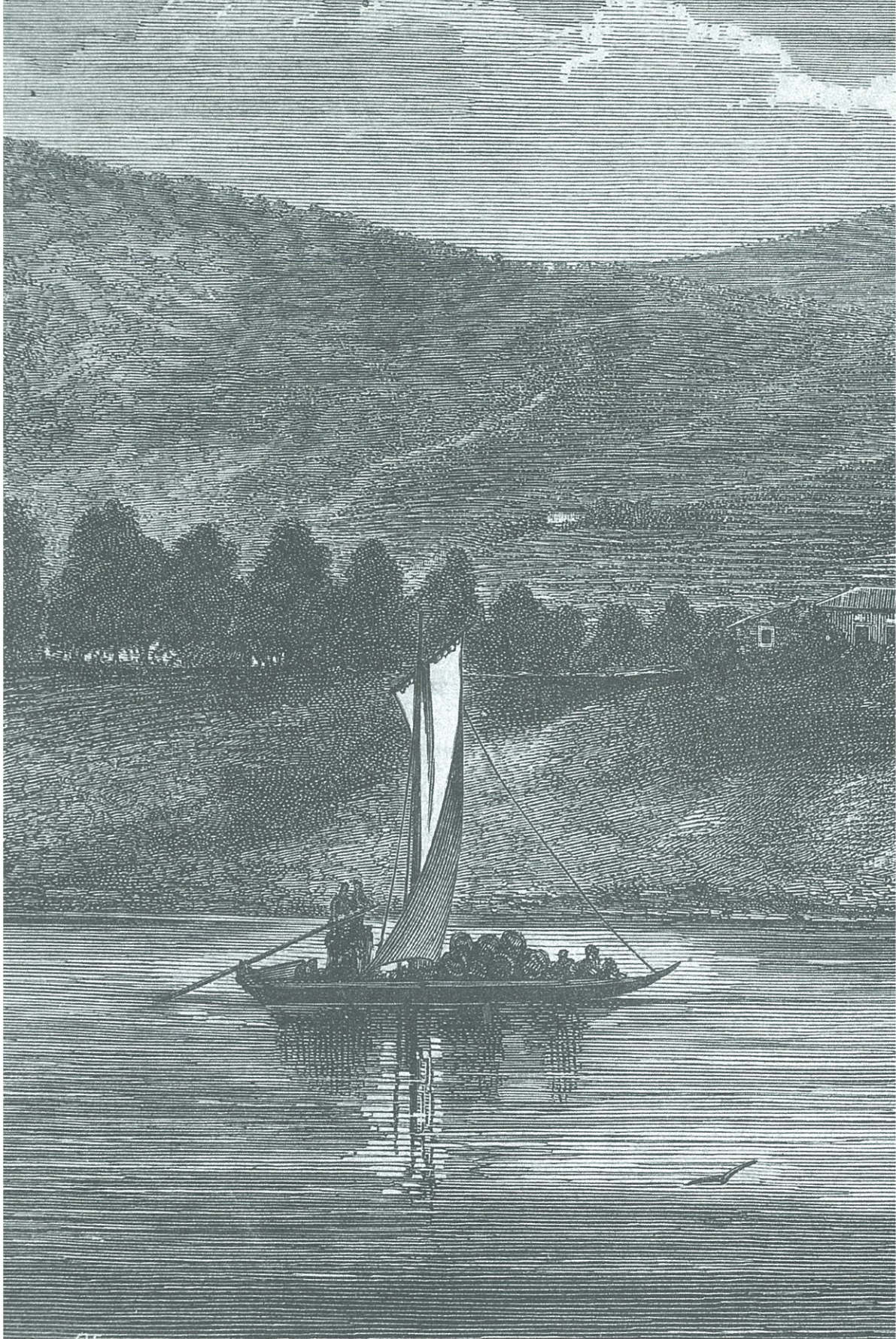
A região do Douro e os seus vinhos na história recente 239
Os tanoeiros e a cascaria de torna-viagem
Carla Maria Sequeira Ferreira

As cooperativas vitivinícolas no contexto económico da região demarcada do Douro 249
João Fernandes Rebelo ■ Alfredo José F. C. Silva

O sector do vinho do Porto numa perspectiva interorganizacional 265
Carlos Melo Brito

A expressão das estruturas de base do comércio do vinho do Porto 273
na vida social da comunidade britânica
Jean Lave

A paz social na agricultura do Alto Douro 287
Jan Willem Bennema



EDITORIAL



Rio Douro junto à Quinta do Vesúvio.
Gravura: J. Pedrozo, 1876.

Há pouco mais de um ano, multiplicávamos contactos e iniciativas em busca de um novo fôlego para a história do Douro e dos seus vinhos. Eram ainda os primeiros passos, mas sabíamos que o nosso trabalho só poderia ter sentido se fosse capaz de ultrapassar o círculo estreito do saber académico, ligando-se à região e ao sector. Trocámos então ideias e entusiasmos com José António Rosas sobre os trabalhos de investigação das várias equipas do GEHVID e sobretudo sobre a criação de novos espaços de divulgação, reflexão e debate em torno das questões durienses: um encontro pluridisciplinar sobre a história da viticultura no vale do Douro e uma revista que, além de divulgar os trabalhos do grupo, se abrisse às colaborações de outras áreas do saber.

José António Rosas falava com paixão da sua nova Quinta da Touriga, ao mesmo tempo que deixava perceber uma profunda amargura pela perda anunciada da Quinta da Ervamoira, que iria ser submersa pelas águas da albufeira do Côa.

Já bastante doente, acompanhou sempre o trabalho e as iniciativas do GEHVID, a cuja Comissão de Aconselhamento Científico pertencia, enviando-nos sugestões e palavras amigas de estímulo.

Já não pôde participar no Encontro sobre história da viticultura duriense em Março passado, nem no lançamento da revista DOURO.

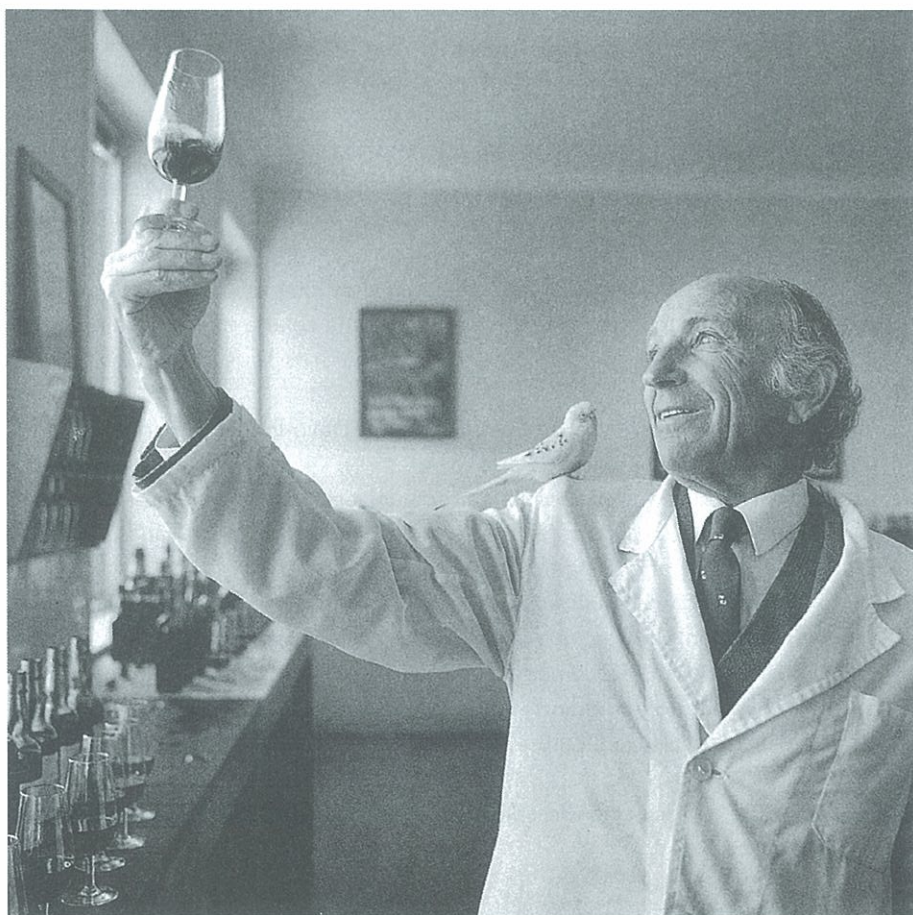
Todos sentimos a sua falta. Porque ele era para todos nós uma referência incontornável, quando se falava do Douro e do vinho do Porto. À sabedoria, que todos lhe reconhecíamos, aliava um sentido poético da vida, a emoção que punha em tudo, a simpatia que irradiava do seu espírito tolerante. Com ele o Douro perdeu um dos seus grandes paladinos contemporâneos. A Quinta da Ervamoira, uma jóia da moderna viticultura duriense, que José António Rosas criou desde 1974, com saber, paixão e arte, continuará, afinal, a evocar para o futuro uma lição de mestre.

Ao iniciarmos agora a publicação das Actas do 1º Encontro Internacional «História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro» na revista DOURO – Estudos & Documentos, dedicamos à sua memória o trabalho realizado. Com saudade e com a certeza de continuarmos a trilhar caminhos que ele nos ensinou. Pelo Douro.

Gaspar Martins Pereira
(FLUP/GEHVID)

HOMENAGEM

José António Ramos-Pinto Rosas



José António Rosas. Foto: Jean-Luc Chapin, in *Saveurs de Porto*, Bordéus, L'Éscampette, 1991.

O Vinho do Porto como qualquer outra Denominação de Origem Vitivinícola é um património colectivo. Não é uma mera indicação geográfica. À marca da natureza associa-se o papel indispensável do Homem. Na sequência do trabalho do rio, que cavou o vale profundo do Douro, o Homem soube magistralmente adaptar as encostas abruptas à cultura da vinha em perfeita e duradoura harmonia com a natureza.

Com três séculos de existência, o Vinho do Porto deve o seu sucesso comercial à criatividade de todos aqueles que ao longo do tempo souberam tomar as medidas adequadas para vencer com êxito graves adversidades. Incluem-se neste rol as pioneiras soluções institucionais, as inovações tecnológicas na cultura da vinha e nos processos de elaboração, aliadas a um profuso acervo legislativo que regulamentou o sector.

Nos nomes daqueles que durante esses três séculos justamente figuraram como os obreiros do Vinho do Porto, inclui-se, sem dúvida, o nome do Senhor José António Ramos-Pinto Rosas.

Amou profundamente o Douro e o Vinho do Porto e contagiou indelevelmente todos os que tiveram o prazer de privar com ele.

Foi pioneiro, criativo e eficaz nos trabalhos que promoveu para a modernização da Viticultura Duriense. Os estudos para a eleição das melhores castas do Vinho do Porto, as novas soluções de implantação das vinhas na encosta com vista à mecanização, a introdução dos enxertos-prontos, a procura de novas áreas de expansão da cultura, são algumas de um sem número de referências possíveis que atestam bem este trabalho.

Serviu devotadamente e quando foi difícil, as instituições do sector, na AEVP e no IVP.

Foi um enólogo ímpar como atestam os excelentes vinhos saídos da sua mão e comercializados pela empresa que dirigia.

Deixou escola, criou a ADVID, onde conseguiu depositar um legado de entusiasmo e de rigor técnico na procura interminável em aperfeiçoar a cultura da vinha na região. Soube procurar na Universidade as parcerias necessárias para os seus objectivos, comprometendo-se igualmente nestes.

Considero-me, modestamente, um seu discípulo. Devo-lhe, em grande parte, o meu interesse pelo Douro e pelo Vinho do Porto.

Aceitei, em 1991, suspender a minha carreira universitária para exercer funções no IVP tendo encontrado na sua dedicação e entusiasmo as motivações necessárias para assumir a presidência do IVP num período particularmente difícil.

Por tudo isso, pela grande amizade e consideração que sempre me ligaram ao Senhor José António Ramos-Pinto Rosas, não posso deixar de me associar a esta homenagem que a *Revista Douro – Estudos & Documentos* decidiu fazer. Terminando, e agora em nome do Instituto do Vinho do Porto, um grande «muito obrigado» pelo papel que desempenhou na defesa e promoção do Vale do Douro e do Vinho do Porto que a história muito justamente irá perpetuar.

Estou certo que, no lugar onde seguramente está, continuará a zelar pelo Vale do Douro e pelo Vinho do Porto.

Fernando Bianchi de Aguiar
(Presidente do Instituto do Vinho do Porto)

Através do tempo o Alto Douro e o vinho do Porto sempre tiveram o estranho e mágico poder de enfeitiçar alguns dos seus apaixonados, conduzindo-os – mercê de uma dedicação exclusiva – a sublimar em génio de ousadia criadora dotes que, noutros sítios e circunstâncias, talvez tivessem passado despercebidos.

Eles formam, através do tempo e em volta do vale, um excepcional colar de paladinos, cuja memória honra todos quantos deles aprenderam a pôr a exigência da máxima qualidade acima de qualquer outra consideração.

D. Antónia Adelaide Ferreira e o barão de Forrester foram dos que souberam assim erguer a bandeira do Douro vinhateiro muito acima de meros interesses mercantis a curto prazo, abrindo-lhe o caminho do futuro e participando de maneira decisiva na metamorfose da sua história em verdadeira epopeia.

Felizmente fizeram émulos. Das gerações mais recentes também surgiram algumas destas figuras, cuja inteligência e profunda rectidão conseguiram ajudar o Douro a encontrar a melhor maneira de aliar o desafio da modernidade com a fidelidade às tradições mais genuínas.

José António Ramos-Pinto Rosas foi talvez o mais puro exemplo destas personalidades emblemáticas, pela sua extraordinária capacidade de irradiar, de convencer, de transmitir. Quem alguma vez teve a sorte de o encontrar e o acompanhar, por pouco que fosse, em Gaia ou no Douro, no Bom Retiro, em Ervamoira e até na sua última e emocionante aventura de criador, a recém-nascida Quinta da Touriga, não pode deixar de o ter para sempre vivo no coração – com imensa saudade, ternura e gratidão.

François Guichard

*(CNRS, Maison des Pays Ibériques, Université de Bordeaux III;
Director do CENPA-Bordéus)*

Ao escrever sobre o meu tio não posso deixar de me lembrar da minha juventude em que ele aparecia, não só para mim como para todos os meus primos, como o tio que gostava de falar de igual para igual connosco e que dava grande atenção aos nossos assuntos, fazendo-nos sentir importantes.

Lá para os anos sessenta o nosso tio solteirão, José António (Tio Tó), comprou um Cadillac cujos vidros abriam automaticamente, assim como a capota. Era um verdadeiro espada americano, uma máquina estonteante para as nossas cabeças. Apercebendo-se dos efeitos produzidos, o Tio Tó resolveu convidar-nos a todos para ir ao Palácio de Cristal andar nos carrinhos de choque. Éramos muitos sobrinhos, nem todos estavam presentes, mas facilmente se encaixaram vinte e dois no famoso Cadillac; metade ia na enorme mala e a outra metade por baixo e por cima dos assentos. Foi uma festa. Às tantas lá chegámos aos carrinhos e o Tio Tó pegou no seu. Mal foi dada a partida, saltámos-lhe todos em cima. Resultado: várias costelas partidas e alguns ferimentos, mas tudo correu bem e o companheirismo foi até ao fim.

Todos os anos, no mês de Setembro, a família ia para a quinta de Ronfe, em Caíde. Éramos muitos. Os pais e os tios iam de carro e as crianças apanhavam o comboio na estação de S. Bento. Era ainda no tempo das máquinas a vapor com carruagens de 1ª, 2ª e 3ª classe. O pessoal que tomava conta de nós, com aflição e alguma autoridade, tentava evitar que alguém se projectasse pelas janelas ou apanhasse alguma faúlha nos olhos.

Mais ou menos duas horas de viagem e chegávamos à estação de Caíde, ponto mais alto da linha do Douro.

A seguir a esta estação o comboio continuava viagem através de um túnel, túnel esse que para mim era o maior dos mistérios – o que haverá do outro lado?

Acomodados na maravilhosa quinta de Ronfe, as brincadeiras e asneiras a fazer eram tantas que o tempo deixava de contar. Contudo havia uma altura em que todos nós ficávamos em transe, à chegada do Tio Tó à quinta. Ia para o Douro, para as terras misteriosas, para além do túnel da estação de Caíde. Durante o jantar não tínhamos acesso à sua conversa. Os nossos avós, pais e tios queriam saber das novidades vitícolas e a criançada espreitava pelas portas e janelas o ambiente festivo. Para nós a festa passar-se-ia no dia seguinte pela manhã, ao pequeno almoço, na sala azul.

Levantávamo-nos cedo e o pessoal ia ver o tio a tomar o pequeno almoço e a contar histórias fabulosas do Douro, dos frutos, das árvores, das vinhas, dos barcos rabelos, etc., cabendo a parte mais importante ao momento de comer a pêra (sua fruta preferida). Havia sempre variedades novas cujos nomes em latim eram pronunciados de uma forma mística e sempre no superlativo. Depois havia as histórias das viagens, sobretudo ao Brasil, em que ele nos ensinava a língua brasileira tal como: «garage do pênico = mesinha de cabeceira» e «pêssol disguicho = bombeiros».

Por vezes, antes de partir, resolvia ir dar um mergulho na piscina, o que para nós era qualquer coisa de espectacular, pela especificidade e particularidade dos seus mergulhos da prancha sendo o mais apreciado o «mergulho de anjo». Com um fato de banho azul punha-se na ponta da prancha, concentrava-se, atirava-se de pernas juntas, braços abertos, cabeça virada para o céu e com uma mola de roupa a apertar a ponta do nariz. Era o máximo... Parecia um pássaro azul. Tenho que usar isto, dizia ele, porque senão entra-me água para o nariz o que me incomoda para as provas dos vinhos, sossegava-nos ele.

Depois era a hora da partida. Os mais velhos ainda dormiam, mas a pequenada, bem atenta, ajudava a meter as malas no carro como se para África o nosso tio fosse. De qualquer forma iria para uma aventura e nós corríamos cerca de 700 metros até ao portão fazendo a guarda de honra e desejando-lhe uma boa estadia para além do túnel da estação de Caíde.

2ª FASE – 1976

Ao chegar dos meus estudos de enologia em Bordéus, procurando trabalho, resolvi tocar à porta do meu Tio José António Rosas, administrador da casa Adriano Ramos-Pinto. A conversa foi curta.

– Oh pá, aqui no Porto não dá muito para conversarmos. E se fôssemos o fim-de-semana ao Douro?

Assim foi. Em dois dias de constantes subidas e descidas ele foi-me mostrando a sua preocupação pela inércia da Região, afligindo-se, corando, gesticulando, chamando de irresponsáveis aos responsáveis. Mostrando-me passo a passo esta videira que estava doente, a outra que coitada tinha morrido e a seguinte que era uma beleza (tinta Barroca a sua preferida), dificilmente avançávamos pois cada videira era um ser vivo individual que teria de ser olhado com todo o carinho e sabedoria.

Perante este quadro não tive hipótese e, evidentemente, alistei-me na sua campanha contra a inércia. O vinho não era a sua preocupação imediata. Era necessário primeiro renovar a vinha, estudar as castas, os porta-enxertos, os sistemas de mecanização, enfim, quase tudo e depressa.

Desde o dia em que entrei, quanto mais fazia mais ele me perguntava. – E se fizessemos mais esta ou aquela experiência? Não havia mãos a medir. A sua curiosidade era tanta que facilmente partíamos para mundos fantásticos. Levava-me aos seus mestres vitícolas, Eng. Taborda e Armando Galhano e as discussões eram intermináveis. Conjuntamente com alguns colegas exportadores, que da mesma forma perceberam que o desenvolvimento tecnológico global do Douro teria de passar pelas instituições privadas, fundaram a ADVID (Associação para o Desenvolvimento da Vitivinicultura Duriense).

O seu filho, Jorge Rosas, ainda era muito novo e ele não podia esperar mais. Tinha de passar a alguém a sua angústia do estado das coisas, achando por bem despejar o seu saber em cima de mim.

O primeiro impacto foi duro, quatro a cinco anos sem fins-de-semana sempre a dar-lhe. O meu grande problema era que ele com o seu entusiasmo esquecia-se de comer e eu, rapaz de 27 anos, subia aqueles montes de xisto ao sol abrasador com o estômago colado às costas, pensando no maravilhoso bife que eventualmente me seria servido ao jantar, pois a hora do almoço já há muito tinha passado.

Corria-lhe seiva e vinho nas veias. Era parte integrante do xisto. Naquelas noites muito estreladas do Douro ia encontrá-lo deitado no chão saboreando o calor do xisto e o esplendor do céu.

– Oh! Tio Tó vamos embora, está tudo à sua procura.

– Oh! pá, sabias que a Barroca do Vale Covo apareceu com um aracnídeo na 3ª folha?

– Mas, ó Tio Tó, já é tarde!

– Vai indo que eu só vou ao rio tomar um banho e já volto fresquíssimo.

ERVAMOIRA

Anos de pesquisa em mapas militares da região levaram-no a Santa Maria (Ervamoira). Era a qualidade que estava em questão.

Todas as condições estavam aqui reunidas para realizar o seu sonho. Um dos melhores terrenos do Douro para a plantação da vinha. Solo de xisto, não muito duro, com fracas inclinações, permitindo uma fácil mecanização. Clima mediterrânico continental, permitindo um excelente ciclo vegetativo para a vinha. Um vale clássico para a produção de um vinho generoso com aquela tão procurada qualidade.

Era tudo tão bom, que era necessário agradecer a Deus. O baptizado impunha-se.

Suzanne Chantal, escritora do romance *Ervamoira* foi convidada para ser a madrinha. Chegado o padre, e no convívio com os seus colaboradores mais íntimos, a cerimónia começou. Não foram precisas muitas palavras para que o seu rosto ficasse tenso e grave. A emoção invadiu-o da ponta dos pés aos raros cabelos da sua cabeça, queimada pelo sol. Os soluços tornaram-se em choro e a comunicação com Deus foi feita.

Suzanne Chantal atirou com uma garrafa de vinho da quinta contra as pedras xistosas da casa partindo-se numa explosão orquestrada com foguetes e palmas. *Ervamoira* acabara de ser abençoada pelas forças divinas.

Aqui neste vale – dizia-me José Rosas – está escondida a galinha dos ovos de ouro. Temos de aplicar todos os nossos conhecimentos e verás. E assim foi. Hoje, esta quinta produz um vinho de mesa *Duas Quintas* e um vinho do Porto 10 Anos, ambos reconhecidos mundialmente com medalhas de ouro num dos concursos mais prestigiados do mundo realizado em Inglaterra: o International Wine Challenge.

A construção desta quinta não foi pêra doce. Realmente só a intuição e o chamamento a tornaram possível. Era uma quinta no Far West com uma estrada de 8 km cheia de água no Inverno e cheia de buracos e pó no Verão. O meio de locomoção do Pinhão para a quinta (duas horas de viagem) era feito numa espécie de Unimog pequeno (camioneta usada na tropa) sem portas, cujo motor era na parte de trás, ficando a parte da frente só com uma chapa que deixava penetrar o frio. Estas «magníficas» condições não impediram este homem, enrolado em cobertores no Inverno, e em calções no Verão, de realizar o seu sonho, provando ao país que a megalómana barragem projectada para o local era um atentado ao património nacional.

Será que não existe neste país massa cinzenta capaz de perceber o valor deste vale para o Vinho do Porto, capaz de estudar outras possibilidades de barragem mais a montante, ou recorrer a outro local ou a outra forma de energia? Será que é este o único sítio? Estamos a morrer com a falta de energia, quando há tanto excesso na Europa Comunitária? Este era o desabafo contínuo deste homem visionário. Só o ambiente bíblico que se vive aqui, carregado de mistério e de algo sobrenatural, daria para uma reserva de meditação, longe do frenesim actual, continuava ele, longe de saber que mais tarde ali se iria encontrar um dos mais notáveis santuários paleolíticos do mundo.

Retornando à construção da quinta, foram realmente uns tempos gloriosos. Quatrocentos e vinte e um mil pés de vinha com castas de uva cuidadosamente escolhidas e plantadas no sentido perpendicular às curvas de nível, permitindo assim uma mecanização, de tal forma que os custos de exploração baixaram para metade da média do Douro com uma subida altamente significativa da qualidade.

– Estás a ver – dizia-me com um copo de vinho erguido no ar, delirante com o seu encontro com a natureza – assim podemos prever o futuro do Vinho do Porto. No Douro só poderemos resistir se tivermos um produto de alta qualidade e baixo preço.

A partir do mês de Abril era obrigatório tomar banho no rio e comer umas sanduiches à sombra das milenárias oliveiras, estudando o esvoaçar das garças azuis e dos milhafres. Depois todos dormíamos profundamente meia hora e toca ao trabalho, desafiando o clima quente.

Às vezes ficávamos enterrados na estrada e, enquanto o Sr. Sobral (o feitor) e nós, todos

afritos, tentávamos desenrascar a situação, ele partia pelo monte fora vendo, mais uma vinha ou absorvendo o ambiente, como se tudo fosse natural na vida.

Toda esta emoção e sentir tão fortes ele nos transmitia sem mesmo dar por isso, tornando a tarefa fácil e gratificante.

As outras quintas – S. Domingos, Bons Ares e Bom Retiro – eram importantes. Era fundamental controlar o solo e a vinha, a época de maturação, o transporte, a produção, mas Ervamoira tinha algo a mais de inexplicável.

PROVAS

A sala de provas em Vila Nova de Gaia é o local onde se fazem e estudam os *blends* dos diferentes tipos de Vinho do Porto.

Todas as manhãs provávamos das 11 h até às 13,30 h, por vezes até às 14,30 h quando estava na perspectiva de ter encontrado o perfeito *blend*.

– O Vinho do Porto é o *blend*, pá. A própria região é um *blend* de microclimas, temos de respeitar e valorizar a originalidade do terreno.

Às cegas, os vinhos de Ervamoira saíam sempre à cabeça. A influência do ano não era tão importante como nas outras quintas. O nível qualitativo era, sem motivo para dúvidas, escolhido para os vinhos das categorias especiais.

Desde que chegava à sala não parava de fazer balizas. Era como um «cão» que tinha cheirado algo mas que teria de encontrá-lo. Todos os dias «milhares» de balizas eram feitas. Um litro deste vinho velho numa pipa (550 l), talvez litro e meio e porque não meio litro? O apuro era rigoroso, mas, ao atingir o pretendido, o ambiente tornava-se excitante e o canário amarelo, à solta na sala, fazia um voo rasante para o seu copo elevado, sendo assim o primeiro a saborear a obra produzida. Como já disse, este ambiente era diário e só quebrado pelas interferências dos telefonemas do I. V. P., Associação dos Exportadores, Centro de Estudos Vitícolas, Casa do Douro, dos vários organismos oficiais, pois todos queriam saber o seu parecer.

Durante anos e anos foi presidente da Associação dos Exportadores de Vinho do Porto, membro da Junta Consultiva do I. V. P., e eu sei lá de que mais. Ninguém queria estes postos, mas com o seu alto sentido de responsabilidade pelo sector, ele não era capaz de dizer não e sem grandes ondas lá ia equilibrando e contribuindo para o desenvolvimento do Vinho do Porto.

Muito mais poderia contar sobre este meu tio chamado «papa» e «poeta do Vinho do Porto» que tanta influência teve na minha vida, mas sinto necessidade de mais tempo para digerir a sua mensagem.

Escrevi estas linhas pensando igualmente na minha Amiga e Tia Eteline, que tanto contribuiu para a grandeza deste Homem.

João Nicolau de Almeida

(Enólogo. Administrador da empresa Ramos-Pinto Vinhos, S.A.)

TAMBÉM JOSÉ ANTÓNIO ROSAS GRAVOU NO VALE DO CÔA

O lugar ficou para trás vigiado pelo seu castelo e ao lugar regressaríamos depois de visitado o sítio de Penascosa. A tarde era de Verão e o calor marcava a sua presença, lá naquelas terras longínquas entre montanhas onde o Côa corre à procura do Douro para o levar ao mar.

Governo, demais entidades e cidadãos do vale do Côa e de outras partes tinham acorrido neste dia àquela paragem. Hoje, inaugurava-se o Parque Arqueológico do Vale do Côa.

A caravana descia com destino ao rio entre campos mais ou menos suaves. Oliveiras e amendoeiras alternam, deixando a terra nua e sobre ela gravam sombras efémeras. Depois entra-se pelo valezinho adentro entre encostas que desafiam a gravidade e mais parecem um estado de constante precipitação. Também elas parecem querer correr para o Côa para que ele as leve, acreditando que podem ignorar que a sua corrida é bem mais – muito mais – lenta que a do Côa. Até parece que se esquecem que é preciso também saber esperar. Não basta acreditar.

Nestas encostas, o ser humano grava o seu saber fazer paisagens há gerações. Aqui a relação do ser humano com a natureza atingiu um estado de perfeição. É um estado doloroso porque tem gravado não propriamente a história da vida mas sim a história da sobrevivência. Fazer paisagem – gravar para os vindouros a nossa relação com a natureza – é ali um desafio olímpico onde o ser humano como que se excede na sua vontade de querer viver atraído pela secura, pela dureza do xisto, pelo isolamento. É preciso acreditar e saber esperar.

A caravana seguia e aquelas encostas seguiam-nos. Naquele alcantilado as encostas revelavam novamente o xadrez verde claro-verde baço das amendoeiras e das oliveiras que, para sobreviverem na encosta, agora gravam sombras mais afastadas entre si. No meio daquela encosta, os nossos olhos prendem-se ora num pombal branco ora numa figueira perdida e erguem-se bem mais para o alto, onde, branca e pequenina, a capela toca os céus ao encontro dos deuses.

A caravana segue – de costas para tudo isto – mas eis que pára. Saímos para olhar o vale do Côa. Na nossa frente, na outra margem do rio, está uma imensa gravura verde qual um oásis – a Quinta de Santa Maria ou da Ervamoira. O brilho de uma vinha num dia escaldante de Verão extasia. Enquanto nós experimentamos uma sede imensa, a vinha com as suas raízes bem fundas pela terra adentro mantém-se indiferente à sede e resplandece.

Naquelas serras, no rio, no céu, procurei o José António. Foi ele que, com todo o seu saber e amor pela vinha e alegria pela vida, criou o oásis. Ouvem-se foguetes na Ervamoira. E eu oiço o José António – naquele mesmo sítio – no meu encontro com o Vale do Côa, há meia dúzia de anos atrás, a revelar-me segredos da paisagem – como nenhum dos meus mestres da paisagem o soubera alguma vez fazer. E da Ervamoira – do outro lado do rio – chegou-me o abraço do José António.

A caravana seguia e olhámos as gravuras – antigas muito antigas – gravadas por escultores sem nome para nós de hoje. Os arqueólogos, mesmo não podendo dizer os nomes dos autores das gravuras, iam-nos revelando os segredos delas e extasiando-nos com aquela forma de saber gravar o tempo.

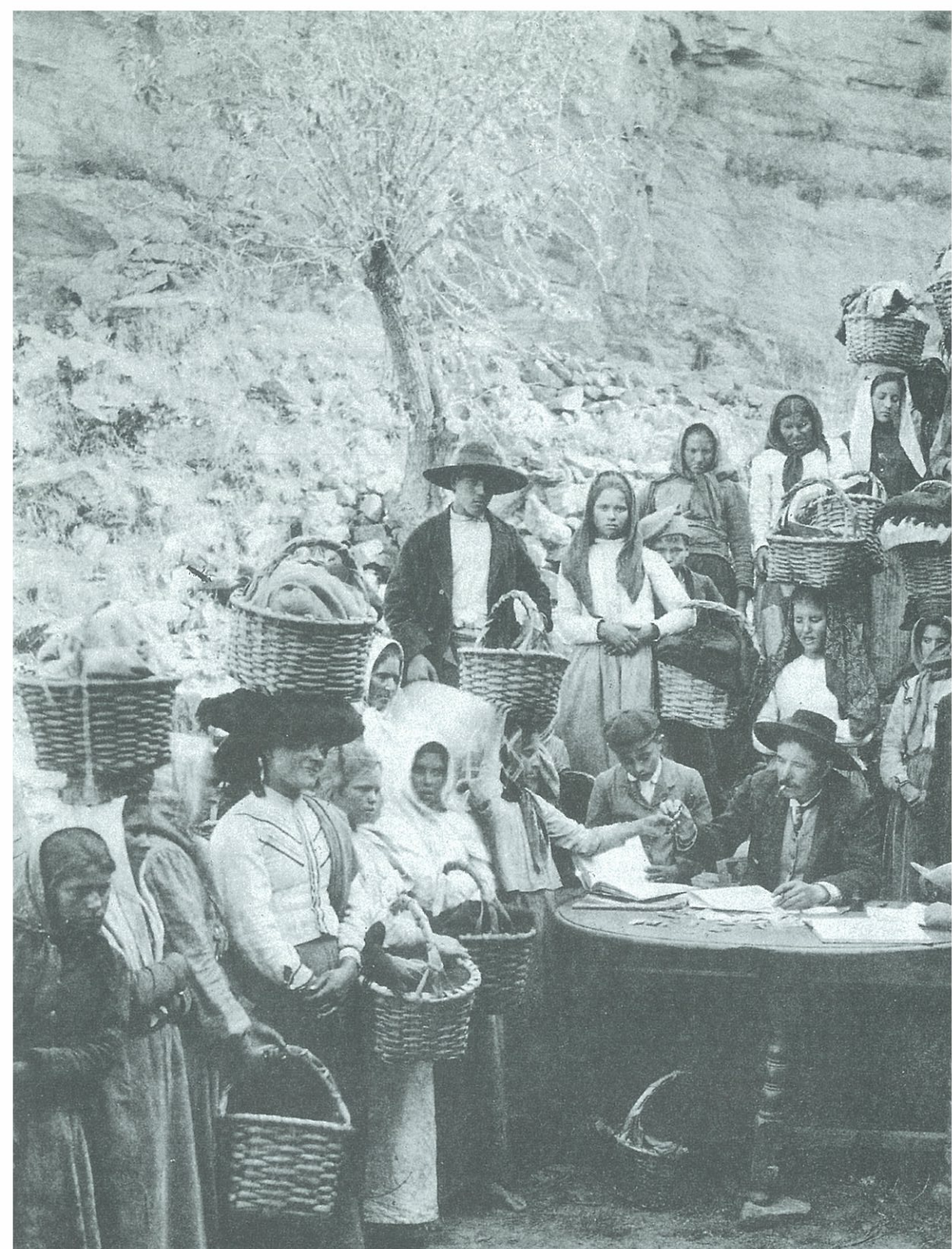
No Côa, o escultor da Ervamoira foi José António Rosas e o seu segredo era o muito saber envolto de humildade discreta e também a sua força de acreditar e esperar.

Gravar no vale do Côa a nossa relação com a natureza foi, é e será sempre um desafio. O génio do lugar é fortíssimo, tudo desafia e deixa-nos cativos.

Lisboa, 10 de Agosto de 1996

Teresa Andresen

*(Arquitecta paisagista. Directora do Instituto Nacional
de Conservação da Natureza)*



ACTAS DO I ENCONTRO INTERNACIONAL
«HISTÓRIA DA VINHA E DO VINHO NO VALE DO DOURO»



DA ANTIGUIDADE
A EPOCA
POMBALINA

Pagamento à gente da roga depois da vindima.
Foto: Emílio Biel, ca. 1900.

Carlos A. Brochado de Almeida *

O Cultivo da vinha durante a Antiguidade Clássica na Região Demarcada do Douro. Ponto da situação

Remonta à conquista romana a altura em que a região do Alto Douro se tornou em território capaz de produzir trigo, azeite e vinho, os produtos que desde a sua origem fazem parte da trilogia agrícola mediterrânica. Os segundos, mais que o primeiro, encontraram na acidentada geografia da região e num clima em que aos estios secos e prolongados se sucedem invernos curtos e de certo modo amenizados um fértil campo de ensaio e de desenvolvimento. Não é por acaso que o azeite duriense prima pela excelência do seu paladar e pelo baixo teor de acidez e que o vinho viria a acumular, ao longo dos séculos, razões suficientes para que a Região Demarcada viesse a corporizar a ideia que os vinhos produzidos nas escarpas das linhas de água duriense ultrapassavam o mero quadro do consagrado «Vinho do Porto», que os naturais, mui justamente, teimam em apelidar de «vinho generoso».

O vinho é o produto final de um longo processo que se inicia com a escolha e plantio das vides. Hoje são processos quase integralmente mecanizados, mas tempos houve, recentes ainda, em que o factor humano, mais que necessário, era fundamental. A força braçal amenizou encostas, derrubou colinas, transformou ecossistemas, humanizou montes e vales, ergueu muros e preparou geios, plantou as videiras mais capazes de aguentarem a agressividade climatérica que ciclicamente atinge a região, com realce para as trovoadas, por vezes seguidas de destruidoras tempestades de granizo.

Testemunhos directos sobre o plantio da oliveira e do vinhedo no decurso da Idade do Ferro não há (Lemos, 1993: 457) e mesmo para a época romana, só por via indirecta o poderemos afirmar (Almeida, 1992-1993: 229-261). A solução para

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador da linha de investigação em História Antiga do GEHVID.

esta ausência informativa poderia ser parcialmente suprida com estudos de antracologia, mas à imagem do que acontece no restante território nacional, também aqui, nesta região, não há estudos deste tipo, como se desconhecem outros de carácter polínico ou os que incidam sobre as grainhas, sejam elas fossilizadas ou não. Os únicos estudos que timidamente têm vindo a abrir caminho no vasto manancial que é a história da vinha na região duriense são os que têm incidido sobre os lagares, nem todos eles romanos, cavados nos rochedos que bordejam ou se disseminam na vastidão dos actuais vinhedos (Almeida, 1992-1993; Coixão, 1996).

Na vasta bibliografia que se tem vindo a produzir na e sobre a região, não encontramos nenhuma informação credível que nos coloque na pista da origem do cultivo da vinha nesta região, embora saibamos, que mais a Norte, no «Buraco da Pala» (Mirandela), se documentam, já no Calcolítico, grainhas de presumível *vitis vinifera*¹.

Se a presença de elementos do género *vitis* na região de Mirandela-Murça é um dado interessante, ele não é novo no contexto nacional, pois grainhas da *vitis silvestris* documentam-se em lignitos do Plotitécnico Superior da freguesia de Marrazes, concelho de Leiria (Teixeira, 1945: 43) em tufos do Antropozóico Antigo recolhidos em Condeixa (Chofat, 1985). Temporalmente mais próximas de nós, da Idade do Ferro, são as grainhas recolhidas no castro de Penices (Vila Nova de Famalicão)². Os estudos que sobre elas virão a incidir acabarão certamente por determinar se provêm de espécies silvestres ou das cultiváveis, após longos processos de melhoramento.

Questionáveis continuarão hipóteses como se as uvas eram somente comestíveis ou se já eram utilizadas no fabrico do vinho. São obviamente perguntas que continuarão sem resposta, enquanto a investigação não avançar, sobretudo a arqueológica, aquela que à partida será capaz de fornecer os elementos necessários para que outras ciências possam ajudar à compreensão do problema.

Desconhecida a realidade arqueológica da Idade do Ferro por falta de intervenções arqueológicas nesta área – o Castelo Velho de Freixo de Numão tem uma cronologia mais recuada (Jorge, 1995; Botelho, 1996) – não tem melhor sorte a da época romana. Sande Lemos na sua tese de doutoramento sobre o povoamento de Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993: 455-457) admitia que no final da cultura castreja tivessem sido introduzidas novas plantas entre as quais o castanheiro. Como lhe faltasse a comprovação efectiva, socorreu-se dos estudos elaborados para a Galiza Ocidental e Oriental, onde esta espécie aparece documentada em estratos castrejos, já romanizados (Aira Rodriguez et alii, 1989). Mas, como entre

¹ Agradecemos a informação à Prof. Dr^a. Maria de Jesus Sanches.

² Agradecemos a informação ao Dr. Francisco Queiroga.

as novas espécies não estava explícita a vinha nem a oliveira, o autor acabaria por admitir a possibilidade de as *villae* da Terra Quente e do Planalto de Alijó, ao instalarem-se em locais de discutível aptidão agrícola, o fizessem porque aí vinhedos e oliveiras haviam encontrado sítios abrigados e microclimas apropriados ao seu desenvolvimento (Lemos, 1993: 457).

Se as provas arqueológicas se resumem a escassos vestígios materiais, mormente os lagares que apresentam um difícil enquadramento cronológico devido à perduração de uma tipologia mais ou menos uniforme até ao advento do século XX, restar-nos-iam as provas documentais caso elas existissem para a região. Na sua falta, restam-nos as de carácter mais geral, aquelas que foram produzidas pelos autores romanos para a Península Ibérica, na esperança que possam, de certo modo, aplicar-se a esta região.

Nunca será demais lembrar que a única referência escrita que menciona, não o plantio, mas o consumo de vinho pelos povos do Norte da Península Ibérica, advém-nos de Estrabão, que, na sua Geografia, o expõe da seguinte maneira: «todos os habitantes da montanha são sóbrios: não bebem senão água, dormem no chão... bebem zythos e o vinho, que escasseia, quando o obtêm, consomem-no de seguida nos grandes festins familiares» (Estrabão, III: 3, 7).

Esta observação do autor grego, que escreveu no reinado de Augusto, havia de servir para que se afirmasse (Schulten, 1952: 215) que não se produzia vinho no Norte da Península Ibérica e o que aí havia provinha da região mediterrânica através do comércio com os gregos. Opinião mais ou menos coincidente com esta têm M. Pastor, J. M. Blázquez, Caro Baroja e Lomas Salmonte. Para o primeiro, o plantio da vinha só ocorreu com a chegada dos romanos. Antes da sua chegada, o que havia era pouco e provinha do comércio (M. Pastor, 1977: 235). Por sua vez, J. M. Blázquez, apoiando-se nos restos de ânforas do câmbio da Era encontradas nos povoados castrejos, aceitava que o vinho bebido na *Galaecia* tinha origem itálica (Blázquez, 1978: 66-88). Mais taxativos têm sido, todavia, aqueles para quem o vinho, presente na área nortenha, provinha tão somente das pilhagens que os «Povos do Norte» normalmente faziam em paragens agricolamente mais férteis e desenvolvidas (Caro Baroja, 1977: 54; Lomas Salmonte, 1975: 76).

Posição algo diferente têm tido Taboada Chivite, A. Balil e Santos Yanguas. O primeiro, sem especificar os motivos, é de opinião que o cultivo da vinha havia chegado à área dos castros antes da chegada dos romanos (Taboada Chivite, 1977: 75). Posição pouco diferente, mas também ela difusa, teve A. Balil, para quem o cultivo da vinha, antes da vinda dos romanos, era uma actividade meramente circunstancial (Balil, 1975: 69).

À imagem de Balil, também Santos Yanguas defendia que vinho provinha das pilhagens, mas acrescentava, sem o comprovar, que na área dos castros haveria o cultivo da vinha, embora em escala limitada (Santos Yanguas, 1984: 506-507).

Se as fontes documentais são omissas para esta região, o mesmo não se poderá afirmar para a restante Península Ibérica, mais especificamente para a zona mediterrânica.

Começaram por ser escassas durante a época republicana e mesmo nos primeiros anos da ocupação romana (Giralt, 1985: 118-122), mas cedo começam a avolumar-se a pontos de, no Alto Império, conjuntamente com as fontes arqueológicas, demonstrarem que a vinha constituía a base económica de muitas explorações agrícolas de certas regiões da Península Ibérica (Giralt, 1985: 119). De tal situação se haviam feito eco Sílio Itálico (Púnica, I: 228-235), Estrabão (Geogr., III: 2, 6) e Columela (De Agric. Pref.: 20) que apontavam o vinho produzido na Bética como importante factor económico centrado na exportação. A estes podemos ainda juntar Políbio (34, 8,4), que menciona o vinho produzido na Lusitânia, Plínio o Velho (N.H. XIV: 71) e Marcial (26-VII e 53 XIII, 18) que fazem referências aos vinhos catalães.

Mas as informações acerca da viticultura na Ibéria Mediterrânica não se resumem somente ao vinho, elas estendem-se às videiras, aos cuidados postos no plantio e tratamento e às vindimas. Informações mais ou menos coincidentes poderemos colher em Varrão (De Rust. 1: 81; 1, 14, 4), que faz referência às vides que não necessitavam de apoios, em Columela (De Agric. III: 2, 19) e Plínio o Velho (Nat. Hist. XVII: 166, 170, 240) que mencionam videiras de diferentes tipos, tal como os cuidados que eram necessários para que elas se desenvolvessem, enfrentando as chuvas inverniais e a agressividade dos estios prolongados.

Em paralelo com a literatura haverá que especificar ainda os dados provenientes da arqueologia, que são especialmente significativos na área onde há uma maior concentração dos estabelecimentos romanos e especial ênfase para as *villae*. Os vestígios mais evidentes são as adegas e nestes os *torcularia* formados por peças amovíveis ou fixas. Eles estão bem patentes, por exemplo, na Fonte do Milho, na Régua (Cortez, 1951: 69), em S. Cucufate (Alarcão, 1979-1980: 272-274), em L'Aumedia (Ramón Palhares et alii, 1985: 17-31), em Sentromã (M. Curt et alii, 1985: 189-198), em Can Bosch de Basea (Catalunha), em La Cocosa (Badajoz), em Liédna (Navarra) ou em Manguarra e San José, província de Málaga (Giralt, 1985: 118-122), só para citar os casos mais conhecidos.

Locais de prensagem das uvas, vulgo lagaretas cavadas na rocha, documentam-se sobretudo no Norte de Portugal, no interior ou nas imediações de estações arqueológicas. Eles são menos vulgares no Minho – castro de S. Miguel o Anjo em Ázere (Arcos de Valdevez), castro de Carmona (Balugães), próximo do «castro agrícola» de Gondomil, junto a locais romanizados de Vitorino de Piães e da Facha (Ponte de Lima), na estação arqueológica do Castelo de Neiva (Viana do Castelo) – o que se entende, por não ter sido, primitivamente, uma grande zona produtora de vinho, mas aumentam extraordinariamente na Região Demarcada

do Douro, conforme o comprovam os levantamentos arqueológicos que já foram efectuados na zona do concelho de Alijó (Almeida, 1992-1993: 229-261) e, mais recentemente, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (Coixão, 1996).

Mas, como nem só de lagares se alimenta a história da vinha, haverá que dizer que é de Mérida e de Vigo que se documentam duas das poucas epígrafes com simbologia vinária gravada. No primeiro caso trata-se de uma estela funerária representando um taberneiro tirando vinho de uma pipa (White, 1984). No segundo, o defunto empunha um ramo de videira (Blazquez, 1978: 56).

À falta de documentação literária, a história antiga do Alto Douro só é possível através da investigação arqueológica, seja ela de cariz embrionário ou sintetize já aspectos mais globalizantes, como são, por exemplo, as teses de doutoramento (Lemos, 1993).

Caso pretendamos realizar, nem que seja uma breve viagem pela bibliografia mais credível produzida sobre a região a Norte do Douro, deparamos com um Abade de Baçal que elaborou um exaustivo levantamento de vestígios arqueológicos na área do distrito de Bragança (Alves, 1934 e 1938) e com autores consagrados como Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1875: 175-176; 1896: 134-135) e Santos Júnior (Santos Júnior, 1977, 1978 e 1980) que apontaram achados vários ocorridos nas mais diversas latitudes do território transmontano e alto duriense.

Temáticas mais restritas, mas não menos importantes do ponto de vista científico, interessaram Pinho Brandão, Rui Centeno e António Mourinho. No caso do primeiro foram as estelas funerárias guardadas no Museu de Vila Flor que lhe captaram a atenção (Brandão, 1960: 37-44; 1962: 336-351), enquanto Rui Centeno se interessou pelos tesouros monetários que incluiu na sua tese de doutoramento (Centeno, 1987). Quanto a António Mourinho foram as epígrafes aparecidas no distrito de Bragança após o falecimento do Abade de Baçal que o fizeram desenvolver uma certa investigação, sem nunca perder de vista um outro amor, o estudo da viação romana no leste transmontano, corporizado na ponte sobre o Rio Tinhela e nas vias que serviam aquele território (Mourinho, 1973: 279-288; 1988: 3-34, 101-133).

O panorama a Sul do Douro não é muito diverso daquele que conhecemos na parte norte.

Se nos abstrairmos do recente levantamento arqueológico sobre o concelho de Vila Nova de Foz Côa (Coixão, 1996) e de um outro, mais geral, que sobretudo visou os achados considerados como romanos (Alarcão, 1986), todas as demais publicações são parcelares, já que somente se interessam pelas epígrafes ou por outro tipo de achados, normalmente conotados com o mundo romano. Neste grupo entram autores como Vasco Rodrigues, com importantes achegas para a localização e conhecimento de Lancobriga, da *Civitas Aravorum* e da capital dos Medobrigenses (Rodrigues, 1961 (1): 22-25; 1961 (2): 59-67; 1962: 319-325; 1993)

e Dinis Cabral, com significativas achegas histórico-arqueológicas sobre Castelo Calabre e a possibilidade de este local ter sido a sede de um bispado na época visigótica (Cabral, 1962: 138-158; 1963). Paralelamente, não poderemos descuidar os contributos de Pinto Ferreira, de F. Curado e de Sá Coixão sobre a milenar importância arqueológica de Numão (Ferreira, 1968: 376-380; Curado, 1985: 15-16). Finalmente, o quadro ficará mais completo se mencionarmos os esforços de M. Maia em definir um certo tipo de povoamento de época romana, ao longo do vale do Rio Côa e seus afluentes (Maia, 1974-77: 209-213) e as recentes achegas que outros autores têm vindo a produzir sobre o templo romano de Almofala (Frade, 1991) e as muitas interpretações que *Centum Celas*, estação situada em Colmeal da Torre, concelho de Belmonte, tem suscitado nos mais diversos tipos de especialistas.

Identificada como templo, *mansio* e mesmo *pretorium* de acampamento romano (Belo, 1970: 35-55; Rodrigues, 1962: 319-325; Calais, 1984), recentemente foi enriquecida com uma outra interpretação – torre de uma *villa* romana, posteriormente aproveitada como atalaia na Idade Média (Alarcão, 1986: 65) – que, se não veio resolver o problema em definitivo, acabará por adensar ainda mais o enigma da sua primitiva utilidade.

Os estudos da antiguidade clássica desta região não ficariam completos se não dedicássemos algumas linhas à epigrafia, importante e diversificada, nesta multifacetada região. Em S. Pedro de Balsemão conhecem-se várias epígrafes (Vaz, 1982: 259-267), mesmo que daí não sejam todas oriundas (Alarcão, 1986: 52) e na igreja paroquial de Vila Nova de Foz Côa há uma ara dedicada a Júpiter (Brandão, 1960: 66-70), situação que se repete, por exemplo, em Coriscada, concelho da Meda. Neste caso específico a ara foi dedicada a Júpiter pelos *vicani* desta região (Curado, 1985: 6-7).

Sendo omissa a documentação escrita, caberá à arqueologia procurar os elementos considerados pertinentes e susceptíveis de se desfazerem ou clarificarem as dúvidas que se foram acumulando através dos anos. Caberá à arqueologia a missão de alargar o pequeno leque de conhecimentos que já existe sobre o cultivo e produção vinícola, após as pistas que nos transmitiram as pesquisas realizadas na Quinta da Ribeira, Tralhariz, concelho de Carraceda de Ansiães, na Quinta do Noval (Alijó), na Fonte do Milho (Peso da Régua) e mais recentemente no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

No primeiro caso, embora não tenham sido documentados vestígios que se possam expressamente conotar com o cultivo da vinha – se apareceram, não foram valorizados – eles certamente aparecerão logo que seja possível uma intervenção arqueológica em larga escala. O que até ao momento apareceu é suficiente para se poder falar da existência de uma *villa*, com um início que deverá remontar à época de Augusto (Gorges, 1979: 198) e uma localização de tal

maneira agreste para a prática agrícola que somente o vinho poderia levar ao estabelecimento de uma unidade de produção naquele local (Vasconcelos, 1899-1900: 198). Situação mais clara parece ser a de Vilarinho de Cotas, que inicialmente poderá ter sido um castro (Severo, 1905-1908: 263-269), mas que também poderá ter sido algo de semelhante à *villa* «fortificada» da Fonte do Milho. Só uma intervenção arqueológica mais alargada que aquela que foi efectuada por Ricardo Severo poderá desfazer tais dúvidas, como alargar os nossos conhecimentos sobre o fabrico do vinho, que a presença de cerâmica doliar e de restos de um lagar a estação já documenta (Almeida, 1996: 266-269).

A Fonte do Milho, esse é um caso bem mais paradigmático. As intervenções arqueológicas realizadas por Russel Cortez puseram a descoberto um notável conjunto de estruturas que têm suscitado interpretações, que vão de *castellum* (Cortez, 1951) a *villa* fortificada (Alarcão, 1986: 29). Abstraindo-nos destas posições, o que neste caso verdadeiramente nos interessa é que, para além de muita cerâmica doliar, se documenta um lagar ou *torcularium* (Cortez, 1951: 66-69) com analogias a outros documentados em *villas* romanas do centro e sul da Península Ibérica.

As intervenções que têm sido levadas a efeito, nos últimos anos, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, têm permitido a Sá Coixão recolher elementos suficientes para que se fale num efectivo cultivo da vinha na época romana. A publicação dos resultados das escavações permitirão avaliar da importância que o vinho tinha para esta região bem como começar a estabelecer uma tipologia para os lagares que tiveram uso naquela altura.

Como já tivemos oportunidade de referir, em toda esta vasta bibliografia são escassas as referências ao cultivo da vinha e mesmo do azeite. Na maior parte dos casos, os autores limitaram-se a enumerar os achados, a equacionar certos aspectos interpretativos, sem no entanto aprofundarem linhas de investigação, ignorando, quase sempre, o povoamento e os aspectos económicos com ele relacionados. Em suma, ao grande manancial de achados, à vasta quantidade de estações arqueológicas com localizações mais ou menos precisas tem faltado uma investigação de síntese, mormente no campo do povoamento, bem como as possíveis implicações que este poderá ter tido no plantio e no cultivo da vinha. Este hiato, independentemente das intervenções arqueológicas que se possam vir a realizar, só será colmatado quando se elaborar uma lista das estações onde seja possível detectar fragmentos de grandes vasos doliar, de concretizar um corpus de lagares cavados que estejam situados no interior ou próximos de locais com vestígios romanos e de recolher o máximo de informes possíveis acerca da presença de ânforas vinárias na região em questão.

A elaboração de um catálogo de ânforas vinárias ajudará, nem que seja pela negativa, a detectar a ausência de importações e a cimentar a ideia que a região

se bastaria e que poderia, com toda a certeza, ter desenvolvido uma rede comercial que apostaria na exportação dos seus produtos, mormente no vinho, para as outras latitudes, a começar pelas regiões circunvizinhas.

BIBLIOGRAFIA

- AIRA RODRIGUEZ, Maria J.; SAÁ OTERO, P. ; TABOADA CASTRO, T. – *Estudios Paleobotánicos y Edafológicos en Yacimientos Arqueológicos de Galicia*, La Coruña, 1989.
- ALARCÃO, J. – *Escavações na Villa Luso-Romana de S. Cucufate*, «Humanitas», Coimbra, 31-32, 1979-1980, p. 272-274, il.
- ALARCÃO, J. – *Roman Portugal*, Warminster, 1996.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *O Passado Arqueológico de Carlão – Alijó*, «Portugal», XIII-XIV, p. 229-261, il.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Alguns Apontamentos sobre a Estação Arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó*, «Douro, Estudos & Documentos», nº 1, Porto, 1996, p. 266-269.
- ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 9, Porto, 1934.
- ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 10, 1938.
- BALIL, A. – *Historia Social y Económica. La España Antigua*, Madrid, 1975.
- BELO, A. Ricardo – *Algumas palavras sobre a Torre Centum Cellae de Belmonte*, Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, II, Lisboa, 1970, p. 35-55.
- BLÁZQUEZ, J. M. – *Economía de Hispania Romana*, Bilbao, 1978.
- BOTELHO, Iva João da Silva Teles Morais – *Dos cacos e dos vasos. O Castelo Velho de Freixo de Numão na charneira do III/II milénio a.C.*, (policopiado), Dissertação de Mestrado, FLUP, Porto, 1996.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Ara dedicada a Jupiter na Igreja de Vila Nova de Foz Côa*, «Humanitas», 11-12, 1959-60.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Estelas funerárias Luso-Romanas com inscrições latinas no Museu Municipal de Vila Flôr*, «Humanitas», Coimbra, 1960, p. 37-44.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho; RODRIGUES, A. Vasco – *Missão de estudo arqueológico na região de Vilarica – Moncorvo*, «Studium Generale», 9 (1), Porto, 1962, p. 336-351.
- CABRAL, A. A. Dinis – *Algumas notas sobre o castro de Castelo Calabre, em Almendra*, «Studium Generale», 9 (1), 1962, p. 138-158, Coimbra.
- CABRAL, A. A. Dinis – *História da cidade de Calábria, em Almendra – Subsídios*, Porto, 1963.
- CALAIS, M. J. – *A geometria de Centum Cellas*, Covilhã, 1984.
- CARO BAROJA, J. – *Los Pueblos del Norte de la Península Ibérica*, San Sebastián, 1977.
- CENTENO, Rui M. S. – *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, 1987.
- CHOFAT, P. – *Note sur les tufs de Condeixa et la decouvert de l'hippopotame du Portugal*, Com. Dirc. Trab. Geológicos de Portugal, III, Lisboa, 1985.

- COIXÃO, António N. Sá – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, 1996.
- COLUMELA – *De Agricultura*.
- CORTEZ, Fernando Russel – *As Escavações Arqueológicas do Castellum da Fonte do Milho*, Instituto do Vinho do Porto, 1951.
- CURADO, Fernando Patrício – *Inscrição rupestre de Numão (Vila Nova de Foz Côa)*, Ficheiro Epigráfico, 11, 1985.
- CURADO, Fernando Patrício – *Ara votiva de Coriscada (Meda)*, Ficheiro Epigráfico, 11, 1985.
- ESTRABÃO – *Geografia*, III.
- FERREIRA, J. A. Pinto – *Achado de uma pedra singular na estação arqueológica de Numão*, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 20 (3-4), 1967-68.
- FIGUEIRAL, ISABEL – *Buraco da Pala: um meio-ambiente vegetal explorado pelo homem. Resultados da análise antracológica, Paleologia e Arqueologia II*, Vila Nova de Famalicão, 13-29.
- FRADE, Helena – *O templo romano de Almofala*, Figueira de Castelo Rodrigo, 1991.
- GIRALT, Olga – *El Conreu de la Vinya a la Hispânia Romana*, Actes I Colloqui D'Arqueologia Romana, «El Vi a l'Antiguitat Economia Producció i Comerç al Mediterrani Occidental», Badalona, 1985, p. 118-122.
- GORGES, Jean-Gérard – *Les Villes Hispano-Romaines*, Paris, 1979.
- JORGE, Susana Oliveira – *Primeira Campanha de Escavações no Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa): Notícia Preliminar*, Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu, Viseu, 1995.
- LEMOS, Francisco de Sande – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Un. Minho, Braga, 1993.
- LOMAS SALMONTE, F. J. – *Asturia Prerromana y Alto Imperial*, Sevilla, 1975.
- M. GURT, Josep; FERRANDO, Frederic – *La Villa de Sentromà (Tiana) i el Conreu de la Vinya. Valoració Aproximativa a la vista de les restes arqueològiques conservades*, El Vi a l'Antiguitat, Economia, Producció e Comerç al Mediterrani Occidental, Badalona, 1985, 189-198.
- MAIA, Manuel Maria da Fonseca Andrade – *Arqueologia romana no Riba Côa – o templo romano de Almofala*, Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia, II, Coimbra, 1971.
- MAIA, Manuel – *Vilas romanas do território interanniense*, AP, 3ª série, 7-9, 1974-77.
- MARCIAL – *Epigrama*.
- MOURINHO, António Maria – *Ponte Romana sobre o Rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no Nordeste Transmontano*, TAE, 23 (2-3), Porto, 1978, p. 279-288.
- MOURINHO, António Maria – *Epigrafia latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal*, 1947, «Brigantium», 6-7, Bragança, 1988, p. 3-34.
- PASTOR, M. – *Los Astures durante el Imperio Romano*, Oviedo, 1977.
- PLÍNIO – *Naturalis Historia*.
- RAMÓN PALLARÈS; GRÀCIA, Francesc; MUNILLA, Glória – *El desarrollo del comercio del vino en el curso inferior del Ebro entre los siglos IV a.C. y III d.C.*, El Vi a l'Antiguitat, Economia, Producció e Comerç al Mediterrani Occidental, Badalona, 1985, p. 17-31.

- RODRIGUES, Adriano Vasco – *O problema da localização de Longobriga*, «Lucerna», 1 (2), 1961.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Necrópole de Civitas Aravorum, Marialva – Meda*, «Lucerna», 1 (1), 1961.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Achados avulsos romanos*, «Lucerna», 2 (1-2), 1962.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *O templo romano de Almofala. Nova interpretação sobre o Casarão da Torre*, Beira Alta, 24 (4), 1965.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras de Meda. Natureza e Cultura*, Meda, 1983.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *Depósito de lápides luso romanas (Duas Igrejas – Miranda do Douro)*, TAE, 23 (1), Porto, 1977, p. 188.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *Achados Arqueológicos em Vilarelhos (Alfândega da Fé)*, TAE, 23 (1), Porto, 1978, p.188.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *Estação Arqueológica do Olival das Fragas, Quinta da Teresinha – Vilariga – Moncorvo*, TAE, 23 (2-3), Porto, 1978, p. 235-251.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *A estação Arqueológica de Vilarelhos e a cabeça de guerreiro lusitano*, TAE, 23 (2-3), Porto, 1978, p. 345-351.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *Necrópole do castro do Monte de Nossa Senhora dos Anúncios (Vilarelhos-Alfândega da Fé)*, TAE, 23 (4), Porto, 1980, p. 407-420.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *O Castelo dos Mouros, Castro do Monte S. Panho e a sua calçada de Alpajares (Freixo de Espada-à-Cinta)*, TAE, 23 (4), Porto, 1980, p. 373-391.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *A derruída ou vila velha de Santa Cruz da Vilariga*, TAE, 24 (3), Porto, 1983, p. 538-548.
- SANTOS YANGUAS, N. – *La economía agropecuaria en las Asturias Castreña y Prerromana*, Boletín del Instituto de Estudios Asturianos, 112, Oviedo, 1987, p. 485-533.
- SCHULTEN, A. – *Geografía y etnografía antiguas de la Península Ibérica*, Madrid, 1959-63.
- SEVERO, Ricardo – *O Castro de Vilarinho de Cotas*, «Portugália», II, 1905-1908, p. 263-269.
- SILIO ITÁLICO – *Punica*.
- TABOADA CHIVITE, J. – *El aspecto agropecuario de la economía castreña*, Homenaje a Garcia y Bellido, III, Madrid, 1977, p. 71-83.
- TEIXEIRA, Carlos – *Subsídios para a História da Videira em Portugal*, Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles, XV, 9, 1945, p. 43.
- VARRÃO – *De re rustica*.
- VASCONCELOS, J. Leite de – *Museu Archeológico em Moncorvo*, AP, I, 1895, p. 175-176.
- VASCONCELOS, J. Leite de – *Inscrição romana de Moncorvo*, AP, 2, Lisboa, 1896, p. 134-135 e p.168-172.
- VASCONCELOS, J. Leite de – *A Estação Romana da Ribeira (Tralhariz)*, AP, V, 1899-1900, p. 193-201.
- VASCONCELOS, J. Leite de – *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa, 1905.
- VAZ, João Luís Inês – *Inscrições romanas de Balsemão (Lamego)*, Beira Alta, 41 (1), 1982.
- VAZ, João Luís Inês – *Inscrições romanas de Lamego*, Lamego, 1983.
- WHITE, K. D. – *Greek and Roman Technology*, London, 1984.

Lino Augusto Tavares Dias *

Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal do rio Douro

Atendendo a que há algum tempo temos vindo a realizar investigação com o intuito de analisar o ordenamento romano de algumas zonas da *Gallecia*, propusemo-nos, para este Encontro, observar o território marginal do rio Douro, entre os rios Tâmega e Corgo no período entre o século II e o V d.C..

Estrabão (III, 3, 3-4) diz-nos que o rio Douro «... é navegável por barcos de grande porte num curso de cerca de 800 estádios» e Leite de Vasconcelos (1905, 29) refere que o rio Douro «desde que nasce até à sua foz, anda uma extensão de 1370 estádios, sendo navegável no percurso de 800». Este percurso navegável corresponde à distância entre a Foz e o Cachão da Valeira, obstáculo natural destruído só em 1792.

Mais difícil é traduzir o conceito de «barco de grande porte» devido à falta de evidências ou testemunhos arqueológicos.

Pelos textos apontados não depreendemos qual a importância que o rio Douro tinha para os romanos, nomeadamente no seu possível aproveitamento como via facilitadora da circulação de pessoas e produtos. A referência de Estrabão podia ter-se baseado tão só em informações de qualquer viagem exploratória realizada por militares romanos, não atribuindo qualquer outra importância ao rio.

Estudos recentes feitos para a Gália (Izarra, 1993: 174) apontam que os barcos romanos de grande porte eram aqueles para quem o vento era o principal meio de propulsão. Apesar da falta de evidências no rio Douro, parece-nos fácil de aceitar a hipótese dos romanos o terem usado em navegação de penetração a partir da foz e até de cabotagem, aproveitando o vento principalmente para a subida do rio, o mesmo acontecendo com o rio Tâmega.

A investigação feita para a Gália (Izarra, 1993: 174-6) concluiu também que as embarcações preparadas para a navegação oceânica penetravam ao longo dos rios, o que se poderia justificar pelos custos das cargas e descargas.

Desde finais do século I, este espaço entre o Tâmega e o Corgo estava quase na totalidade integrado no *territorium* de *Tongobriga*.

* Arqueólogo do IPPAR. Doutorado em Arqueologia (Universidade do Porto).

Tongobriga era a cidade romana, capital de *civitas*, construída em finais do século I (depois de Vespasiano) e meados do século II, com todas as estruturas urbanas como o *Forum*, Termas, Basílica, Teatro, Circo e amplas áreas habitacionais que acolhiam uma população de cerca de 2500 pessoas. As ruínas desta cidade foram exumadas pelas escavações arqueológicas que se realizam desde 1980 em Freixo, Marco de Canaveses.

A identificação desta capital de *civitas* e a eventual reconstituição do seu território, sabendo nós que estes eram os elementos mais importantes na administração política e administrativa romana, são fundamentais para a compreensão das formas e do tipo de ordenamento que os romanos fizeram na região, demonstrando, ainda, que houve uma forte estratégia de usufruto do espaço que passou pela construção de cidades «ex nihilo» como *Tongobriga*, pela construção de estruturas viárias e pela instalação de estruturas agrícolas clássicas semelhantes a tantas outras existentes no Império.

Podemos afirmar que no século II d.C. esta região estava plenamente integrada na economia do Império, apoiada numa intensa circulação de produtos e de intercâmbios comerciais.

A investigação desenvolvida permite-nos propor alguns limites geográficos para o *territorium* desta *civitas*, entre os quais o rio Douro é o de mais fácil apreensão, na medida em que, à data, separava administrativamente a Galécia da Lusitania. Os limites deste *territorium* a Norte, Nascente e Poente são mais difíceis de determinar, embora se apontem hipóteses com bases documentais (Moreira, 1973: 31-2) que serviram para elaborar o esquema gráfico anexo, correspondendo a um polígono irregular cujos vértices eram ocupados pelos *vici* situados em Várzea do Douro (Marco de Canaveses), Santa Marinha do Zêzere (Baião), Meinedo (Lousada), Gatão e Lomba (Amarante).

Na tentativa de reconstituir o ordenamento deste território marginal do Douro em análise, caracterizamos as estruturas romanas em urbanas – a cidade e os *vici*; rurais – aldeias, *villae* e casais. Para além das urbanas e rurais identificam-se as *mansiones*, estas como estruturas de apoio aos viajantes que percorriam as estradas da região.

1. AS OCORRÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS

1.1. Urbanas:

Várzea do Douro (1)

13.07.282 Porto, Marco de Canaveses, Várzea do Douro
29TNF616470; 114m (Alto das Penegotas)

Vicus com «porto» fluvial.

Ocupando todo o espaço numa curva saliente do rio Douro, os vestígios romanos são numerosos, desde a margem do rio (alt. 45m), onde as condições de acostagem eram boas, até aos pontos de cota mais elevada. Este *vicus* servia naturalmente como *mansio*, situado sobre a margem direita do rio Douro. Como em *Tongobriga*, também aqui os afloramentos foram talhados para servirem como alicerce das casas de planta circular, o que é observado nas zonas mais altas. Num destes pontos mais elevados, onde hoje se encontra a Igreja Nova (lugar da Pena, Monte da Lapeira – 29TNF616472, 100m), foram recolhidas moedas do século I e II (Lanhas e Brandão, 1967: 56-57; Centeno, 1987: 154), datadas: uma de 2 a.C.-14 d.C. e quatro entre 117 e 192 d.C.

Nas plataformas que da meia encosta se aproximam da margem do rio, os vestígios de construções romanas e achados¹ são frequentes. Fizemos escavação numa estrutura redonda de habitação junto do Cruzeiro (29TNF617467; 110-104m), actualmente mais conhecida por «estrada nova do areio». Também na Quinta da Rua de Várzea (29TNF613466; 50m) foi feita escavação arqueológica que permitiu identificar muros de características romanas, fustes, capitéis e bases de colunas. Em ambas as escavações, foi recolhida, nos níveis de ocupação, sigilata clara C do século III.

Em Várzea do Douro, poderia ter existido um *vicus* importante (Alarcão, 1988: 91) em que as terras férteis e o rio permitiam boas condições de habitabilidade e facilidade de comunicação fluvial. Acresce que aqui terminava o troço de estrada que provinha de *Tongobriga* e que seguia ao longo da margem esquerda do rio Tâmega. Em frente a este *vicus*, na margem esquerda do Douro, registamos a continuação da via pelo vale do rio Paiva e também ao longo da margem para oeste.

Alarcão, 1988: 92; Brandão, 1960 (b); Lanhas e Brandão, 1967; Mantas, 1990: 231; Silva, 1992: 165-172; Tranoy, 1984: 271.

Referenciadas como tendo sido recolhidas em Várzea do Douro, há 10 inscrições:

1. Inscrição funerária (desaparecida)

Texto:

D(ís). M(anibus). S(acrum) / AOVIC. M/ I—|

Brandão, 1962: 23-51; Lanhas e Brandão, 1967: 34-5; Encarnação, 1984: 206.

2. Inscrição funerária – século III (?) – granito (em depósito no Museu do Seminário – Porto)

¹ LOBO, Mário, jornal *O Marcoense*, 18 Julho 1936, 165, Marco de Canaveses, 9-10.

Texto:

[—DM]S(*acrum*)/ FABIVS/CAPITON/IS. AN(*norum*). LXX/ H(*ic*). S(*itus*). E(*st*).
CAP/ITO.ET. PAT/ ERNA. FILII/PIENTISS/IMI/F(*aciendum*) |——|

Brandão, 1960: 187; Lanhas e Brandão, 1967: 26; Encarnação, 1984: 205.

3. Inscrição funerária – granito, século III (?) (em depósito no Museu do Seminário – Porto).

Texto em dois campos epigráficos:

a) [D(*is*)M(*anibus*)S(*acrum*)]

b) P O M PE/I V S M A T /E R N I A N /V S A N(*norum*). X X/H(*ic*). S(*itus*).
E(*st*)P O M (*peia*). A L /B V R A/F I L I O/F(*aciendum*). C(*uravit*)

Brandão, 1960: 190; Encarnação, 1984: 205; Lanhas e Brandão, 1967: 24.

4. Inscrição funerária – granito, século III (em depósito no Museu do Seminário – Porto).

Texto:

—————/—————MA]/RITOP/ENTISSI/MO.TI/TVLVM/F (*aciendum*).
C(*uravit*)

Brandão, 1960: 193; HAE: 2125; Lanhas e Brandão, 1967: 25, 2; Encarnação, 1984: 205.

5. Inscrição funerária – granito, século III, recolhida em 1956 na Quinta da Rua de Várzea (em depósito no Museu da Sociedade Martins Sarmento – Guimarães)

Texto em dois campos epigráficos:

a) D(*is*)M(*anibus*)S(*acrum*)

b) FLAVO/SVTOR/ITETV/DVM/POSV/[IT—————/—————]

Brandão, 1961: 139; Lanhas e Brandão, 1967: 31.

6. Inscrição funerária – granito, século III – encontrada em Janeiro de 1960 (em depósito no jardim da Casa Paroquial de Várzea do Douro)

Texto:

PROC/LVSP/OSVET/CORV/NIO/AN(*norum*)/L X X X V

Brandão, 1960: 194; HAE: 2126; Lanhas e Brandão, 1967: 27; Encarnação, 1984: 204.

7. Inscrição funerária – granito, século III – encontrada perto da Igreja (em depósito no Museu de Etnografia e História – Porto)

Texto em dois campos epigráficos:

a) D(*is*).M(*anibus*).S(*acrum*)

b) PROCV/LEIEBLO/ENEDO/MNVL/EAN(*norum*)/XXXXH(*ic*)/S(*ita*)E(*st*)FI/LI(*i*)
PIE/N(*tíssima*) F(*aciendum*)C(*uraverunt*)

Brandão, 1959: 412; Brandão, 1961: 135-140; Lanhas e Brandão, 1967: 29,5; Iler: 6789.

8. Inscrição funerária – granito, século III – encontrada no lugar da Pena (em depósito no Museu do Seminário – Porto)

Texto em dois campos epigráficos:

a) D(*is*).M(*anibus*).S(*acrum*)

b) PROCV/LEI(a)EFLAVI(a)/EAN(*norum*)LII/PROCVLE/[.]FLAV/—————
—————

Brandão, 1959: 411-16; Lanhas e Brandão, 1967: 30-36; Encarnação, 1984: 204, 3.

9. Inscrição religiosa – granito (em depósito desde 1887 no Museu da Sociedade Martins Sarmiento).

Texto:

TAMEOBRIC/POTITVS/CVMELI/VOTVM/PATRIS/S(*olvit*). L (*ibens*). M (*erito*)

CIL II: 2377; Vives, 1972: 931; Guimarães, 1901: 50; Vasconcelos, 1905: 319; Blazquez, 1962: 190; Lanhas e Brandão, 1967: 32-33, 9; Encarnação, 1970: 235; Encarnação, 1975: 276-280; Tranoy, 1981: 277; Garcia, 1991: 348-349.

Santa Marinha do Zêzere – QUINTA DE Guimarães (2)

13.02.159 Porto, Baião, Santa Marinha do Zêzere

29TNF892541; 270m

Vicus.

No final do século XIX foi aqui encontrada uma necrópole de inumação, cujo espólio cerâmico dos grupos 3A e 4 está em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, nº 1436. No entanto, a geomorfologia dos terrenos e os achados dispersos permitem afirmar que o *vicus* se instalou nas encostas férteis, bem irrigadas, com bom índice solar e protegidas dos ventos do vale do rio Douro. É nestas encostas que se identifica o topónimo *Belga*.

Almeida Fernandes (1968: 80) situa em Santa Marinha de Zêzere a sede da Paróquia *Melga* (Vasconcelos, 1889: 179 ; Brandão, 1960: 486-487; Alarcão, 1988: 29).

Este *vicus* desenvolveu-se na base da encosta do castro de Barreiro (29TNF879552; 403m) (Cardozo, 1962: 148-149; Silva, 1986: 87; Vasconcelos, 1905: 286-287; Vasconcelos, 1889: 178; Vasconcelos, 1908: 672; Vieira, 1887: 461).

Parte do espólio está depositado no Museu da Sociedade Martins Sarmiento. O espólio no Museu Nacional de Arqueologia, referenciado com o nº 485, Santa Marinha do Zêzere, poderá ser deste castro.

Nas proximidades, em Santana (29TNF868555; 570m), foi recolhida uma inscrição funerária e outra inscrição indeterminada.

Brandão, 1960: 485-490; Alarcão, 1988: 29.

Textos:

Funerária

D. MS / CEL. FIA / VINE / AN. LXX. / FILIAMA / TRIP. P

Indeterminada

[.....]A V[...] F[.....]

Na proximidade deste *vicus* identifica-se ainda no lugar do Castelo (13.02.043 Porto, Baião, Frende; 29TNF893532; 158m) um sítio provavelmente com utilização estratégica/militar/policial, controlando o rio Douro (Almeida, 1975) tanto mais que se situa no topo sudoeste do vale marcado pelo rio Teixeira, que se estende até aqui, desde Amarante, facilitando a circulação de pessoas e mercadorias. Estava instalado praticamente sobre o limite do território da *civitas* com capital em *Tongobriga*. Este lugar integrava o conjunto de povoados existentes naquele sopé do Marão, instalados em torno de Santa Marinha do Zêzere.

Uma escultura, *ex-voto*, em granito ali recolhida, está em depósito no Museu Nacional de Arqueologia (Souza, 1990, 52).

Machado, 1920: 241-270; Cardozo, 1972: 150; Acuña, 1974: 32-34; Almeida, 1974: 29-39; Alarcão, 1988: 29; Souza, 1990:52.

Para além destes *vici* poderemos apontar estruturas em locais de particular importância por servirem como complemento às vias, nomeadamente povoações cuja importância lhes era dada por terem *mansiones* e *mutationes*, de que salientamos as seguintes:

Mosteirô (Quinta de) (3)

13.02.019 Porto, Baião, Ancede

29TNF789499; 110m

Aqui poderia ter existido um povoado romano, com *mutatio* e hospedaria, situada estrategicamente próximo da margem direita do rio Douro, apoiando a travessia do rio na zona de Porto Manso, na margem direita, para Porto Antigo, na margem esquerda, ligando à estrada que subia o vale do rio Bestança. Foi aqui recolhida uma Ara a Júpiter (CIL, II, 5567).

Texto:

I O V I / N I S P R O / E X V O T O

Sarmento, 1887: 187; Sarmento, 1888: 11; Sarmento, 1933: 310-312; Vasconcelos, 1908: 669-672; Vasconcelos, 1889: 178; Vasconcelos, 1895: 35; Vasconcelos, 1913: 477; Vieira, 1887: 452; Vives, 1972: 143; Tranoy, 1981: 317; Garcia, 1991: 397.

Porto Manso (4)

13.02.124 Porto, Baião, Ribadouro

29TNF774501; 209m

Castro com muralhas e fosso, servido por estrada.

Situado num ponto saliente na paisagem e sobre o rio Douro, podia ter com este uma relação privilegiada, apesar da encosta, virada ao rio, não permitir a exploração agrícola ou a construção como em Várzea do Douro.

A estrada lajeada e de boa construção vinha da zona de Ancêde, ladeava o castro e descia pela encosta da margem esquerda do rio Ovil, que atravessava por ponte, descendo até à margem direita do rio Douro. Poderia ter existido aqui o povoado com *mutatio* e hospedaria, embora seja difícil de entender a duplicação de estruturas com a apontada para a Quinta de Mosteirô. O porto abrigado, como o seu nome indica, poderia ter servido como local de acostagem para os barcos que subiam e desciam o rio. Já na margem esquerda do rio Douro, a via subia ao longo do vale do rio Bestança, permitindo a penetração para Sul, pela serra de Montemuro.

Vasconcelos, 1908: 669-670; Vieira, 1887: 452; Silva, 1986: 87.

2.1. Rurais**Campo dos Mouros (5)**

13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada

29TNF638483; 170m.

Casal.

Lanhas e Brandão, 1967: 52.

Casas Novas (6)

13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada

29TNF639494; 240m

Villa e necrópole de inumação com cerâmica e duas moedas de Constante e Constâncio.

CRUZ, 1948; Lanhas e Brandão, 1967: 52; Alarcão, 1988: 3 /3.

Outeiro (7)

13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada

29TNF638488; 150m

Villa. Mós rotativas foram recolhidas por Lanhas e Brandão, 1967: 52.

Eirozes (Tapada das) (8)

13.07.029 Porto, Marco de Canaveses, Ariz

29TNF659528; 200 m

Necrópole de incineração de *villa*.

O espólio está em depósito no Museu Nacional de Arqueologia onde deu entrada em Maio de 1902, constituído por cerâmica comum dos grupos 5, 5A, 5D, 6, 9, 10 e 12 (DIAS, 1995; 1995c).

Como acontecia com o castro de Arados e a necrópole situada em Fraga, a *villa* a que pertenceu o cemitério de Eirozes era servida pela estrada que seguia ao longo da margem esquerda do Tâmega, ligando *Tongobriga* a Várzea do Douro.

O Comércio do Minho, 19 Abril 1902.

Fraga – Feira Nova (9)

13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada
29TNF666521; 293 m

Necrópole de incineração de *villa*, século IV.

O espólio está em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, onde deu entrada em Maio de 1902, constituído por cerâmica comum dos grupos 1A, 3A, 4, 5, 5A, 6, 7A, 9, 10, 10A, 10B, 11A, 12, 13 e 13A (Dias, 1995; 1995c).

A *villa* a que pertenceu este cemitério, que certamente lhe estava próximo, era servida pela estrada que seguia ao longo da margem esquerda do Tâmega, ligando *Tongobriga* a Várzea do Douro.

O Comércio do Minho, 19 Abril 1902; Vasconcelos, 1913: 372; Alarcão, 1988: 28.

Este conjunto de vestígios surge em torno² do castro de ARADOS (13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada; 29TNF650501; 480m (marco geodésico no Monte de Santiago – Alto de São Tiago).

² Foram também identificadas em Alpendurada (13.07.010 Porto, Marco de Canaveses, Alpendurada; 29TNF643483; 130m) inscrições religiosas encontradas num muro e num lagar do mosteiro de Alpendurada. Julgamos que são inscrições ali depositadas após a fundação daquele convento Beneditino e provenientes de outros locais:

1. Inscrição religiosa, hoje perdida.

Texto:

IOVI/OPTIMO/MAXVMO/FLAVVS/COROL/LEAE . F(ilius) /V(otum) . S(olvit) . L(ibens) / M(erito)
CIL II2376; Brandão, 1962: 23-51; Lanhas e Brandão, 1967: 34; Vives, 1972: 136; Tranoy, 1981: 317. Esta inscrição é referida por José Garcia (1991: 396) como proveniente de Várzea do Douro, freguesia vizinha de Alpendurada.

2. Inscrição imperial, provável lintel de templo, em granito, dedicada por um imperador júlio – claudiano, durante a 1ª metade do séc. I d.C., «podendo mesmo ser dedicada a Augusto» (Garcia, 1991: 498). Actualmente depositada no jardim do Museu Municipal de Marco de Canaveses.

Texto:

[—]TRIBVNICIA POT]ESTATE PONTIFI[CI MAXIMO...]/[—SA]CRVM. BRACARI[—]
Silva, 1984: 47; Garcia, 1991: 498.

O castro está delimitado por três muralhas. Este espaço castrejo não teve certamente qualquer importância para a política romana de ordenamento do século II, mas a região envolvente tinha solos de qualidade, propiciando intensa ocupação.

Fora destas muralhas, as encostas do monte de Santiago estão divididas de acordo com eixos ortogonais (Sudoeste/Nordeste e Sudeste/Noroeste). Esta divisão poderá fazer pensar que a encosta e o sopé eram vistos como um conjunto. Poderia a encosta garantir a pastorícia e o abastecimento de madeira. As terras do sopé, irrigadas naturalmente, garantiam os produtos para a alimentação.

Na base do monte, entre este e o rio Tâmega, passava a estrada que provinha de *Tongobriga* e ligava a Várzea do Douro.

Aguiar, 1947: 63-64; Almeida, 1978: 29; Azevedo, 1896: 258; Azevedo, 1898: 199-200; Azevedo, 1941: 2-3; Costa, 1706: 397; Lanhas e Brandão, 1967: 12-13; Mattoso, 1962: 3; Ponte, 1984: 111-114; Silva, 1986: 86; Silva, 1992: 23-38; Vasconcelos, 1905: 79-80; Vasconcelos, 1914: 16; Vieira, 1887: 500.

Esmoriz (Quinta de) (10)

13.02.019 Porto, Baião, Ancede

29TNF786523; 295m

Embora só se registem achados dispersos, o local tem óptima situação na encosta virada ao vale do rio Douro e boas condições geomorfológicas para aí ter existido uma *villa* ou uma aldeia.

Ancede (11)

13.02.019 Porto, Baião, Ancede

29TNF793508; 310m

Neste local foi identificada uma inscrição funerária, o que não nos permite adiantar qualquer interpretação para aquele sítio, apesar de ser um espaço com boas condições de habitabilidade.

Fortes, 1907: 289-290; Vasconcelos, 1913: 421, fig. 201; Barroca, 1984: 118.

Campo epigráfico 64 x 36,5.

Texto em maiúsculas:

IFILAVIN/VS. PERE/CRINI. F (*ilius*)/ANORVM XX/HIC. SEP/VLSVS TO/!...! PO

Ermêlo (Igreja Velha) (12)

13.02.019 Porto, Baião, Ancede

29TNF815506; 165m

Esta necrópole, de que se conhecem quatro sepulturas e *tegulae*, poderia pertencer a uma *villa* que existisse naquele espaço com boas capacidades para aproveitamento agrícola e muito bem situada.

O espólio cerâmico dos grupos 9, 11A e 12 (Dias, 1995; 1995c), que se encon-

tra em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, com o nº de inv. 1435, poderá pertencer a esta necrópole.

Vasconcelos, 1908: 669-672; *Jornal de Baião*, 48, 28 Nov. 1892.

Gestaço (13)

13.02.051 Porto, Baião, Gestaço

29TNF890588; 675m

Villa situada junto da via que ligava o vale onde encontramos, por exemplo, Bustelo e Carvalho de Rei, à região de Santa Marinha de Zêzere. Foi recolhido um tesouro de moedas do século IV.

Hipólito, 1961: 48; Alarcão, 1988: 29.

Loivos da Ribeira (14)

13.02.094 Porto, Baião, Loivos da Ribeira

29TNF908559; 250m

O local do achado da Necrópole poderia, pelas suas potencialidades agrícolas, integrar uma *villa*.

Cerâmica comum dos grupos 3A e 7A (Dias, 1995; 1995c), está em depósito no Museu Nacional de Arqueologia, com a referência 1437.

Paçal (15)

13.02.132 Porto, Baião, Santa Cruz do Douro

29TNF837524; 230m

Villa. Telhas, cerâmica, mó, moeda romana encontradas junto da Igreja de Santa Cruz do Douro³. No Museu Nacional de Arqueologia (nº Inv. 1439) encontra-se uma peça de cerâmica comum do grupo 11(DIAS, 1995; 1995c).

Vasconcelos, 1908: 671.

Bairral (16)

13.02.140 Porto, Baião, Santa Leocádia

29TNF771526; 375 m

Aldeia. Ara a «Iuppiter Optimus Maximus» e necrópole de inumação dos séculos III e IV.

³ Em Santa Cruz do Douro existem ainda três castros, cuja ocupação residual poderia ter continuado no período romano. Mantel (13.02.132 Porto, Baião, Santa Cruz do Douro, 29TNF843539; 515m). Castro fortificado com muralhas e fosso. Espólio no Museu Nacional de Arqueologia (nº inv. 400) (Vieira, 1887: 460; Vasconcelos, 1889: 177; Vasconcelos, 1908: 671; Silva, 1986: 87). Fieis de Deus (13.02.132 Porto, Baião, Santa Cruz do Douro; 29TNF824542; 709 m), onde foi recolhida cerâmica de construção e doméstica (Vieira, 1887: 449; Vasconcelos, 1908: 671; Alarcão, 1988: 29) e o de PRAM (29TNF826527; 406m) (Vasconcelos, 1908: 671).

Texto:

IOVI / O(*ptimo*) M(*aximo*) / FL(*avius*) FR(*onto*) / EX VOTO LIB(*ens*)

Vasconcelos, 1905: 379; Severo, 1907; Brandão, 1960: 78; Sousa, 1967: 181-196; Vives, 1972: 120; Barroca, 1984: 116-136; Alarcão, 1988: 29; Tranoy, 1991: 316; Garcia, 1991: 397.

A cerâmica comum dos grupos 11 e 12 (Dias, 1995; 1995c) da necrópole de Santa Leocádia está depositada no Museu Nacional de Arqueologia (nº inv.1438), e a ara no Museu do Seminário Maior do Porto.

3.1. Vias

A rede viária que identificamos na *civitas* ligava a capital a vários pontos do território embora o *Itinerário* de Antonino não faça nenhuma referência a estradas romanas na região em estudo. Das estradas que referenciamos, as evidências arqueológicas não permitem propor qualquer classificação como principal ou secundária. Quanto à construção, todas elas apresentam estruturas de construção idênticas, misturando os troços empedrados com os de terra batida.

Há, no entanto, que salientar a estrada que ligava duas capitais, *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*, notoriamente uma via estratégica e de interesse inter-provincial. As outras vias seriam de interesse regional, embora consideradas vias públicas (*itinerata publica*) e não de interesse privado (*uiae uicinales*), pois atravessavam várias zonas, ligavam povoações e serviam diversas *villae*.

1. *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta* (troço *Bracara Augusta* – *Tongobriga*)

Para o troço *Bracara Augusta* a *Tongobriga* são apontados vários possíveis traçados. Deste identificámos, com nº 1, o troço Braga, S. Martinho de Sande, Vila Fria, Vizela, Estrada, Refontoura, Lixa, Figueiró, Pidre, atravessava a actual povoação de Pimpinela, percorria a base do castro de Banho pelo lado Oeste, Carreira Chã, Torre, descendo pelas freguesias de Banho e Carvalhosa em direcção ao vale do rio Odres, Póvoa, seguia a Constance, Canaveses, onde atravessava o Tâmega por ponte, seguia a Tuías e *Tongobriga*.

Em Tuías foi recolhido um marco:

Miliário de Tuías – Valentiniano e Valente (364-375)

Pelo local onde foi encontrado, poderia sinalizar a última milha antes de atingir *Tongobriga*. Estaria a cerca de 1.472,5 metros de distância, na via que passava junto do circo daquela cidade.

2. *Bracara Augusta* – *Magnetum* – *Tongobriga*

Identificámos com o nº 2 a via Braga, S. Martinho de Sande, Caldas das Taipas,

Caldas de Vizela, Meinedo. Aqui bifurcar-se-ia, uma para Monte Mozinho, outra para *Tongobriga* (Alarcão, 1988, 91). Esta via que provinha de Meinedo seguia pela margem direita do rio Tâmega, mas também ligava com a que atravessava o vale de Croca que seguia até Quires, Bidebasta, Boriz, Pedras, Arvio, Torre, Avedada, Penides, S. Pedro, Rua, Canaveses.

Pelos vestígios que existem das vias nº 1 e 2, confirma-se que se juntavam no lugar de Rua, nas proximidades da ponte em Canaveses.

3. *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta* (troço de via *Tongobriga* – Aregos) Estrada de interesse interprovincial.

Parte do troço que confirmamos entre *Tongobriga* e Aregos passava sucessivamente por *Tongobriga* – Soalhães – Ladário – Outeiro (Alt. 430m) – Lugar do Castro (Alt. 380m) – Mesquinhata (Alt. 400m) – Casal – Geguintes – Carreirinha – Passadouro – Loureiro – Ponte de Gove. Daqui poderiam derivar três troços. Um seguia por Portela – Vale de Coelho – Senhora das Boas Novas – Venda – Caldas de Aregos. Outra seguia a Ancede e Porto Manso. O terceiro iria por Vila Monim – Cedofeita – Senra – Tomé de Covelas – Outeiro – Lama Susa – Barreiro – Santa Marinha do Zêzere.

Deste percurso conhecem-se 3 marcos:

Miliário de Freixo (*Tongobriga*) – século III/IV d.C.⁴

Saindo de *Tongobriga* a caminho da ponte que atravessava o rio Tâmega em Canaveses, encontramos também um miliário.

Foi visto ainda junto da Igreja em 1882 e posteriormente mutilado (Vasconcelos, 1916: 324). Partes deste marco, sem qualquer inscrição, foram encontradas em Dezembro de 1992, nos alicerces, aquando das obras de recuperação de uma casa para instalação da sede da Escola Profissional de Arqueologia.

Texto em maiúsculas:

INVICTO / AVG.P.M / TRI.P.P.P.

Sarmiento, 1889: 236-238; Capela, 1895: 247; Vasconcelos, 1916: 324; Vasconcelos, 1935: 3; Tranoy, 1981: 394.

Miliário de Soalhães – Marco de Constantino II, 337-340, indica a milha 8 (Cortez, 1951: 17-58; Alarcão, 1988: 29).

A milha corresponderá a 1.472,5/1480 metros⁵, distância que seria percorrida

⁴ Sarmiento, 1889-1889: 236-238; Capela, 1895: 247; Vasconcelos, 1916: 319-325; Vasconcelos, 1935: 3; Monteiro, 1955; Dias, 1980: 13; Tranoy, 1981: 393-394.

⁵ Distância apontada por alguns autores (Hervas, 1971: 22), (Tranoy, 1981: 206), (Tabula Imperi Romani, 1991) como 1480 metros e por outros (Colmenero, 1976: 31-43) como 1660 metros. Para a região em estudo partilhamos a opinião dos que apontam 1472,5/1480m, pois não há razão para que a milha tivesse um valor diferente no Noroeste.

com 1000 passos. Freixo está actualmente, por estrada, a 11,5 kms de Soalhães. Logo, 8 milhas correspondem a 11,7 kms.

Isto poderá fazer pensar que a marcação das milhas se iniciava em *Tongobriga*.

Miliário da Carreirinha – Surgiu após as invernias de 1930, no lugar da Carreirinha, entre Mesquinhata e Gôve. (Monteiro, 1945: 179-181; Figueira, 1945: 183-185; Barroca, 1984: 118; Alarcão, 1988: 29; Dias, 1989: 143-146). A que distância estará este marco do de Soalhães, pela estrada romana? É mais antigo que o de Soalhães (253-268) – Galiano. Segundo Eugénio JALHAY, data de 253-259 (Monteiro, 1948: 52). O topónimo Carreirinha sugere a via antiga.

Este miliário está depositado no Museu de Baião.

Texto:

«CAES. PVBLIO / LICINIO VALERIANO / GALIENO GERMA NICO. INVICTO PIO / FELICI. AVG. PONT. / MAXIMO. TRIB. POT. / COS. PRO. CONS. P. P.»

Este troço fazia parte da via que provinha de *Bracara Augusta* e ligava a *Emerita Augusta*. Um miliário recolhido (CIL6214) em S. Martinho de Sande – Guimarães, indica a milha 4 e data de Trajano. Se aceitarmos a construção da ponte de Canaveses também no governo de Trajano (Monteiro, 1948, 50), podemos pensar que este eixo viário foi obra do início do século II. Poderá integrar-se esta construção na intervenção antonina, normalmente com Trajano e Adriano, sentida nos tramos de maior importância estratégica para a integração da Meseta Norte (Cruz, 1992, 198) e da bacia do Douro na nova cultura. No entanto, só nos séculos III e IV ele seria marcado com miliários. Apesar de poder ser posta a hipótese de terem entretanto desaparecido outros exemplares que marcassem a mesma via, se atendermos aos quatro conhecidos e à sua localização, somos levados a pensar que foram instalados sobre a estrada principal marcando a aproximação a *Tongobriga*, quer para quem se aproximava de Sudeste (Aregos – rio Douro), quer para quem vinha de Noroeste (*Bracara Augusta* – Canaveses).

Esta via foi traçada de modo a servir não só as povoações romanas como também serviu castros que poderão ter continuado a ter um papel significativo na região. Se, no caso do castro de Solhão se poderia pensar que a estrada aproveitou um caminho antigo, no caso de Porto Manso a povoação que ali existia assistiu à construção de uma estrada lajeada segundo todas as tecnologias romanas.

Em terra batida seria todo o troço que ligava Gove, Vila Monim, Cedofeita, Senra, Tomé de Covelas, Outeiro, Lama Susa, Barreiro a Santa Marinha de Zêzere.

A ligação para Sul, depois de atravessar o rio Douro em Porto Manso ou em Aregos, era feita atravessando a serra de Montemuro, seguindo a Castro Daire e a Viseu.

4. *Tongobriga* – Arados/Várzea do Douro/rio Douro

Este caminho/via foi traçado de forma harmoniosa, procurando vencer os pon-

tos mais altos através de subidas suaves, o que só foi possível porque todo o percurso foi traçado em cotas elevadas, com o intuito de facilitar a circulação de «longo curso», descendo aos povoados através de caminhos que serviam como variantes à via principal.

Esta via tinha o seguinte percurso: *Tongobriga* – Covas – Esmoriz – Rosém de Cima (vale de Rósem) – Alto do Confurco – Chentadiços – Estrada – Lamoso – Golas – Vila – Requim de Cima – Requim de Baixo – Mondim – Memorial – Vista Alegre – Ventosela – Várzea do Douro/Bitetos/rio Douro.

Curiosamente, as *Memórias Paroquiais* em 1758, da Paróquia de Várzea do Douro, referem o movimento de pessoas e mercadorias que era feito através do porto de Bitetos, na segunda semana da Quaresma, especialmente motivado pela feira que era feita no Freixo durante 4 ou 5 dias. Sabemos que esta feira ainda se fazia em 1886. Certamente que o movimento de pessoas e mercadorias far-se-ia ainda, desde aquele porto fluvial até ao Freixo, através desta estrada.

O território de *Tongobriga* era ainda atravessado por outras vias, as quais não referimos por não terem ligação com as terras marginais do rio Douro.

2. ANÁLISE DE RITMOS DE POVOAMENTO

A região a Norte do Douro, definitivamente integrada no Império Romano na época de Augusto, poderá não ter sido organizada de imediato em *civitates*. Com o decorrer do século I e os progressos da romanização no tempo dos júlio-cláudios, foi possível o reordenamento flaviano que introduziu nesta região aquele regime político-administrativo. Como noutras zonas do Império (Whittaker, 1990: 110-118), também nesta região continua problemático o conceito de *vicus* e *civitas*, quer no seu estatuto jurídico-administrativo, quer no verdadeiro e real papel que tinham, de facto, no panorama sócio-cultural e económico.

Em 73-74, Vespasiano, lançado nas lutas políticas (Mangas, 1988: 299), concede o *ius Latii* a toda a Península, mas a implantação político-administrativa estava ainda «gradualmente» em curso, como prova o *terminus augustalis* (97-98 d.C) encontrado em Goujoim (Silva, 1982: 93-94).

Na região que estudamos, não se conhece o tipo de ocupação que os castrejos faziam dos solos com aptidão agrícola, mas, independentemente disto, parece-nos claro que, na época romana, a ocupação se fez seguindo os modelos que lhe eram vulgares, quer na perspectiva estrutural, quer na económico-financeira, tanto mais que se estava perante aquilo que Greg Woolf (1990, 45) chama periferia abastecedora de produtos e contribuinte com impostos.

Apesar do papel importante das cidades de então de que era exemplo *Tongo-*

briga, a terra era a principal fonte de riqueza e, mesmo quando esta se manifestava no meio urbano, a maioria, se não a generalidade, provinha do meio rural e da produção agrícola, reforçando a ideia de que era o campo que estruturava o centro e não este que estruturava o território (Balil, 1987). Se perspectivada exclusivamente segundo a vertente económica, encontramos uma relação entre cidade e campo algo desequilibrada, chegando mesmo a apontar-se o exemplo da «cidade de consumo» em oposição ao campo produtivo (Duby, 1980: 16).

Muito apoiadas nas rendas que provinham da terra, as cidades como *Tongobriga* e *Aquae Flaviae* (Le Roux e Tranoy, 1984: 206-207) tinham um papel estruturante no território, numa perspectiva jurídico-administrativa, já que, para além de poderem servir como ponto de apoio dos *vici*, e também dos *castella*, eram indispensáveis para capitalizar o desenvolvimento da «romanização», a qual, fazendo profundas alterações nos sistemas económicos e sociais, implicava também mudanças profundas na paisagem, muito sentidas na alteração do coberto vegetal e sedimentar.

Embora algumas das melhores terras já estivessem certamente ocupadas, na época romana, numa primeira fase, ocupar-se-ão terrenos ainda livres e recuperar-se-ão outros para a prática agrícola; ter-se-á implantado um sistema de ordenamento da terra que poderá não ter passado por sistemas fixos ou uniformes, já que geomorfologicamente a região não facilita a instalação de sistemas rígidos. Registamos ocupação concentrada nas zonas de Alpendurada e Várzea do Douro, na zona de confluência do Tâmega com o Douro. Daqui até Paços de Gaiolo, Pala e foz do rio Ovil, a encosta abrupta sobre o Douro não facilitava a instalação de estruturas agrícolas. Depois, sucedem-se *villae* em Ancede, Santa Cruz do Douro, Santa Marinha do Zêzere, Loivos da Ribeira e Gestaçô.

Ao analisarmos a expansão da ocupação nos terrenos próximos dos castros e do seu próprio dinamismo (Almeida, 1986, 163), haverá que considerar duas situações: a expansão urbana e a rural. A urbana, como no caso de *Tongobriga*, deu-se através da forte adaptações de espaços para implantação de novos edifícios; a expansão rural, especialmente dos castros, deu-se para terras próximas, quer situadas no sopé quer um pouco mais distantes mas ligadas visualmente. Salientamos o exemplo do castro de Solhão (Soalhães, Marco de Canaveses) em que essas terras de sopé são ainda hoje conhecidas por «vale trajana». Algo de semelhante pode ser observado ao longo dos espaços do vale, rico em água, que se estende de Mesão Frio (308m) a Loivos da Ribeira (350m), Loivos do Monte (796m), Ribeira de Carneiro (650m), Padornelo (250m), Amarante (200m) e Ladário (430m). Aqui se denota uma intensa ocupação humana e plena continuidade do uso dos terrenos. Este fértil vale, com intensa ocupação, foi atravessado por estrada romana por onde, provavelmente, era também encaminhado o minério explorado no Marão, com destino às zonas acostáveis do rio Douro, o que poderá

ajudar a compreender a quantidade de vestígios arqueológicos identificados ao longo deste vale e, em especial, em Gestação, Santa Marinha de Zêzere, Loivos da Ribeira e em Frende.

A qualidade dos solo agrícolas justificará também a concentração humana na região de Alpendurada.

Deste comportamento dos séculos I e II⁶, resultou a solidificação de alguns núcleos de habitações construídas junto dos campos de cultivo. É natural que estas novas habitações, contruídas com fins estritamente estratégicos para estarem próximas das terras que diariamente precisam de trabalho do homem, pudessem ficar próximas, numa relação de vizinhança, de entreajuda e até de fiscalização mútua. Identificámos alguns destes sítios que denominamos «aldeias», como por exemplo em Bairral.

Porque a terra era a principal fonte de riqueza, os romanos, habituados e conhecedores do sistema de agricultura extensiva (Gorges, 1979: 79), procurariam encontrar um *fundus* que garantisse a rentabilidade desejada. O seu poder económico era suficientemente forte para abalar a economia de subsistência que então estava instalada entre a sociedade castreja. As características geomorfológicas da região obrigavam certamente à constituição do *fundus* descontínuo, usando este termo como alternativa ao *fundus* contínuo (Alarcão, 1980: 176), bem exemplificado no Alentejo.

Eram poucas as grandes cidades romanas do Império que tinham a esperança de satisfazer as suas próprias necessidades graças aos terrenos próximos que as envolviam. Reconhecemos que a história económica do Império é praticamente o relato de como dez por cento da população, que vivia nas cidades, se alimentava graças ao trabalho (Brown, 1989: 19) dos restantes noventa por cento que laborava nos campos.

Se a construção de uma cidade como *Tongobriga* comprova que a presença romana se fez através de pessoas conhecedoras das técnicas de engenharia, arquitectura, para além de bons aplicadores dos princípios estruturantes duma sociedade urbana, parece-nos claro que a mesma presença qualitativa se fez sentir na estruturação da economia agrícola.

Em *Tongobriga*, no território que envolvia esta urbe, poderíamos, já ao longo do século I, ver o desenvolvimento de uma estrutura de economia agrícola em que, ao lado dos *fundi*, continuaram a existir os terrenos de menor aptidão agrícola, mas que também eram cultivados.

Quando falamos de romanização desta região em que se integrava *Tongobriga*, temos em conta o conceito de afinidade com que Jorge Dias (1982: 127-

⁶ A proximidade entre Valadares, onde registamos moedas datadas de 101 e 55 a.C., e o vicus em Santa Marinha do Zêzere, pode fazer-nos recuar a data de influência dos romanos na região. Não temos outras referências, para além dessas moedas encontradas em 1903.

-134) justifica algumas relações entre paisagens naturais e a cultura local e regional, embora saibamos, agora, que a influência romana foi muito mais intensa e marcante nestas regiões a Norte do rio Douro, diluindo muito a dicotomia em que se apoiava na comparação com as terras do Sul.

Embora não tenhamos provas evidentes da presença de colonos na região em estudo, poderá ter-se passado algo de semelhante ao que é registado noutras regiões, como Salamanca (Frias, 1993: 183). Poderá ter sido importante a diversificação das culturas introduzidas, nomeadamente as árvores de fruto, tais como a nogueira e a vinha (Marival e Ruas, 1991: 427), a que acresce, aqui, provavelmente a oliveira. No entanto a produção de vinho não está muito documentada no Noroeste Peninsular e apesar da vulgaridade dos *dolia* que serviam para armazenamento de produtos, o reduzido número de ânforas recolhidas em escavações arqueológicas não nos permite pensar que era um produto que tivesse muita circulação na região. Em contrapartida, a produção de azeite pode ter tido um papel importante na economia local⁷, tanto mais que o azeite hispano terá sido (Domergue, 1972: 620) muito apreciado no Império a partir de meados do século I, tornando-se muito lucrativa a sua produção.

Em toda estas «inovações» agrícolas, teve papel determinante a água, já que esta valoriza ou condiciona os terrenos, influenciando seriamente o regime de independência e de vizinhança.

Desde logo, o regime agrícola tipicamente romano, pelas próprias exigências do tipo de produção, não era possível nesta parcela do Noroeste se as propriedades não fossem autónomas em abastecimento de água. Eram propriedades atravessadas por rios e ribeiros de caudal constante, com fontes e nascentes donde jorrava a água, descendo as encostas por linhas de água bem definidas.

Se, na Hispânia mediterrânica, a propriedade foi tratada à semelhança da Itália e estava administrativamente estabilizada com Augusto (Acuña, 1991: 324), a «revolução» no regime de propriedade e de uso do solo na região em estudo ter-se-ia dado só durante o século I, embora deixando muitos dos terrenos ainda segundo o uso anterior.

A Norte do rio Douro, perante as condições geomorfológicas que favorecem vales encaixados e obriga ao uso das encostas para fins agrícolas, torna-se impe-

⁷ Embora a oliveira e a produção de azeite estejam tradicionalmente ligadas à região, a documentação é-lhes parca em referências. Tem interesse para a história contemporânea local a observação da fotografia aérea mais antiga (nº 5022 e 5023, RAF,1947) que conhecemos da região. No sentido Sudoeste/Nordeste, o plantio de oliveira aparece perfeitamente alinhado nos terrenos do Freixo até à estrada de Tuías. Esse alinhamento é muito intenso nos terrenos que hoje são a zona industrial, bem como do lado Oeste da actual estrada Marco/Régua. Os alinhamentos são visíveis até ao rio de Galinhas e até à zona um pouco a Oeste do terreno da Pedreira. Estes grandes alinhamentos só seriam possíveis se existisse a noção de vasta propriedade e com gestão conjunta. Curiosamente, o espaço urbano de *Tongobriga* é alheio a estes alinhamentos evidenciados nos terrenos envolventes.

rioso fazer a análise das relações entre a cidade romana e o seu espaço rural, na perspectiva da organização e da influência mútua, perante as diversidades de estatuto jurídico-administrativo que a cidade podia assumir.

No território de *Tongobriga* (*Tongobrigensium*), a evolução interrelacionável entre sistema agrícola e mudança de paisagem dar-se-ia predominantemente no final do século I d.C., com a conseqüente alteração profunda das estruturas sociais.

Apesar de poder ter existido anteriormente alguma relação «cidade-campo», com estruturas ténues em *Tongobriga*, a cronologia de construção do seu centro urbano, no último quartel do século I, leva a concluir que só desde então o «peso» da cidade se fez sentir solidificando conseqüentemente as actividades que a tornaram gradualmente numa urbe que assegurava as *funções centrais* de então.

Assim, no século II, já poderíamos ver propriedades agrícolas romanas adaptadas às características geomorfológicas da região a Norte do rio Douro. Observámos que os sítios escolhidos para a instalação de estruturas agrícolas consideradas como possíveis *villae* (Losada, 1987: 87), são geralmente bem seleccionados, rodeados de terras férteis, instalados em lugares saudáveis, abundantes em água, com boas vistas, paisagem agradável.

A estrutura geomorfológica da região ajuda à criação de unidades agrícolas apoiadas num núcleo central, rodeado de terrenos férteis, bem irrigados pelas ribeiras e pela água das encostas (Gorges, 1993: 260). Poderíamos, neste caso, ter a casa de habitação do proprietário no interior do *fundus* onde também estava o conjunto das casas dos que trabalhavam como serviçais.

Podemos identificar alguns exemplos destas estruturas agrícolas envolvendo *Tongobriga*, em Manhuncelos, Magães-Maganis (Fernandes, 1990: 275), Covas, Outeiro, Tuías, no vale do rio de Galinhas, Carvalheira, Cristelo. Na zona marginal do rio Douro apontamos o lugar de Esmoriz em Ancede, Paçal em Santa Cruz do Douro e Gestaô.

Genericamente, nestes casos, podemos ver a organização do território agrícola bem adaptado às características geomorfológicas: as cortinhas e as hortas estavam em terrenos situados junto da casa de habitação; os pomares e outras culturas associadas estariam em terrenos um pouco mais afastados embora com ligação directa à casa; as bouças, em terrenos situados em pontos mais altos e pedregosos; agros/agrais, em terras planas e enxutas para cultura cerealífera; linhares, em terrenos situados junto das nascentes de água; prados, nos terrenos situados no fundo dos vales.

Estas unidades agrícolas, com uma área entre 15 e 30 hectares⁸, com autêntico estatuto de *villae*, com *fundi* de pequena ou média dimensão (Gorges, 1979: 98) e

⁸ Calculado simultaneamente com base nos limites naturais de cada uma das unidades geomorfológicas e na equidistância entre os núcleos centrais de cada uma delas e os eventuais colimites de propriedade.

com solos férteis e rentáveis, poderiam também ter necrópole, já que, em alguns casos, ela se situava em terrenos que integravam a propriedade. Pelos elementos recolhidos nas necrópoles, é-nos impossível confirmar a hipótese de identificarmos de modo diferenciado as necrópoles de aldeia e as necrópoles das *villae*. Quando o apontamos de forma diferenciada, fazemo-lo tão só com base na «lógica» que o romano teria no uso do território. Por exemplo, na região da actual freguesia de Alpendurada, Marco de Canaveses, poderia ter existido uma «aldeia», para além das *villae* que aproveitavam as terras férteis, com boa exposição solar e com abundância de água. Devido à riqueza destas terras, estas *villae* não necessitavam de *fundi* extensos, o que se adaptava perfeitamente à morfologia da região.

O campo era, naturalmente, o centro da actividade agrícola e, como tal, o que marcava o ritmo de vida. O tempo que o lavrador gastava para trabalhar o campo era, para ele, o relógio do dia a dia. A unidade agrária (Chouquer e Favory, 1991: 72) mais generalizada era o espaço que podia ser lavrado por uma junta de bois durante um dia de trabalho (Varrão, *Rerum rusticarum*). A jeira, ainda hoje, na região, significa medida e unidade de trabalho agrícola.

Plínio o Velho (HN,18,3,9) chama *Jugerum* «porque pode ser trabalhado num dia de trabalho por uma junta de bois». Há pois uma estreita ligação entre o papel desempenhado pelo arado (Dias, 1948)⁹, a técnica de atrelagem dos bois e a unidade de superfície medida pelo tempo de trabalho necessário à sua lavoura.

Entre os romanos, a unidade agrária generalizada era o *actus*, materializada num quadrado de 120 pés¹⁰ de lado, e o *Jugerum* correspondente a dois *actus*, 240 pés por 120 pés. No Império, estas unidades agrárias foram muito adaptadas às realidades das diferentes regiões (Chouquer e Favory, 1991: 69-73), embora referindo-se a algumas unidades-padrão (Chouquer e Favory, 1992: 80).

Na zona em estudo, esta medida de tempo poderá corresponder à «Vessada» topónimo vulgar na região, associado a espaço de terra fértil e regadia. Este espaço de terra é, também, considerado como suficiente para garantir a sobrevivência da pessoa que o trabalha.

Quando observado no conjunto do território, podemos interpretar «Vessada» como correspondente a terrenos divididos de acordo com medida tipo. O facto de Fortuna ser particularmente honrada por libertos e o seu culto estar comprovado (Encarnação, 1990: 453) em *Tongobriga* poderia levar-nos a fazer a associação entre esses libertos e as «vessadas». Estas parcelas de terras podiam ser atribuídas a libertos, os quais obtinham a sua independência e tinham garantida a subsistência com o produto que elas propiciavam. No entanto, não temos evidências arqueológicas que permitam obter qualquer resposta.

⁹ Arado radial (DIAS, reed. 1982: 129).

¹⁰ Pé com uma medida equivalente a 0,2957 m.

Quem trabalhasse nestas «vessadas» poderia viver num aglomerado de casas, a aldeia, a que corresponderia uma necrópole. Estas aldeias seriam algo de semelhante ao que foi identificado na Gália romana, e designado como «aglomerado rural» (OSSEL, 1992: 19).

A morfologia montanhosa da terra, nesta região, permitia ainda que em sítios mais afastados e até algo isolados, servidos por *viae vicinales*, existissem pequenos lugarejos onde o homem trabalharia a terra próxima que o rodeava, aproveitando as pequenas leiras abundantemente irrigadas por nascentes.

As economias locais e regionais eram também muito marcadas pela riqueza mineira. Apesar de não haver indícios seguros, as minas de estanho que existem na região, especialmente na serra do Marão, deviam ser do conhecimento dos romanos, senão na totalidade pelo menos parcialmente. O metal não era todo trabalhado na Península (Petit, 1974: 157), e a maior parte deveria ser exportado, provavelmente por via fluvial e marítima, o que nos permite, também neste aspecto, ver o rio Douro com particular importância na época.

Apesar de defendermos que o território de *Tongobriga* tinha como limite a serra do Marão, pelo que a actual região de Mesão Frio e Régua já estaria sob jurisdição de outra capital de civitas que desconhecemos, é facto que a demarcação da diocese do Porto, em 569-582, tinha como limite do lado Nascente a foz do Corgo, estendendo-se daqui até ao Marão numa estreita faixa paralela ao rio Douro. Isto leva-nos a pensar que o rio era a via de ligação mais directa e o uso do barco como o meio rápido e privilegiado para ligar o Porto à região que actualmente é a cidade da Régua. Atendendo às dificuldades de deslocação que existiriam entre *Cale/Portucale* e a foz do Corgo através da rede de estradas romanas no século VI, julgamos difícil de entender que, se não fosse o rio Douro, a foz do Corgo pudesse ter então ficado sob jurisdição do Porto.

Apesar da rede de estradas que proporcionava boas relações, a cobertura de grandes distâncias era morosa, especialmente quando feita por carros. A viagem por estrada desde o litoral até *Tongobriga* demoraria um dia e daqui até à foz do Corgo, com passagem pelo *vicus* em Santa Marinha do Zêzere, dificilmente se faria noutro dia, o que obrigava a dois dias de cansativa viagem. Apesar de pouco documentado arqueologicamente, o uso dos barcos de rio poderá ter tido um importante papel na economia da época. Alguns pontos que facilitavam a acostagem, como Várzea do Douro, Porto Manso, Vimieiro e Seara no rio Douro; Portinho no rio Tâmega, eram seguramente *interfaces* de mercadorias e de circulação de pessoas.

A observação aprofundada do território permite-nos afirmar que a partir do século II existia um ordenamento das regiões envolventes do rio Douro e em que ele era como que uma espinha dorsal.

3. BIBLIOGRAFIA REFERIDA

Documentos Medievais Portugueses, edição de Rui AZEVEDO, Lisboa, 1962.

ESTRABÃO, Livro III da GEOGRAFIA, Primeira contribuição para uma nova edição crítica por Francisco José VELOSO e José CARDOSO, *Amphitheatrum-Studium Generale*, Porto, 1965.

4. ESTUDOS

ACUÑA, F. – *Mosaicos Romanos de Hispania Citerior, Conventus Bracarenensis*, Santiago de Compostela, 1974.

ACUÑA, M. – Problemas de la implantación agraria romana y la organización del territorio en la Península Ibérica en el Alto Império, *Espacio, Tiempo Y Forma*, Historia Antigua, 2, 4, Madrid, 1991, p. 319-350.

AGUIAR, M. Vieira – *Descrição Histórica, Corográfica e Folclórica de Marco de Canaveses*, Porto, 1947.

ALARCÃO, J. – *Os Problemas da Origem e da Sobrevivência das Villae Romanas do Norte do País*, Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães, 1980, p. 171-179.

ALARCÃO, J. – *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1988.

ALARCÃO, J. – *Roman Portugal*, 2, Warminster, 1988b.

ALMEIDA, Carlos Alberto F. – *Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto», 3, Porto, 1972, p. 113-136.

ALMEIDA, Carlos Alberto F. – *Sondagens Arqueológicas em Frende (Baião)*, «Archaeologica Opuscula», 1, Porto, 1975, p. 29-39.

ALMEIDA, Carlos Alberto F. – *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho (desde as origens até 1220)*, Porto, 1978 (policopiado).

ALMEIDA, Carlos Alberto F. – *Arte Castreja, A sua Lição para os Fenómenos de Assimilação e Resistência à Romanidade*, «Arqueologia», 13, Porto, 1986, p. 161-172.

IZARRA, François – *Hommes et Fleuves en Gaule Romaine*, Paris, 1993.

AZEVEDO, A. Antunes – *Viagem à volta do Marco*, «Jornal O Marcoense», nº 354, Marco de Canaveses, 1941, p.2-3.

AZEVEDO, P. A. – *Ponte do Arco, Arados, Aliviada*, «Arqueólogo Português», 2, Lisboa, 1896, p. 191 e p. 258.

AZEVEDO, P. A. – *O Território de Anégia*, «Arqueólogo Português», 4, Lisboa, 1898, p. 199-200.

BALIL, Alberto – *Forum y fora en el noroeste peninsular*, in *Los Foros Romanos de las Provincias Occidentales*, Madrid, 1987, p. 143-146.

BALIL, Alberto – *Bracara Augusta y el Conventus Bracarus, La Romanización de Galicia*, Corunha, 1992, p. 47-53.

BARROCA, M. Jorge – *Notas sobre a ocupação Medieval em Baião*, «Arqueologia», 10, Porto, 1984, p.116-136.

- BLÁZQUEZ, J. M. – *Religiones primitivas de Hispania*, Fuentes literarias y epigráficas, I, Madrid, 1962.
- BRANDÃO, Domingos P. – *Ara dedicada a Júpiter de Carvalho de Rei*, «Douro-Litoral», 9, 4, Porto, 1959, p. 903-913.
- BRANDÃO, Domingos P. – *Novas Estelas Funerárias de Várzea do Douro*, «Revista de Guimarães», 70, 1-2, Guimarães, 1960, p. 185-196.
- BRANDÃO, Domingos P. – *Monumento Sepulcral em forma de ara com inscrição latina de Santa Marinha do Zêzere*, «Revista de Guimarães», 70, 3-4, Guimarães, 1960b, p. 485-490.
- BRANDÃO, Domingos P. – *Ara dedicada a Júpiter de Santa Leocádia de Baião no Museu do Seminário Maior do Porto*, «Humanitas», 11-12, Coimbra, 1960c, p. 76-79.
- BRANDÃO, Domingos P. – *Inscrição Lusitano-Romana inédita de Várzea do Douro (Marco de Canaveses)*, «Revista de Guimarães», 71,1-2, Guimarães, 1961, p. 135-40.
- BRANDÃO, Domingos P. – *As Inscrições luso-romanas dos apontamentos de Frei Bento de Santa Gertrudes*, «Lucerna», 2 (1-2), Porto, 1962, p. 23-51.
- BROWN, Peter – *El Mundo en La Antigüedad Tardia*, Londres, Madrid, (1ª ed. 1971), 1989.
- CAPELA, M. – *Miliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal*, Porto, 1895, p. 247.
- CARDOZO, Mário – *Catálogo do Museu Martins Sarmiento*, Guimarães, 1962, p. 148-149.
- CARDOZO, Mário – *Catálogo do Museu Martins Sarmiento, Secção de Epigrafia Latina e Escultura Antiga*, Guimarães, 1972.
- CENTENO, Rui – *Circulação Monetária no Noroeste da Hispânia até 192*, Porto, 1987, p. 154.
- CHOUQUER, Gérard; FAVORY, François – *Les Paysages de L'Antiquité*, Paris, 1991.
- CHOUQUER, Gérard; FAVORY, François – *Les Arpenteurs Romains, Théorie et Pratique*, Paris, 1992, p. 80.
- COLMENERO, A. Rodriguez – *La Red Viaria del Sudeste de Galicia*, «Anexo de Hispania Antiqua», Valladolid, 1976, p.31-43.
- CORTEZ, Fernando Russell – *As escavações arqueológicas do castellum da Fonte do Milho. Contributo para a demogenia duriense*, «Anais do Instituto do Vinho do Porto», 12 (1), Porto, 1951, p. 17-88.
- COSTA, P. António Carvalho – *Corografia Portuguesa*, I, Lisboa, 1706, p. 397.
- CRUZ, António – *Notícia da Necrópole de São Tiago de Arados, século XVIII*, «Trabalhos de Antropologia e Etnografia», 11, Porto, 1948, p. 329-349.
- CRUZ, Júlio G. S. – *La Intervencion Antonina en la red viaria de la Meseta Superior en el Siglo II d.C.*, «Hispania Antiqua», 16, Valladolid, 1992, p. 189-200.
- DIAS, Jorge – *Os Arados Portugueses e as suas prováveis origens*, Lisboa, 1948.
- DIAS, Lino Tavares – *Área Arqueológica do Freixo (Escavações1980)*, Marco de Canaveses, 1980.
- DIAS, Lino Tavares – *Estação Arqueológica Romana de Paleagas – Freixo*, «Arqueologia», 2, Porto, 1980 (b), p. 274-276.
- DIAS, Lino Tavares – *Estação Arqueológica de Freixo – Marco de Canaveses*, «Arqueologia», 9, Porto, 1984, p. 86-90.
- DIAS, Lino Tavares – *Área Arqueológica de Freixo*, «Informação Arqueológica», 4, Lisboa, 1984 (b), p. 77-85.

- DIAS, Lino Tavares – *Área Arqueológica de Freixo*, «Informação Arqueológica», 5, Lisboa, 1985, p. 106-107.
- DIAS, Lino Tavares – *Área Arqueológica de Freixo*, Guia de visita/Edifício termal romano, Marco de Canaveses, 1986.
- DIAS, Lino Tavares – *Área Arqueológica de Freixo como espaço colectivo. Uma cidade romana*, Actas do 1º Congresso de História Antigua, 3, Santiago de Compostela, 1988, p. 27-30.
- DIAS, Lino Tavares – *Tongobriga, Os Caminhos Romanos que ali Chegavam*, «Arqueologia», 19, Porto, 1989, p. 143-146.
- DIAS, Lino Tavares – *Necrópoles no Territorium de Tongobriga, Conimbriga*, Coimbra, 1994, p. 107-136.
- DIAS, Lino Tavares – *Cerâmica Comum em Tongobriga*, 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Actas VI, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», 35 (2), Porto, 1995, p. 325-340.
- DIAS, Lino Tavares – *Tongobriga*, Dissertação de Doutoramento, ed. prov. policopiada, Porto, 1995 (b).
- DIAS, Lino Tavares – *Cerâmica Comum em Tongobriga – Descrição e Taxonomia*, Complemento à dissertação de Doutoramento, ed. prov. policopiada, Porto, 1995 (c).
- DOMERGUE, Claude – *Rapports Entre la Zone Minière de la Sierra Morena et la Plaine Agricole du Guadalquivir à L'Époque Romaine, Notes et Hypothèse, Structures Agraires Antiques dans la Région de Séville, Essai de Problématique*, «Mélanges Casa Velasques», 8, Paris, 1972.
- DUPRÉ, Nicole – *Vigne et vin dans la région de l'Èbre antique*, Actes du Colloque Archéologie de la Vigne et du Vin, Paris, 1988, p.123-141.
- ENCARNAÇÃO, José d' – *Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães*, «Revista de Guimarães», 80 (3-4), Guimarães, 1970, p. 207-238.
- ENCARNAÇÃO, José d' – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa, 1975.
- ENCARNAÇÃO, José d' – *Pinho Brandão, Epigrafista*, «Lucerna», Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, Porto, 1984, p. 203-211.
- ENCARNAÇÃO, José d' – *O Domínio Romano: A religião*, in *Nova História de Portugal*, 1, Lisboa, 1990, p. 442-461.
- FERNANDES, A. Almeida – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Separata do Arquivo do Alto Minho, 14, 15, 16, Viana do Castelo, 1968.
- FERNANDES, A. Almeida – *A Toponímia da Beira-Alta no Dicionário Onomástico Etnológico de José Pedro Machado*, «Beira Alta», 48, 1, 2, Viseu, 1989, p. 109-142.
- FERNANDES, A. Almeida – *Oposição toponímica à doutrina do despovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII – X*, Actas IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga, 1, Braga, 1990, p. 225-282.
- FIGUEIRA, Joaquim Fernandes – *O Marco da Carreirinha (Baião)*, Pedro Vitorino in *Memoriam*, Porto, 1945, p. 183-185.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa – *Da Navegação do Douro*, Actas do I Congresso de Arqueologia Portuguesa, Porto, 1962, p. 193-212.

- FILGUEIRAS, Octávio Lixa – *Remanescentes de Formas de Navegar Pré-Romanas em Uso no Noroeste Peninsular*, Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia, Porto, 1974, p. 223-247.
- FORTES, José – *Notícias Epigráficas*, «Portugália», 2, Porto, 1907, p. 289-290.
- FRIAS, Manuel S. – *El Poblamiento rural antiguo de la provincia de Salamanca: modelos e implicaciones históricas*, «Studia Historica/Historia Antigua», 10-11, Salamanca, 1993, p. 177-188.
- GARCIA, José Manuel – *Religiões Antigas de Portugal*, Lisboa, 1991.
- GORGES, Jean-Gérard – *Les Villas Hispano-Romains, Inventaire et Problématique Archéologiques*, Paris, 1979.
- GORGES, Jean-Gérard – *Villes et Villas de Lusitanie (Interactions – Échanges – Autonomie)*, in *Les Villes de Lusitanie Romaine*, Paris, 1990, p. 91-113.
- GORGES, Jean-Gérard – *La Place de l'eau dans les Villas Luso-romaines: de l'hydrauliques domestiques à l'hydrauliques rurale*, «Studia-Historica/Historia Antigua», 10-11, Salamanca, 1993, p. 253-272.
- GUIMARÃES, Oliveira – *Catálogo do Museu Archeológico (da Sociedade Martins Sarmiento)*, «Revista de Guimarães», 18 (1-2), Jan-Abr. 1901, p. 38-72.
- HERVAS, J. M. Roldán – *Iter ab Emerita Asturicam*, Salamanca, 1971, p. 22.
- HIPÓLITO, Mário de Castro – *Tesouros de Moedas Romanas em Portugal*, «Conimbriga», 2-3, Coimbra, 1961, p. 1-166.
- IZARRA, François – *Hommes et Fleuves en Gaule Romaine*, Paris, 1993.
- LANHAS, Fernando; BRANDÃO, Domingos P. – *Inventário de Locais com Interesse Arqueológico*, «Revista de Etnologia», 8, 12-13 e 15, Porto, 1967.
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. – *Villes et Fonctions Urbaines dans le Nord-Oueste Hispaniques Sous Domination Romaine*, «Portugália», 4-5, Porto, 1984, p. 199-201.
- LOSADA, Fermin Pérez – *Sobre o Concepto de Villa no Mundo Romano*, «Cadernos de Arqueologia», 2, 4, Braga, 1987, p. 79-110.
- MACHADO, Luís – *Aquisições do Museu Etnológico Português*, «O Arqueólogo Português», 24, Lisboa, 1920, p. 241-270.
- MANGAS, Julio – *Hispania Romana*, in *História de España*, I, Barcelona, 1983, p. 197-446.
- MANTAS, Vasco G. – *Teledeteção e Urbanismo romano: o caso de Beja*, «Geociências, Revista da Universidade de Aveiro», 5, 1, Aveiro, 1990, p. 75-88.
- MARIVAL, Philippe; RUAS, Marie Pierre – *L'Alimentation Végétale et L'Agriculture D'Après les semences Archéologiques, Pour une Archéologie Agraire*, Paris, 1991, p. 427.
- MATTOSO, José – *L'Abbaye de Pendorada des Origines a 1160*, «Revista Portuguesa de História», 7, Coimbra, 1962, p. 3.
- MERÊA, Paulo; GIRÃO, Amorim – *Territórios Portugueses no século XI*, «Revista Portuguesa de História», 2, Coimbra, 1943, p. 255-263.
- MONTEIRO, António – *Dois Marcos Miliários*, Porto, 1945, p. 179-181.
- MONTEIRO, António – *As Pontes de Canaveses*, «Douro Litoral», 2, Porto, 1948, p. 50-64.
- MOREIRA, Domingos A. – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais*, «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», 1-2, Porto, 1973.
- MOREIRA, Domingos A. – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-*

- medievais. II Parte – Inventariação onomástica (fascículo B – F)*, «Boletim Cultural da Câmara do Porto», 2, Porto, 1984.
- MOREIRA, Domingos A. – *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos altimedievais. II Parte – Inventariação onomástica (fascículo G – O)*, «Boletim Cultural da Câmara do Porto», 3/4, Porto, 1986.
- OSSEL, Paul van – *Établissements Ruraux de L'Antiquité Tardin dans le Nord de la Gaule*, «Gallia», 51 (Supplément), Paris, 1992.
- PARGA, Luís Vazquez – *La Division de Wamba*, Madrid, 1943.
- PETIT, Paul – *Le Haut Empire – 27 a.c. a 161 d. c.*, Paris, 1974.
- PONTE, Sallete – *Fíbulas de Sítios a Norte do Rio Douro*, «Lucerna», Porto, 1984, p. 111-144.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – *Geografia de Portugal*, 1, Lisboa, 1987.
- RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, 1986.
- RIBEIRO, Orlando – *As Regiões Geográficas*, in *Geografia de Portugal*, 4, Lisboa, 1991, p. 1241-1265.
- SAMPAIO, Alberto – *As Vilas do Norte de Portugal*, «Estudos Históricos e Económicos», 1, Porto, 1923.
- SARMENTO, Martins – *Inscrições Inéditas*, «Revista de Guimarães», 4, Guimarães, 1887.
- SARMENTO, Martins – *Para o Pantheon Lusitano*, «Revista Lusitania», 1, Porto, 1887-1889, p. 236-238.
- SARMENTO, Martins – «Revista de Guimarães», 5, Guimarães, 1888.
- SARMENTO, Martins – *Achado de peças arqueológicas em Baião*, «O Arqueólogo Português», 6, Lisboa, 1901, p. 177-178.
- SARMENTO, Martins – *Dispersos*, Coimbra, 1933, p. 310-312.
- SEVERO, Ricardo – *Necrópoles Lusitano-Romanas de Inumação de Bairral e de Vila Verde*, «Portugália», 2, 3, Porto, 1907, p. 417-431.
- SILVA, Armando Coelho F. – *Novos Dados Sobre a Organização Social Castreja*, «Portugália», 2-3, Porto, 1982, p. 93-94.
- SILVA, Armando Coelho F. – *Aspectos da Proto-História e da Romanização no Concelho de Vila Nova de Gaia e Problemática do seu Povoamento*, «Gaya», 2, V. N. Gaia, 1984, p. 39-58.
- SILVA, Armando Coelho F. – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, 1986.
- SILVA, João Belmiro P. – *Marco de Canaveses – Os Castros*, Marco de Canaveses, 1992.
- SOARES, Rosa M.; DIAS, Lino T. – *Área Arqueológica de Freixo – Contributo Documental 1758 – 1984*, Porto, 1985.
- SOEIRO, Teresa – *Apontamentos Sobre a Ocupação Entre Sousa e Tâmega em Época Romana*, «Boletim Municipal de Cultura», 1, Penafiel, 1984, p. 5-323.
- SOUSA, J. J. Rigaud – *Novas Observações Sobre a Necrópole do Bairral*, «Revista de Etnografia», Julho, 9, 1, Porto, 1967, p. 181-196.
- SOUZA, Vasco de – *Corpus Signorum Imperii Romani – Portugal*, Coimbra, 1990.
- TOVAR, António – *Iberische Landeskunde*, 3, Baden – Baden, 1989.

- TRANOY, Alain – *La Galice Romaine, Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans L'Antiquité*, Paris, 1981, p. 393-394.
- TRANOY, Alain – *Ateliers lapidaires et niveaux de culture dans le nord du Portugal*, «Gallaecia», 7-8, Santiago de Compostela, 1984, p. 269-274.
- UNION ACADÉMICA INTERNACIONAL – *TABVLA IMPERII ROMANI, K – 29: Porto – Conimbriga – Bracara – Lucus – Asturica*, Madrid, 1991.
- VASCONCELOS, João – *Materiais para o Inventário Arqueológico do Concelho de Baião*, «Portugália», 2, Porto, 1908, p. 669-673.
- VASCONCELOS, José Leite – *Analecta Archeológica – 3, Santa Marinha do Zêzere*, «Revista Arqueológica», Lisboa, 1889, p. 177-179.
- VASCONCELOS, José Leite – *Colecção etnográfica do Sr. M. d'Azuaga*, «O Arqueólogo Português», 1, 1, Lisboa, 1895, p. 20-28.
- VASCONCELOS, José Leite – *Manuel Negrão*, «O Arqueólogo Português», 1, 2, Lisboa, 1895, p. 233-35.
- VASCONCELOS, José Leite – *Religiões da Lusitânia, 1 – 2 – 3*, Lisboa, 1897 – 1905 – 1913 (reed. 1981).
- VASCONCELOS, José Leite – *Cartas de Francisco Martins Sarmento*, «O Arqueólogo Português», 6, Lisboa, 1901, p. 172-194.
- VASCONCELOS, José Leite – *Notícias Várias – Balneário Romano de Canaveses*, «O Arqueólogo Português», 7, Lisboa, 1902, p. 284.
- VASCONCELOS, Manuel – *Apontamentos Arqueológicos do Concelho de Marco de Canaveses*, «O Arqueólogo Português», 19, Lisboa, 1914, p. 12-31.
- VASCONCELOS, Manuel – *Apontamentos Arqueológicos do Concelho de Marco de Canaveses*, «O Arqueólogo Português», 21, Lisboa, 1916, p. 319-325.
- VASCONCELOS, Manuel – *A Vila de Canaveses*, Lisboa, 1935, p. 3.
- VIEIRA, José Augusto – *O Minho Pitoresco*, 2, Lisboa, 1887, p. 500.
- VIVES, José – *Inscriptiones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1972.
- WHITTAKER, C. R. – *The consumer city revisited: the vicus and the city*, «Journal of Roman Archaeology», 3, Michigan, 1990, p. 110-117.
- WOOLF, Greg – *World-systems analysis and the Roman Empire*, «Journal of Roman Archaeology», 3, Michigan, 1990, p. 44-58.

Luís Miguel Duarte *

O vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações **

1. AQUILO DE QUE PARTIMOS

Sendo muito menos do que desejaríamos, é ainda assim bastante bom. Recapitulando os estudos que, directa ou aproximadamente, se debruçaram sobre terras e temas da nossa área e da nossa cronologia, ocorrem-nos de imediato, entre outros:

1. *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, de Luís Filipe Lindley Cintra, datado de 1959;
2. Os preciosos artigos *Documentos de Santa Maria de Aguiar¹, Fronteiras entre Portugal e Leão em Riba-Coa antes do tratado de Alcañices (1297)², Ribacoa sob o domínio de Portugal no reinado de D. Afonso Henriques – o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar de fundação portuguesa e não leonesa³*, da autoria de Rui de Azevedo;
3. O essencial da obra de Almeida Fernandes, de que destacaremos *Os primeiros documentos de Santa Maria da Salzeda (até à morte da fundadora)*.

* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador da linha de investigação em História Medieval do GEHVID.

** Este texto foi lido na sessão plenária do primeiro dia do nosso Encontro; pretendia fazer um ponto da situação dos conhecimentos e das dúvidas e, sobretudo, suscitar uma troca de impressões. Esta foi enriquecida com intervenções dos seguintes investigadores: Prof^a Dr^a Maria Helena da Cruz Coelho, Prof. Dr. José Marques, Prof. Dr. Francisco Ribeiro da Silva, Dr. Luís Roseira, Dr. Rui Tavares, Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida, Dr. Luís Carlos Amaral, Dr. José Augusto Pizarro. Procurei inserir as respectivas contribuições no texto que se segue. Pedindo desculpa se não fui rigorosamente fiel às ideias que expressaram, aproveito para agradecer o valioso contributo que deram a esta reunião científica.

¹ «Revista Luzitana» 13 (1910), nºs 1 e 2.

² «Biblos» 10 (1934), p. 454-466.

³ *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2ª série, 12, 1962, p. 229-298.

*Comentários e defesa*⁴, o *Livro das Doações de Tarouca*⁵, *Acção das Linhagens no Repovoamento*⁶, *As Origens nas Igrejas da Diocese Lamecense*⁷, *Arouca na Idade Média pré-nacional*⁸, *Acção dos Cistercienses de Tarouca*⁹, *Toponímia Taroucense*¹⁰, entre outros.

4. A volumosa monografia de M. Gonçalves da Costa, *História do Bispado e Cidade de Lamego*¹¹;
5. Um punhado de outras monografias, de âmbito mais limitado e de valor desigual, mas cada qual com o seu contributo, como a de Torre de Moncorvo, de Maria da Assunção Carqueja, de Mondim da Beira, de Leite de Vasconcelos, de Murça, por João Luís Teixeira Fernandes, de Carrazeda de Ansiães, por Cândida Florinda Ferreira, de Freixo de Numão, por João Albino Pinto Ferreira, das Terras do Alto Paiva, por Manuel Fonseca da Gama, da Meda, por Adriano Vasco Rodrigues, do eremitério de N^a S^a da Teixeira (Torre de Moncorvo), por José Augusto Tavares, etc.
6. Cronologicamente mais perto de nós, destacaria os trabalhos do Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo (com o senão de o respectivo esforço arqueológico não ter dado os resultados escritos de que carecemos)¹², a dissertação de mestrado de Paulo Dordio Gomes, intitulada *Arqueologia das Vilas Urbanas de Trás-os-Montes e do Alto Douro. A reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*¹³, a recentemente publicada dissertação de mestrado de Joaquim António Gonçalves Guimarães, *Gaia e Vila Nova na Idade Média – Arqueologia de uma área ribeirinha*¹⁴ e os vários trabalhos de José Marques sobre

⁴ Separata da «Revista de Guimarães» 44 e 45 (1985). A completar com o trabalho *O Livro das Doações da Salzedá*, sep. de «Beira Alta», Viseu, 1979-1982.

⁵ 3 vols, Ed. da Câmara Municipal de Tarouca (Braga, 1991-93).

⁶ Porto, 1960.

⁷ Porto, 1963.

⁸ Aveiro, 1965.

⁹ Guimarães, 1976.

¹⁰ «Beira Alta», desde 1982.

¹¹ Com relevo para o 1º volume – «Idade Média: a Mitra e o Município» (Lamego, 1977) e o 2º – «Idade Média: Paróquias e Conventos» (Lamego, 1979), embora o 3º volume se revele também de grande utilidade para o conhecimento dos séculos medievos.

¹² A excepção é o opúsculo *Escavações Arqueológicas na Igreja de S. Mamede (Torre de Moncorvo)*, da autoria de Alexandra Cerveira Lima, Miguel Rodrigues, Nelson Rebanda, Paulo Dordio Gomes e Ricardo Teixeira, «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» 3/4, vol. 28 (1988), p. 187-204 + 3 estampas. Em contrapartida é de seguir com interesse a recente revitalização de projectos museológicos na localidade, que já produziu duas publicações.

¹³ E «ensaiada» no artigo *O Povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Primeiras Impressões e Hipóteses de Trabalho*, «Arqueologia Medieval» 2 (1993), p. 171-190.

¹⁴ Porto, U. Portucalense, 1986.

o povoamento, nomeadamente em Trás-os-Montes, mas cujas sugestões devem ser testadas no vale do Douro¹⁵.

7. Finalmente, chamo a atenção para a imensa investigação dos historiadores espanhóis sobre o vale deste rio, de alguma forma desencadeada pelos trabalhos clássicos de Claudio Sánchez-Albornoz nos anos 50 e 60 e pelas respostas que suscitaram, até às recentes e riquíssimas sínteses de García de Cortázar. Todos esses trabalhos deverão ser estudados com a maior atenção, mas com a consciência de que «os dois Douros» espanhóis não são iguais ao «Douro português», para retomar Cortázar (aliás podíamos começar por lembrar que, também a oeste da fronteira, não há um, mas sim pelo menos «dois Douros»).¹⁶

2. O QUE TEMOS VINDO A FAZER

Para além da imprescindível constituição de uma base de dados (bibliografia, fontes, cartografia, fotografia aérea, etc.), os nossos estudos estão a decorrer a dois níveis que esperamos complementares: investigação sobre documentos (que poderão conduzir a trabalhos monográficos sobre o património de Tarouca, sobre Santa Maria de Aguiar, sobre a propriedade do Cabido da Sé do Porto segundo o respectivo *Censual*, etc.), e campanhas arqueológicas na Abadia Velha de Salzedas, em Ansiães, em Numão, no Monte Cálabre. Uma das linhas de pesquisa tem como objectivo, a modo de síntese, estudar as *Continuidades e rupturas da organização do povoamento no vale do Douro durante a Idade Média*¹⁷. Apresentemos resumidamente as campanhas arqueológicas:

¹⁵ Lembremos, por exemplo: *O Povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII*, «Estudos Transmontanos» 1 (1983), p. 105-130; *Povoamento e defesa na estruturação do Estado medieval português*, «Revista de História» do C.H.U.P, 8 (1988), p. 9-34; *Aspectos do povoamento no Norte de Portugal nos séculos XIII-XIV*, Guimarães, 1995. Omito, por economia de exposição, o vasto rol de trabalhos publicados ou em curso sobre o Porto medieval.

¹⁶ Por todos, consulte-se o volume *Despoblación y colonización del valle del Duero (siglos VIII-XX)*. IV Congreso de Estudios Medievales da Fundación Sánchez-Albornoz, Ávila, 1995, em particular as contribuições de José Angel García de Cortázar – *Las formas de organización social del espacio del valle del Duero en la Alta Edad Media: de la espontaneidad al control feudal* (p. 11-44), de José María Mínguez – *Innovación y pervivencia en la colonización del valle del Duero* (p. 45-79), de Manuel Riu – *Testimonios Arqueológicos sobre poblamiento del Valle del Duero* (p. 81-102), de Pascual Martínez Sopena – *Repoblaciones interiores, villas nuevas de los siglos XII y XIII* (p. 161-187), de Ángel Barrios García – *Poder y espacio social: reajustes del poblamiento y reordenación del espacio extremadurano en los siglos XIII-XV* (p. 225-276) e por último, pese embora o seu carácter genérico, patente no título, Alberto Marcos Martín – *Espacio y Población: movimientos demográficos, densidades humanas y concentraciones urbanas en la España Moderna* (p. 359-374).

¹⁷ O responsável é Paulo Dordio Gomes. O projecto vem na continuação da sua tese de mestrado, já referida, e prestará especial atenção às vias, pontes e locais de travessia do Douro e seus afluentes, etc.

2.1. A Abadia Velha e o Mosteiro de Salzedas

É uma intervenção sobre as ruínas da igreja românica conhecida como Abadia Velha¹⁸. Assume-se como um projecto de arqueologia espacial, que pretende estudar o conjunto abacial em várias dimensões: os edifícios religiosos, o couto de Salzedas e o património do mosteiro exterior ao couto. A campanha de 1995, pressionada por lamentáveis «terraplanagens» no local, limitou-se a acções de limpeza, preservação e registo. Fez-se o desenho das estruturas visíveis da igreja à escala 1:20; foram registados todos os silhares dispersos pela área da igreja e desenhadas as siglas que ocorrem nesses silhares; inventariaram-se todos os elementos escultóricos existentes; procedeu-se à limpeza da vegetação envolvente e deu-se início à consolidação das ruínas. Seguem-se as seguintes acções: levantamento topográfico da área envolvente das ruínas; sondagens na zona provável da frontaria e na área a Norte da igreja; escavação do forno telheiro existente a Sul; continuação da limpeza de vegetação e da consolidação das ruínas¹⁹.

Como apoio documental a esta intervenção, para além do exame da escassa documentação que sobreviveu, sabe-se que há elementos úteis em treslados das épocas moderna e contemporânea²⁰.

2.2. Monte Cálabre²¹

No presente estágio dos nossos (des)conhecimentos, parece ser um dos maiores desafios. A interpretação do sítio é extremamente complexa, e estamos apenas em fase de prospecção, recolhendo materiais de superfície, fotografando os vestígios mais notáveis e o património construído e cartografando os locais. A dificuldade interpretativa encaminhou de imediato a equipa para alargar a prospecção a áreas envolventes²². Só sondagens arqueológicas poderão decidir o futuro da intervenção, ou no próprio Monte Cálabre ou em locais próximos, como Olival dos Telhões²³.

¹⁸ Freguesia de Ucanha, concelho de Tarouca, distrito de Viseu.

¹⁹ Os coordenadores desta campanha foram Ricardo Teixeira, Miguel Rodrigues, José Ignácio de la Torre, Rosário Melo e Mário R. Soares.

²⁰ Veja-se como exemplo a minha comunicação a este I Encontro – *O Aforamento Colectivo da Aldeia de Vila Chã pelo Mosteiro de Salzedas em 1295*.

²¹ Freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa. Responsáveis: Pedro Faria, Rosário Marques e Susana Cosme.

²² Seleccionadas a partir da toponímia, da bibliografia e de informações orais.

²³ As prospecções em zonas vizinhas incluíram: Aldeia Nova/Olival dos Telhões, Quinta da Olga, Fonte da Torre, Castelo de Algodres, Algodres, Rodo do Castelão, Ponte 'romana' de Escalhão, Calçada de Alpajares, Capela de Santo Cristo – Barca de Alva.

Calabria é talvez, para o período tardo-romano e godo, a estação mais misteriosa – esperemos que não se venha a tornar numa das mais decepcionantes²⁴. Resolvido o problema da sua localização – o que não foi fácil: ainda há poucos anos historiadores consagrados situavam a cidade nas mais desvairadas paragens – restam-nos os de saber quando nasceu, a partir do quê, como e porque se transformou em sede de bispado, quando e porque se despovoou. Hoje Calabria é um monte de muito difícil acesso, cujo cimo está rodeado pelos restos de uma muralha em xisto não aparelhado (e essa muralha não é, ela própria, isenta de problemas de interpretação). As sugestões mais lógicas apontam para que possa ter sido um castro, depois romanizado²⁵. O espólio arqueológico conhecido, pouco e disperso, é sobretudo romano.

Calabria aparece pela primeira vez referida documentalmente no Paroquial Suévico, como uma das nove paróquias do bispado de Viseu; e surge como bispado visigótico na *Divisão de Wamba*²⁶, no século VII, com os limites ocidentais e orientais. Segue-se a conquista muçulmana; datará dela o abandono? Só voltamos a ouvir falar da cidade no século XII, quando o rei Fernando II, de Leão, restaurar a diocese de Calabria, mas agora com sede em Ciudad Rodrigo. Julgamos que o local estaria há muito deserto.

As primeiras prospecções lançaram ainda mais dúvidas sobre estes escassos testemunhos²⁷: interrogamo-nos mesmo, em voz baixa, se no cimo daquele monte existiu alguma vez uma cidade ou, sequer, um assentamento humano digno de nota.

2.3. Vila Velha de Numão²⁸

Para além de prospecção no morro do castelo e em localidades próximas, procedeu-se a um levantamento topográfico das muralhas do castelo, da barbacã, da Igreja de S. Pedro e respectiva necrópole e da Igreja de Santa Maria de Intramuros²⁹. Seguir-se-á o levantamento topográfico de todas as estruturas existentes

²⁴ As primeiras sondagens parecem apontar nesse sentido; claro que o problema pode estar nas nossas perguntas e não na avareza dos vestígios locais.

²⁵ Não iremos tão longe como Dinis Cabral, segundo o qual Júlio César, em pessoa, esteve lá. Provas? Amor à terra, imaginação e boa vontade.

²⁶ «Caliabrica, quae apud cum gothos sedes fuit».

²⁷ José Ignacio de la Torre Rodríguez tem entre mãos uma recolha exaustiva do que, ao presente, se sabe sobre Calabria. Terminou já a primeira parte dessa recolha, até à conquista árabe: *Sobre la sede obispa de Caliabria: estado de la cuestión* (no prelo).

²⁸ Responsáveis: Heloísa Valente dos Santos, Isabel Alexandra Lopes e Paula Barreira Abranches. No âmbito de uma bolsa do Instituto da Juventude, estas arqueólogas produziram já uma síntese preliminar.

²⁹ Foram já colocados pontos auxiliares, no interior da muralha, para implantar uma quadrícula para futura escavação.

no interior da muralha e uma sondagem arqueológica na área da Igreja de S. Pedro.

2.4. *Ansiães*³⁰

Além da limpeza de vegetação na zona superior do castelo (torre e anexos), zona da cisterna e plataforma envolvente, foi feito o levantamento topográfico de toda a área amuralhada e uma recolha de materiais arqueológicos de superfície, nomeadamente cerâmica e moedas³¹: esta permite desde já afirmar que Ansiães teve ocupação humana desde o período calcolítico até à época contemporânea. Foi ainda feita a limpeza da Igreja de S. João Baptista (extra-muros)³².

3. O QUE OUTROS TÊM VINDO A FAZER

Chamo a atenção para trabalhos de outros investigadores nesta mesma área. Penitenciando-me desde já por qualquer omissão, salientaria a dissertação de Mestrado de António Maria Vicente, intitulada *Santa Maria de Aguiar, um mosteiro de Fronteira – património e paisagem rural* (Lisboa, 1996) e a campanha arqueológica dirigida por Gonçalves Guimarães, na Ervamoira, que se previa «romana» mas que poderá estar já a encontrar vestígios alti-medievos.

4. ALGUMAS DAS NOSSAS PRINCIPAIS INTERROGAÇÕES

1. Começam cedo. Olhamos com grande interesse para tudo o que venha dos estudos sobre a ocupação romana. Gostaríamos de ver mais clara a divisão em «civitates», de conhecer melhor as respectivas sedes. Gostaríamos de conhecer melhor a ocupação tardo-romana. É que, quando se estuda o povoamento nesta zona, fica-nos quase sempre essa impressão: é tudo romano³³. Daí a importância que tem para nós a dissertação de doutoramento de Francisco Sande Lemos, os

³⁰ Responsáveis: Luís Pereira e Nuno Soares.

³¹ Saliente-se desde já a valia da colecção numismática reunida.

³² Constatando-se o perigo de ruína eminente, solicitou-se uma intervenção de emergência do IPPAR para a consolidação do templo.

³³ Por vezes, anterior, e bem anterior; mas sempre com uma ocupação do período romano. Comentando este passo da minha exposição, Carlos Alberto Brochado de Almeida sublinhou a dificuldade de separar, em *determinados aspectos concretos*, o tardo-romano do visigótico, já que a tradição romana perdura muito para além do fim do Império, registando-se, em algumas características das casas, das cerâmicas, etc., vestígios de uma aculturação dos suevos e visigodos.

numerosos trabalhos da responsabilidade de Lino Tavares Dias e da sua equipa³⁴; daí a importância de conhecer as estradas romanas principais e os itinerários secundários, os locais de travessia do Douro e dos seus afluentes, as estações de *muda*, porque tais elementos podiam decalcar caminhos anteriores e, sobretudo, porque eram fortemente estruturantes do povoamento. Aproveitamos para deixar desde já, para reflexão, uma das ideias centrais que Paulo Dordio vinco reiteradamente ao longo dos seus dois trabalhos: o contraste entre os problemas do povoamento transmontano, feito tantas vezes de *vilas novas* fundadas com tanto de voluntarismo como de poucas condições para vingarem, e o povoamento do vale do Alto Douro, muito mais antigo e consistente, do que resultam estabelecimentos humanos de plana complexa e sobreposta. Fique, sobre o assunto, um derradeiro desabafo: não ajuda muito à compreensão da sequência cronológica da ocupação dos sítios o tropeçar-se a cada passo com vestígios arqueológicos que, se em alguns casos são facilmente reconhecíveis, e talvez datáveis, em outros – estou a pensar nos célebres lagares – tipologicamente parecem romanos mas podem vir a revelar-se dos últimos anos da monarquia.

Não temos praticamente nenhuma informação dos períodos suevo e visigótico. À excepção do paroquial suévico, que nos dá muito pouco, dependemos uma vez mais da arqueologia.

2. Cristalizamos as nossas perplexidades sobre estes séculos em torno de um estranhíssimo monte – o Monte Cálabre. Já resumi o «estado da arte» de acordo com o que sabemos do assunto.

3. Passemos à presença árabe no vale do Douro; continua o vazio. Fala-se recorrentemente no arco em ferradura de S. Pedro de Balsemão e na cisterna do castelo de Lamego. Partindo do princípio que são dois testemunhos incontornáveis da ocupação muçulmana, ficamos como antes: afinal já sabíamos que os exércitos islâmicos ocuparam a região durante várias décadas. A animação que se nota no período imediatamente posterior à Reconquista, associada à permanência toponímica, aponta para uma continuidade das populações cristãs, ainda que sujeitas a reorganizações e deslocações pontuais. Podemos fazer incómodas perguntas de malha mais fina, tais como: a conquista árabe, nos seus primeiros anos (711-716) fez afluir ao Vale do Douro muitos refugiados, densificando a população? E depois a presença dos muçulmanos em Lamego afectou essa mesma rede? Não sabemos como foi exactamente a ocupação de Lamego, em 715 – pode ter sido pacífica³⁵. Lamego era uma cidade, uma sede de bispado³⁶; por isso foi ocupada por um representante directo do califa, um *váli*, e se constituiu

³⁴ Nomeadamente a recente dissertação de doutoramento deste autor, sobre Tongobriga.

³⁵ Em Lafões, bem perto, foi o que aconteceu, graças a um pacto com um chefe local.

³⁶ O bispo refugiara-se no Noroeste da Galiza.

num *valiado* até ao regresso dos cristãos, na segunda metade do século IX. O domínio muçulmano durou, por aqui, 150 anos. Como se processou ele? Quantos e quem eram de facto os ocupantes? Como exerceram a sua dominação político-militar³⁷? Por outro lado, não era uma cidade imponente, um baluarte da presença árabe; e isso reflectir-se-ia na Reconquista. Tivessem os exércitos cristãos de se defrontar com uma oposição muito forte, isso obrigá-los-ia a serem, eles também, fortes, coesos, bem comandados – a darem um salto qualitativo na sua organização; foi o que se passou em outras regiões da Península e, em particular, de Portugal. Não se notou no Alto Douro. Não havia, no Nordeste Transmontano, linhagens de perfil correspondente às do Entre Douro e Minho: os Braganções, cuja ascensão, trajectória e desaparecimento são razoavelmente conhecidos³⁸, envolveram-se sobretudo nos confrontos entre Portugal e Leão. Ora a guerra entre cristãos não nobilita e raramente enriquece. Isso deverá sempre ser tido em conta para compreender a história futura, sobretudo do Douro Sul.

Afonso III põe temporariamente fim à presença árabe: Lamego torna-se um *comitatus* cristão, e julgamos que o bispo da cidade regressa à sua igreja. Nos primeiros anos do século X, Lamego parece prosperar, são numerosos os habitantes. As crónicas da Reconquista atribuem esse surto de animação à acção daquele rei; há quem pense que lhes deve ser dado, a tal propósito, algum ou muito desconto, e que as pessoas e as actividades já lá estariam.

Ao findar o século X, o contra-ataque de Almançor restabelece a soberania muçulmana, embora mantendo em funções o *comes* de Lamego, que se lhe aliou³⁹. No seu regresso da Galiza, Almançor terá estanciado em Lamego. As seis décadas desta segunda presença interrompem-se em 1057, quando Fernando Magno reconquista de vez a cidade. Almeida Fernandes nota que o rei encontrou em Lamego muitas igrejas e muitos cristãos. O que se passa na zona nos anos subsequentes⁴⁰? O bispo não é residente⁴¹, o que coloca algumas interrogações, como a de saber quem terá ficado à frente do civil e do militar: Garcia Moniz, dos de Ribadouro, até 1064⁴²? Depois desta data, temos o Conde Sisnando no território a Sul do Douro, «ex Lameco usque ad mare per aquam fluminis Durii», até às linhas inimigas. Das três sedes episcopais desta zona, Lamego terá sido a primeira a recuperar o seu bispo, em 1071: chamava-se Pedro e foi nomeado expressamente pelo rei Sancho I.

³⁷ Para além da arqueologia, seriam necessários estudos de toponímia. Ora todos sabemos como tais estudos são terrivelmente exigentes e como é fácil inventar étimos e discorrer levemente sobre evoluções de palavras.

³⁸ Chamo a atenção para a preciosa comunicação de José Augusto Pizarro a este Encontro.

³⁹ Circunstância que não foi inédita nesse tempo.

⁴⁰ Coimbra é reconquistada em 1064.

⁴¹ Vive na Galiza.

⁴² Como pensa Almeida Fernandes (*Livro das Doações da Salzedo...*, p. 9, nota 11).

Quanto aos chefes militares e administrativos a Sul do Douro, ou temos silêncio ou sucessão rápida de nomes⁴³. Sisnando esvaziará as sedes de Lamego e de Viseu, sujeitando-as à de Coimbra, ainda que esta não tivesse bispo residente⁴⁴.

Morto Sisnando, e já em presença de D. Raimundo (e de D. Henrique, subordinado ao primeiro), são restauradas algumas tenências de determinadas «terras». Os tenentes de Lamego são os descendentes de Egas Moniz⁴⁵. Mas só em 1147, vencida a resistência do bispo de Coimbra, Lamego voltaria a ter o seu próprio bispo⁴⁶. Egas Moniz era o *tenens* de Lamego desde 1112; sê-lo-á com intervalos (devido às posições que tomou no conflito entre Dona Teresa e o filho) até morrer, em 1146.

No século XII, nomeadamente a partir da independência de Portugal, os documentos, não sendo numerosos, começam a ser mais e um pouco mais faladores. Surgem então várias direcções possíveis de pesquisa:

1. A luta pelo domínio político-militar das terras de Ribacôa envolve directamente os reinos de Portugal e Leão e prolongar-se-á até ao Tratado de Alcañices, em 1297: nela se inserem, nomeadamente, a fundação do mosteiro de Santa Maria de Aguiar, ao que tudo indica pelos «monges de D. Afonso Henriques», a criação da Ordem de S. Julião do Pereiro (futura Alcântara), a construção de uma linha de castelos famosos. Sublinhe-se desde já que, sobretudo no que diz respeito a Trás-os-Montes, é claríssima a dinâmica de organização do povoamento dominada por uma forte vontade política, mais do que pelas realidades locais. A história transmontana desta época tem que ser encarada de olhos postos na fronteira: por isso, a importância da região vai sensivelmente até 1230, data da união de Castela e Leão, com Fernando II. A partir desse momento, Castela como que se desinteressa deste território e Portugal afirma por fim o seu poder. A história política tem que ser claramente privilegiada.
2. A realidade transmontana contrasta com o povoamento⁴⁷ do Vale do Douro, com o aparecimento ou consolidação de determinadas formas de dominação política e social: são fontes destacadas para este tema os numerosos forais outorgados pela Coroa ou por particulares, algumas *cartas de povoamento* e vários *aforamentos colectivos*. Os arqueólogos do GEHVID

⁴³ Veja-se Almeida Fernandes, *Livro das Doações da Salzeda...*, p. 9, nota 11.

⁴⁴ O titular foi o célebre bispo Paterno, falecido em 1087; era representado por um prior ou um arce-diago.

⁴⁵ Egas Ermiges, Afonso Peres e outros.

⁴⁶ Creio que permanece em aberto a questão de saber se esta restauração está ligada com a reconquista de Santarém, como defende Carl Erdmann, ou se nada tem a ver com tal facto, como defende Almeida Fernandes.

⁴⁷ Ou repovoamento; ou reordenação do povoamento.

não escolheram ao acaso as estações mencionadas: em Calabria procura-se compreender um núcleo tardo-romano e alti-medieval⁴⁸, uma sede episcopal suévica, despovoada em data incerta; Numão e Ansiães poderão fazer luz sobre outras etapas do povoamento duriense.

3. O recurso aos estabelecimentos religiosos é, aqui, menos compensador do que em outras regiões. Do grande cenóbio transmontano de Castro de Avelãs restam pouquíssimos documentos; Santa Maria de Aguiar continua a ser estudada e os dois mosteiros de Salzedas também, esperando-se que a arqueologia compense de alguma forma os irremediáveis vazios documentais⁴⁹. Estamos a explorar alguma documentação do Arquivo Distrital de Viseu e da Biblioteca Municipal dessa cidade com o mesmo objectivo⁵⁰. S. João de Tarouca merece-nos uma atenção especial⁵¹. Infelizmente devemos conformar-nos com o vazio quase total sobre S. Pedro das Águias.
4. Começámos já a investigação sobre os três coutos do arcebispo de Braga no Douro: Gouvães, Provezende e S. Mamede de Ribatua, com a transcrição de documentos, copiados nos *Rerum Memorabilia*. Espera-nos o imenso manancial das *Gavetas dos Coutos* e algumas outras fontes guardadas no Arquivo Distrital de Braga.

5. POVOAMENTO/DESPOVOAMENTO

Não é oportuno remeter para discussões de conceitos. Todos temos consciência de como este tema é altamente complexo; basta acompanhar os recentes trabalhos de García de Cortázar e da sua equipa para se fazer uma ideia de como se tornou exigente a hermenêutica da documentação (muita dela escassa e lacónica) para chegar ao que se vem chamando a *organização social do espaço* ou a *atribuição social do espaço*⁵². Deixaremos apenas algumas ideias gerais para reflexão.

⁴⁸ Pelo menos é o que julgamos, de momento.

⁴⁹ Devidos, entre outras razões, a incêndios, o pior dos quais em 1841, em Lamego, no edifício que guardava estes e outros cartórios religiosos.

⁵⁰ Sobretudo trasladados dos séculos XVII e XVIII.

⁵¹ Mónica Orejón Sardón, da Universidade de Valladolid, tem entre mãos o estudo do *Livro das Doações de Tarouca*, publicado em 1991 por A. de Almeida Fernandes (edição da Câmara Municipal de Tarouca; este investigador acrescentou depois dois volumes de índices que são verdadeiros estudos toponímicos e antroponímicos); o GEHVID conseguiu recentemente acesso a preciosa documentação deste mosteiro do início do século XVI, depositando grandes esperanças no respectivo estudo.

⁵² Apenas um exemplo: «La documentación del último tercio del siglo IX sugiere ese tránsito. Al menos, indica tres situaciones que, aunque, a veces, son simultáneas, acaban constituyendo una secuencia, mostrando una tendencia inequívoca. Tales situaciones son: la *villa* en su sentido de gran explotación; el *caserío*, que parece implícito en expresiones de los documentos cuando señalan

O vale deste rio, inicialmente a partir do Douro Médio e mais ainda no Alto Douro, foi sempre, durante a longa duração que nos ocupa, uma região periférica, e muitas vezes de fronteira. Periférica em relação a quase todos os eixos mais importantes de deslocação de pessoas e de bens; periférica em relação aos eixos de deslocação e centros de instalação de reis e mandantes⁵³. Os monarcas quase nunca vão ao Douro; os corregedores pouco. Não é por acaso que a paisagem urbana é pouco menos do que desoladora: há Lamego⁵⁴, há Viseu – e depois há algumas *vilas* (antigas ou «novas»). E haverá sobretudo *aldeias*.

Zona de fronteira: a leste, com Leão, como já vimos; sempre a leste, depois, com Castela; a sul, com os muçulmanos, durante a Reconquista. O que nos permite um desvio para uma questão clássica sempre que temos pela frente um rio: o Douro une ou separa⁵⁵? Podemos recorrer a um subterfúgio de palavras: o Douro *articula* – mas ficamos quase na mesma. Julgamos que, na maior parte do seu curso em território português, o Douro separa⁵⁶. Isto até ao século XIX, com as primeiras travessias permanentes no Porto e na Régua, e dependendo, evidentemente, da época do ano e do caudal. Por isso é necessário estudar portos, barcas de passagem, eventuais pontes hoje desaparecidas.

Periferia, fronteira, fim do mundo – as questões do povoamento tingem-se aqui de tonalidades muito próprias, exigindo precauções suplementares no trabalho com a documentação: Vila Boa de Montenegro, objecto de foral dionisino em 1301, mas que nunca vingou como povoação, aí está para nos lembrar disso. Paulo Dordio encontrou, em Trás-os-Montes, numerosos exemplos da criação abortada de estabelecimentos humanos (ou à nascença ou após algumas décadas). No vale do Douro isso também aconteceu, como aconteceram várias relocações (em Numão, em Ansiães, etc.). Se entre os séculos IX e XI parece claro o domínio da aldeia, na Baixa Idade Média multiplicam-se as vilas, a cidade domina o campo. O único caminho é estudar monograficamente cada localidade, aproveitando os documentos de fundação ou de apoio ao desenvolvimento, mas seguindo o destino dessas localidades ao longo dos séculos.

Por outro lado, sabemos que os problemas do povoamento não terminam «a

que determinado bien raíz está *iuxta* + un antropónimo masculino; y la parcela, en el momento en que ese bien raíz se halla *iuxta* + otro bien raíz. *Villa de Demeno; terra iuxta limitem* ou *iuxta terminum de Saborito; vinea iuxta terra de Didaco* serían, por tanto, pasos de la secuencia que los documentos permiten reconstruir» (José Angel García de Cortázar – *Las Formas de Organización Social del Espacio del Valle del Duero en la Alta Edad Media...cit.*, p. 19).

⁵³ Basta olhar para os itinerários régios conhecidos.

⁵⁴ E pensamos que a sua real importância política, económica, religiosa e militar deve ser reequacionada.

⁵⁵ Vejam-se os estudos de José Marques a propósito das relações entre o Norte de Portugal e a Galiza, envolvendo o Rio Minho.

⁵⁶ Separa mesmo, a nível nacional, um «Norte» de um «Sul»

meio» da primeira dinastia. O trabalho de José Marques sobre a arquidiocese de Braga mostra como no século XV se colocam delicados problemas demográficos, cuja cronologia deve ser bastante mais afinada; cada vez faz menos sentido falar na longa crise que começa na Peste Negra até uma tardia recuperação. Numão, por exemplo, parece estar a perder gente no início do século XV e continuar a perder gente aquando do *Numeramento de 1527*. Algumas terras despovoam-se e são abandonadas na Baixa Idade Média e já no século XVI: exactamente quando e porquê? É um dos desafios mais aliciantes colocados à investigação.

6. O VINHO

É da essência do nosso grupo procurar, no terreno ou nos arquivos, toda a *veritas* que possa residir *in vino*. Para o período medieval não antevemos, de momento, revelações espectaculares. Aparecem-nos regularmente vinhas ou vinho em contratos agrários, colectivos ou individuais, nos forais, nas cartas de povoamento – as taxas, os variados trabalhos que as videiras pedem; as terras nas quais o foreiro deverá fazer vinhas; as terras que foram vinha e já não são. Ânforas, lagares, recipientes que possam conter vestígios do vinho ou das uvas estão a ser estudados com atenção, conhecidas que são algumas das «ratoeiras» mais habituais: as ânforas podem ser de cereal, os lagares de azeite; e as datações são sempre problemáticas. Há numerosos e bons estudos monográficos que tratam da cultura da vinha em Portugal na Idade Média; a comparação entre os resultados desses estudos e os nossos ajudar-nos-á a evitar a tentação de «ver» vinho por todo o lado (porque sabemos que mais tarde, no Douro, vai ser assim).

Parece ter sido no período moderno, nas quintas das ordens religiosas, que se começa a produzir o tipo de vinho que estará na base do célebre *vinho do Porto*. Para a Idade Média, tentaremos cartografar as referências a vinhas; perceber se este vale (ou partes dele) revela maior vocação para tal cultivo do que outras regiões do país – e se as pessoas têm essa percepção. Os primeiros estudos a partir das inquirições sugerem uma frequência superior à média de pagamentos em vinho nas margens do Douro. Aproveitando sugestões de colegas espanhóis⁵⁷, observaremos com particular atenção o comércio dos vinhos «brancos» e «vermelhos» do Douro, feito no Porto, em Vila Nova de Gaia, em Lamego; o vinho vendido nas tabernas ou a bordo de barcos; introduzido na cidade pelo rio ou, clandestinamente, em carros de bois. E veremos os burgueses do Porto a investir em terras do termo – por todos, Pero Afonso *da Aveleda*!

⁵⁷ Remeto para a comunicação de Pascual Martínez Sopena a este Encontro, nomeadamente a propósito do comércio do vinho.

É possível que se conclua – perdoem-me esta «batota» ingénua, de tirar conclusões com o estudo a começar – que o vale do Douro, *todo* o vale do Douro, era boa terra de vinhos brancos e tintos. Claro que precisamos de saber mais.

7. CONCLUSÃO

Com o vinho como (excelente) pano de fundo, olhemos para o vale do Douro, sobretudo da Régua para montante. Olhemos para ele como zona pouco atractiva para o poder, para o rei, para os grandes senhores, para os estabelecimentos religiosos, zona de algumas vilas tardo-medievais misturadas com outras de génese pré-romana ou romana, de minúsculas aldeias das quais é tão difícil aproximarmos-nos. Que Douro legaremos aos nossos colegas da Época Moderna? Um Douro ainda periférico e «de fronteira», onde o Infante D. Henrique tem terras mas a Casa de Bragança não? Um Douro a despovoar-se? Torna-se imperioso limitar as ambições: no espaço, concentrando-nos no que hoje é a *região demarcada*, e não nos aventurando por Trás-os-Montes, pelas Beiras ou por Castela a não ser em casos excepcionais; no tempo, não tentando esclarecer tudo o que vai do tardo-romano ao manuelino, procurando definir *tempos fracos* e *tempos fortes* da ocupação humana; nas fontes, privilegiando forais, cartas de povoamento e aforamentos colectivos, *inquirições*, *capítulos especiais de cortes*, onde os houver. Mesmo definindo objectivos mais modestos, receamos que eles estejam bastante além das nossas capacidades e possibilidades. Como se o Douro fosse sempre maior do que nós.

Pascual Martinez Sopena *

As condições da comercialização do vinho no vale do Douro e na Rioja entre os séculos XII e XV

Há quase trinta anos, em 1967, A. Huetz de Lemps publicou páginas memoráveis dedicadas ao tráfego do vinho entre a Meseta e a sua periferia nortenha, incluídas na sua obra clássica sobre o vinhedo espanhol¹. De acordo com a sua opinião, este comércio enquadrava-se numa perspectiva mais geral: as regiões do Mar Cantábrico forneciam gado, peixe, madeira trabalhada (especificamente para o nosso caso, além dos carros, a necessária para equipar as adegas) e, em troca, obtinham das terras do Vale do Douro a provisão de cereais e vinho de que careciam.

A posição das regiões produtoras desempenhava um papel importante; por isso, algumas delas, como a Tierra de Campos, mantiveram uma dupla e secular vocação cerealífera e vitícola: embora o seu vinho não fosse o de maior qualidade, era o que se encontrava mais próximo das zonas de procura. As gentes das terras altas – da Maragatería, das Somozas de León e de Palencia, de Campóo, ou do Alto Ebro... – especializaram-se no transporte destas mercadorias, remediando desta forma a dureza das suas condições de vida.

Para analisar a tradição desta dupla corrente, Huetz de Lemps centrou-se em informações do século XVIII, que oferecem sem nenhum género de dúvidas os testemunhos mais sistemáticos e expressivos. Será que se podem encontrar na época medieval as origens da situação descrita? Adiantarei que tal é possível. Desde logo, comparecem na época medieval toda uma série de condições que gravitaram em torno do comércio em geral – e o comércio do vinho em particular – até ao século XIX tardio. Deve acrescentar-se que a visível complementaridade entre

* Professor da Universidade de Valladolid. O autor agradece vivamente a tradução do seu trabalho, realizada pela Dr.ª Natália Fauvrelle Costa sob supervisão do Prof. Doutor Luís Miguel Duarte.

¹ HUETZ DE LEMPS, A., *Vignobles et vins du Nord-ouest de l'Espagne*, 2 tomos, Bordeaux, 1967; veja-se em particular tomo II, p. 807-822.

espaços com diferente vocação produtora não pode camuflar a importância das condições sociais. Os poderes senhoriais laicos e eclesiásticos, e os poderes concelhios – frequentemente em conflito – condicionaram o comércio do vinho. Particularmente, desde que se consolida nos vales do Ebro e do Douro uma desenvolvida rede de vilas novas, o que se torna uma realidade nos inícios do século XIII.

Com efeito, durante um longo período, que se inicia pelo ano de 1080 e pode considerar-se terminado por volta de 1230, produz-se nos reinos de Castela e Leão um importante processo de urbanização. Trata-se de um facto complexo, que serve para reordenar os territórios a norte do Douro, sob domínio cristão há dois séculos; tal reordenação, com frequência protegida pela Coroa, promoverá tensões com os outros poderes sociais. Contudo, esta é também a fórmula organizativa que se adopta nos territórios ao sul do Douro, conquistados nesta época. O seu resultado geral é o nascimento e desenvolvimento de mais de uma centena de vilas, que se juntam às escassas cidades de tradição antiga. Sucessivamente, esta rede articulará grande parte do espaço compreendido entre as montanhas cantábricas e a Cordilheira Central, que se divide em alfozes ou distritos dependentes dos seus concelhos; as vilas serão a espinha dorsal da produção artesanal e do comércio, sobretudo devido à instauração de mercados semanais; a sua população será alimentada pela emigração das gentes vizinhas e, mesmo, de zonas mais distantes, devido, entre outras coisas, aos forais bastante atractivos².

Conhecemos melhor esta situação do que há trinta anos. Durante este intervalo, desenvolveu-se um amplo trabalho historiográfico. Para o assunto que nos ocupa, a vinha, o vinho e o seu comércio medieval, pode dizer-se que os progressos das últimas décadas foram muito sensíveis. Mas, na realidade, publicaram-se em Espanha poucos estudos dedicados especificamente a estes temas. As tarefas principais foram a edição de muitas das fontes inéditas e um bom número de monografias de tipo regional, local, senhorial... Por sua vez, estas monografias tiveram a virtude de oferecer ao estudioso, dentro de contextos adequados, os problemas que se referem ao vinho – entre eles, o da sua comercialização. Em resumo, ainda que não se possa abordar uma síntese completa, parece necessário conjugar as aquisições já clássicas com os recentes contributos.

Tendo em conta estas reflexões preliminares, três questões centrarão esta contribuição. Em primeiro lugar, os dados sobre o tráfego vinícola medieval. Depois, o estudo de um direito distinto dos senhores: o *relego* do vinho³. Finalmente, o

² Veja-se, para os territórios situados ao norte do Douro, MARTINEZ SOPENA, P., *Repoblaciones interiores, villas nuevas de los siglos XII y XIII*, in «Despoblación y colonización del Valle del Duero, siglos VIII-XX. IV Congreso de Estudios Medievales de la Fundación Sanchez-Albornoz», León, 1995, p. 161-187. Para as zonas meridionais, VILLAR GARCIA, L. M., *La Extremadura castellano-leonesa. Guerreros, clérigos y campesinos (711-1252)*, Valladolid, 1986, p. 92-327.

³ N. T. – No original *Estanco*.

proteccionismo das vilas medievais que, como se verá, ultrapassa ocasionalmente o âmbito local.

1. AS NOTÍCIAS DO TRÁFEGO DO VINHO

Como se adiantava, o grau de expressão das notícias tardias não deve ocultar que o tráfego do vinho – tanto em geral como em particular – fixa as suas raízes na etapa medieval.

As referências ao comércio inter-regional remontam aos inícios do século XII. Muitas destas notícias não falam do vinho; contudo, parece razoável considerá-lo entre os produtos básicos do tráfego. Outras vezes dispomos de dados sobre o seu comércio, embora sejam muito circunstanciais. Assim, conhecemos o tráfego de vinhos desde Palenzuela a Burgos, para a primeira metade do século XII, através de uma *fazaña*⁴, que narra a disputa entre um vizinho da vila e o encarregado de cobrar os impostos de circulação (*portero*) em Muñó: «*Ibat Christobal Macarifo cum vino a Burgos, et exiód el portero ad el, et pidiodle del vino; et dabal del so vinal, et non quisso [o porteiro] sinon del costal; et sobresto [Christobal Macarifo] matodlo...*»⁵.

Um testemunho pouco posterior propõe que o tráfego de vinho em direcção à montanha de Palencia não se fazia só a partir das terras da *Cuenca* do Douro. Ocasionalmente, os montanheses transportavam-no de Liébana, uma comarca de culturas mediterrânicas, protegida dos ventos pelos Picos da Europa; assim fica estabelecido no foral que o bispo de Palencia outorgou aos seus rendeiros de Vergaño, em 1165⁶.

Um pouco mais tarde, em 1219, o rei Fernando III concedia amplos privilégios de comércio àqueles que abasteciam de vinho a vila de Soria: «*facio cartam donationis... omnibus hominibus quam qui vendunt in Soria vinum de acarreo praesentibus et futuris praecio valuatum... mando quod ipsi dent quatuor vel sex bonos homines de sua Conffadria qui videant istud totum et quod estiment quomodo debant vinum ac ratione vendi, secundum quod tempus equerit...*»

Ou seja, havia negociantes que habitualmente importavam o vinho para satisfazer as necessidades de uma zona, a soriana, que era deficitária. Além disso, passariam a controlar o seu preço; este fixava-se, sem que fosse determinante a supervisão das autoridades concelhias, de acordo com a qualidade e a época do ano. E já então constituíam uma corporação: o seu nome completo e clássico,

⁴ N. T. – Actualmente *hazaña*, que se traduz como fazanha.

⁵ GARCIA-GALLO, A., *Una colección de fazañas castellanas del siglo XII*, «Anuario de Historia del Derecho Español», XI (1934), p. 530; o editor pensa que a elaboração da colecção foi feita na primeira metade do século XII.

⁶ GONZALEZ, J., *Historia de Palencia I: Edades Antigua y Media*, Palencia, 1984, p. 211.

*Cofradía de los Recueros de Soria*⁷, aparecerá na carta de Sancho IV (1290), que confirma os privilégios concedidos pelo seu avô⁸.

O desenvolvimento do tráfico do vinho no século XIII oferece outros pontos de vista. Assim, as posturas de Oviedo de 1274 destacarão que os vinhos para a cidade devem ser trazidos de mais longe que as cidades de León e de Toro⁹. Ou, particularmente, a taxa de portagem de Sahagún mostra, em fins do século, que os *somozanos* – isto é, os habitantes das terras altas do Cea, do Esla e seus afluentes – se encontram na vila com os *campesinos*, as gentes de Tierra de Campos, e com os vizinhos de Sahagún. O quadro do que uns e outros oferecem e levam está de acordo com as imagens já evocadas para o século XVIII: «... *De la madera del carro del somoçano, II dineros; e si vendier el carro, III dineros; e sitroguier cuba o tina alçada, III dineros. Si conprar pan o vino para levar, non dara portalgo al exir...*

«... *el campesino que traga carro cargado de cevera, a la puerta tres dineros e despues las medidas; e se conprar carro, III dineros, o carro cargado de madera, III dineros...*»¹⁰.

Do nosso ponto de vista, observar-se-á como carros, cubas e madeira da Montanha se trocam por vinho.

Estes dados sugerem certas reflexões. Em primeiro lugar, a lista de notícias não carece de ordem interna, como se poderia pensar numa primeira abordagem. Indica-nos um tráfico de vinhos desde as regiões produtoras às deficitárias. Para precisar o seu significado, convém recordar que durante do século XII se constituiu uma primeira rede de feiras nas terras do Vale do Douro e da Rioja Alta. É na área riojana que se recolhe a notícia mais antiga: em 1116, o rei aragonês Afonso, o Batalhador – na época senhor da Rioja – estabelecia que a nova vila de Belorado realizasse uma feira anual «pelos dias de São Miguel». Contudo, uma esmagadora maioria de dados concentra-se na segunda metade do século XII. A fundação das feiras de Valladolid e de Sahagún deu-se durante o reinado de Afonso VII, na década de 1150, período durante o qual se acrescenta a primeira notícia da feira de Palencia. Pouco depois, em 1169, fundava-se a feira de San Zoilo de Carrión, e de 1183 provém uma referência à feira de Padilla, na Tierra de Campos burgalesa. Paralelamente, na região do Ebro estabeleceu-se a feira de Miranda (datável de 1177) e documenta-se desde 1210 a feira de Santo Domingo de la Calzada, que deve ser anterior a esta data. Além da própria fundação, a

⁷ N.T. Confraria dos Almocreves de Soria.

⁸ Documentos editados por LOPERRAEZ CORVALAN, J., *Descripción histórica del Obispado de Osma, Madrid*, tomo III, 1788 (ed. fac-simile, Madrid, 1978), p. 60 e 230-231.

⁹ Cf. HUETZ DE LEMPS, A., *op. cit.*, tomo I, p. 200; veja-se ainda RUIZ DE LA PEÑA SOLAR, J. I., *El Comercio ovetense en la Edad Media. I, de la 'civitas' episcopal a la ciudad mercado*, Oviedo, 1990.

¹⁰ FERNANDEZ FLOREZ, J. A., *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún (857-1300)*, tomo V (1200-1300), León, 1994, p. 591-592.

posição de todas estas feiras sob o ponto de vista geográfico e sazonal (ocorrem nos fins da Primavera ou do Verão; localizam-se no centro da Cuenca del Duero e na Rioja Alta, áreas exportadoras de cereais e vinho...) converte-se num bom sintoma da regularização das trocas¹¹.

Segunda consideração: torna-se evidente que as notícias se vinculam, na sua maioria, à economia senhorial. Não é estranho, uma vez que assim o condiciona a natureza dos documentos, pelo menos até meados do século XIII. Por isso, seria exagerado considerar que somente os senhores participaram no tráfego; melhor, os documentos oferecem-nos a imagem da forma como participavam num fenómeno que afectava amplos sectores da sociedade. Em todo caso, não se deve esquecer que a presença dos senhores nas trocas oferece outras facetas, muito problemáticas, como se verá posteriormente.

Terceira e última reflexão: na época medieval os transportes não dependiam exclusivamente dos montanheses, conforme parece acontecer depois. Nos séculos XIII e XIV, vizinhos de Carrión chegavam com as suas mercadorias até às terras santanderinas e carregadores da cidade de León encarregavam-se de levar vinho às Astúrias; assim se comprova através de diversas querelas, provocadas pela cobrança de portagens a vizinhos de um e outro núcleo, as quais levaram a que os ditos concelhos se apresentassem na Corte¹².

Em resumo, e como facto mais significativo, realça-se que as grandes directrizes do tráfego ficariam estabelecidas antes da década de 50 do século XIII. As posteriores fundações de feiras – tanto as da época de Afonso X, em meados do século XIII, como as mais tardias, e em particular a feira de Medina del Campo, nos alvares do século XV – introduziram sem dúvida novos elementos. Mas existia uma herança importante; se bem que as novas feiras serviram para impulsionar a venda de certos vinhos – como se escreveu¹³ –, não há dúvida que estes vinhos já eram apreciados dois séculos antes.

¹¹ MARTINEZ SOPENA, P., *El Camino de Santiago y la articulación del espacio en Tierra de Campos y León*, in «El Camino de Santiago y la articulación del espacio hispánico (Actas de la XX Semana de Estudios Medievales de Estella, 26-30 Julio 1993)», Pamplona, 1994, p. 208-209; idem, *Logroño y las villas de la Rioja Alta entre los siglos XII y XIV*, in SESMA MUÑOZ, J. A. (Coord.), «Historia de la Ciudad de Logroño. Tomo II: Edad Media», Logroño, 1995, p. 292.

¹² Em 1263, o concelho de Carrión queixou-se à Corte, sem êxito, porque o mosteiro de Santa María de Aguilar de Campóo tinha cobrado a certos vizinhos da vila *portagens*, em Barcena de Pie de Concha – actual província de Cantabria (GONZALEZ DE FAUVE, M. E., *La Orden Premonstratense en España. El monasterio de Santa María de Aguilar de Campóo, siglos XI-XV*, tomo I, Aguilar de Campóo, 1992, p. 265). Em 1333, uns vizinhos de León iniciaram uma contenda judicial contra o concelho de Pola de Lena (actual província das Astúrias), cujos *portageiros* da «Puente de los Fierros» pretendiam cobrar-lhes as *quartiellas* de vinho, o que ia contra o costume (ESTEPA DIEZ, C., *Estructura social de la ciudad de León, siglos XI-XIII*, León, 1977, p. 432).

¹³ GETE, H. Pascual, in SANZ, E. Lorenzo (coord.), *Historia de Medina del Campo y su tierra*, tomo I, Valladolid, 1986, p. 432.

2. OS DIREITOS SENHORIAIS. O RELEGO DO VINHO

Atrás indicou-se que não se justifica avaliar o tráfego somente a partir do ponto de vista dos documentos senhoriais. Em sentido inverso, seria um equívoco imaginar um comércio livre. Não só os funcionários régios e senhoriais exigiam direitos nas distintas rotas, como também os impostos das feiras incrementavam o pecúlio do bispo de Palencia, ou dos mosteiros de San Zoilo de Carrión e de Sahagún ... O século XII proporciona-nos outra faceta da venda do vinho onde os senhores têm um papel expressivo; trata-se do chamado *relego*, o poder de vender em exclusivo vinho durante um período do ano cuidadosamente escolhido.

Assim, o mosteiro de Sahagún disfrutava deste privilégio desde finais do século XI, como recolhe o foral concedido por Afonso VI em 1085, de acordo com o abade e monges:

16. *Cum monachi suum vinum vendere voluerint, alius in villa non vendat*¹⁴.

Em 1180, uma prerrogativa de orientação similar foi plasmada no foral que o bispo de Palencia deu à sua cidade, com o consentimento do rei Afonso VIII:

24. *De venditioni vini episcopi. – Licet episcopo vendere vinum per totum annum quodcumque voluerit, preterquam in feria, scilicet decem quinque dies ante festum sancti Antonini et quindecim post festum sancti Antonini, tali modo ut postquam suum vinum suum tabernet, faciat iactare preconem octavo die antequam tabernet vinum suum, et die quo taberverit vinum omnes vendentes vinum in Palencia cortent suos tapones; et omnis homo de Palencia que vendiderit vinum suum, si dominus qui vendiderit vinum fuerit inde convictus tribus testibus vicinis de villa, qui testificentur quod viderit, perdat singulis diebus pro quantum vendiderit quinque solidos.*

25. *Item de venditione vini episcopi. – Episcopus vero sic vendat vinum suum, ut unam tantum vendat cubam, et hoc infra novem dies, et amplius non habeat testationem; sive his novem diebus cuba vendita fuerit aut non, cesset testatio. Vinum vero episcopi aprecient tres boni homines de concilio, et habita ratione cum similis vinis, in media mealla minus vendatur*¹⁵.

Não se pode arriscar que ambos os casos assinalem um costume generalizado; mais ainda, o segundo revela uma fórmula atenuada. Mas encontram-se direitos semelhantes em sítios bem distintos; assim, o *relego* do vinho (e dos cereais) está presente no foral de Villavicencio de los Caballeros, doado em 1221:

(16) *E lo[s] senores aian quinzi dias de maio para vender so pan e quinzi dias dagosto por a vender so vino ... E se estos dias non pidieren al conceio, non los*

¹⁴ RODRIGUEZ FERNANDEZ, J., *Los fueros del Reino de León*, tomo I, León, 1981, p. 261.

¹⁵ RODRIGUEZ FERNANDEZ, J., *Palencia. Panorámica foral de la provincia*, Palencia, 1981, p. 136-137.

*aian*¹⁶, e pouco antes desta data também havia o mesmo privilégio em Burgos, neste caso em benefício da adega do próprio rei. Consistia no monopólio da venda do vinho durante um mês por ano. Mas só conhecemos a sua existência porque Fernando III o suprimiu em 1217, segundo parece, como prémio da fidelidade do concelho de Burgos:

*... Condempnans etiam illam pravam consuetudinem videlicet, quod apothecarius regalis prohibere poterat quolibet anno uno mense quem ipse eligeret ne quis vinum venderet, nisi ipse vel aliquis alius de voluntate sua, ab ipsa eos libero et absolvo...*¹⁷.

Na origem puramente arbitrário, o relego do vinho parece resvalar em direcção a convenções muito precisas, se é que não se suprime: por graça do senhor ou do rei que premeia serviços? Pura dinâmica institucional? Com isto se descrevem simplesmente os mecanismos. Na verdade, a supressão do relego do vinho parece ter sido uma reivindicação comunitária desde o século XII. O habitantes de Sahagún conseguiram que cessasse em meados da centúria; assim fica registado no novo foral de 1152, com o qual Afonso VII procurou apaziguar as lutas entre o mosteiro e os vizinhos da vila:

*9. Et homines Sancti Facundi vendat panem suum et vinum per mensuram rectam quando voluerint*¹⁸.

Os outros testemunhos referidos devem estar sob a mesma influência. Mostram, portanto, um conceito de relego com menos força, controlado, quando não suprimido, pela pressão do concelho, seja este urbano ou rural. Palencia haveria de conservá-lo durante todo o período medieval mas, a julgar pelas expressões com que se apresenta no século XV, tinha um carácter profundamente ritual. Mais do que prejudicar o comércio, simbolizava o senhorio episcopal sobre a cidade, sem esquecer o contraponto concelhio:

(1422) Este dicho día viernes lo pregonó Pedro de Madrigal ante concejo e después en la calle Pan e Agua... enesta guisa: Vedes que vos digo e sepan todos que ha de vender el señor obispo vino de aquí a ocho días, por ende quien quisiere vender vino en estos ocho días, véndalo, e de aqui en ocho días en adelante el señor obispo ha de echar su cuba de vino. Et los vecinos de la ciudad guarden el estanque en los IX días quel dicho señor obispo vendiere su vino, salvo si en los IX días se acabare la cuba del dicho vino, si non sepan queles prendarán por la pena quel Fuero manda ...

¹⁶ GONZALEZ DIEZ, E., *El régimen foral vallisoletano. Una perspectiva de análisis organizativo del territorio*, Valladolid, 1986, p. 130.

¹⁷ GONZALEZ DIEZ, E., *Colección diplomática del Concejo de Burgos (884-1369)*, Burgos, 1984, p. 81.

¹⁸ RODRIGUEZ FERNANDEZ, J., *op. cit.*, p. 73.

(1454) ... luego Ferrando Martinez de Villabremudo casero del obispo sacó dos jarras de vino blanco e otra de tynto ... e dio gelo a catar a todos, e ello catado dixo que le posiesen la cuba de vino por estanque segun la costumbre et los dichos ommes buenos que dixiesen a commo se devia poner, et ellos dixeron segund valía por la çibdat que estaba bien quele posiesen el vino blanco a 2 mrs. el açunbre et los dichos alcalldes e rregidores dixeron al dicho casero que asy ge lo ponían e mandavan que lo vendiese e non mas, después echolo e fizo apregonar lo blanco a 5 blancas e lo tynto a dos mrs...¹⁹.

Pode acrescentar-se que o enorme movimento senhorializador da Baixa Idade Média castelhana, que acompanhou a monarquia dos Trastâmaras, não serviu para revitalizar este privilégio, pelo menos de forma estável. Um bom exemplo é a política do infante João de Aragão na sua vila de Aranda del Duero. Depois de ter estabelecido um relego do vinho, o infante não pôde fazer orelhas moucas às queixas do povo e suprimiu-o em 1440. A sua ordem de revogação recolhe os argumentos expostos pelo concelho:

... Sepades que vimos vuestras petiçiones que nos enbiastes, vos el dicho conçejo ...çerca del estanque de vino que por nuestra carta mandamos poner en esa dicha villa e su tierra, en que desides que la mas principal provysion que los vesinos de esa dicha villa e su tierra tenedes de que vos aprovechades e mantenedes es la labrança del vino e la saca que della e de su tierra de cada año salle, asi por las çibdades de Burgos e Soria, como por otras partes. E que si el tal estanque se diese lugar que çesaria la saca e los que alli suelen venir por el dicho vino avrian de yr a otras partes por ello e aun que çesarian e se ermaria el meneo de los mercados de esa dicha villa e vendrian muy grandes dannos e otros inconvenientes dello a las rentas de las alcavalas desa dicha villa e su tierra e otras cosas del bien público...²⁰.

Em resumo, o impulso mercantil da época (que neste caso se manifesta na venda do vinho da Ribera del Duero em Burgos ou Soria) ao mesmo tempo que proporcionava importantes receitas aos senhores (por exemplo as *alcabalas*), fazia impróprias estas medidas tão restritivas como impopulares.

¹⁹ ESTEBAN RECIO, M. A., *Palencia a fines de la Edad Media. Una ciudad de señorío episcopal*, Valladolid, 1989, p. 144-145.

²⁰ HURTADO QUERO, M., *Colección diplomática del Archivo Histórico Municipal de Aranda de Duero. Documentos reales (siglos XIII al XVI)*, Aranda de Duero, 1986, p. 14. Sobre a circulação da produção arandina recordar-se-á o já antigo deficit de vinho das terras sorianas. No que diz respeito a Burgos, o próprio concelho da cidade, nas suas vereações de 1439, avaliava que o vinho local era muito mau, e, durante a Baixa Idade Média, a vinha entrou em decadência nos arredores da cidade mais dinâmica de Castela (CASADO ALONSO, H., *Señores, mercaderes y campesinos. La comarca de Burgos a fines de la Edad Media*, Valladolid, 1987, p. 127-138).

3. O PROTECCIONISMO LOCAL: FRENTE AOS VINHOS EXTERIORES E AOS PODERES SENHORIAIS

Ao fim do relego senhorial sucedeu-se o combate das comunidades para assegurar a comercialização da produção local. Se falamos de combate é porque, efectivamente, os concelhos de muitas cidades e vilas lutaram para assegurar a sua posição no mercado perante outros centros produtores e perante a concorrência de grandes proprietários de vinha, entre os quais não faltavam os próprios senhores do lugar, quando este não pertencia à coroa.

Estimam-se os inícios deste conflito de interesses pela segunda metade do século XIII. Não é possível dissociá-los da proliferação de *posturas* e da crescente importância dos municípios na política económica – em particular, as *posturas* destilam um forte sabor proteccionista. Como se torna visível, sobretudo desde meados do século XIV, os concelhos chegam a elaborar textos muito detalhados para a defesa e expansão da vinha local (isto é, na vila ou cidade, juntamente com o seu alfoz ou terra), tanto na vertente produtiva como comercial. Mas no século XIII, e inclusivamente no XIV, muitas das iniciativas locais só se podem documentar mediante as cartas em que os monarcas aceitavam as petições dos concelhos, ratificavam as suas decisões ou confirmavam as de soberanos anteriores²¹.

Esta primeira época propõe uma interessante indagação. Tomemos como exemplo, e sem intenção de nos alongarmos, o período que se estende entre 1250 e 1360. Já naquela data, quando Fernando III fez realenga a cidade de Santo Domingo de la Calzada, deve ter-se garantido ao cabido da Sé que poderia vender vinho (e cereais) no mercado:

*Otrosi otorgo por mi e por el conceio que los fructos que ovieren los canonigos e los beneficiados de la iglesia de sus prestamos e de sus heredades por oquier que las hayan, quier en la villa, quier en otras partes, que lo puedan traer a la villa e fazer sus bodegas dello, e que lo vendan quando quisieren e fagan dello su pro...*²².

Muito mais explícitas são as medidas tomadas pelo seu filho Afonso X depois de conhecer as queixas de vários concelhos: o rei Sábio atendeu com maior ou menor benevolência as petições de Carrión (vindas da época de Fernando III), Alba de Tormes (1267-68-71), Nájera (1270), Sahagún (1274), Astorga (1276), Burgos

²¹ Veja-se para uma introdução ao tema LADERO QUESADA, M. A. e GALAN PARRA, I., *Las ordenanzas locales en la Corona de Castilla como fuente histórica y tema de investigación (siglos XIII al XVIII)*, «Anales de la Universidad de Alicante (historia medieval)», n.º I (1982), p. 221-243. Num apêndice específico, A. Huetz de Lempis proporciona-nos informação de sumo interesse sobre um grande número de *posturas*; um considerável grupo data da época medieval (op. cit., II, p. 936-940).

²² LOPEZ DE SILANES, C. e SAINZ RIPA, E., *Colección Diplomática Calceatense. Archivo Catedral (1125-1397)*, Logroño, 1985, n.º 30, p. 61.

(notícia de 1278) ...²³. Os seus sucessores fizeram o mesmo. Assim, Sancho IV protegeu Avila (antes de 1286), León (1286), Soria (1290); ao mesmo tempo, confirmou as resoluções de seu pai acerca de Carrión e Sahagún²⁴.

Fernando IV assumiu as propostas do concelho de Valladolid (1297) e, além disso, ampliou os benefícios outorgados ao concelho de Sahagún em 1309²⁵.

Também Afonso XI e Pedro I não puderam descuidar esta questão. Houve que confirmar as disposições dadas aos concelhos de cidades e vilas já citadas, que se viram ampliadas com frequência (para León, em 1315, 1352, 1361; para Valladolid em 1333; para Burgos em 1345). Para além destes, outros concelhos, de cujas reivindicações não havia notícia até agora – Segovia em 1351, Ciudad Rodrigo em 1352, Briviesca em 1353 –, foram beneficiados com cartas régias²⁶.

Em suma, referiram-se 24 cartas régias dirigidas a 14 lugares distintos. São esclarecedoras pelo seu número e pelo fundo comum: numa primeira apreciação, parecem representar uma tendência generalizada. O nosso objecto de análise é, precisamente, o seu conteúdo.

Um primeiro elemento a destacar é a proibição da entrada dos vinhos que provenham de fora do termo, o que, além disso, requer acordos prévios com as aldeias dependentes para regulamentar as obrigações mútuas. A proibição pode ser absoluta, como se concede a Valladolid em 1333; limitada até que se esgote a colheita local²⁷; ou referente a uma parte do ano, que oscila entre os três meses,

²³ De acordo com a sua ordem de menção, as referências procedem das seguintes obras: PEREZ CELADA, J. A., *Documentación del Monasterio de San Zoilo de Carrión, 1047-1300*, Burgos, 1986, nº 156; BARRIOS GARCIA, A., MARTIN EXPOSITO, A. e DEL SER QUIJANO, G., *Documentación medieval del Archivo Municipal de Alba de Tormes*, Salamanca, 1982, nºs 10, 11 e 12; CANTERA MONTENEGRO, M., *Santa María la Real de Nájera, siglos XI-XIV*, tomo II, Madrid, 1987, nº 180; FERNANDEZ FLOREZ, J. A., *Colección Diplomática del Monasterio de Sahagún (op. cit.)*, nº 1812; MARTIN FUERTES, J. A., *El concejo de Astorga, siglos XIII-XVI*, León, 1987, p. 284; CASADO ALONSO, H., *op. cit.*, p. 133.

²⁴ BARRIOS GARCIA, A., *Estructuras agrarias y de poder en Castilla. El ejemplo de Avila (1085-1320)*, tomo II, Salamanca, 1984, p. 95; ESTEPA DIEZ, C., *op. cit.*, p. 429-30; a respeito de Soria e Carrión, veja-se notas as 8 e 23; FERNANDEZ FLOREZ, J. A., *op. cit.*, nº 1836.

²⁵ PINO REBOLLEDO, F., *El concejo de Valladolid en la Edad Media (Colección Documental, 1152-1399)*, Valladolid, 1990, nº 63; MARTINEZ LIEBANA, E., *El dominio señorial del monasterio de San Benito de Sahagún en la Baja Edad Media (siglos XIII-XV)*, Madrid, 1990, apêndice 23.

²⁶ ESTEPA DIEZ, C., *op. cit.*, p. 430; DIAZ MARTIN, L. V., *Sobre los orígenes de la Audiencia Real, «Historia, Instituciones, Documentos»*, nº 21 (1994), apêndices 31 e 89; PINO REBOLLEDO, F., *Catálogo de los pergaminos de la Edad Media (1191-1393). Transcripción y notas críticas*, Valladolid, 1988, nº 41; GONZALEZ DIEZ, E., *Colección Diplomática ... Burgos (op. cit.)*, nº 198; HUETZ DE LEMPS, A., *op. cit.*, p. 175-177; BARRIOS GARCIA, A., MONSALVO ANTON, J. M. e DEL SER QUIJANO, G., *Documentación medieval del Archivo Municipal de Ciudad Rodrigo*, Salamanca, 1988, nº 16; DIAZ MARTIN, L. V., *op. cit.*, apêndice 53.

²⁷ Além dos diversos documentos mencionados, destacam este aspecto as extensas posturas concedidas à vila de Peñafiel pelo seu senhor, o famoso político e escritor D. Juan Manuel, em 1345. (ed. JIMENEZ SOLER, A., *Don Juan Manuel*, Zaragoza, 1932, p. 655-671).

habituais para os vizinhos e herdeiros das vinhas de Burgos, e os nove: desde o São Martinho (11 de Novembro) a Santa Maria de Agosto (15 de Agosto).

Em segundo lugar, a atitude dos concelhos é contrária aos interesses de alguns grandes proprietários de vinhedos. Nesse sentido desenvolvem-se os esforços do concelho de Carrión, pelos anos de 1270, contra aqueles que, pelo facto de serem vizinhos do bairro de San Zoilo, carretam vinho; os da vila de Nájera contra os cluniacenses de Santa María la Real; os do concelho de Sahagún contra o mosteiro que introduz no mercado local grandes quantidades de vinho dos seus priorados²⁸. Um sentido semelhante tem outra decisão, neste caso estritamente municipal – trata-se da dupla proibição estabelecida pelo concelho de Mansilla em 1270: aos seus vizinhos, para que não comprem vinho vindo de Valmadrigal, e aos dessa comarca para que não o vendam em Mansilla; isto ocasionará a denúncia do bispo de León, senhor de Valmadrigal²⁹.

A estes elementos básicos juntam-se outros matizes pontuais: por exemplo, a ideia de fomentar a produção local, por vezes no quadro de uma situação comercial privilegiada. As cartas de Afonso X assumiam muito bem as petições do concelho de Alba de Tormes: o vinho estranho não poderia entrar na vila, nem sequer em altura da feira, *et que por aquesto seria la villa mas rrica et ellos ayudarseys más de las viñas*.

Ou então, a permissão para a entrada de vinhos de fora leva anexada uma taxa suplementar, para obrigações comunais: por exemplo, a sua aplicação na construção de muros, como sucede em Valladolid (1297) ou em León (1315). Mas este facto só dá entrada às verdadeiras proibições; é uma espécie de etapa intermédia. Ainda que, ao mesmo tempo, alguns vinhos escapem a estas circunstâncias: o regulamento leonês citado exclui de qualquer proibição os vinhos de Toro que os vizinhos destinem à sua despesa.

Estas linhas de actuação permaneceram vigentes, como revelam com todo o detalhe posturas posteriores. Há que acrescentar que, graças a esta documentação tardia, abrem-se novas interrogações. Assim, o concelho e o mosteiro de Sahagún estabeleceram um *Estatuto del Vino* em 1391, o que revela que o tom arbitral das decisões régias não havia servido para aplacar o conflito de interesses: também este acordo não o aliviara³⁰. As Posturas de Valladolid de 1423 sublinham

²⁸ Desde finais do século XIII o mosteiro de Sahagún – e outros cenóbios – não parece interessado em receber vinho como renda das suas propriedades: terá isso alguma relação com as dificuldades acima assinaladas? Os contratos mais antigos apresentavam, entre outros produtos, o vinho; a sua ausência faz-se notar com o crescimento da força reivindicativa dos concelhos.

²⁹ ESTEPA DIEZ, C., *op. cit.*, p. 429.

³⁰ Notícia deste convénio encontra-se em HUETZ DE LEMPS, A., *op. cit.*, II part. p. 795-799. Os problemas vitivinícolas entre o mosteiro e o concelho de Sahagún deram lugar a numerosas transacções durante esta época, segundo recolhe a minuta dum novo litígio (1415). Nele contabilizam-se

a importância dos tráfegos ilegais que tomam diversas formas – como a associação de vizinhos com produtores forasteiros, o uso da violência para ultrapassar os pontos de controlo ou a descarga sub-reptícia de vinhos supostamente em circulação...³¹. As decisões contemporâneas do concelho de Ciudad Rodrigo, por outro lado, assinalam um proteccionismo local em alto grau: protege-se, antes de mais, o vinhedo dos habitantes da cidade, que se estende na reduzida área da sua *socampana*. Tanto é assim que as aldeias da terra devem comprar este vinho – para o que se fixam as cotas correspondentes e a obrigação de ataberná-lo em cada lugar –, sem ter como contrapartida o direito de vender o seu no mercado urbano, o que se proíbe expressamente³².

É muito possível que estes exemplos sejam os reflexos extremos de um processo: o novo interesse dos grupos urbanos dominantes em controlar a produção do vinho tem como fim assegurar a maior parte da sua comercialização. Se bem que, ao mesmo tempo, estes grupos não desdenhem a possibilidade de encher as suas adegas com vinhos seleccionados. Há que entender neste sentido a benevolência do concelho leonês em relação aos vinhos de Toro em 1315, que liga com certo privilégio dos *regidores* de Ciudad Rodrigo – confirmado pelo *corregidor* em 1456 –, para proverem as suas mesas de Natal com vinhos diversos; entre eles o de Madrigal, o nome mais antigo com que se conhece o vinho branco de Medina del Campo e das terras circundantes:

*para la fiesta de Navidad, que cada regidor pueda traer una carga de vino, segund costumbre, e que esto non se entienda en vino blanco de Madrigal e de S. Martin de Valdeiglesias e de Cantalapedra, e que esto con alvalá se pueda meter*³³.

De qualquer forma, este último aspecto leva-nos a uma questão já colocada: certos vinhos do país têm já um prestígio que ultrapassa as normas proteccionistas mais estritas. O apoio dos sectores sociais dominantes facilita o seu comércio, se bem que seja em detrimento de medíocres ou insuficientes vinhedos locais.

Mas, com esta excepção, tudo o mais refere-se exclusivamente à protecção do vinho local no mercado da própria vila. Esta rápida abordagem não pode terminar sem se considerar uma última questão: que a dimensão concelhia não representava a única forma de proteccionismo conhecida na Idade Média castelhana.

mais 10 acordos, que se estendem entre 1369 e 1410, dos quais ficaram algumas notícias. (Cf. MARTINEZ LIEBANA, E., *op. cit.*, p. 757-758).

³¹ HUETZ DE LEMPS, A., *ibidem*. Veja-se também RUCQUOI, A., *Valladolid en la Edad Media*, tomo II, Valladolid, 1987, p. 231-238.

³² BERNAL ESTEVEZ, A., *El concejo de Ciudad Rodrigo y su tierra durante el siglo XV*, Salamanca, 1990, p. 373-383. Como é presumível, esta política foi uma constante fonte de conflitos com as aldeias da Tierra.

³³ BERNAL ESTEVEZ, A., *op. cit.*, p. 382, nota 66.

Desde do século XIII adiantado, as vilas da Rioja propuseram outro tipo de protecționismo; a saber, a defesa dos seus vinhos nos mercados do País Basco³⁴. As condições geográficas do País Basco não facilitavam a produção de vinho. As regiões periféricas, em particular as terras riojanas e navarras, parecem ter dedicado os seus esforços a suprir tal insuficiência. Sendo assim, enquanto bascos e riojanos partilhavam a sua condição de súbditos do rei de Castela, os traficantes de Navarra andavam do outro lado de uma fronteira bem definida e propensa às hostilidades. Os riojanos pediram, e por fim obtiveram, a proibição da importação de vinho de fora do reino com destino às regiões bascas. Se bem que, em princípio, isto supunha franquear a entrada aos vinhos de outros territórios castelhanos – os vinhos brancos do Douro estão presentes em Bilbao em finais do século XIV –, a pouca distância da Rioja, garantia aos seus vinhos um fácil acesso aos mercados bascos. O mais importante é que posição tão privilegiada tinha uma outra face: os vinhos navarros eram mais baratos que os riojanos e, portanto, representavam um duro rival.

³⁴ GONZALEZ MINGUEZ, C., *Algunos aspectos del abastecimiento de Vitoria en la Edad Media*, in «Vitoria en la Edad Media», Vitoria, 1982, p. 565-602; PASTOR DIEZ DE GARAYO, E., *Salvatierra y la Llanada oriental alavesa, siglos XIII-XV*, Vitoria, 1986, p. 104-109.

Vítor Rui Gomes Teixeira *

Fundações religiosas no vale do Douro na Idade Média

Falar do Douro é falar, quase sempre, de vinhos, Terra Quente, socalcos, de belos e sorrateiros solares voltados para o rio. Um grande rio, «o mais americano da Europa» pela sua brava correria entre fragas e penhascos, pela força e ímpeto do seu caudal. Palavras de um dos mais apaixonados viajantes e estudiosos do Douro, para além de animador económico: falamos do Barão de Forrester, cuja memória estará para sempre ligada à região duriense. *O Douro Português* e *O País Vinhateiro* patenteiam bem todo o seu conhecimento e empenhamento no estudo do Douro, obras ainda inultrapassadas talvez, fruto da sua paixão por um rio que o conduziria à morte em 1861 numa das suas maiores armadilhas, o Cachão da Valeira. Muito fica por dizer acerca da pessoa e da obra deste ilustre cidadão britânico e de toda a consciência que tinha do valor económico – e artístico até – desta região.

Muitas outras imagens, porém, podemos retirar de uma análise direccionada para outras vertentes do estudo do Douro e do seu vale que não só o vinho e a vinha. Podemos, porém, partir quase sempre destes dois elementos para avançarmos para um outro aspecto, menos recordado, que neles ubica em certa medida: a presença de comunidades religiosas no vale do Douro na Idade Média, seja na Terra Quente, a montante de Barqueiros (Mesão Frio), seja a jusante daquela localidade. Esta última abrangência geográfica, correspondente ao actual Douro Litoral, por estar por demais estudada e de sobremaneira referenciada numa série de obras ou monografias dedicadas a esta temática, servirá de ponto de partida para, subindo por esse rio acima, penetrarmos no tecido religioso do Alto Douro. Aí sim, procuraremos por entre vinhedos e penhascos, os rastros das comunidades de homens e mulheres votados à contemplação ou ao serviço de Deus e do seu rebanho, orando, pregando, ensinando, espiando os pecados do mundo numa

* Mestre em História Medieval (FLUP).

terra que se manteve intacta aos grandes pecados da civilização do litoral até há alguns anos atrás.

Dissemos, momentos atrás, que da vinha e do vinho poderíamos partir para abordarmos a presença de comunidades de vidas consagradas ao longo do Douro português no período medieval. As referências à vinha nesta região, para esse arco cronológico, não permitem grandes conclusões sobre a sua expansão e o seu carácter económico. Primeiramente foi usada a designação de «vinho de Lamego», o que poderá evidenciar que a área de cultivo não alastrava muito para montante desta zona, ao contrário do que hoje acontece, e que a cidade do Porto não detinha então o papel comercial que alguns séculos mais tarde veio a assumir relativamente aos vinhos – nomeadamente os generosos – da região duriense. Em termos comparativos, no panorama fundacional das ordens religiosas na Idade Média no vale do Douro, a «fatia de leão» vai para o Douro inferior, ficando a região a montante bastante desfavorecida numericamente, quer em comunidades quer em religiosos, um pouco à imagem da sua pálida prestação na «vida económica nacional» (chamemos-lhe assim, perdando-nos o anacronismo) no período medieval. Não avançaremos muito relativamente a esta região, pois seria repetir algo já suficientemente estudado e um pouco fora da abrangência geográfica que serve de pano de fundo a este Congresso. Avancemos, então, para o Alto Douro, para lá da terra que recebeu o nome dos seus mais dilectos e esforçados filhos, homens que foram os heróis desconhecidos da gesta secular do vinho do Porto: Barqueiros.

Antes de passarmos a uma análise exaustiva da cobertura monástica e conventual do Alto Douro, atentemos em algumas *nuances* que nos podem fornecer imagens representativas da presença de religiosos na região. De referir, de imediato, o facto de que o Alto Douro medieval estava dividido em várias dioceses: margem norte, Braga; margem sul, Lamego e Guarda.

Numa comparação entre a margem norte e a margem sul, a primeira é, no domínio religioso e mesmo noutros, mais importante – avassaladora até – no Baixo Douro, sucedendo o contrário na Terra Quente, onde a margem meridional assume uma maior projecção. Aqui o tal «vinho de Lamego», de que ainda pouco se conhece quanto à sua importância económica efectiva na região envolvente (a encosta umbra do Douro, mais húmida e produtiva) poderá surgir como um polo atractivo de fixação de população e, conseqüentemente, de comunidades religiosas. Estas, se por vezes fugiam ao bulício dos povoados e procuravam os ermos florestados ou de férteis solos (no caso das observâncias beneditinas), noutras privilegiavam, no caso mendicante, os povoados para se estabelecerem e encontrarem os seus benfeitores e esmoleres, para além da sua missão pastoral. Opostamente, na secção norte do vale superior (mais seca e soalheira), Vila Real, encaixada entre montanhas e vales pouco povoados, isolada pelo Marão e servindo de

baluarte ocidental da terra fria transmontana, agreste e solitária, não assume um papel idêntico ao de Lamego, que, recorde-se, possuía já uma certa importância urbana e económica na Idade Média. E política até, porque não, a avaliar pela tradição de realização aí de cortes por alturas da fundação da nacionalidade, em 1143, assembleia esta ainda envolta num mar de incertezas a nível histórico, cada vez mais pertencendo ao rol de lendas e mistérios do nascimento do reino de Portugal. O episcopado lamecense data também dos alvares da história da nação, tal como a sua Sé catedral, para além de uma ou outra igreja ainda existentes entre as que a cidade teve no período medieval. Vila Real, em oposição, só é tornada cabeça de diocese em 1922. A riqueza económica das regiões circundantes poderá justificar a atracção de comunidades religiosas de diversas observâncias. A importância deste núcleo urbano é evidente no facto de aí ter existido uma comunidade judaica no burgo.

Riqueza agrícola, urbanismo crescente, ligação ao litoral, povoamento rural disperso, enfim, estes e outros factores conjugados – ou inexistindo um ou vários deles, como é o caso de certas áreas da margem norte do Douro – podem determinar a existência ou não de casas pertencentes às mais diversas ordens religiosas medievais existentes então no nosso país. Mais do que todo esse razoado, falemos dessas comunidades.

Começando pela provavelmente mais antiga das ordens religiosas existentes na Idade Média, a Ordem de S. Bento, pouco ou nada há a assinalar quanto à sua presença na região. O pouco que há reporta-se a uma área próxima da região em análise: as casas amarantinas da Ordem, S. Salvador de Travanca e a de S. João de Arnóia, pertencente a Basto mas tocando já no rincão noroeste da bacia alto-duriense. Em oposição ao Noroeste profunda e tradicionalmente afecto aos monges negros do Patriarca do Ocidente, S. Bento de Núrsia, o Alto Douro é um autêntico deserto beneditino, principalmente a partir da reforma cisterciense da Regra de S. Bento ter tomado posse dos mosteiros da região do Douro sul no século XII e XIII, passando os monges brancos, provenientes das casas-mãe francesas ou espanholas – e depois portuguesas num ou outro caso – a substituir ou reformar os monges de observância antiga da Regra do Fundador do monaquismo ocidental. Por abandono do mosteiro, troca de hábito e observância ou imposição, desaparecem os monges negros do Alto Douro, abrindo lugar à preponderância cisterciense na região centro de Portugal. O apoio de D. Afonso Henriques a Cister é determinante, outorgando coutos e regalias, dotes e isenções, protegendo, por conseguinte, os monges brancos. Estes ocuparão os cenóbios de S. João de Tarouca, Santa Maria de Aguiar, Santa Maria de Salzedas e S. Pedro das Águias. A prioridade da fundação ou reforma permanece envolta em acesas discussões e celeumas, apresentando-se insolúvel qualquer tentativa, com a documentação existente, de procurar afirmar que esta ou aquela casa teria sido a pri-

meira comunidade cisterciense no nosso país. Fr. Claude Bronseval pouco adianta¹, valendo-nos, para uma eventual pesquisa cronológica das várias casas, das notas do reputado historiador cisterciense D. Maur Cocheril. S. João de Tarouca, segundo este autor, filial de Clairvaux, terá sido fundada em 1143 (defendendo a sua prioridade cronológica), ao passo que outros lhe afiançam a data de fundação entre 1122 e 1134. A acreditar na inscrição que existe na fachada da igreja, a data de início da edificação cisterciense terá sido a de 1124. Salzedas – de origem beneditina – terá sido reformada, de acordo com o Pe. Cocheril, pela abadia de Clairvaux depois de 1161, data de um documento relativo a este mosteiro que ainda refere a existência de beneditinos.² Aponta-se também a data de 1168 para o início das obras, o que pressuporia a inexistência de uma pré-ocupação beneditina. Segundo Rui Pinto de Azevedo, os monges brancos só os substituem em 1196³. De qualquer forma a igreja é sagrada somente em 1225. Quanto a Santa Maria de Aguiar, na comarca de Riba-Côa, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, Angel Manrique, cronista cisterciense espanhol, advoga a data de ocupação por monges brancos – talvez os primeiros a habitá-lo – em 1165, por iniciativa de Fernando II de Leão, povoando-o com efectivos leoneses e castelhanos.⁴ Herculano, na sua *História de Portugal*, vol. III, p. 236, aceita esta data de 1165, tal como a maioria dos historiadores. Fr. Bernardo de Brito, que ali viveu em religião, no liv. 17 da *Monarchia Lusitana*, p. 241, defende a fundação por D. Afonso Henriques em 1174⁵. Rui Pinto de Azevedo defende a tomada de posse por monges espanhóis da Ordem de Cister em 1170, desocupando-a dos beneditinos portugueses aí residentes. Na origem desta ocupação estará, segundo o mesmo autor, a derrota em Badajoz de D. Afonso Henriques em 1169, monarca este que terá sido o fundador do cenóbio. O rei leonês introduz na abadia monges de Moreruela em 1170. A abadia é portuguesa, definitivamente e com segurança, a partir da conquista de Riba-Côa por D. Dinis em 1296, filiando-a a Tarouca⁶. Para além desta filiação ou da de Moreruela, defende-se também Valparaíso (Espanha) ou Boulbonne (França). Por último, S. Pedro das Águias, no concelho de Tabuaço, filial de Tarouca, terá sido, segundo Fr. António Brandão, transferido para Cister

1 BRONSEVAL, Fr. Claude, *Peregrinatio Hispanica. 1531-1533*. Trad., introd. e notas de D. Maur Cocheril, O. Cist., Paris, P. U. F., 1970. Ed. Port. da Fundação Calouste Gulbenkian.

2 Ver *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, v. 1, t. 1, ed. por Rui Pinto de Azevedo, Lisboa, 1958, n.º 257 e 277.

3 AZEVEDO, Rui Pinto de, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1951, p. 23.

4 BRONSEVAL, Fr. Claude, *o.c.*, p. 563.

5 A carta fundacional do monarca foi publicada por REUTER, Abiah Elizabeth, in *Documentos de Chancelaria...*, p. 348, n.º 231 e por R. Pinto de Azevedo, *o.c.*, v. I, t. I, p. 240, n.º 230.

6 AZEVEDO, Rui Pinto de, *Riba-Côa sob o Domínio de Portugal no Reinado de D. Afonso Henriques. O Mosteiro de S.ª M.ª de Aguiar de Fundação Portuguesa e não Leonesa*. In *Anais*, II série, v. 12, Lisboa, 1962, p. 231- 298.

em 1170, tendo sido anteriormente ocupado por monges negros. Alguns avançam com datas diferentes para esta reforma, como 1145 ou, até, 1205, primeira vez em que é referido o mosteiro no capítulo geral da Ordem no mesmo ano.

Por aqui se pode ver toda a problemática em torno da presença cisterciense no Douro sul, o que demonstra a vitalidade e importância da região no conjunto do Portugal nascente e mesmo no quadro religioso em formação, perfeitamente integrado na onda europeia de difusão da reforma de S. Bernardo de Clairvaux e Robert de Molesmes da Regra beneditina.

No que concerne à Regra de Santo Agostinho, esta não tem expressão fundacional no Alto Douro. Todavia – e antes de falarmos dos dominicanos, também observantes desta Regra – surgiu-nos nesta pesquisa, um caso curioso e pouco ou nada levantado pelos estudiosos da história da Igreja em Portugal: a provável existência no nosso país – e possivelmente na região do Alto Douro! – de Cónegos Regrantes de Premontre. Duas datas aproximadas são avançadas: no reinado de D. Afonso Henriques, em que alguns padres desta Ordem terão vindo no séquito dos cavaleiros borguinhões que no século XII vieram combater a mourama no nosso país ou, o que nos referencia geograficamente, a vinda em 1400 de premonstratenses para o bispado de Lamego, onde teriam fundado uma comunidade⁷. Em ambos os casos a sua presença foi efémera.

Relativamente aos mendicantes, estes não foram muito numerosos ou de grande implantação na região, ao contrário do que aconteceu com as suas duas ordens principais no Baixo Tejo, onde há assinalar uma forte presença nos três últimos séculos da Idade Média. No vale do Douro, de Mesão Frio até Freixo de Espada à Cinta, encontrámos, para o período medieval, apenas duas fundações franciscanas de relativa importância, Lamego (1271/79) e Vila Real, esta última duvidosa e pouco documentada⁸. Saliente-se o facto de que, e para além das duas casas anteriores, pertencia também à Ordem do Seráfico Padre S. Francisco de Assis o único eremitério conhecido na região em análise: Azinhoso⁹, nas imediações de Mogadouro e já na zona do Douro internacional. Conhece-se-lhe

⁷ Segundo o Pe. Purificação, in *Chronologia Monastica*, no Proemio, entram em 1400 os Cónegos Regrantes de Premontre, fundando um convento de vida efémera no bispado de Lamego, sem precisar o local exacto. Já na *Chronica dos Conegos Regrantes*, l. 4, c. 15, num. 9, defende-se a fundação de um mosteiro por cónegos franceses desta ordem no reinado de Afonso Henriques, com autorização do mesmo, sem se precisar o local ou ano de erecção da comunidade. Deram-se mal com o dito monarca e partem entretanto do reino. Cf. CARDOSO, Jorge, *Agiologio Lusitano*, T. 1, p. 74. Ver CASTRO, J. Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Miguel Manescal da Costa, 1745-1758, v. II, p. 57 e segs.

⁸ Fundação incerta. Apenas GONZAGA, Fr. Franc., *De Originis Seraphica Religione*, p. 1158, fala deste convento junto de *Villam Regiam seu Regalem sexdelim Lamaco passum milibus sito*. Cf. B. F., n.s. III, nº 336, p. 140, bula *Piis Fidelium*, de Sisto IV, de 18 de Setembro de 1472.

⁹ Cf. MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, INCM, 1988, p. 694.

alguma actividade e dinâmica na assistência religiosa e espiritual às gentes da região. Da Ordem Terceira, em Meda, no lugar de Marialva, no limite sul da Região Demarcada do Douro, fora fundada uma comunidade regular em 1447, perto de uma outra em Caria, já fora desta circunscrição económico-geográfica actual, mas em perfeita relação com a casa anterior, tal como sucede com uma comunidade de terceiras regulares franciscanas em Sernancelhe, no lugar de Nossa Senhora da Ribeira, com data de 1460. No contexto do ramo feminino da Ordem de S. Francisco, assinala-se o facto de uma das primeiras comunidades de clarissas no nosso país – senão a primeira – se localiza nesta região do Douro, mais concretamente em Lamego, em 1258, o que atesta uma vez mais a importância da cidade no âmbito religioso, espelho de progresso civilizacional de cariz geopolítico e económico. Além disso, pelo facto de as freiras que o povoaram serem originárias de Zamora¹⁰, o Douro assume aqui um destaque como porta de entrada de gentes e instituições no nosso país, a par do que sucedeu com Cister (recorde-se Santa Maria de Aguiar e toda a polémica fundacional em que está envolvida) e, provavelmente, com Premontré, que aqui tiveram as suas primeiras casas, ou a única, respectivamente.

As clarissas tiveram, todavia, vida curta em Lamego, pois a distância que as separava dos seus irmãos Frades Menores (ou 1ª Ordem) da Guarda ou Porto, suas casas mais próximas, dificultava-lhes e irregularizava a assistência e cura espiritual que aqueles padres lhes teriam que facultar em condições normais. Assim, mudam-se para Santarém, onde já existia convento de Frades Menores. O convento masculino da Ordem só em 1271/79 se edificará na urbe lamecense.

Retomando a Regra de Santo Agostinho, deparamos com uma das ordens mendicantes que optaram pela sua observância aquando da sua fundação: a Ordem dos Pregadores, ou Dominicana, de S. Domingos de Guzmán. Deste instituto religioso apenas existiu uma comunidade estável no Alto Douro na Idade Média: S. Domingos de Vila Real, no edifício em que hoje está instalada a Sé Catedral daquela diocese transmontana. A data de início da sua edificação remonta a 7 de Julho de 1424, altura em que se delibera oficialmente a construção do convento, estando já todos os procedimentos tomados para que tal fosse possível havia três anos¹¹. O prestígio de que disfrutaram na cidade foi bastante compensador do esforço levado a cabo pelos dominicanos de Guimarães, que o povoaram e serviram de modelo.

¹⁰ Bula fundacional de Alexandre IV, 20/2/1258, solicitando 12 freiras de Zamora para fundarem casa em Lamego. Depois foram transferidas para Santarém, por dificuldades de assistência espiritual. Os irmãos franciscanos mais próximos estavam na Guarda ou no Porto. Cf. LOPES, F. Félix, *As Primeiras Clarissas em Portugal*, in «Collectanea de Estudos» 3, p. 216, (1952). Cf. Tb. ESPERANÇA, Fr. Manuel da, *História Seráfica...*, I, 504.

¹¹ MARQUES, José, *o.c.*, p. 701.

De observância desconhecida, temos uma comunidade em Santa Comba da Ermida, perto de Santa Marta de Penaguião, com data de fundação atribuída ao ano de 1139. Provavelmente poderá ser de origem beneditina ou agostinha, pela proximidade de cenóbios destas observâncias na região amarantina ou em Terras de Basto.

Pode constatar-se, a partir deste estudo, incompleto, uma certa ausência de comunidades de ordens religiosas numa região de tão antigo povoamento e de tão grande enraizamento cristão nas suas gentes, ainda que, na progressão para norte do vale, encontremos uma série de cultos semiprofanos que nos fazem lembrar uma certa autonomia cultural e de património de gostos, realizações e devoções relativamente ao resto do país. De qualquer forma, ainda que sem a expressão do Entre-Douro-e-Minho ou da Estremadura ou vale do Mondego, o Douro não deixou nunca de ser chão cristão onde as paredes de qualquer mosteiro nunca soçobriariam ou deixariam mal quem nelas consagrasse os seus dias, os seus pensamentos e gestos na direcção de Deus. O Douro está, por assim dizer, avizinhado ao noroeste beneditino e a abrir-se ao centro cisterciense. Poucas comunidades femininas, quase nenhuma forma de vida eremítica. Este é o Douro religioso medieval do clero regular.

COMUNIDADES RELIGIOSAS NO ALTO DOURO

Ordem	Comunidade	M / F	Fundação: datas propostas
Ordem de S. Bento	Mais próximas da região: S. Salvador de Travanca S. João de Arnóia	M M	1009 ou século XII 1033 ou 1076
Ordem de Cister	S. João de Tarouca Stª Mª de Aguiar – F. C. Rodrigo Stª Mª de Salzedas – Lamego S. Pedro de Águias — Tabuaço	M M M M	1122 ou 1134 ou 1143 1165 ou 1170 ou 1174 1161 ou 1168 ou 1196 1145 ou 1170 ou 1205
Premontré Dominicanos	Lamego S. Domingos de Vila Real	M M	1400 ¹² 1424
Franciscanos	Azinhoso (eremitério) S. Francisco de Vila Real Lamego	M M M	séc. XV 1472 ¹³ 1271 / 79
Clarissas	Lamego Próx. da região: Amarante (terceiras) Nª Sª Ribeira – Sernancelhe	F F F	1258 ¹⁴ 1333 1460
Observância desconhecida	Stª Comba da Ermida	?	1139

¹² Cf. Nota 7

¹³ Cf. Nota 8

¹⁴ Cf. Nota 10

Francisco Ribeiro da Silva *

Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna

1. INTRODUÇÃO

Não ignorando que o cultivo da vide no vale do Douro data de épocas imemoriais e que durante a Alta Idade Média o vinho e a vinha pesaram fortemente na economia da região, daremos aqui importância preferencial, como nos compete, à Época Moderna. Entre os séculos XVI e XVIII verificaram-se decisivas e plurais mutações que impuseram o vinho produzido no vale do Douro como uma mercadoria de excelência, que, como tal, logrou conferir nota de requinte nas mesas mais apetecidas dos Reinos de Portugal e Espanha e em muitas da aristocrática Inglaterra. Ao mesmo tempo e, por via disso, acentuou de forma categórica, ainda que não exclusiva, a vocação mercantil da cidade do Porto.

2. NOTAS QUINHENTISTAS: O TESTEMUNHO DE RUI FERNANDES

Começaremos por lembrar o tão conhecido testemunho de Rui Fernandes escrito em 1531-1532: na primeira metade do século XVI, a produção de vinho no Douro era abundante e variada¹.

Abundante a julgar pelos dízimos cobrados em vinho. Estes atingiam os 30.670 almudes – o que equivale a 306.700 almudes de produção². Se a cada almude cor-

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador da linha de investigação em História Moderna do GEHVID.

¹ FERNANDES, Rui – *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas leguas...*, in *Collecção de ineditos de História Portuguesa*, tomo V, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1824, p. 546-613

² FERNANDES, Rui – o. c., p. 553.

responderem 25 litros³ o total colhido atingia os 76.675 hectolitros. E se cada pipa levava então 20 almudes, o total ultrapassava as 15.000 pipas de produção anual⁴.

Variada porque as uvas eram «de muitas castas»⁵ e adaptadas aos terrenos: se havia vides que se davam em terra quente, outras preferiam a terra fria. Vale a pena lembrar as castas de uvas referenciadas por Rui Fernandes: bastardo, trinca-dente, agudelho, Alvaro de Sousa (ou malvasia), catelão, lourelo, verdelho preto, verdelho branco, donzelinho, terrantes, abelhal, burreal, samarrinho tinto, ferral, ceitão, mourisco, folgosão. Multiplicidade notável mas, em todo o caso, muito longe das sessenta e sete variedades de uvas que uma autora recente aponta como susceptíveis de produzir «vinho do Porto»⁶. Uma parte da produção das espécies identificadas por Fernandes consumia-se como fruta.

A qualidade do vinho fabricado no século XVI era notável, mas não homogénea. Tal como noutras regiões da Europa, em Portugal existia uma esclarecida percepção da gradação qualitativa dos vinhos, relacionando-a com dois factores de avaliação sempre decisivos: o aroma e a idade⁷.

- Uns vinhos eram «cheirosos», e tanto mais excelentes quanto mais velhos. Fala-se em vinhos de 4, 5 e 6 anos;
- outros, talvez um pouco inferiores e mais novos, da última colheita mas não necessariamente, e igualmente aromáticos;
- uma terceira espécie, menos abundante mas mais barata, produzida em ramadas altas ou em árvores⁸ é chamada de vinhos «amaraes», que Aguado de Oliveira identifica como sendo «vinhos lisos»⁹.

³ LOBO, António da Costa – *História da Sociedade em Portugal no século XV e outros estudos históricos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p. 271.

⁴ Ver CRUZ, António – *Algumas observações sobre a vida económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1967, p. 96 e BRITO, Pedro de – *O Comércio portuense de vinho no século XVI*, in «Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», 2ª série, vol. 7/8, Porto, 1989/90, p. 159. De notar, no entanto, que por volta de 1599 à pipa correspondiam 25 almudes. Mas a capacidade que acabou por prevalecer pelo menos a partir dos anos vinte do século XVII foi a de 20 almudes. Ver SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, Arquivo Histórico Municipal, 1988, II vol., p. 765 e 888. Acrescentaremos, no entanto, que em 1758 era vulgar a capacidade de 21 almudes e que Joaquim José da GRAÇA, no século XIX, aponta como capacidade da pipa no Porto os 25 almudes. *Tabellas das medidas de capacidade antigas reduzidas ao systema metrico-decimal e as d'este ao antigo systema ...*, Lisboa, Typ. Universal, 1861, página n.n. relativa ao concelho do Porto.

⁵ FERNANDES, Rui – o. c., p. 553 e 559.

⁶ SCHNEIDER, Susan – *O Marquês de Pombal e o vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 27.

⁷ FERNANDES, Rui – o. c., p. 553.

⁸ FERNANDES, Rui – o. c., p. 559.

⁹ OLIVEIRA, Águedo de – *Estudo das condições económicas do vinho do Porto nos tempos clássicos*, Lisboa, 1941, p. 99 e ss.

3. OUTROS DADOS SOBRE OS TIPOS DE VINHOS DURIENSES

Para além desta qualificação genérica mas importante de Rui Fernandes, sabemos que outros critérios distinguiam os tipos de vinhos: uns eram maduros, outros eram verdes, sendo os primeiros mais apreciados e conseqüentemente mais caros. Em 1592, na fixação dos preços de venda a retalho na cidade do Porto eram colocados em pé de igualdade o «maduro que não for bom e o verde bom»¹⁰.

A cor constituía um outro sinal distintivo e também selectivo: com base nos preços praticados podemos afirmar que os maduros «claros e brancos»¹¹ eram mais valorizados que os vermelhos (ou tintos). De facto, ao longo dos séculos XIV a XVII sempre que na cidade do Porto havia diferença de preço nas vendas «pelo miúdo», o branco era mais caro: por costume custava mais 1 real¹². Mas em 1390 a diferença de preço era mais acentuada: o branco valia o dobro do vermelho¹³. Todavia, a partir de 1610 os preços do branco e do vermelho equivaliam-se¹⁴. É então pertinente a pergunta, qual foi o factor de diferenciação e de equilíbrio? Questões de gosto e de preferência ou de quantidades de produção?

Resta acrescentar que para além dos brancos e vermelhos, já nos finais de quinientos encontrámos referência aos «palhetes» de Riba Pinhão¹⁵.

É possível detectar nos livros da Câmara do Porto outra escala de avaliação subjectiva mas curiosa: vinhos «muito bons», «bons», «de somenos»¹⁶ «ruins», «muito ruins»¹⁷ para além de outros cuja venda era simplesmente proibida como, por exemplo, a água-pé¹⁸. Acrescente-se ainda que o verde bom é por vezes designado de «são»¹⁹.

E que dizer sobre a expressão «vinho fino»?

A designação do bom vinho maduro como «vinho fino» aparece-nos documentalmente pela primeira vez em 1607, sendo reservada exclusivamente para os melhores, tanto brancos como tintos²⁰. E quem vendesse «vinho bom fino» não poderia vender outro na sua loja²¹, tal como quem vendesse maduro não poderia

¹⁰ Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Livro de Vereações*, nº 30, fl. 50v.

¹¹ AHMP, *Lv 26*, fl. 318.

¹² AHMP, *Lv 33*, fl. 33, fls. 61-61 v.

¹³ BASTO, A. Magalhães – «*Vereações*» ... anos de 1390-1395, com o comentário e notas de ..., 2ª ed., Porto, Gabinete de História da Cidade, s/d, p. 215.

¹⁴ Ver SILVA, F. Ribeiro da – o. c., vol. I, p. 178.

¹⁵ AHMP, *Lv 26*, fl. 318.

¹⁶ AHMP, *Lv 38*, fl. 85v.

¹⁷ AHMP, *Lv 33*, fl. 6lv.

¹⁸ AHMP, *Lv 31*, fl. 273.

¹⁹ AHMP, *Lv 38*, fls. 104v-105.

²⁰ AHMP, *Lv 38*, fl. 85-85v.

²¹ AHMP, *Lv 38*, fl. 104-107.

vender verde. Isto para evitar misturas lesivas do interesse do consumidor. A partir daquela data a expressão «vinho fino» passa a ser corrente nos livros camarários para referenciar os maduros de qualidade.

Em certos anos, os vinhos maduros e finos não descarregavam na cidade senão em Março²², depois de terem sido transaccionados os de menor qualidade.

Outra questão não desprecianda é a da designação de origem. Rui Fernandes não nos ajuda neste pormenor. Certamente a questão não tinha a importância que hoje lhe damos. Mas se lançarmos mão dos livros da Câmara do Porto, constataremos que os vinhos são comumente designados de acordo com o local onde eram produzidos. Assim a referência aos vinhos de Riba Pinhão acima citada. Do mesmo modo, as expressões «vinhos de Riba do Douro» ou de «Cima do Douro»²³, bem como «vinho de Lamego»²⁴, são correntes.

4. A PRODUÇÃO E O CONSUMO

Infelizmente não se conhecem fontes que nos permitam fixar estatisticamente a produção de vinhos do Douro para datas anteriores ao último quartel do século XVIII. A partir de 1772 dispomos dos dados recolhidos pelo Barão de Forrester²⁵.

Mas uma coisa parece atingível: o volume aproximado das quantidades anuais entradas e consumidas na cidade do Porto. É evidente que as fontes de que dispomos não nos podem esclarecer sobre a produção total do Douro, porque o Porto estava longe de a esgotar²⁶. Mas permitem-nos traçar uma curva que julgamos aproximativa e indiciadora da evolução global.

E podemos chegar a tal conhecimento utilizando, pelo menos, três caminhos:

- a) Pesquisando tabelas de quantidades referidas e conservadas nos Livros municipais. Assim, a documentação informa-nos que por volta de 1647 entravam na cidade cerca de 20.000 pipas por ano de «vinho de Lamego»²⁷. Vinho entrado, não quer dizer vinho consumido na localidade.

²² AHMP, Lv 39, fl. 308v-309.

²³ Biblioteca Pública Municipal do Porto, *manuscrito* 1422, fl. 2v.

²⁴ AHMP, Lv 51, fls. 87v e 90.

²⁵ FORRESTER, Joze James – *Considerações acerca da Carta de Lei de 21 d’Abril de 1843 e resultado que della se tem colhido para o país vinhateiro e comercio de vinhos*, Porto, 1849 e *Estatísticas do comércio de vinhos do Porto desde 1678 até 1851 com algumas considerações*, Porto, 1852. Parte das estatísticas foram republicadas por FERREIRA, J. A. Pinto, em *A Economia do vinho e o crescimento do Porto nos séculos XVII ao XIX*, in *O vinho na História Portuguesa – séculos XIII-XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1983.

²⁶ Ver sobre o assunto, BRITO, Pedro de – *O comércio portuense ...*, p. 159.

²⁷ SILVA, F. Ribeiro da – *Porto et Ribadouro au XVII.e siècle: la complémentarité imposée par la Nature in L’identité régionale. L’idée de région dans l’Europe du Sud-Ouest*, Paris, CNRS, 1991.

Sessenta anos mais tarde, não parece terem sofrido alteração de monta os volumes descarregados:

de facto, em 1705 entraram	18.225 pipas
em 1706	" 17.450 "
em 1707	" 20.437 "
em 1708	" 21.170 "28

Tendo em conta a estatística do Barão de Forrester acerca das quantidades exportadas nesses anos²⁹, podemos concluir que a cidade consumia nos inícios do século XVIII à volta de 11/12.000 pipas anuais, um pouco mais do que os valores por nós calculados para a 1ª metade do século XVII – 9/10.000 pipas³⁰. Por volta de 1757, segundo cálculos da Câmara, o consumo aumentara para as 15.000 pipas³¹, condizendo com o provável aumento populacional.

b) O segundo consiste em proceder a contagens directas nas fontes adequadas. As fontes são naturalmente os registos das pipas declaradas à *Imposição dos Vinhos* que se conservam no Arquivo Municipal do Porto, numa excelente série que cobre praticamente todo o período moderno, a partir de 1620³².

Trata-se de um trabalho de paciência que está sendo elaborado pelo Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID). Sabemos já, por essa via, que, em 1560, entraram 5.275 pipas, das quais 1.156 foram para fora³³. Saltando no tempo mas não na sequência cronológica da fonte, nós próprios averiguámos que, no período compreendido entre 1620 e 1640, a média anual de entradas se situava nas 12.500 pipas, sendo parte delas exportadas, como abaixo especificaremos³⁴.

Ultimamente a fonte tem vindo a ser sistematicamente explorada para a primeira parte do século XVIII pelo Dr. António Barros Cardoso. Resultados parcelares foram já divulgados na comunicação conjunta que fizemos em Huelva no Verão passado, publicada no número anterior desta revista.

Aparentemente e em princípio todas as pipas entradas, mesmo as legalmente isentas, constam dos registos, porque era obrigatório manifestá-las. Mas este preceito seria cumprido? As nossas dúvidas alicerçam no facto de ser muito difícil a

²⁸ AHMP, *Próprias*, L. 50, fl.7.

²⁹ Ver FERREIRA, J. A. Pinto – o. c., extra-texto entre as p. 280/2 81.

³⁰ SILVA, F. Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo ...*, vol. II, p. 765.

³¹ SILVA, F. Ribeiro – *Absolutismo Esclarecido e intervenção popular. Os motins do Porto de 1757*, Lisboa, INCM, 1990, p. 39.

³² A utilização dos registos da Imposição dos vinhos mostra-se fecunda a diversos títulos como demonstrámos noutra oportunidade. Ver *O Porto e o seu Termo ...*, vol. I, p. 140.

³³ BRITO, Pedro – *O Comércio portuense...*, p. 158.

³⁴ SILVA, F. Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo ...*, p. 143.

conciliação dos dados apurados por nós para a período de 1620-1640 (média anual de entradas 12.500) e a informação avulsa referente a 1647 segundo a qual entrariam cerca de 20.000 pipas/ano.

c) A terceira via é a dos cálculos efectuados a partir dos valores de arrematação dos impostos sobre o vinho. Na realidade, recaindo sobre esse produto três impostos permanentes e distintos, (entrada dos vinhos, sisa e imposição) para além de outros ocasionais e tendo-se conservado os registos do valor das suas adjudicações, torna-se possível conjecturar o número aproximado das pipas cuja entrada se previa e justificava os montantes oferecidos pelos rendeiros. Aparentemente bastaria dividir o valor da arrematação pela contribuição que incidia sobre cada pipa³⁵.

As coisas não são assim tão simples porque o reneiro quando concorria jogava pelo seguro, estimando por baixo o total previsível das pipas a colectar. A diferença entre o que ele recebia e o que se comprometia a pagar à Fazenda ou aos Cofres Municipais constituía o seu lucro. Daí a natural reserva dos dados obtidos por este processo.

Reservas poderão advir de outros factores, tais como:

- do contrabando sempre existente e comprovado mas não convertível em estatísticas;
- das isenções legais: os moradores podiam comprar até duas pipas para consumo doméstico sem pagarem a Imposição; além disso eram isentos da Imposição e da Sisa os vinhos de «cutelo» (isto é, os vinhos produzidos pelos próprios moradores ou entregues como «foro» aos «vizinhos» da cidade);
- das isenções que os rendeiros concediam em virtude de conluios e acordos pouco transparentes;
- da assimetria, às vezes pronunciada, das curvas sugeridas por cada um dos impostos.

Mesmo assim, parece útil arquivar aqui os valores das arrematações, embora se trate de dados já publicados por Pinto Ferreira há cerca de 10 anos³⁶. Um erro importante contido na própria fonte de que se serviu o autor, relativo à sisa de 1711, algumas gralhas noutras cifras, a não consideração das «esmolas» que o reneiro se comprometia a dar para as obras pias e, sobretudo, a oportunidade de oferecermos o resultado da soma dos três impostos levam-nos a sua republicação.

Embora apenas a imposição e a entrada revertessem para os cofres municipais (a sisa, em princípio, pertencia à Coroa), todos incidiam sobre o mesmo produto.

³⁵ O valor dos impostos era o seguinte: Imposição 140 réis (até 1630) e 160 réis depois de 1630: sisa 240 réis até 1590; entre 1590 e 1683 200 réis; a partir daí 180 réis; entrada 30 réis/pipa) poderíamos chegar à quantidade acolhida dentro de muros. Estes valores, pelo menos no tocante à Imposição e à Sisa mantiveram-se até aos fins do século XVIII.

³⁶ FERREIRA, J. A. Pinto – *A economia do vinho e o crescimento da cidade do Porto ...*, p. 244-249.

Como as isenções, segundo cremos, eram genericamente semelhantes e como os rendeiros eram diferentes, julgamos que o valor do conjunto das arrematações reflectirá mais fielmente a evolução da entrada de vinhos na cidade.

Os resultados vão no quadro seguinte:

Ano	Imposição	Entradas	Sisa	Total dos Impostos	Ano	Imposição	Entradas	Sisa	Total dos Impostos
1578	580\$000	20\$000	580\$000	1.180\$000	1639	1.445\$000	-	-	-
1584	580\$000	80\$000	1.240\$000	1.900\$000	1640	1.210\$060	260\$000	1.596\$000	3.066\$000
1586	650\$000	90\$000	1.130\$000	1.870\$000	1657	1.330\$000	305\$000	1.330\$000	2.965\$000
1590	-	120\$000	-	-	1670	1.180\$000	270\$000	1.555\$000	3.005\$000
1592	830\$000	185\$000	-	-	1671	1.180\$000	277\$000	1.610\$000	3.067\$000
1593	1.020\$000	178\$000	1.535\$000	2.733\$000	1672	1.226\$000	297\$000	1.530\$000	3.053\$000
1595	1.060\$000	173\$000	-	-	1673	1.180\$000	273\$000	1.430\$000	2.883\$000
1596	900\$000	150\$000	1.615\$000	2.665\$000	1674	1.100\$000	280\$000	1.420\$000	2.800\$000
1597	1.102\$000	150\$000	1.510\$000	2.762\$000	1676	1.160\$000	290\$000	1.610\$000	3.060\$000
1598	1.000\$000	180\$000	1.500\$000	2.680\$000	1677	1.130\$000	260\$000	1.355\$000	2.745\$000
1599	1.047\$000	175\$000	1.300\$000	2.522\$000	1678	1.130\$000	260\$000	1.476\$000	2.866\$000
1600	902\$000	-	-	-	1679	1.045\$000	250\$000	1.350\$000	2.645\$000
1603	1.000\$000	172\$000	1.560\$000	2.732\$000	1680	1.260\$000	330\$000	1.620\$000	3.210\$000
1604	1.040\$000	202\$000	1.600\$000	2.842\$000	1681	1.080\$000	237\$000	1.400\$000	2.717\$000
1606	1.130\$000	140\$000	1.510\$000	2.780\$000	1682	1.100\$000	280\$000	1.260\$000	2.640\$000
1607	1.150\$000	170\$000	1.510\$000	2.830\$000	1684	1.000\$000	280\$000	1.260\$000	2.540\$000
1608	1.015\$000	120\$000	1.500\$000	2.635\$000	1685	1.010\$000	330\$000	1.212\$000	2.552\$000
1609	1.170\$000	191\$000	1.725\$000	3.086\$000	1686	900\$000	265\$000	1.050\$000	2.215\$000
1610	1.200\$000	200\$000	1.680\$000	3.080\$000	1687	930\$000	290\$000	1.100\$000	2.320\$000
1611	1.280\$000	205\$000	1.800\$000	3.285\$000	1688	900\$000	289\$000	900\$000	2.089\$000
1614	1.180\$000	220\$000	1.720\$000	3.120\$000	1689	945\$000	325\$000	1.019\$000	2.289\$000
1615	1.400\$000	251\$000	2.130\$000	3.781\$000	1690	1.000\$000	339\$500	1.230\$000	2.569\$500
1616	1.820\$000	300\$000	2.560\$000	4.680\$000	1691	1.010\$000	360\$000	1.280\$000	2.650\$000
1618	-	242\$000	2.000\$000	-	1692	915\$000	380\$000	1.115\$000	2.410\$000
1620	520\$000	270\$000	-	-	1693	900\$000	445\$000	1.100\$000	2.445\$000
1621	1.600\$000	300\$000	2.200\$000	4.100\$000	1694	910\$000	520\$000	1.100\$000	2.530\$000
1622	1.200\$000	260\$000	1.800\$000	3.260\$000	1695	1.010\$000	590\$000	1.260\$000	2.860\$000
1623	1.440\$000	345\$000	2.250\$000	4.035\$000	1696	1.110\$000	671\$000	1.310\$000	3.091\$000
1624	1.650\$000	345\$000	2.340\$000	4.335\$000	1697	1.130\$000	680\$000	1.400\$000	3.210\$000
1625	1.200\$000	300\$000	1.820\$000	3.320\$000	1698	1.205\$000	520\$000	1.520\$000	3.245\$000
1627	1.500\$000	310\$000	2.310\$000	4.120\$000	1699	1.010\$000	430\$000	1.325\$000	2.765\$000
1628	1.520\$000	315\$000	2.260\$000	4.095\$000	1700	1.200\$000	-	1.510\$000	-
1629	1.760\$000	400\$000	2.500\$000	4.660\$000	1701	1.300\$000	430\$000	1.530\$000	3.260\$000
1630	1.480\$000	380\$000	2.420\$000	4.280\$000	1702	1.300\$000	400\$000	1.700\$500	3.400\$500
1631	1.570\$000	380\$000	2.420\$000	4.370\$000	1703	860\$000	220\$000	1.150\$000	2.230\$000
1632	1.600\$000	360\$000	2.250\$000	4.210\$000	1704	1.300\$000	535\$000	1.668\$000	3.503\$000
1633	1.555\$000	350\$000	-	-	1705	1.110\$000	540\$000	1.250\$000	2.900\$000
1634	1.400\$000	245\$000	1.696\$000	3.341\$000	1706	1.400\$000	620\$000	1.730\$000	3.750\$000
1635	1.750\$000	360\$000	2.170\$000	4.280\$000	1707	1.295\$000	600\$000	1.700\$000	3.595\$000
1636	1.800\$000	400\$000	-	-	1708	1.250\$000	620\$000	3.400\$000	5.270\$000
1637	1.750\$000	365\$000	2.220\$000	4.335\$000	1709	1.200\$000	566\$000	3.050\$000	4.816\$000
1638	1.625\$000	360\$000	2.200\$000	4.185\$000	1710	1.066\$000	500\$000	2.800\$000	4.366\$000

Ano	Imposição	Entradas	Sisa	Total dos Impostos
1711	1.430\$000	600\$000	3.200\$000	5.230\$000
1712	1.315\$000	605\$000	3.250\$000	5.170\$000
1713	1.315\$000	630\$000	3.400\$000	5.345\$000
1714	1.315\$000	637\$000	3.600\$000	5.552\$000
1715	1.206\$000	643\$000	3.202\$000	5.051\$000
1716	1.300\$000	640\$000	3.213\$500	5.153\$500
1717	1.230\$000	640\$000	3.220\$000	5.090\$000
1718	1.310\$000	669\$000	3.400\$000	5.379\$000
1720	1.003\$000	680\$000	3.160\$000	4.843\$000
1721	1.150\$000	700\$000	3.220\$000	5.070\$000
1722	1.100\$000	721\$000	2.921\$000	4.742\$000
1723	1.210\$000	830\$000	3.251\$000	5.291\$000
1724	1.114\$000	876\$000	3.321\$000	5.311\$000
1725	1.114\$000	900\$000	2.848\$000	4.862\$000
1726	901\$500	731\$000	2.205\$000	3.837\$500
1727	905\$500	752\$500	2.452\$000	4.110\$000
1728	701\$000	1.001\$500	2.058\$000	3.760\$500
1729	900\$500	1.101\$000	2.160\$000	4.161\$500
1730	1.200\$500	–	3.015\$000	–
1731	943\$000	1.011\$000	2.200\$000	4.154\$000
1732	805\$000	704\$000	2.012\$000	3.521\$000
1733	960\$000	1.000\$000	2.413\$000	4.373\$000
1734	962\$000	1.020\$000	2.551\$500	4.533\$500
1735	981\$000	1.025\$200	2.550\$500	4.556\$700
1736	982\$000	940\$000	2.551\$000	4.473\$000
1737	983\$000	945\$500	2.510\$000	4.438\$500
1738	1.011\$000	300\$000	2.801\$000	4.112\$000
1739	1.013\$000	901\$000	2.400\$000	4.314\$000
1740	800\$000	900\$000	1.600\$000	3.300\$000
1741	905\$000	1.000\$000	1.683\$000	3.588\$000
1742	906\$500	1.102\$500	1.683\$000	3.692\$000
1743	906\$500	1.104\$000	1.705\$000	3.715\$500
1744	932\$500	975\$000	2.300\$000	4.207\$500
1745	934\$500	1.276\$000	2.004\$000	4.214\$500
1746	1.004\$000	1.200\$000	2.010\$000	4.214\$000
1747	1.008\$000	1.200\$500	2.020\$000	4.228\$500
1748	900\$000	1.100\$000	1.820\$000	3.820\$000
1749	1.514\$000	1.200\$000	3.950\$000	6.664\$000
1750	1.304\$000	961\$000	3.700\$000	5.965\$000
1751	1.311\$000	700\$000	3.201\$500	5.212\$500
1752	1.641\$000	1.058\$500	4.000\$500	6.700\$000
1753	1.535\$000	1.300\$000	3.101\$000	5.936\$000
1754	1.662\$500	1.250\$500	2.901\$000	5.814\$000
1755	1.262\$500	902\$000	4.101\$000	6.265\$500
1756	1.530\$000	1.100\$000	4.106\$000	6.736\$000
1757	1.369\$500	649\$500	3.201\$500	5.220\$500
1758	1.200\$000	820\$000	3.600\$000	5.620\$000
1759	1.229\$000	820\$000	3.605\$000	5.654\$000
1760	1.099\$600	841\$000	3.214\$500	5.155\$100
1761	1.024\$000	909\$000	3.200\$000	5.133\$000
1762	940\$000	755\$000	2.850\$000	4.545\$000
1763	900\$000	906\$000	2.700\$000	4.506\$000
1764	930\$000	1.000\$000	2.350\$000	4.280\$000
1765	900\$000	901\$000	2.250\$000	4.051\$000
1766	900\$000	713\$500	2.258\$500	3.872\$000
1767	857\$000	721\$000	2.151\$000	3.729\$000
1768	1.100\$000	900\$000	2.600\$000	4.600\$000
1769	881\$000	700\$000	2.096\$000	3.677\$000
1770	981\$000	1.140\$500	3.601\$500	5.723\$000
1771	1.200\$000	937\$000	2.200\$000	4.337\$000
1772	1.207\$500	942\$000	2.204\$000	4.353\$500

A curva das arrematações dos impostos permite-nos sugerir alguns períodos de melhor produção vinícola, a saber:

- os anos vinte do século XVII em que o valor das arrematações da Imposição atinge verbas avultadas. Aliás, a contagem directa pelos Livros da Imposição revela-nos que em 1626 se atingiu um máximo nunca antes conseguido: nesse ano foram declaradas 16.821 pipas³⁷;
- o primeiro quartel do século XVIII, nomeadamente os anos que vão de 1708 a 1724, mostra-se notoriamente favorável. A explicação deste surto terá a ver com o fomento provocado pelo tratado de Methuen? Não estará antes

³⁷ SILVA, F. Ribeiro da – *O Termo do Porto...*, p. 143.

relacionada com o interesse britânico pelos vinhos do Douro e com o abaixamento da taxa de importação que o Parlamento decretou em 1697³⁸?

- os meados do século XVIII (1749 a 1761) constituem uma terceira série muito favorável, confirmando-se por esta via a tão falada crise ³⁹, que não foi de produção mas de oferta. Mais se confirma a verosimilhança da informação de que no Porto dessa época havia tavernas e vendas de vinho em número excessivo⁴⁰.

Os livros da Câmara do Porto permitem-nos conhecer outros períodos de expansão da viticultura do Douro. Assim, para além dos dados constantes das arrematações, possuímos informações e indícios de outra natureza que nos garantem que nos fins do século XVI a produção de vinho ia em grande crescimento.

Eis essas informações: em Janeiro de 1587 o Procurador da Cidade e os do Povo queixavam-se de que muitos oficiais mecânicos e outras pessoas com interesses na Índia, no Brasil e nas Ilhas se dirigiam ao Alto Douro e se faziam mercados de vinhos, provocando aumentos do custo do produto não só na origem como na comercialização na cidade do Porto⁴¹.

Em 1593 continuava a lamentar-se na Câmara que muitos deixassem seus ofícios e se tornassem «taverneiros e vendeiros» praticando preços excessivos na venda a retalho⁴². Fez-se então um conjunto de posturas que formam o que poderemos chamar o primeiro regimento da comercialização dos vinhos do Douro da qual a Câmara pretendia guardar o controlo absoluto⁴³.

Na mesma altura, para além do aumento do número de regatões de vinho e talvez em consequência disso, ia caindo em desuso a antiga prática de vender os vinhos «à prancha», isto é, sobre os barcos em que eram transportados desde Riba Douro, ancorados defronte da Porta da Ribeira. Antes se metiam dentro da cidade em armazéns, com agravamento do preço. A tentativa dos Vereadores de reporem o uso antigo não foi possível visto que «nos tempos de agora não era sofrível venderem-se os vinhos sobre a água» (notícia referente a 1587)⁴⁴.

Ainda em 1592, tendo sido criados pelouros de tarefas na gestão da Câmara, o vinho já era suficientemente importante para constituir um pelouro autónomo⁴⁵. Mas não era já apenas a questão dos preços que preocupava os Vereadores. É que a grande procura do produto e a mira de lucros fáceis levava muitos tabernei-

³⁸ SCHNEIDER, Susan – o. c., p. 31.

³⁹ TENREIRO, A. Guerra – *Douro – Esboços para a sua história económica*, in «Anais do Instituto do Vinho do Porto», 2º vol., Porto, 1942, p. 6.

⁴⁰ SILVA, F. Ribeiro da – *Absolutismo Esclarecido ...*, p. 39.

⁴¹ AHMP, Lv 27, fl. 257v.

⁴² AHMP, Lv 31, fls. 189-189v.

⁴³ AHMP, Lv 31, fls. 189-193.

⁴⁴ AHMP, Lv 27, fl. 276v.

⁴⁵ AHMP, Lv 30, fl. 21.

ros a «calabrear» os vinhos, falsificando-os com misturas nocivas em prejuízo dos consumidores. Por isso, os acórdãos municipais do Porto, aprovados em 1587, proibiam severamente qualquer tipo de mistura.

Remonta, por conseguinte, aos fins do século XVI a mácula a que Guerra Tenreiro chamava o «pecado original do Douro»⁴⁶ que, em diversas modalidades, se foi repetindo posteriormente, deixando atrás de si sementes de desconfiança e de crise.

Entendemos, pois, que o primeiro grande fomento da viticultura no Douro na Época Moderna se deu nos fins do século XVI, depois da conquista de Portugal por Filipe II cuja continuidade é manifesta nos inícios do seguinte⁴⁷. Provavelmente, na raiz desse incremento estarão os novos mercados potenciais que a união das Coroas poderia trazer. Uma coisa é certa: a cidade do Porto viu crescer o número de consumidores que lhe trouxe a criação da Casa da Relação como Tribunal Superior que era; por outro lado, as Armadas do Mar Oceano foram excelentes consumidoras do vinho do Douro. Bastará recordar que em 1590 foram carregadas 2.108 pipas para a Armada de El Ferrol. E no ano seguinte, o volume terá sido semelhante⁴⁸. E não esqueçamos que foi em 1605 que, pela primeira vez, se sentiu a necessidade de o Rei estabelecer um número fixo de taberneiros na cidade do Porto para pôr cobro à «devisação» e «excessos» dos regatões e «atravessadores» de vinhos⁴⁹.

5. ESTRATOS SOCIAIS PORTUENSES INTERESSADOS NO VINHO

A produção e o comércio dos vinhos durienses interessavam diferentes estratos sociais da cidade do Porto. Pelo menos desde a segunda metade do século XVI muita gente se achava no direito de ganhar dinheiro na transacção daquele produto. Daí a vontade expressa da Câmara de chamar a si o controlo dessa actividade.

De facto, a primeira surpresa vem-nos da verificação de que muitos nobres se dedicavam a este comércio. O Balio de Leça, Frei Luís Álvares de Távora, em 1599 e 1600 trouxe do Douro cerca de 3.000 pipas que aí colheu e adquiriu – as quais

⁴⁶ TENREIRO, A. Guerra – Douro ..., p. 3-6.

⁴⁷ Sobre este assunto, ver a posição algo divergente de OLIVEIRA, Aurélio de – *Vinhos de Cima-Douro na primeira metade do século XVII. A primeira grande questão vinícola do Douro*, in «Gaya», vol. II, Câmara Municipal de V. N. de Gaia, 1984.

⁴⁸ SILVA, F. Ribeiro da – *O Porto e o seu termo ...*, vol. I, p. 163 e *Porto e Galiza: embarcações galegas no transporte de vinho do Douro (1622 e 1626)*, in «Lucerna», Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

⁴⁹ SILVA, F. Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo...*, p. 168.

foram colocadas em Matosinhos, S. João da Foz e até no Brasil, para além da cidade do Porto⁵⁰.

Estes não viam contradição entre o lucro assim conseguido e a dignidade da linhagem. Mas a sociedade nem sempre se mostrava tolerante com tais situações, surgindo aqui e além a crítica mordaz. Lembraremos a tão sugestiva quanto tosca quadra com que alguém mimoseou Pantaleão Alvo Godinho ao ser feito cavaleiro da Ordem de Cristo, nos meados do século XVII:

*Hábito no peito
Graças a Deus Baco
Porque honra e proveito
Já cabem num saco*⁵¹

Ao contrário, para outros o comércio dos vinhos tornou-se caminho de nobilitação. Com efeito, Manuel Rodrigues e Francisco Ribeiro, moradores no Porto por volta de 1630, por serem grandes armazenistas de vinhos e exportadores para o Brasil tratavam-se pela «lei da nobreza» e intitulavam-se de nobres⁵².

Como seria de esperar, são muitos os cidadãos do Porto que, nos inícios do século XVII, possuem interesses no Douro vinhateiro. A sua presença nos Livros da Câmara é assídua e nem sempre pacífica. Os seus frequentes protestos procedem normalmente de dois motivos: ou entendem que os preços fixados pelos Vereadores para a venda do vinho a retalho não eram devidamente compensadores. Ou reivindicam os privilégios fiscais e até de estabelecimento de preços mais favoráveis a eles, produtores, que tradicionalmente cabiam aos «vinhos de cutelo», isto é, aos vinhos de sua lavra.

A questão é que muitas vezes, durante toda a época moderna, eram declarados como «vinhos de cutelo» quantidades compradas a terceiros. O combate aos falsos «cutelos» passou por duas medidas decretadas na Câmara: ou se obrigavam os produtores a trazerem um atestado do Pároco passado sob juramento com base nos dízimos ou se determinou que cada produtor declarasse na Câmara, em livro próprio, a média da sua produção anual. Esse livro conservou-se e pode ser consultado no Arquivo Histórico Municipal do Porto.

O clero também não desdenhava a produção vinícola e não deixava de procurar ganhos compensadores. Assim, os Jesuítas produziam na sua quinta do Alto Douro no primeiro terço do século XVII 60/70 pipas de vinho excelente. Por se tratar de vinhos «mui limpos e puros, sem mistura alguma de outros e colhidos e feitos com muita perfeição» pretendiam vendê-los a bom preço, sem terem que

⁵⁰ SILVA, F. Ribeiro da – *O Porto e seu Termo...*, p. 137.

⁵¹ Ver PREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e – *O Convento novo de Santa Maria da Consolação (Padres Loios)*, Porto, Gabinete de História da Cidade, 1947, p. 40.

⁵² SILVA, F. Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo ...*, p. 137.

dar satisfação aos almotacés⁵³. Do mesmo modo, os Beneditinos do Porto manifestavam à Imposição a média anual de 30 pipas. Outras Ordens religiosas produziam iguais ou superiores quantidades. Destacaremos, entre elas, a Congregação do Oratório, objecto de um estudo importante do Prof. Gaspar Pereira⁵⁴.

Para além dos Institutos religiosos que, como tais, manifestavam vinhos, membros individuais do Clero e Altas Dignidades Eclesiásticas faziam-no também com regularidade. Lembremos os casos dos Bispos do Porto e de Targa, dos Cabidos do Porto e de Braga. Refira-se ainda que uma quantidade substancial de simples clérigos aparece assiduamente a manifestar vinho, em nome próprio, em nome dos familiares ou mesmo em nome de fidalgos seus amos.

A descoberta, inventariação e estudo aturado da documentação (onde quer que se encontre) dessas Casas Religiosas ou das grandes famílias produtoras terão que ser levados a cabo urgentemente, sob pena de nos continuarmos a lamentar, repetindo-nos, que não conhecemos em profundidade a história da vinho do Douro, antepassado do vinho do Porto. Escusado será dizer que tal é um objectivo prioritário do grupo de História Moderna do GEHVID.

Como ficou insinuado, os manifestantes de vinho na cidade do Porto não eram apenas os seus naturais ou moradores. A micro-análise que levámos a cabo relativa ao ano de 1626 mostrou-nos que dos 230 declarantes, só 41,3% residiam no Porto e arrabaldes. Cerca de 37% viviam no Douro. E vários possuíam quintas no Douro e habitação na cidade. O mesmo se diga dos exportadores de 1620-1640: dos 52 que identificámos, 23% residiam no Douro contra 38,5% que moravam na cidade. Os restantes eram estrangeiros (3,8%) ou a sua residência não aparece referida (30,7%) ou viviam fora do Porto e do Douro (3,8%).

O vinho converteu-se, pois, num forte elemento de ligação entre o Porto e o Douro, entre as gentes de um e outro extremo do sistema. A complementaridade não se exprimiu apenas através do vinho, mas este foi seguramente o seu traço mais significativo.

5.1. O vinho do Douro e o Município do Porto

Não será descabido falar aqui do interesse da Câmara do Porto pelo comércio vinícola. Como alimento que era, competia ao Município tratar do seu abastecimento e aprovisionamento. Cabia-lhe ainda controlar os postos e modos de venda ao público, estabelecer os preços, fiscalizar a qualidade. Nesse aspecto, o

⁵³ AHMP, *Sentenças*, L. 3, fl. 300.

⁵⁴ PEREIRA, Gaspar Martins – *As quintas do Oratório do Porto no Alto Douro*, in «Revista de História Económica e Social», n.º. 13, Lisboa, 1984.

procedimento da Câmara do Porto não seria muito diferente do que se passava noutros sítios do Reino.

A fixação dos preços de venda ao público exigia uma prévia informação dos valores correntes na região produtora, isto pelo menos a partir de 1605. Por esse motivo, chegou ao nosso conhecimento que, em 1606, uma pipa de bom vinho tinto valia em Lamego 3\$500/4\$000 réis.

Tendo em conta esse valor, os Vereadores fixaram o preço do quartilho em 5 réis⁵⁵. Quer dizer, cada pipa contendo 25 almudes, 636 litros e 1.200 quartilhos seria vendida pelo miúdo por cerca de 6\$000 réis, ou seja, daria de lucro 2\$000/2\$500 réis, isto é, 50 a 72%.

Se pensarmos que dessa margem teriam que sair os custos do transporte e os dos diversos impostos, os ganhos dos taberneiros não seriam por aí além⁵⁶.

Mas o vinho era igualmente importante para a Câmara do Porto porque constituiu sempre uma fonte de receitas a que se lançava mão não só para as necessidades rotineiras da administração municipal como acima ficou dito, mas também sempre que o Poder Central obrigava a contribuições extraordinárias. Daí alguns conflitos, nomeadamente no período da Restauração que foram oportuna e perspicazmente estudados por Aurélio de Oliveira⁵⁷.

6. OS MERCADOS DO VINHO DO DOURO

6.1. As Informações de Rui Fernandes

Rui Fernandes (1531-1532) presta-nos alguns esclarecimentos, nem sempre claros, sobre o destino dos vinhos produzidos no circuito de Lamego.

Assim, os de primeira qualidade exportavam-se por terra para consumo de várias casas senhoriais, para a Corte de Castela e em menor quantidade para a Corte portuguesa;

- os da qualidade mediana vendiam-se para diversos lugares do reino tais como Guarda, Viseu, Riba Côa, Beiras e Ilhas;
- os inferiores eram expedidos para provimento das armadas e para abastecimento dos lavradores de vários lugares.

⁵⁵ Ver AHMP, Lv 37, fl. 165-165v.

⁵⁶ Os nossos cálculos dos litros e quartilhos por almude basearam-se nas informações contidas na nota 4 e nas tabelas publicadas por GRAÇA, Joaquim José da – *Tabellas...*, página n.n., quadro relativo ao Porto.

⁵⁷ OLIVEIRA, Aurélio de – *Vinhos de Cima-Douro na primeira metade do século XVII ...*

6.2. Informações de outras fontes

Rui Fernandes não terá pretendido ser exaustivo na enumeração dos lugares que consumiam vinhos durienses. Nem nós o podemos ser. Sabemos, no entanto, pelos fontes municipais portuenses que uma parte do vinho era desembarcado nos portos fluviais de Arnelas e de Carvoeiro e daí seguia em carros de bois para as terras de Santa Maria e outras a sul do Porto. No século XVII, o Condado da Feira podia importar até 2000 pipas⁵⁸. O interesse dos mercadores da Feira e Ovar pela transacção do vinho do Douro mantinha-se no século XVIII, pois vários deles foram condenados por ocasião do Motim da Companhia ocorrido em 1757.

Do mesmo modo, em Coimbra o vinho de Riba Douro era muito apreciado. Em Julho de 1614 nove mercadores comprometeram-se a vender em seis lojas vinho «boom e de Lamego»⁵⁹.

A maior parte da produção, independentemente das diversas qualidades, carregava-se em barcos que desciam o Rio até ao Porto. Desde muito cedo, esta cidade, para além de mercado consumidor, foi o entreposto privilegiado do comércio dos vinhos do Douro. Como seria de esperar, no primeiro Livro de Vereações da Câmara do Porto que chegou até nós – o do ano de 1390 – abundam as referências ao vinho de «Riba de doiro», vermelho e branco⁶⁰. Depois desse, não há nenhum em que o vinho não surja em lugar proeminente! Não admira que o melhor que lá se produzia viesse a ser cognominado com o nome do principal lugar que o distribuía.

Aliás, muito cedo, como atrás afirmámos, a zona produtora – o Alto Douro – e o porto de exportação – a cidade do Porto – deram-se conta que a complementaridade das duas regiões se impunha como uma evidência. Não era apenas o vinho que era exportado pela foz do grande rio; também o sumagre, as frutas, o azeite conheceram os mesmos itinerários, com proveito para ambas as partes.

A ligação entre as duas regiões era assegurada pelo Rio Douro, navegável durante a maior parte do ano numa extensão superior a 20 léguas, entre S. João da Pesqueira e S. João da Foz. Desde as mais remotas épocas, inúmeras embarcações garantiam o contacto entre o Porto e os muitos portos fluviais que se foram criando ao longo daquele percurso. Muitos homens trabalhavam neste labor. Em 1585 identificamos 30 barqueiros, de diversas freguesias ribeirinhas⁶¹. Mas este número fica muito aquém da inventariação feita por Pedro de Brito para o ano de

⁵⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Estrutura administrativa do Condado da Feira no século XVII*, in «Revista de Ciências Históricas», vol. IV, Porto, Univ. Portucalense, 1989, p. 261.

⁵⁹ OLIVEIRA, António de – *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, vol. II, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972, p. 298.

⁶⁰ BASTO, A. de Magalhães – «*Vereações*» ..., p. 17, 112, 151, passim.

⁶¹ AHMP, Lv 27, passim.

1560: nada menos de 73, oriundos dos seguintes lugares: Barqueiros, Souto, Mourilhe, Pala, Caldas, Barrô, Porto Manso, Alijó, Bouça, Cancela, Carrapatelo, Entre-os-Rios, Porto de Rei, Penajóia, Baião, Granja, Ancede, Tojal, Frende, S. Gens, Paços, Portozelo, Bem Viver, Porto e outros⁶². Sabendo nós que cada embarcação exigia vários homens, é fácil ter uma ideia do pessoal movimentado por esta actividade!

O barco mais conhecido e mais típico ficou conhecido pelo nome de «rabelo», talvez devido à «espadela» ou madeiro muito comprido em forma de remo que substitui o leme nas operações de navegação, às vezes difíceis devido à impetuosidade das águas. A sua capacidade média comportava 30 pipas, mas havia-os, ao que parece, que carregavam 70 pipas⁶³. Refiramos, no entanto, a este propósito o testemunho do Pároco de Santa Cristina de Mesão Frio, em 1758: quando o rio vai cheio cada barco leva 60 pipas mas quando é ano de seca não leva mais que 15 a 25 pipas⁶⁴.

Por disposição legal e costumeira, a terça parte entrada no Porto ficava obrigatoriamente na cidade e aí se consumia. As outras duas ou eram transaccionadas localmente se as condições de preço convinham aos produtores ou eram armazenadas e exportadas quando fosse conveniente.

Para onde se enviavam as pipas do vinho do Douro a partir do Porto?

Uma grande parte era remetida para Lisboa. Em 1626 o mercado preferencial foi o de Lisboa que recebeu 4.890 pipas das 6.385 que seguramente saíram pela foz do Douro⁶⁵. Sempre que a documentação conservou memória do negócio, a capital aparece-nos como excelente mercado do generoso líquido.

Possuímos até alguns números para antes e depois de 1626.

Assim, em 1588 para aí seguiram 1.593 pipas

1592	"	2.398	"
1622	"	5.966	" ⁶⁶

Parece, no entanto, que com o decorrer do tempo e com o diversificar de mercados internacionais diminuiu o volume da exportação para Lisboa. Efectivamente, em 1786, por exemplo, o total não passou das 5.200 pipas⁶⁷.

A quase totalidade das exportações para a capital fazia-se por mar em barcos portugueses ou estrangeiros. Durante o período filipino, muitos barcos galegos

⁶² BRITO, Pedro de – *O Comércio...*, p. 145-149.

⁶³ FERREIRA, J. A. Pinto – *A Economia do vinho ...*, p. 312.

⁶⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Dicionário Geográfico*, vol. 23, fls. 877-878.

⁶⁵ SILVA, F. Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo...*, p. 149.

⁶⁶ Ver SILVA, F. Ribeiro da – *Porto e Galiza...*, p. 508.

⁶⁷ COSTA, P.e Agostinho Rebelo da – *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, 2ª ed., Gaia, Edições Progredior, 1945, p. 270.

que abasteciam de sardinha a cidade do Porto, eram fretados para uma viagem suplementar a Lisboa, para transporte das pipas cheias.

Em 1622, ano de grande carência de vinhos no Reino, 13 mestres oriundos de vários portos da Galiza carregaram nos seus volanteiros, pinaças e caravelas 540 pipas. E em 1626 outros mestres galegos transportaram em várias viagens 480⁶⁸.

Lisboa não era então o único destinatário dos vinhos exportados pela foz do Douro. Uma parte ia para Aveiro. Setúbal e Vila do Conde são igualmente referidos na documentação.

Outra parte seguia para as colónias. O Brasil é a mais referida. Em 1626 para lá se remeteram, pelo menos, 245 pipas. Esse tráfego foi crescendo, com variações oriundas de diversas causas. Os dados contidos nos Livros da Imposição, recolhidos por António de Barros Cardoso, sugerem-nos que a média de pipas exportadas na primeira metade do século XVIII não excedia as 686. Mas as informações de outra fonte (não direi mais credível, mas sim mais abrangente – a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro) dão-nos uma média de 2.734 pipas anuais, um pouco longe das 3/4.000 pipas referenciadas pelo conhecido observador portuense da época, Pe. Agostinho Rebelo da Costa⁶⁹.

6.3. A importância do mercado inglês

A primeira vez que vimos expressamente documentada, na Época Moderna, a exportação para a Inglaterra data de 1651 e é feita por ingleses. De facto, nesse ano, um britânico estante no Porto, Richard Perez, exportou para Inglaterra 56 pipas que mandara comprar «asima do douro». No ano seguinte, outros lhe seguem na pegada: Rolant Hill, Miguel Tonsend, Anrique Manim expedem respectivamente 70, 63 e 20 pipas, perfazendo um total de 153 pipas⁷⁰. Esta importante notícia foi publicado por nós há vários anos, mas infelizmente continua a ser ignorada em trabalhos posteriores que preferem repetir «clichés» ultrapassados.

No fim dos anos setenta do século XVII, a média de pipas exportadas já ultrapassava as 600! E antes de findar o século, durante a última década, a acreditar no que tem sido publicado, a média subia estrondosamente para as 7.000!⁷¹

Poderemos chamar a esta mercadoria vinho do Porto? Talvez! Não era evidentemente um produto igual ao dos nossos dias. Mas o processo de fabrico, a adição de aguardente vínica, a busca de boas condições de envelhecimento estavam

⁶⁸ Ver SILVA, F. Ribeiro da – *Porto e Galiza ...*, p. 508-510.

⁶⁹ COSTA, P.e Agostinho Rebello da – *o. c.*, p. 271.

⁷⁰ SILVA, F. Ribeiro da – *Porto et le Ribadouro ...*, p. 352. Mantemos a grafia dos nomes tal como nos aparece na fonte.

⁷¹ Citado por FERREIRA, J. A. Pinto – *A economia do vinho...*, extra-texto.

em marcha e em breve o nome, qualquer que tenha sido a sua paternidade, impor-se-ia talvez mais fora que dentro das fronteiras. Os livros da Câmara do Porto continuarão por muito tempo a rotular de «fino» o melhor vinho generoso que se transaccionava na cidade. E, ao que parece, os portugueses durante o século XVIII conheciam-no como «vinho da Feitoria»⁷². E é assim que lhe chamam os Párcos da Região Demarcada do Douro, nas respostas ao inquérito de 1758.

São conhecidos os números da exportação, tendo ultimamente dado um notável contributo neste aspecto (e noutros) o trabalho de Conceição Andrade Martins⁷³.

Tivemos o ensejo de acrescentar algo mais preciso para os finais do século XVIII: nos anos de 1788, 1789 e 1791 exportaram-se pela barra do Douro 126.305 pipas, ou seja, uma média anual de 42.100 pipas. A Inglaterra absorveu 107.507,5 pipas, isto é, 85,1%⁷⁴.

Porquê tamanha aceitação do vinho generoso do Douro no mercado inglês?

Sem dúvida, pela qualidade da produto. O aroma natural, reforçado por adição suficiente de aguardente vínica, a cor tinta carregada, a elevada graduação alcoólica, o gosto peculiar que lhe advém dos xistos das encostas soalheiras do vale do Douro satisfaziam o gosto e a exigência dos britânicos.

Mas é preciso não esquecer que não foi apenas a qualidade do vinho que o impôs no Reino Unido. As circunstâncias históricas ajudaram. Com efeito, as rivalidades anglo-francesas da segunda metade do século XVII, de raiz política e religiosa mas também, e quiçá principalmente, de raiz económica, dificultando a entrada na Grã-Bretanha dos vinhos gauleses, abriram óptimas perspectivas para outros fornecedores, entre os quais os ingleses do Porto, cuja colónia se vinha estabelecendo desde os fins da primeira década da século XVII e se reforçara nos anos trinta do mesmo século. Nessa altura, dominavam o comércio do bacalhau e, naturalmente, o das diversas manufacturas inglesas de que a cidade e a região necessitavam.

6.4. Outros mercados

Quinze por cento do vinho exportado pela barra do Douro naqueles três anos dos finais do século XVIII dirigiram-se para outros países que não a Inglaterra:

⁷² SCHNEIDER, Susan – o. c., p. 29.

⁷³ MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do vinho do Porto*, dir. e pref. de António Barreto, Lisboa, 1990.

⁷⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Geografia do Comércio Portuense nos finais do século XVIII. II – Parceiros, produtos e capitais*, in «O Tripeiro», 7ª série, ano XIV, Junho/Julho 1995, p. 173. Ver ainda a colaboração do mesmo na *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos, Porto, 1994, p. 286.

– A Irlanda comprou	9,1%
– A Rússia comprou	4,5%
– Os Estados Unidos	1,07%
– A Holanda	0,08%
– Hamburgo	0,05%
– A França e Génova	0,009%

O caso da Rússia báltica, cliente dos vinhos do Douro de recente data – 1780 – como o provaram as investigações conjuntas de Victor de Sá e Gaspar Pereira⁷⁵, merece destaque. É que não comprava apenas vinho de primeira qualidade. Os preços de compra indicados permitem afirmar que a experiência da exportação de diferentes tipos de vinho do Douro ter-se-á aí iniciado.

7. O TRATADO DE METHUEN: AS DUAS FACES DE JUNO

Depois, em 1703, como é sabido, foi assinado o polémico tratado de Methuen – o qual, não tendo melhorado as condições fiscais favoráveis que já se haviam obtido do Parlamento britânico, manteve contudo um tratamento aduaneiro privilegiado em relação aos vinhos franceses. Assim, as condições do tratado, por um lado, e a abertura de novos mercados coloniais, por outro, fomentaram a cultura da vide não só no Douro como em todo o Reino.

Tal fomento generalizado, a médio prazo veio a prejudicar a viticultura duriense. De facto, o vinho do Douro que, pelas circunstâncias históricas eliminara o concorrente francês e depois o concorrente espanhol no mercado britânico, viu-se confrontado, no mesmo mercado, com vinhos nacionais, provenientes da Madeira, de Lisboa, do Algarve e do Dão e os viticultores durienses ameaçados de perder a vanguarda na venda do vinho na Inglaterra e noutros mercados⁷⁶. Daí a afirmação de alguns de que o tratado de Methuen prejudicou o ritmo de desenvolvimento do Douro.

Mas não foi apenas por essa razão que nos meados do século XVIII as coisas corriam muito mal para os agricultores durienses. É que, tendo a procura excedido a oferta no decorrer da primeira metade do século XVIII (as tabelas das arrematações acima apresentadas sugerem o bom momento) e coexistindo no Douro vinhos nobres e vinhos vulgares (estes mais abundantes e de mais fácil cultivo que

⁷⁵ SÁ, Victor de e PEREIRA, Gaspar Martins – *Do Porto ao Báltico. Achegas para a História das relações entre Portugal e a Rússia*, in «Revista da Faculdade de Letras- História», II Série, vol. VII, Porto, 1990, p. 228.

⁷⁶ MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, 2ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1982, p. 41.

aqueles), a tentação de os misturar e vender tudo como bom mostrou-se irresistível. Era o regresso do «calabrear» dos vinhos que tanto irritava os Vereadores do Porto do século XVII!

Como o negócio prosperava e prometia, o exportador britânico e até o produtor duriense não hesitaram em adquirir vinhos de outras regiões nos quais misturavam doses razoáveis dos autênticos durienses, vendendo o combinado como vinho do Porto.

Outras falsificações mais grosseiras inventou o génio perverso, instigado pela miragem do lucro fácil: aproveitamento da baga de sabugueiro e algumas especiarias para proporcionar cor e sabor aos vinhos palhetes; utilização de aguardente em quantidades excessivas para obter mais forte graduação alcoólica. Dessa forma, pensava-se, satisfazia-se o gosto inglês por bebidas fortes.

Tais mistelas não podiam deixar de produzir efeitos nocivos no tocante à qualidade da mercadoria e à honorabilidade dos comerciantes. O consumidor inglês deu-se conta do logro e obviamente deixou de comprar o subproduto que lhe era oferecido. Por este caminho, o excelente vinho do Douro que os médicos britânicos da 2ª metade do século XVII prescreviam como terapêutica indicada para a debilidade de estômagos frágeis, vê-se aviltado em 1753 ao ser contraindicado como venenoso pelos mesmos agentes de saúde que antes o haviam recomendado⁷⁷.

As consequências impunham-se à vista: descida das exportações e sobretudo, descida do preço no produtor. Durante as décadas de trinta e de quarenta do século XVIII, havia-se exportado a média de 17.899 pipas e 19.922 respectivamente. Ora, na década de cinquenta, durante os sete anos que vão até à fundação da Companhia, praticamente não se excedeu as 15.000 de média⁷⁸.

No entanto, a tendência para a baixa nas exportações é contrariada pelo facto de em 1753 terem sido remetidas para Inglaterra 21.107 pipas. Por outro lado, não há sinais de descida dos preços no consumidor das tabernas do Porto⁷⁹.

De qualquer forma, a crise dos meados do século parece incontestável: em 1754 a Feitoria Inglesa (que fora fundada no século XVII em edifício diferente do que ainda hoje existe) denunciava-a e definia-lhe os contornos em documento que ficou célebre⁸⁰. Para o grémio inglês, que, com alguma hipocrisia, tentava ilibar-se de culpas, a causa profunda da crise residiria na ambição desmedida de lucros fáceis que obrigara a alterações nefastas no modo de fabricação do vinho.

⁷⁷ TENREIRO, A. Guerra – Douro..., p.6.

⁷⁸ Estes cálculos foram baseados na estatística do Barão de Forrester, atrás citada.

⁷⁹ Ver FERREIRA, J. A. Pinto – *A economia do vinho ...*, p.268.

⁸⁰ Poderá ver-se o documento em FERREIRA, J. A. Pinto – *O comércio do vinho através da correspondência de John Whitehead, cônsul britânico na mesma cidade, endereçado a Mr. Warre (1793-1800)*, Porto, 1960, p. 14-15.

E afirmava-se que para este reconquistar a confiança do consumidor britânico, nada mais simples do que restituir-lhe o «seu antigo ser» através do retomar das práticas tradicionais, a saber:

- as uvas não seriam pisadas por menos tempo que 72 horas e por número de pés proporcionado à quantidade do fruto;
- a aguardente a adicionar devia ser de excelente qualidade, em quantidades moderadas e sempre aplicada por alturas do S. Martinho;
- as uvas brancas e tintas seriam pisadas separadamente;
- a baga de sabugueiro e as especiarias seriam definitivamente abolidas.

A denúncia da Feitoria Inglesa visava os Comissários Veteranos. Estes, sem negarem a crise, responderam com um manifesto violento no qual acusavam os exportadores britânicos de responsáveis pela adulteração, desafiando-os a não adquirirem senão vinhos genuínos do Douro. É que outros, não oriundos da região, eram exportados como se o fossem.

8. O MARQUÊS DE POMBAL E O VINHO DO PORTO: A FUNDAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DA AGRICULTURA DAS VINHAS DO ALTO DOURO

A necessidade de salvar o vinho do Porto e de romper a tutela britânica sobre os produtores do Douro fez nascer a ideia da criação de um Instituto adequado. A pessoa que primeiramente pensou na Companhia foi um negociante que, embora residisse no Porto e possuísse algumas terras em Valbom, no concelho de Gondomar, nem sequer era português, Bartolomeu Pancorbo, biscainho de nascimento.

O mercador espanhol conhecia bem os problemas que então se punham à comercialização dos vinhos do Douro, pois ele próprio os exportava para o Brasil. Quanto aos vinhos generosos, pareceu-lhe que se impunha diversificar os mercados compradores, para além da Inglaterra. Os portos do Báltico e da Rússia ofereciam boas perspectivas.

Pancorbo deu execução ao seu sonho, fundando uma Companhia juntamente com o seu filho e ainda com o francês Drumont. Investindo os capitais que pôde congreguar, comprou no Douro vinhos finos por preço mais compensador para os produtores do que o oferecido pelos ingleses. Infelizmente faliu a curto prazo por carências financeiras.

Todavia, a ideia não morreu. Em fins de 1755 ou inícios de 1756, Luís Beza de Andrade, morador no Porto e grande produtor da região do Douro, reuniu na sua casa da Rua Chã alguns importantes viticultores para tentar encontrar saída para a crise.

Uma das presenças mais influentes nessa reunião foi a do dominicano Dr. João

de Mansilha em cujo espírito, pela primeira vez, terá aflorado a ideia de demarcação de uma zona produtora de vinhos finos de exportação. Ao que parece todos aceitaram a sugestão e logo trataram de a pôr em prática.

Para isso, o próprio Frei João de Mansilha foi enviado à Corte a propor o negócio ao Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo a cujos ouvidos, por outra via, haviam chegado os ecos da crise duriense.

O dominicano teve artes para convencer o ministro de D. José da validade da sugestão. Não tardou que a resposta surgisse: em 10 de Setembro de 1756 foi publicado o alvará régio que instituía a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

8.1. *Que fins visava o estabelecimento da Companhia?*

A resposta à questão passa pela leitura atenta dos estatutos da Instituição. Mas não pode prescindir do exame da legislação complementar promulgada posteriormente.

Assim, o objectivo fundamental da fundação da Companhia foi o de resolver e pôr fim à crise tantas vezes referida. Para isso, tornava-se urgente concretizar outras medidas, tais como:

- proteger os vinhos finos de exportação;
- preservar e garantir a qualidade dos vinhos durienses, não apenas os de embarque mas também os de consumo corrente;
- subtrair aos ingleses o controlo da comercialização do vinho do Porto;
- fomentar a viticultura no Douro, tornando-a capaz de suplantar a concorrência de outras zonas produtoras de vinho.

Para que os objectivos fossem atingidos, a Companhia viu-se favorecida por importantes privilégios, na linha da filosofia proteccionista em voga naquela época.

De entre os meios excepcionais postos ao serviço do novo Instituto, destacaremos alguns:

- consagração do princípio da demarcação da área produtora de vinhos de exportação, medida tanto mais de enaltecer quanto significou uma antecipação longínqua da adopção quase universal de marcas de origem;
- arranque com capitais avultados, a realizar pela venda de 1.200 acções do valor de 400\$000 réis cada e abertura de linhas de crédito aos produtores, com juros baixos;
- exclusivo da venda de vinhos de consumo corrente na cidade do Porto e em três léguas ao redor bem como do fabrico e exportação de aguardente nas três Províncias do Norte: Minho, Beira e Trás-os-Montes (alvará de 1760).

Sendo assim, a fundação da Companhia Geral corrigiu e secundou o tratado de Methuen, eliminando os concorrentes nacionais do vinho do Porto, tal como aquele convénio fizera relativamente ao rival francês⁸¹.

8.2. E os interesses britânicos?

As leis publicadas não prejudicavam abertamente as regalias da Feitoria Inglesa na medida em que não se vetava aos estrangeiros a aquisição de acções da Companhia. Mas o seu espaço de manobra ficou reduzido e condicionado.

Na verdade, em primeiro lugar, o monopólio concedido à Companhia de exportação de vinhos para o Brasil retirou aos ingleses a possibilidade de trabalharem esse mercado. Além disso, a obrigação de fazer acompanhar os vinhos comprados nas quintas do Douro, no seu percurso até ao Porto, de um certificado de genuinidade do produto, interferia nos circuitos dos britânicos. Finalmente, a partir de 1769 uma nova limitação lhes foi imposta: os vinhos a exportar eram submetidos a prévia verificação da qualidade.

Mas nem por isso a Feitoria Inglesa viu diminuído o seu poderio e o seu prestígio.

O afã de Carvalho e Melo em proteger o vinho do Porto manifestou-se ainda na legislação avulsa que foi sendo promulgada. Assim, logo em 1757 proibiu a utilização de estrume para fertilizar as cepas com o pretexto de que tal prática prejudicava a qualidade do produto.

Depois, constatada a inobservância das leis que obrigavam à pisa separada das uvas tintas e brancas, decretou que nos vinhedos onde se misturassem uvas brancas e tintas se arrancassem as brancas.

Outra preocupação o motivou: prevenir e evitar adições nocivas, em especial da baga de sabugueiro, mesmo que isso exigisse medidas radicais como a de fazer arrancar em todo o Alto Douro todos os arbustos que a produziam. Devemos acrescentar, a propósito, que já em 1756 a Congregação do Oratório havia abandonado o recurso à baga de sabugueiro⁸².

E quando a produção excedia o desejável e punha em causa o nível equilibrado dos preços, logo o legislador actuava: ou se reduzia a área demarcada (1765) ou se proibiam novas plantações de cepas ou até se ordenava que se arrancassem as videiras plantadas depois de 1765.

⁸¹ MACEDO, Jorge Borges de – *A situação económica ...*, p. 51.

⁸² PEREIRA, Gaspar Martins – *Na infância de um grande vinho: entre o «Vinho de Pé» e o «Port-Wine»*, in Actas do Congresso Internacional «A Festa no Século XVIII», Lisboa, 1992.

8.3. Os defeitos da legislação pombalina

Consideradas globalmente, as leis promulgadas por acção de Pombal para defesa dos vinhos durienses merecem louvor. No entanto, não é difícil apontar algumas lacunas e erros que, embora não afectem essa apreciação globalmente positiva, devem ser tidas em consideração, na medida em que, de uma forma ou de outra, se mantiveram por muitas e largos tempos.

Assim, as linhas de demarcação foram criticadas desde o começo visto que, por razões de compadrio ou outras semelhantes, privilegiaram-se vinhos inferiores como os de Lobrigos, terra de João de Mansilha, e excluíram-se outros, dignos de melhor sorte, como os de Vilarinho dos Freires.

Por outro lado, mostrou-se muito difícil a observância rigorosa da demarcação e nunca se pôde evitar de todo o contrabando e a intrusão de vinhos espúrios. Aliás, a própria Companhia comprava quantidades de vinho fora da área demarcada, exportando-os como Porto tão autêntico como os legítimos. E sabe-se que o Secretário de Estado dos Negócios do Reino, com a conivência de Mansilha, fazia embarcar para a cidade do Porto o vinho de sua produção e de outros agricultores da zona de Oeiras! Convencido de que o vinho de Carcavelos beneficiava o corpo, a cor e o paladar dos vinhos de Douro, vendia anualmente à Companhia cerca de 250 pipas que se convertiam em Porto genuíno.

Outro defeito que costuma ser imputado à legislação pombalina é o de ter imposto no Alto Douro um tipo único de vinho, ajustado às preferências inglesas e de ter impedido, desse modo, o pleno desenvolvimento das potencialidades do Douro quanto a variedades e espécies.

8.4. As oposições à Companhia Geral

A criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas de Alto Douro não foi recebida da mesma maneira por todos os grupos e estratos sociais da cidade do Porto.

A aristocracia local, detentora do poder municipal e de que faziam parte alguns donos de vinhedos e quintas situadas em Riba Douro, acolheu-a com manifestações públicas de regozijo.

Mas a plebe, composta pelos armazenistas, taberneiros e consumidores e apoiada por elementos do Alto Clero e por muitos Ingleses, reagiu mal, não obstante a propaganda oficial de que o novo Instituto iria beneficiar toda a gente.

Sinal inequívoco das oposições crescentes foi o eclodir do motim de 23 de Fevereiro de 1757 que, no fundo, não passou de uma marcha de protesto, vio-

lenta mais de palavras e ameaças do que acções concretas. Mas o Poder classificou-o implacavelmente como crime de lesa-majestade e fê-lo punir como tal⁸³.

Em consequência, os dirigentes da plebe portuense foram eliminados e a cidade foi colocada em estado de sítio, tendo sido humilhada como nunca no decorrer da sua História multissecular.

Mas a Companhia Geral não só não foi abolida, como desejavam os amotinados, como nem sequer foi perturbada na sua estrutura, não obstante a ilusão inicial de vitória dos sublevados. Curiosamente foi até a única das várias Companhias monopolistas fundadas por Pombal que logrou sobreviver-lhe.

8.5. *Que resultados positivos lhe podem ser creditados?*

Em primeiro lugar, contribuiu para restituir ao vinho do Porto a qualidade e a fama perdidas. Por esta via, recuperou-se não só o cliente inglês como se diversificaram os mercados. As tabelas de exportação publicadas pelo Barão de Forrester mostram-nos que as remessas para a Grã-Bretanha agrupadas por decénios não pararam de crescer durante toda a segunda metade do século XVIII, não obstante a variedade das oscilações anuais. Em 1791, o Porto, como dissemos acima era vendido na Inglaterra (38.990 pipas, sendo cada pipa avaliada na Alfândega em 33\$000 réis) mas também na Irlanda (4.860 pipas), nos Estados Unidos (972 pipas), na Holanda (46 pipas), em Hamburgo (25 pipas), na Rússia (14 pipas de vinho do Porto mais 800 de menor qualidade, avaliadas em 15\$000 réis a pipa) e em Génova (6,5 pipas)⁸⁴.

Por outro lado, as terras de Riba Douro progrediram de modo notório depois de 1756. Aliás, os palacetes edificadas durante a segunda metade do século atestam a prosperidade conjuntural.

E não foram apenas os senhores das vinhas a beneficiar. Também os trabalhadores viram aumentados os seus salários e melhoradas as suas condições de trabalho. Se estão certos os números de Susan Schneider, o salário diário do trabalhador das vinhas cresceu, Primavera a Primavera, depois de 1757, cerca de 50%⁸⁵!

Não esquecemos uma nota negativa: é que enquanto a população do País crescia a bom ritmo, a população duriense pouco aumentava. Em compensação, acolhia todos os anos milhares de galegos em busca de trabalho.

⁸³ Sobre estes tumultos e a problemática que os envolveu, ver o estudo que lhes dedicámos, atrás citado.

⁸⁴ ANTT, *Junta do Comércio*, Livro 149. De notar que estes dados não são coincidentes com os fornecidos pelo Barão de Forrester, talvez por causa da diversidade das fontes.

⁸⁵ SCHNEIDER, Susan – o. c., p. 240.

A cidade do Porto aproveitou igualmente o surto de prosperidade. Desde séculos passados, como atrás ficou patente o vinho do Douro não só estimulava a economia da cidade, como pela via da fiscalidade, subsidiou muitas obras públicas urbanas.

Mas na segunda metade do século XVIII o crescimento citadino tornou-se notório, como se afirma na Acta da reunião camarária de 6 de Maio de 1772:

«... a extensão e aumento que na povoação desta cidade tem havido de poucos anos a esta parte o não se estar vendo seria incrível, porque bairros inteiros se têm formado de novo; qualquer morador de idade não a mais avançada se recordará serem terras cultivadas e vazias o que hoje vemos bairros e ruas completas, como o sítio das Hortas, do Laranjal, e outras muitas partes que se têm acrescentado por todos os lados à cidade ...»⁸⁶.

É evidente que tal progresso não se ficava devendo exclusivamente ao vinho, mas o contributo do vinho e das «indústrias» a ele associadas a montante e a juzante, foi essencial.

9. CONCLUSÃO

As vicissitudes por que passou o vinho do Douro até originar um tipo excelente que foi o vinho (ou os diversos vinhos) do Porto, estão longe de ser conhecidas. As fontes existentes e de que temos notícia não são demasiado generosas mas mesmo assim não se encontram suficientemente exploradas.

Este ensaio é a demonstração disso mesmo. Por isso daqui, uma vez mais, chamamos a atenção para a necessidade urgente de que surja alguém (por que não uma equipa pluridisciplinar?) que inventarie todas as fontes, impressas ou manuscritas, e leve a cabo um estudo sistemático do que podemos chamar a pré-história do vinho do Porto, desde a Idade Média até ao século XVIII.

Não se trata apenas nem talvez principalmente de fixar as curvas de produção. Aliás será muito difícil estabelecê-las para períodos anteriores ao século XVIII. Mas as circunstâncias materiais, técnicas, geográficas e humanas do cultivo da vinha e do vinho que marcou a região durante séculos permanecem mal conhecidas. A posse da terra, o regime e as condições de trabalho, a influência do clima nos bons e maus anos, os movimentos migratórios sazonais por ocasião das vindimas e as suas consequências antropológico-culturais merecem também mais atenção do que a que lhe tem sido dada.

Do mesmo modo, parece importante averiguar com profundidade o potencial

⁸⁶ AHMP, Lv 86, fl. 128v.

dinamismo do vinho no incremento de um sem-número de profissões que lhe estão associadas, tanto na zona de produção como na cidade do Porto, das quais destacaremos os transportadores (barqueiros e almocreves), os construtores de embarcações, os tanoeiros, os mercadores e armazenistas, os taberneiros, a actividade comercial e a rede de comunicações entre os portos fluviais e os interiores próximos ou afastados.

E que dizer dos conflitos de interesses entre os produtores e os mercadores, por um lado, e entre cultivadores e grupos urbanos por outro, os quais, ao pretenderem sobrecarregar de direitos os vinhos, punham em causa a sobrevivência dos primeiros, tal como aconteceu nos meados do século XVII, segundo a lição de Aurélio de Oliveira⁸⁷? E já estará tudo dito acerca da evolução do gosto e das preferências dos consumidores nacionais e estrangeiros e do seu influxo nos modos de fabricação dos vinhos?

E por que não aprofundar o vinho do Douro na sua relação plural com a cidade do Porto e como factor estruturante de uma verdadeira região económica, envolvendo o litoral e o interior numa situação não de dependência mas de complementaridade?

Do vinho do Douro ao vinho do Porto – uma certeza: a da excelência do produto. Quanto ao mais, muitas perguntas e poucas respostas sobre a sua história mais remota.

⁸⁷ Sobre este assunto, ver OLIVEIRA, Aurélio de – *Vinhos de Cima- Douro ...*

Franquelim Neiva Soares *

A Igreja de Braga e a Companhia dos Vinhos do Alto Douro

Tendo-me voltado, sobretudo, para a investigação da história religiosa e social do arcebispado de Braga do Antigo Regime, aproveito a celebração deste colóquio para aprofundar as relações entre a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e a Igreja durante o reinado josefino, entendida esta na significação de então: instituição clerical e hierárquica e não sociedade-comunhão do clero com os fiéis, interpretados mais como um apêndice até à actual centúria. Quase exclusivamente sobretudo reacções da segunda, nesse particular verdadeiramente egoísta e reaccionária.

I. A COMPANHIA DOS VINHOS DO ALTO DOURO, SEUS PRIVILÉGIOS E DIFICULDADES

É do conhecimento geral que a monopolista Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro se criou em 1756. Os seus componentes são os principais lavradores do Alto Douro, os mais importantes homens-bons da cidade do Porto, seus accionistas, nessa altura dedicados e interessados agricultores e comerciantes do vinho de embarque, nome então dado ao vinho fino dessa região por oposição ao vinho do ramo, de consumo da plebe.

A 31 de Agosto enviaram uma representação a D. José I para consentir na Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro a fim de sustentar a reputação dos seus vinhos para garantia da venda e do respectivo comércio, estabelecendo um preço regular para autonomia dos seus produtores e negociantes. Constituída por um preâmbulo e 53 artigos, foi confirmada por alvará de 10 de Setembro, tornando-se a lei fundamental de toda a vida dessa Companhia. Com a sua instituição procurou-se travar a excessiva flutuação dos

preços, que nesse ano se deterioraram excessivamente – o de mais baixa exportação desde 1750 – e manter a pureza do vinho face às grosseiras adulterações, de que resultavam frequentes queixas dos exportadores; nesse sentido fixaram-se os preços do vinho de embarque ou feitoria em 25\$000 ou 20\$000 a pipa, consoante se tratasse da primeira ou segunda qualidade; a Companhia ficava com o exclusivo da venda do vinho de ramo nas 95 tabernas do Porto e nos lugares circunvizinhos até 3 léguas de distância em redor, e também desses vinhos, vinagres e aguardentes para as principais capitânias do Brasil.

Interesseiros nos seus negócios, pretenderam uma forte contenção dos limites da zona demarcada, precisamente aquela onde se situavam as quintas de que eram proprietários e de que auferiam avultados proventos. Seriam também os mais directamente empenhados na boa reputação externa desse vinho de modo não só a manterem o mercado exterior como ainda até aumentá-lo progressivamente.

Daí serem também os mais directos colaboradores e até os instrumentos privilegiados na concretização da política económica pombalina no Alto Douro. Consequentemente, além de autorizarem o transporte fluvial do néctar e de o qualificarem através de editais, informariam regularmente o Conde de Oeiras do estado dos negócios, das traficâncias e contrabandos, dos abusos e contravenções praticados na região por nacionais e estrangeiros em prejuízo dos interesses monopolistas da Companhia. Mas verificou-se enorme lentidão na demarcação devido, provavelmente, aos tumultos de Fevereiro de 1757 no Porto contra algumas das suas determinações e prerrogativas – a sentença da alçada só saiu a 12 de Outubro com 478 sentenciados.

Mas a reconhecida necessidade de organizar o registo ou tomo das terras de vinho fino, com o respectivo mapa, abordada já no &. 29 da Instituição – uma superfície de 40.000 hectares – foi retomada a 28 de Julho de 1757 por um Aviso Régio, as quais iam descritas desde o nº 1 ao nº 105, ou seja, desde a cidade do Porto até à vila de S. João da Pesqueira, por causa da existência duma barreira natural no Douro, o Cachão da Valeira, impeditiva da utilização do rio, única estrada de escoamento do precioso néctar.

A 30 de Agosto publicou-se um alvará a reajustar os diferentes preços às diversas qualificações (30/35\$000 para a primeira, 25/30\$000 para a segunda) e a proibir a mistura de baga de sabugueiro para lhe aumentar a coloração e o uso de estrumes nas plantações.

Todavia a comissão encarregada da demarcação das duas zonas de vinha só partiria a meados de Setembro: o desembargador fiscal da Companhia, Inácio de Sousa Jácome Coutinho, 2 deputados provadores, o irlandês Diogo Archibold e 3 engenheiros militares responsáveis pelo levantamento cartográfico. Esse trabalho foi duro e lento, prolongando-se a sua realização até, pelo menos, Fevereiro do ano seguinte.

Entretanto, foram-se amontoando no Porto os protestos dos lavradores cujas terras haviam ficado excluídas da zona delimitada, acusando-se a deputação de subornos e outras irregularidades. A abundância de pressões e reclamações forçou a Junta da Administração da Companhia a abrir-lhe um inquérito à sua actuação. Pouco tempo depois, porém, a 20 de Setembro de 1758, D. José I declarava nula essa demarcação, nomeando nova comissão para recomeçar: encabeçada por 2 desembargadores, Manuel Gonçalves de Miranda e Luís de Seabra, respectivamente juiz conservador e procurador fiscal da Companhia, ajudados por um escrivão e um meirinho. Partida no primeiro de Outubro, encerrou a tarefa a 29 de Novembro no lugar de Santa Cruz, no concelho de Baião, explicando-se a brutal celeridade pelo aproveitamento do trabalho da anterior e pelo facto de se ter limitado a examinar as reclamações dos lavradores; acrescentou mais terras nuns casos, enquanto noutros manteve de facto a exclusão.

Mas nem assim cessaram as reclamações às anteriores delimitações, pois dever-se-iam ter demarcado os terrenos seguidos para evitar a infiltração dos vinhos de ramo próximos e até contíguos. Por outro lado, a contemplação de algumas terras novas na segunda delimitação tornou os lavradores não contemplados mais aguerridos e decididos na esperança de conseguirem o seu objectivo. E boa parte do ano de 1759 gastou-a a Junta a examinar os requerimentos e a emitir pareceres.

O resultado de todos estes queixumes foi um Aviso Régio de 14 de Janeiro de 1760 a determinar um reajustamento das demarcações já feitas com o recurso a método diferente: em vez de se individualizarem as quintas e os seus possuidores determinaram-se círculos compreensivos das fazendas, grandes ou pequenas, com capacidade de produção de vinhos de boa qualidade. Desta maneira acrescentaram-se mais terras ao território de embarque.

Um alvará de 16 de Dezembro determinou os preços de acordo com as respectivas qualificações e proibiu em absoluto a importação de aguardente de países estrangeiros. Outro de 30 desse mês mandou que em Fevereiro de cada ano se procedesse a uma devassa às transgressões contra a Instituição e mais legislação promulgada em defesa da boa qualidade e venda mais garantida do vinho de feitoria, o qual ampliou também de 3 para 4 léguas ao redor do Porto o círculo para o exclusivo da venda do vinho de ramo.

Em 1761 continuaram os trabalhos de adir mais terras à região demarcada do vinho de embarque, reforçando as respectivas directrizes por edital de 14 de Junho, tarefa essa concluída a 4 de Novembro. E até 1768 praticamente nada mais se legislou a respeito da Companhia devido às complicações da Guerra dos Sete Anos (1762-76) em que Portugal entrou e à enfermidade do Conde de Oeiras.

Conhecendo D. José as queixas que continuavam a acumular-se sobre a adulteração do vinho fino, por alvará de 16 de Janeiro de 1768, decretou a separação

absoluta dos vinhos de embarque dos das outras espécies em ordem a melhor garantir a exportação para a América e os países estrangeiros, por causa de a fraude ter gerado um enorme aumento do vinho de embarque mas de pior qualidade. E, para conseguir plenamente o seu objectivo, preceituou a factura doutro tombo, desta feita só das terras que produziam vinho de ramo, estimando-se a quantidade a produzir pela média do fabrico dos últimos 5 anos. Nele agravaram-se as penas aos contrabandistas e chamava-se a atenção para a gravidade das colusões e conluios. Outro alvará de 16 de Dezembro regulamentava o fabrico de aguardente, porquanto era essencial para a boa qualidade do vinho a produção da aguardente vínica de qualidade.

Mas o abuso do contrabando por nocivos atravessadores estava longe de acabar e, por isso, o Marquês de Pombal, por avisos de 15 de Fevereiro e 10 de Maio de 1770, pôs de prevenção a Junta, chegando a citar nomes de transgressores e quantidades de vinho contrabandeado, elementos provavelmente fornecidos por Fr. João de Mansilha para quem eram dirigidas, do lugar de origem, cartas anónimas e outra documentação a denunciar amigos e vizinhos. Tratando-se de pessoa ligada aos primórdios da fundação da Companhia e com interesses familiares no Douro vinhateiro, após a sua fixação em Lisboa continuou a estar muito interessado nela e a ser um precioso informador tanto para a Junta, com quem mantinha correspondência, como para o primeiro-ministro, que frequentemente contactava.

A 7 de Janeiro de 1771 a Junta da Administração da Companhia enviou ao rei uma consulta a expor os problemas com que se debatia no tocante à qualidade da aguardente, então adulterada com borras podres e outros males dos vinhos estragados, de que resultou a diminuição da qualidade do vinho, na qual suplificava um endurecimento das medidas, nomeadamente o confisco de alambiques clandestinos e a perda das aguardentes. A 24 de Outubro seguiu nova consulta da Junta a expor uma série de problemas graves e de transgressões com que estava confrontada: novamente o problema dos alambiques clandestinos, o uso da baga de sabugueiro, o estrume nas vinhas e, sobretudo, as introduções de vinho de ramo nos distritos de embarque, estas com tal publicidade e descaramento que arruinariam futuramente a agricultura do Alto Douro. Referiu ainda as diligências do ouvidor geral de Vila Real, Bernardo José de Sousa Guerra, homem de confiança da Companhia, no sentido de inquirir e prender até alguns infractores mais ousados numa série de freguesias. O principal objectivo e pretensão da Companhia era conseguir autorização para possuir um ministro sedentário no Douro capaz de ocorrer ao local no momento exacto das infracções, porquanto o conservador da Companhia residia na Cidade Invicta, não por isso realizar proceder a essas diligências com rapidez para apanhar os suspeitos em flagrante delito.

A resposta régia a estas representações só veio a 16 de Novembro, um extenso documento com preâmbulo e 15 artigos a enumerar as transgressões pra-

ticadas contra as leis que protegiam a Companhia desde a Instituição, a 10 de Setembro de 1756, às quais aplicava duras penas, tanto para nobres como para plebeus. Reconhecendo que nem o estabelecimento de devassas periódicas nem as denúncias em segredo anulavam os grandes atropelos até aí cometidos, resolveu que os ministros das comarcas de Lamego e de Vila Real que ele nomeasse anualmente principiassem no primeiro de Outubro do ano próximo as «exactas devassas que se conservarão sempre abertas e no mais recatado segredo», as quais passassem sob o mesmo segredo aos que lhe sucedessem.

Além disso, atendendo à especificidade do caso nesse ano de 1771-72, resolveu no maior sigilo abrir uma devassa de emergência para acudir a curto prazo aos problemas do momento. Encabeçava-a um desembargador do Porto, António de Mesquita e Moura, tendo por secretário ou escrivão uma pessoa capaz e bem conhecedora da região, das pessoas e dos conflitos, o já referido ouvidor da comarca de Vila Real. Esta manteve-se no mais completo segredo até ao seu primeiro acto público – a prisão duma série de suspeitos em pleno Douro vinhateiro – e esperava-se estar concluída, pelo menos, até finais de Setembro de 1772, data em que entrava em acção a programada devassa atrás referida. Nessa mesma data de 16 de Novembro do ano anterior, um sábado, várias outras disposições foram tomadas e enviaram-se cartas a várias instituições e pessoas de modo a garantir-se pleno êxito à supramencionada devassa de emergência. Uma carta para o desembargador-chefe dava-lhe minuciosas instruções para a abertura da devassa, exigindo-lhe inviolável sigilo sobre os verdadeiros motivos da deslocação, a qual acompanhava um edital impresso que iria permitir ao responsável elaborar os quesitos, ao todo 33, os quais formariam o auto de corpo de delito; em anexo uma relação das pessoas que deveriam ser presas mal chegasse a Vila Real para ficar desembaraçado dos que se julgavam poderosos e tentassem impedir a marcha da recta execução da justiça.

A 22 de Dezembro, domingo, Mesquita e Moura meteu-se a caminho de Vila Real e só a 2 léguas do Porto requereu ao tenente-general D. Simão Frazer um destacamento de 30 cavalos com tropa para as suas importantes e graves diligências. A 24, ao cair da noite, entrava em Vila Real com a sua escolta e só 2 dias depois se lhe juntou o destacamento de cavalaria, comandado por um tenente.

Tudo combinado com o secretário e o tenente, a 31 de Dezembro ou na madrugada do primeiro de Janeiro de 1772 procederam à prisão dos 6 principais inculcados, os primeiros da relação expedida por Pombal. A 13 este ordenou ao desembargador que dois dos clérigos constantes da relação fossem, até nova ordem, expulsos da província de Trás-os-Montes. Omitindo outras peripécias da actuação da devassa, só a 9 de Fevereiro, domingo, foram afixados nas igrejas o auto e os respectivos quesitos, elaborados nesse dia ou pouco antes: concediam perdão das transgressões a quem, dentro de 20 dias, livremente viesse denunciar

e confessar os seus delitos com certas condições que facilitassem a continuação da devassa com vista aos melhores resultados. E dois dias depois, terça-feira, em Vila Real, abriu a inquirição, ouvindo as primeiras 10 testemunhas voluntárias.

A 6 de Março mandou chamar as primeiras compulsivas de Gouvinhas, ouvindo mais 51 até 17 desse mês. A 20 de Março mudou-se para Guiães, distante 22 kms de Vila Real, onde permaneceu até quase finais de Abril; a 25 de Abril deslocou-se para Canelas, onde se manteve até finais de Julho interrogando 48 testemunhas compulsivas (na totalidade 62 denunciantes e 202 denunciados).

A 5 de Agosto foi para Sanhoane, Santa Marta de Penaguião e Peso da Régua, continuando por aí até meados de Dezembro, com uma curta estada de 3 dias em Vila Real nos finais de Outubro. Para o objectivo desta comunicação interessa apenas a actuação do desembargador unicamente até 12 de Setembro de 1772, o qual se encontrava em Lamego a 24 de Novembro do ano seguinte, data em que despachou um requerimento do procurador do arcebispo D. Gaspar de Bragança para se lhe levantarem os anteriores sequestros por haver executado, com todo o rigor, o preceituado sobre as adegas separadas para o vinho de cada demarcação.

2. A DEVASSA DE ANTÓNIO DE MESQUITA E MOURA E A TRANSGRESSÃO DA IGREJA DE BRAGA

Lendo o longo processo de testemunhas voluntárias e compulsivas do códice setecentista, podemos avaliar bem o volume de transgressões da Igreja com interesses no Alto Douro no tocante aos privilégios e monopólios da Companhia. Entenda-se a Igreja do Antigo Regime, a interpretar como a hierarquia ou a Igreja clerical, uma vez que os leigos pouco ou nada contavam nela, considerados que eram mais como um apêndice. Na impossibilidade de ler todo esse extenso processo para o resumir no concernente ao clero prevaricador, vou limitar-me a apresentar uma amostragem das primeiras 50 páginas do texto de denúncia, as quais se estendem até à página 65, descontando as primeiras 12, o suficiente para se ter uma imagem aproximada do restante. Os clérigos transgressores vão seriados pela ordem alfabética, não me tendo dado ao cuidado de procurar dados biográficos a seu respeito.

ANTÓNIO ÁLVARES (P.): Manuel Lourenço conduzira 30 almudes de vinho de ramo do lagar deste sacerdote, do lugar de Relvas, para a adega de Manuel Álvares, de Cancelo, do lugar da Cumeeira, cuja condução fizera por ordem do bacharel António José Álvares de Meneses, sobrinho do dito clérigo, carregando simultaneamente mais vinho do mesmo clérigo um homem do lugar de Relvas, cha-

mado João, isso num macho do clérigo¹. Na mesma ocasião e nas mesmas condições faziam outras conduções de vinho de ramo deste padre, e por sua ordem, José Ferreira, José Álvares, almocreve, do lugar de Vila Cova, deste termo, José Barbosa, José Ferreira e José Engeitado, estes três do lugar da Cumeeira². Também levava 8 almudes José Rodrigues, conduzindo também no momento José Álvares Frutuoso e António Álvares Folha³. Também lhe conduzia 4 almudes António Álvares⁴. Igualmente lhe levava 4 almudes José Martins da Balsa⁵. E ainda lhe transportara 12 almudes José Martins, filho de Manuel Martins, morador no lugar da Balsa de Campeã⁶. Francisco Guedes, almocreve, do lugar de Vila Marim, conduzia-lhe também 9 almudes para a adega de Francisco Álvares, do lugar da Cumeeira⁷.

ANTONIO DOS SANTOS (P.): Manuel Moreira conduziu 27 almudes de vinho de ramo para a adega da Quinta da Boavista, deste do lugar de Souto de Escarão, sita no limite do lugar de Covelinhas, comprando o padre o mais vinho do vendedor da quinta, Manuel da Fonseca, morador no lugar de Vilar de Maçada⁸. José Fernandes, o milagres, almocreve, morador no lugar de Fontelo (Abaças), conduzia nos seus machos por duas vezes 21 almudes de vinho de ramo em mosto dum tonel que estava na loja das casas de Manuel da Fonseca, do lugar de Vilar de Maçada, para a adega deste padre, do lugar de Souto de Escarão, sita onde chamam a Ciderma, tendo sido rogado para o serviço pelo sacerdote, que lhe pagara o carroto⁹.

CAETANO LOPES (P.): do seu lagar no lugar de Gouvinhas conduzia o mesmo Manuel Moreira 27 almudes de vinho de ramo para a adega do mesmo na Quinta da Costa, pagando-lhe o carroto¹⁰.

DOMINGOS BOTELHO (P.): Manuel Rodrigues, casado, almocreve, morador no lugar de Guiães (Vila Real), conduzia no seu macho 20 almudes de vinho de ramo em mosto do lagar deste sacerdote, do lugar de Guiães, para a adega de António Leite, do mesmo lugar, sita no das Quintãs, território do vinho de embarque, tendo-lhe ele rogado e pago o serviço¹¹.

¹ *Devassa a que mandou proceder Sua Majestade no território do Alto Douro pelo desembargador António de Mesquita e Moura (1771-1775)*, Lisboa, 1983, p. 19.

² *Ib.*, p. 20.

³ *Ib.*, p. 25.

⁴ *Ib.*, p. 27.

⁵ *Ib.*, p. 27.

⁶ *Ib.*, p. 31-32.

⁷ *Ib.*, p. 33-34.

⁸ *Ib.*, p. 15-16.

⁹ *Ib.*, p. 62.

¹⁰ *Ib.*, p. 15.

¹¹ *Ib.*, p. 46.

DUARTE (P. Fr.): Carlos Rodrigues Capela, almocreve, morador no lugar de Nogueira (Vila Real), conduziu por duas vezes no seu macho 8 almudes de 4 pipas de vinho de ramo em mosto, o qual vendera a este frade, religioso da Primeira Ordem de S. Francisco e morador no momento em casa de sua irmã, D. Angélica Teixeira, viúva, de Vila Real, pelo preço de 13\$400 cada pipa de 25 almudes, tendo sido conduzido todo o vinho por ordem do frade do lugar de Domingos Álvares Temeroso, do dito lugar de Nogueira, para a adega da sobredita D. Angélica, sita no lugar da Azinheira, território de embarque. Conduziram mais vinho nas mesmas condições outros almocreves, a quem pagara o frete o denunciante com dinheiro dado para isso pelo frade; ao mesmo tempo que ele denunciante Carlos Rodrigues Capela vendera as referidas 4 pipas de vinho de ramo da sua lavra ao sobredito frei Duarte, compraram este e a dita sua irmã D. Angélica mais 6 pipas da mesma qualidade a Domingos Álvares Temeroso, do lugar de Nogueira¹². Ver abaixo MANUEL RODRIGUES DA SILVA (P.).

LUÍS PEREIRA (P.): José Rodrigues Capela, almocreve, morador no lugar de Nogueira (Vila Real), conduziu 9 almudes de vinho de ramo em mosto, por três vezes no seu jumento, dum tonel que levaria 5 pipas e estava na adega do capitão Nicolau José, do lugar de Nogueira, sito no de Tanha, distrito de ramo, para a adega do doutor António José Pereira Rebelo e de seu irmão o P. Luís Pereira, moradores no lugar de Guiães, sito no da Povoação, distrito de embarque, tendo-lhe pago o carroto o clérigo; todo esse vinho foi conduzido por ele e outros almocreves¹³.

MANUEL CAETANO PINHEIRO (P.): Manuel Lourenço, do lugar de Vila Cova da Campeã, conduziu 30 almudes de vinho de ramo do lugar e casa do morgado de Mateus para a adega do mesmo no lugar da Cumeeira, estando presente no acto da carregaçã o dito padre, capelão da mesma casa de Mateus¹⁴. Também carregara 12 almudes nas mesmas condições José Rodrigues¹⁵. E outro tanto fizera António Álvares transportando 8 almudes¹⁶. E também conduziu 16 almudes José Ferreira, filho de João Ferreira, nas mesmas condições¹⁷. E ainda Manuel Moreira, filho de José Moreira, conduzindo 27 almudes¹⁸. E, por último, José Martins, filho de Manuel Martins, o qual levava, por três vezes, 33 almudes¹⁹.

MANUEL DA ASSUNÇÃO (P. Frei): José Fernandes, de Vila Real, conduziu 2 pipas e meia de vinho de ramo para a adega da quinta no sítio da Pala, do Dr.

¹² *Ib.*, p. 64-65.

¹³ *Ib.*, p. 64.

¹⁴ *Ib.*, p. 18.

¹⁵ *Ib.*, p. 24.

¹⁶ *Ib.*, p. 26.

¹⁷ *Ib.*, p. 27.

¹⁸ *Ib.*, p. 30.

¹⁹ *Ib.*, p. 31.

José do Couto Pereira Taveira, de Vila Real, compradas por este frade, religioso da ordem de S. Domingos, morador em Vila Real, cunhado do senhor da quinta e administrador da vindima do dito doutor²⁰.

MANUEL JOSÉ (P.): Feliciano Pereira, trabalhador, morador no lugar de Donelo (Vila Real), conduziu 6 almudes de vinho de ramo em mosto da casa e lagar da Quinta do Gontelho, distrito de ramo, de António Ribeiro, do lugar de Covas do Douro, para a adega do sítio da Costa, deste sacerdote, encomendado da igreja do dito lugar de Covas; nessa ocasião conduziram também mais vinho os almocreves João de Sousa e Francisco Xavier²¹. Este levou de facto 12 almudes no seu jumento a rogo de José Teixeira, do lugar de Gouvinhas, cunhado do padre²².

MANUEL MOURÃO (P): Manuel Lourenço conduziu 10 almudes de vinho de ramo de inferior qualidade da casa deste sacerdote, do lugar de Parada de Cunhos, para a sua adega na sua casa do lugar da Veiga à razão de \$060/almude; carregara-lhe também 4 almudes nas mesmas condições José Ferreira, filho de João Ferreira, de 19 anos, de Vila Cova²³. José Rodrigues, de S. Miguel, transportara 4 almudes de vinho de ramo da casa deste nas mesmas condições²⁴. Manuel Moreira, filho de José Moreira, conduziu também 4 almudes²⁵. E ainda José Martins, filho de Manuel Martins, do lugar da Balsa da Campeã, lhe levou 16 almudes²⁶.

MANUEL PEIXOTO (P): Manuel Lourenço conduziu 29 almudes de vinho de ramo do lagar e casa deste sacerdote, do lugar de Pomarelhos, para um seu tonel na adega da casa de Manuel Ferreira (José Francisco, ferreiro; ou Manuel Teixeira dos Santos), do lugar do Assento da Cumeeira, o qual lhe pagara o carroto a \$040/almude²⁷. António Álvares Folha e José Ferreira (8 almudes) andaram todos conduzindo vinho de ramo da casa deste padre, do lugar de Pomarelhos, para um tonel do mesmo na casa e adega do dito Manuel Ferreira, do lugar do Assento, da Cumeeira²⁸. Também conduziu vinho de ramo da casa deste sacerdote, do lugar de Pomarelhos, José Álvares Frutuoso, de Vila Cova da Campeã, e isso para a adega do mesmo Manuel Ferreira; levaram também vinho nessa ocasião José Rodrigues (8 almudes), do lugar de Gontães, Manuel Lourenço e José Ferreira, ambos de Vila Cova, e António Álvares, o Folha, da Campeã, e Francisco Guedes,

²⁰ *Ib.*, p. 18.

²¹ *Ib.*, p. 52-53.

²² *Ib.*, p. 53.

²³ *Ib.*, p. 21, 28.

²⁴ *Ib.*, p. 23.

²⁵ *Ib.*, p. 30.

²⁶ *Ib.*, p. 31-32.

²⁷ *Ib.*, p. 20.

²⁸ *Ib.*, p. 21, 29.

de Vila Marim²⁹. José Martins, do lugar da Balsa de Campeã, conduzira-lhe também 18 almudes de vinho de ramo em mosto. No todo, à volta de duas pipas³⁰. Francisco Guedes, almocreve, do lugar de Vila Marim, carregara-lhe 9 almudes³¹.

MANUEL RODRIGUES DA SILVA (P.): Matias Aires, almocreve, morador no lugar de Nogueira (Vila Real), conduzira para a adega da renda da comenda de Poiães, sita no lugar da Granja, distrito de embarque, da qual era rendeiro Francisco António da Costa, da cidade do Porto, 33 almudes de vinho de ramo em mosto por ordem de Teodoro da Cunha, administrador da dita renda, ao todo umas 8 pipas, indo nessa conta 3 almudes do lagar deste sacerdote, do mesmo lugar de Nogueira, presenciando parte da carga o padre frei Duarte, por sobre-nome não perca, religioso da Ordem de S. Francisco da Observância, irmão da viúva D. Angélica Teixeira, de Vila Real³². Ver atrás DUARTE (P. Fr.).

MANUEL TEIXEIRA (P.): este sacerdote, do lugar da Povoação, comprara a Domingos Jorge da Cruz, de Nogueira, as uvas da sua vindima no sítio do Valzinho, distrito de ramo, em agro, e por ordem desse clérigo vindimaram-se as ditas uvas e foram conduzidas para o dito lugar da Povoação, distrito de embarque³³.

Resumindo: abundava o clero a transgredir a legislação que defendia o exclusivo da Companhia das Vinhas do Alto Douro; algum dava-se mesmo à prática do tráfico em vinho, não desdenhando contrabandeá-lo da região de ramo para a de embarque ou feitoria, naturalmente por isso constituir importante fonte de elevados rendimentos.

Uma fraude geral entre os carreiros ou carreteiros que transportavam o vinho era tirarem os batoques das pipas para lhe beberem algum vinho nas ocasiões das pousas nas estradas para apascentamento dos seus gados, o qual extraíam por uma cana ou com qualquer canudo proporcionado; mas nunca furavam as pipas nem lhes deitavam água para suprir a sua falta³⁴.

3. A REACÇÃO RÉGIA

Os chocantes e até escandalosos resultados da devassa de excepção de 1772, a comprometer gravemente a desejada exemplaridade e seriedade da Igreja, devem ter alarmado as autoridades governamentais.

D. José I reagiu imediata e energicamente, recorrendo a dois meios inteira-

²⁹ *Ib*, p. 22 e 24.

³⁰ *Ib*, p. 31-32.

³¹ *Ib*, p. 33-34.

³² *Ib*, p. 60-61.

³³ *Ib*, p. 64-66.

³⁴ *Ib*, p. 35-36, 43, 44.

mente ao seu dispor nessa situação especial do Antigo Regime de união Igreja-Estado. O primeiro consistiu no envio de cartas régias aos maiores representantes da hierarquia nessas terras do Alto Douro repartidas por três bispados, ou seja, o arcebispado de Braga e os bispados de Lamego e do Porto, a fim de que impusessem e exigissem dos súbditos, sobretudo eclesiásticos, o cumprimento formal das leis superiores do Estado em protecção da Companhia das Vinhas do Alto Douro. Para aqui é suficiente uma súmula com os seus 6 principais pontos de censura:

- 1º Estando os lavradores dessa região outrora sem meios para granjearem as suas vinhas e encontrando-se reduzidos à mais extrema pobreza, carecendo as igrejas de dízimos e os párocos de meios de subsistência, recorreu-se à separação dos vinhos de embarque dos de ramo (com a criação de adegas separadas) para manter naqueles a boa qualidade e reputação, base fundamental do seu comércio e procura internacional, de que resultou a opulência desse distrito ao tempo, a todos manifesta; a devassa do desembargador António de Mesquita e Moura veio demonstrar que os eclesiásticos dessa circunscrição, ao contrário de darem exemplo de reconhecimento e obediência às leis do Estado, praticaram-no tanto pelo contrário que foram dos mais escandalosos em corromper os vinhos de embarque;
- 2º Devendo ter adegas separadas nos diversos distritos das ditas vinhas para se evitarem essas perniciosas misturas, não as erigiram até esse momento nos de ramo com pública desobediência às leis;
- 3º Houve alguns tão temerários que, passando da desobediência prática à rebelião especulativa, tiveram a animosidade de aconselhar aos seus súbditos e penitentes que nenhuma obrigação tinham no foro interno de obedecer a essas leis;
- 4º Por outro lado, induziram para jurar falso às testemunhas apresentadas pelo sobredito ministro, aconselhando que não eram obrigadas a dizer-lhe a verdade a respeito das culpas dos transgressores;
- 5º Dessa maneira conservavam no reino, com enormíssima lesão do bem comum, as reprovadas doutrinas dos denominados Jesuítas;
- 6º Esclareceu, por último, que decidiu participar-lhes isso tudo para que, assim como pertencia à sua temporalidade dar, como de facto aconteceu, todas as necessárias providências para evitar esses males, não faltassem da parte dos pastores outras para fazerem cessar os sobreditos absurdos com que as consciências dos súbditos se achavam ilaqueadas e induzidas para se precipitarem nos atrozes delitos da infidelidade e da rebelião às leis do Estado³⁵.

³⁵ Há em Braga um exemplar original da enviada ao Arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança (ADB, *Colecção cronológica*, pasta nº 82, doc. 2950). Publicada a cópia da enviada a este prelado in *Devassa a que mandou*, p. 1037-1038.

Enfim, procurou recorrer e manipular em seu favor a colaboração dos bispos na completa extinção das práticas pastorais obstrucionistas do clero, armando-se em moralista e orientador das consciências dentro do mais absurdo e requintado regalismo e galicanismo; chegou até a ligar a isso a influência dos pobres Jesuítas, tal a obsessão da corte a respeito dessa ordem religiosa tão útil à Igreja, embora não isenta de defeitos, alguns deles graves. E sem ter a mínima lembrança de que muitas dessas leis eram então reputadas simplesmente leis meramente penais, ou seja, não obrigavam em consciência.

A segunda medida enquadra-se plenamente dentro da jurisdição temporal e da sua legítima exigência no cumprimento das leis sancionadas pelo Estado, nomeadamente os §§. 29º e 30º da Instituição da Companhia. Como nessas terras do Alto Douro se pagava dízimo dessas duas espécies de vinho aos padroeiros das igrejas (fossem prelados diocesanos, cabidos, comendadores, abades ou ordens religiosas) ou aos respectivos rendeiros e como muitos deles ainda não tinham construído até aí adegas separadas para cada zona demarcada em lugares próprios, de modo a excluir toda a suspeita e facilidade de introduções e misturas de vinhos de ramo nos de embarque, resolveu castigá-los economicamente e forçar os transgressores à sua rápida feitura, mandando classificá-los por preços mais baixos e sequestrando-lhos praticamente até que tivessem construído esses armazéns separados. Nesse mesmo dia de 12 de Setembro despachou uma provisão ao homem da sua confiança, Mesquita e Moura, a expor-lhe os provados absurdos cometidos de 12 anos a esta parte por esses eclesiásticos responsáveis contra as suas providentes leis e avisos (§§. 29º e 30º da Instituição, o aviso de 14 de Janeiro de 1760 e o edital de 14 de Junho de 1760, além de outras muitas sucessivas ordens): a determinação das duas demarcações de vinhos diferentes, a proibição de se transportarem vinhos de ramo para a região dos de embarque sem as competentes guias a facultá-lo para usos permitidos e, por último, a ordem das adegas completamente separadas para se evitarem essas tão perniciosas misturas.

Mas foi tão grande o esquecimento e tão repreensível a negligência desses eclesiásticos ou dos seus rendeiros, não só no foro externo como no interno, que nada cumpriram, resultando daí as perniciosas adulterações de tantos anos a esta parte. Ordenou-lhe então que intimasse logo essa provisão a todos os referidos eclesiásticos ou aos seus rendeiros e aos mais que no decurso da devassa encontrasse compreendidos no mesmo caso, bem como os sequestros e procedimentos assinados na relação junta assinada por José de Seabra e Silva, ministro e secretário de Estado. Tais sequestros e procedimentos perdurariam até constar com toda a autoridade que eles possuíam adegas em lugares separados. Além disso, sob a mesma pena e outras a seu arbítrio, todos os referidos transgressores ou os seus rendeiros enviariam anualmente, no mês de Outubro, à Junta da Companhia ou aos seus comissários nessas terras, relações exactas de todos os vinhos que rece-

bessem, das suas quantidades com declaração dos nomes de quem os recebiam e dos lugares da sua habitação, tudo com toda a verdade sob pena de lhes sequestrar até à mesma quantidade nos vinhos de embarque³⁶. Deste modo, duma penada, o monarca conseguia o inteiro e completo controlo de todo o vinho da região, dos seus produtores e dos dízimos recebidos pelos eclesiásticos e outros padroeiros das igrejas.

Passemos, finalmente, à relativamente extensa relação dos transgressores punidos, alguns deles da mais alta hierarquia eclesiástica, a qual se intitula *RELAÇÃO/ /Dos dízimos e rendas de vinhos que recebem alguns prelados diocesanos, cabidos, comendadores, abades e ordens religiosas nas terras do Alto Douro, compreendidas nos distritos das duas demarcações de Embarque e de Ramo: aos quais vinhos manda Sua Majestade qualificar pelos preços abaixo declarados enquanto os sobreditos recebedores não mandarem fazer adegas separadas em lugares que excluam toda a suspeita e facilidade de introduções e misturas proibidas...*

Esta relação foi elaborada em Lisboa no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 12 de Setembro³⁷; uma cópia não completa, intimada pelo desembargador Mesquita e Moura e guardada no Arquivo Distrital de Braga, foi passada em Sanhoane a 2 de Outubro³⁸.

Passando à sua rápida análise, é suficiente referir que, para efeitos de castigo e sequestro dos vinhos, se classificaram aí as paróquias ou os seus padroeiros e comendadores nos sete grupos seguintes:

- 1º *Metade do vinho para embarque e outra metade para ramo*: Cumeeira (abade), Oliveira (abade), Cidadelhe (abade), Provesende (2/3 da Mitra de Braga e 1/3 da Patriarcal);
- 2º *Um quarto para embarque*: Fontes (reitor) e Vila Marim (Ordem de Cristo);
- 3º *Um quarto para ramo*: Sever (abade);
- 4º *Um terço para ramo*: Fontelas (abade com metade dos dízimos);
- 5º *Totalidade para ramo*: Teixeira (Vila Jusã), Sande (Patriarcal, Sé de Lamego e tesoureiro-mor de Lamego), Cambres (Patriarcal, Mitra de Lamego, cabido da Sé de Lamego e comendador de Coculim), Samodães (Abade, cabido da Sé de Lamego e senhor de Baião), Penajóia (Patriarcal, Sé de Lamego e religiosas de S. Bento do Porto), Valdigem (Patriarcal, Sé de Lamego e arce-diago da mesma), Parada (Mitra de Lamego e Patriarcal) e Fontelo (Mitra de Lamego e Patriarcal); Armamar, Vila Seca (sua anexa) e Folgosa (comendador desta); Tabuaço e Nossa Senhora de Conduzende (cónegos de Tânger); Folhadela, Ermida e Nogueira (Mitra de Braga e Patriarcal), Covas do Douro

³⁶ Publicada essa provisão in *Devassa a que mandou proceder*, p. 1034-1035.

³⁷ Publicada in *Devassa a que mandou proceder*, p. 1035-1037.

³⁸ ADB, *Colecção cronológica*, pasta 82, n.º 2951. Como há algumas pequenas diferenças no texto, vai publicada em apêndice.

- (S. João Baptista) (comendador de Mouçós); Paços e Sabrosa (comenda) (visconde de Ponte de Lima) e Sanfins (São Fins) (abade);
- 6º *Um terço para embarque*: Goivães e Casal de Loivos e S. Cristóvão do Douro, anexas (abade); Guiães, Paradela, Covelinhas, Galafura e Gouvinhas (cabido da Sé de Braga);
- 7º *Deixar os respectivos vinhos de ramo nas adegas dos lavradores, de quem receberiam o seu valor em dinheiro pelos preços da venda, abatidas as despesas e a diminuição dos vinhos depois de cozidos*: Peso da Régua e Godim (Mitra do Porto e arcediago da Régua); Alvações do Corgo³⁹ e Ribeira de Jugueiros (abade de Lobrigos); Sanhoane (distrito de embarque) e os lugares de Portela e Travassos (religiosos de S. Domingos de Ancede); Quinta da Aveleira do mosteiro de S. Pedro das Águias (religiosos de S. Bernardo); Além Pinhão (padres do convento de Santo Elói, da cidade do Porto); Fontelas (padres da Congregação da Missão).

Essa relação consta de 29 itens, ou melhor, de 30, porque o nono deve desmembrar-se logicamente em dois, tratando-se provavelmente de omissão na impressão⁴⁰.

As entidades e padroeiros atingidos pela desobediência são das mais diversas espécies: bastantes abades ou reitores de igrejas; a Mitra e o Cabido da Sé de Braga; a Mitra, o Cabido da Sé e as dignidades de arcediago e tesoureiro-mor da Sé de Lamego; a Mitra e o arcediago da Régua da diocese do Porto; os cônegos que foram da Sé de Tânger; a Patriarcal de Lisboa; algumas ordens religiosas: padres da Congregação da Missão e padres do convento de Santo Elói da cidade do Porto, religiosas de S. Bento do Porto e religiosos de S. Domingos de Ancede; a Ordem de Cristo; poucos comendadores laicos: comenda de Mouçós, comendador de Coculim e visconde de Ponte de Lima.

4. REACÇÃO E REALIZAÇÕES DO ARCEBISPO DE BRAGA

Têm de ser estudadas nas duas vertentes que se apresentaram. Quanto à primeira, o esforço para domesticar o clero da sua jurisdição pelos meios espirituais da sua alçada, não conheço até este momento qualquer provisão, ambulatória ou circular do arcebispo nesse sentido. Se li largas dezenas de livros de visitas e quase outras tantas de livros de pastorais, circulares e provisões, em nenhum deles encontrei uma directa sobre o assunto; em nenhum deles detectei referências sobre esta matéria, por mínimas que fossem. Mas devo confessar que nos que ana-

³⁹ Na relação da *Devassa*, p. 1036 escreve-se Corvo.

⁴⁰ Escrevo isto unicamente por hipótese porque não fui verificar o original na Biblioteca Nacional de Lisboa.

lisei nota-se fraca representatividade de livros da comarca de Vila Real, a região a atingir directa e imediatamente por essas providências. Todavia houve de facto uma pastoral nesse sentido do arcebispo D. Gaspar de Bragança, passada em Braga a 27 de Setembro de 1772, de que se conhecem dois exemplares no fundo dos manuscritos no Arquivo Distrital de Braga (Manusc. 911), publicado pelo Prof. Doutor Aurélio de Oliveira no artigo *Pombal, o Arcebispo e os vinhos (A Pastoral de D. Gaspar de 1772)*, in «Revista de História», Porto, JNICT, XIII (1995), p. 131-137.

Passando ao segundo aspecto, essas fulminantes decisões de D. José I acabaram por obrigar os vários padroeiros das igrejas do Alto Douro ou os seus rendeiros à construção das tão recomendadas adegas ou armazéns, de modo a evitar-se, quanto possível, as misturas fraudulentas do vinho de ramo no de embarque.

No caso do arcebispo D. Gaspar de Bragança sabe-se que a intimação da provisão e da relação de sequestro foi concretizada pelo desembargador devassante nas pessoas dos vários rendeiros das dizimarias de Folhadela, Ermida e Nogueira, e naturalmente também do couto de Provesende, os quais, sentindo-se fortemente lesados nos seus interesses económicos, devem logo ter reclamado junto do respectivo Vigário Geral. O certo é que o Prelado, como bom, obediente e cumpridor cidadão e digno irmão do monarca, encarregou logo do assunto o desembargador vigário geral da comarca de Vila Real, Ricardo António da Costa e Silva, «cometendo-lhe a factura, compra e promptidão dos armazéns», em cumprimento imediato das reais determinações de Sua Majestade⁴¹.

Este desenvolveu a sua acção em três importantes momentos: 1º – apresentação de memórias monográficas com os projectos a efectivar, onde acrescentou, por vezes, também as contas a demonstrar o prejuízo dos rendeiros, do qual deviam ser indemnizados; 2º – feitura de relatórios com as despesas na compra, adaptação ou construção de novo das ditas adegas; 3º – inventário dos bens de cada armazém para vinho, cuja administração assumiram dois rendeiros ou administradores, um para o couto de Provesende e o segundo para as restantes três freguesias de Folhadela, Ermida (Vale da) e Nogueira. E, claro, em tudo as minúcias referentes à separação completa dos vinhos de feitoria dos de ramo de modo a evitarem-se posteriormente outros possíveis sequestros.

Analisemos rapidamente cada um destes pontos.

1º Memórias dos projectos

- a) *Provesende*: fazer um armazém para vinho de feitoria com a capacidade de 70 a 80 pipas, devendo ter 80 palmos de comprimento, 26 de largura e a altura correspondente; não tendo local próprio nem casa, podia construir-se numa casa de atafona e lagar no fundo da vila, de Manuel Borges Ribeiro,

⁴¹ ABD, *Colecção Cronológica*, Pasta 82, n.º 2965). Este documento consta de 9 cadernos de tamanho vário, cosidos num códice numerado a lápis com 90 folhas.

morador em Casal de Loivos, o qual pretendia por ele 300\$000; para o vinho de ramo far-se-ia uma adega com a capacidade de 20 pipas num quintal de Francisco Lopes, em Cima de Vila, devendo possuir 40 palmos de comprimento e 25 de largura e fazendo-se-lhe por cima uma casa para recolha dos frutos da renda, devendo ficar tudo por 200\$000.

A Mitra possuía na vila uma casa bastante arruinada, mas que não servia para armazém por ficar na raia duma e outra demarcação, devendo por isso vender-se por uns 100\$000, com o que se aliviaria a grande despesa. A tudo isso havia que acrescentar a compra dos necessários tonéis.

Quanto à contabilidade, na renda desse couto sequestraram metade dos vinhos para ramo:

33 pipas não sequestradas	555\$000
33 pipas sequestradas	346\$500
Prejuízo da Mitra a abonar ao rendeiro	208\$500

b) *Ermida*: comprar um armazém pela banda de cima da igreja, com a capacidade de 60 a 70 pipas e feito de novo pelo P. Manuel Fernandes Pires, do lugar do Costelo⁴², o qual pedia 300\$000; nele recolher-se-ia o vinho de feitoria dessa renda e juntamente o do ramo da Mourisca, da renda de Folhadela, para evitar fazer aqui outro armazém.

Nesta renda havia ainda dois ramos de vinho de demarcação de ramo, devendo haver em cada um o respectivo armazém; a despesa destes poder-se-ia evitar fazendo um único no ramo de Nogueira, pertencente à renda da Folhadela.

Havia ainda que possuir os necessários tonéis.

Passando à contabilidade, foram sequestradas 67 pipas:

36 de vinho tinto por 15\$000 (30\$000)	540\$000
24 de vinho tinto por 10\$500 (25\$000)	252\$000
7 de vinho branco por 10\$500 (20\$000)	73\$500
Prejuízo a satisfazer ao rendeiro	954\$500

(de que duas partes tocavam à Sereníssima Mitra Primaz – 636\$334 – e a terça à Patriarcal – 318\$166)

c) *Folhadela*: Nesta renda existia o ramo da Pala, todo de feitoria, onde tinha de haver um armazém a levar 16 ou mais pipas; neste sítio vendia Manuel Rodrigues, do lugar de Sabroso (Saborozo), uma casa por cobrir e emadeirar, sem portas e só com paredes, por 70\$000; se se construísse de novo, custaria muito mais.

Nesta mesma renda devia fazer-se, no lugar de Sabroso, armazém para vinho de ramo deste mesmo ramo e do de Folhadela, o qual deveria levar 80 ou mais

⁴² Lugar não referido tanto na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 9, p. 954-955, como no *Dicionário Corográfico de Américo Costa*, VI, p. 237-238.

pipas; mas nesse mesmo lugar achavam-se umas casas com armazém e lagar de Inácio Botelho, de Vila Real, o qual pedia por elas 350\$000, ficando a pedra do lagar; mas gastar-se-iam mais uns 20 a 30\$000 para a sua reedificação.

Aqui não se apresentou qualquer contabilidade a demonstrar prejuízo do rendimento.

- d) *Nogueira*: no ramo desta pertencente à mesma renda de Folhadela devia existir outro armazém a levar até 120 ou mais pipas de vinho de ramo, em razão de se deverem puxar para este os vinhos dessa espécie da Povoação, Vale (Val) e Carrazedo (Carazedo), pertencentes à renda da Ermida.

Como não havia quem vendesse armazém, poder-se-ia construir ao pé da ermida de Santa Bárbara, junto a Nogueira, onde havia abundância de pedra e o terrado⁴³ era da igreja. Tal armazém deveria possuir 80 palmos de comprimento, 39 de largura e 24 de altura; com a chave na mão ficaria por 400\$000.

Havia ainda a despesa com os muitos tonéis necessários. Mais uma vez sem elementos a demonstrar prejuízos do rendimento.

2º. Despesas

Houve-as com a construção de novo ou a compra dos armazéns ou adegas, feitas habitualmente de lousinha por falta de pedra da serra ou granito na região; havia depois outros gastos menores com as escrituras, os impostos de sisa, as reparações e adaptações por carpinteiros e outros artistas em algumas compradas usadas, a condução ou carreto dos tonéis, o desentulho, etc. Outra rubrica importante contempla a aquisição dos respectivos tonéis, muitos deles em segunda mão. Deve referir-se a curiosidade dos dormentes ou canteiros dos tonéis, bem explicados no inventário de Sabroso: 3 pedras da serra, 4 paus de pinheiro grandes com grossura de trave e mais 2 pedaços cada um de 7 palmos. Eram para o suporte, em condições de segurança e de boa conservação, dos vários tonéis.

O mobiliário é sempre muito pouco; além dos barris havia quase sempre uma escada para subir acima dos tonéis, uma balsa e, por último, um balde.

Não me vou deter na descrição e análise minuciosa dos gastos com cada um destes armazéns ou adegas. Para aqui será suficiente o cômputo final dos dispêndios:

Nogueira (ramo) com os respectivos tonéis	372\$220
Sabroso (ramo) para o ramo de Folhadela	553\$070
Timpeira (feitoria) para a Ermida	405\$800
Pala (feitoria) na Folhadela.....	108\$930
Provesende (feitoria) com os tonéis ⁴⁴	632\$315

⁴³ Pelo contexto este vocábulo significa propriedade do terreno.

⁴⁴ Se se examinarem as várias parcelas da despesa, no texto falta o quantitativo de uma, pelo menos,

Provesende (ramo) com os tonéis.....	126\$990
Soma toda a despesa ⁴⁵	2.199\$325

3º. *Inventário dos bens para a sua entrega aos rendeiros:*

Estes inventários decorreram todos entre 20 de Outubro e 8 de Novembro de 1773, donde se conclui o grande empenho do Arcebispo e do seu procurador em Vila Real na prontidão das respectivas adegas, logo em seguida ao primeiro sequestro, a fim de evitar um segundo com enorme prejuízo da Mitra. Os intervenientes nesses documentos de inventário são apenas três tipos de pessoas: em primeiro lugar, em todos o desembargador vigário geral de Vila Real, Ricardo António da Costa e Silva, a alma de todas estas construções e negócios por ser o procurador da confiança do prelado; em segundo, os escrivães, que foram dois: para o inventário de Provesende Francisco Lopes e para os restantes o escrivão do auditório (de Vila Real) João de Araújo Ferreira Vilaça; por último, os rendeiros ou administradores, dois também: para este grupo Francisco José de Carvalho, da freguesia e morador em Mateus, e para a relação de Provesende Manuel Pinto Chaves.

Quanto à cronologia, fez-se a 20 de Outubro de 1773 o de Sabroso enumerando-se o armazém⁴⁶ com os dormentes ou canteiros, 8 tonéis grandes e um pequeno, uma escada de pau, uma balsa e um balde; a 28, o de Pala⁴⁷, que se compunha apenas do armazém e de 2 tonéis; a 29, o da Timpeira, em cuja relação entram um armazém novo⁴⁸, 4 tonéis, uma escada e uma balsa; a 30, o de Nogueira, composto apenas do armazém⁴⁹, de 9 tonéis e duma escada; o de Provesende só se realizou a 8 de Novembro, mas foi o mais complexo por se inventariarem, primeiro, a casa de armazém⁵⁰ com 7 tonéis para vinho de feitoria no sítio do Vale e, depois, as casas de Sua Alteza no sítio de Cima de Vila⁵¹ para se recolherem os frutos da renda e o vinho de ramo, estas com o quinteiro, o quintal e

um concerto de que não há recibo mas que terá de ser de 16\$000 para dar o resultado exacto da fl. 3 (ADB, *Colecção cronológica*, pasta 82, nº 2985, fl. 58).

⁴⁵ Tirada do *Resumo de toda a despesa que se fez nos armazens, que Sua Alteza Real mandou fazer e guarnecer de tonoes nesta comarca de Villa Real*, fl. 3. Acrescenta-se aí que o Prelado tinha adiantado para esses gastos 2.200\$000, pelo que devia repor-se 0\$675.

⁴⁶ Comprado no primeiro de Outubro de 1773 por 350\$000 a João Botelho de Lucena, de Vila Real, estando presente o Superior dos padres do Convento de S. Domingos, recebedor da importância (ADB, *Colecção cronológica*, pasta 82, nº 2965, fls. 23-29).

⁴⁷ Comprado a 31 de Julho de 1773 a Manuel Rodrigues e sua mulher Luísa Maria Rodrigues, do lugar de Sabroso (Id., *ib.*, fls. 46 v.-51).

⁴⁸ Comprado a 14 de Setembro de 1773 por 300\$000 ao Rev. Manuel Fernandes Pires, do lugar de Bustelo, termo de Vila Real (Id., *ib.*, fls. 35-40 v).

⁴⁹ Só teve acréscimo de paredes e respalde com o respectivo telhado.

⁵⁰ Comprado telhado e com as suas testadas na vila na Rua do Vale, a 11 de Setembro de 1773, por 380\$000 ao Rev. Manuel Félix de Queirós (Id., *ib.*, fls. 58-70).

⁵¹ Houve escritura de troca com António de Matos e sua mulher, da vila, feita a 11 de Setembro de 1773, os quais receberam, além das casas velhas, 80\$000 (Id., *ib.*, fls. 72-77).

2 tonéis. A inteira legalização dos armazéns ou adegas por parte do rei, ou melhor, do desembargador devassante só se deu a 24 de Novembro de 1773. Na verdade, todo o processo que estou a analisar neste estudo começa por um requerimento, não assinado nem datado, do procurador do Arcebispo, que penso terá sido o desembargador vigário geral da comarca de Vila Real, a expor as obras realizadas na construção dos armazéns nas freguesias de Folhadela, Vale da Ermida e Nogueira, e ainda na vila de Provesende, de que resultou estar tudo com toda a legalidade e sem possibilidades de misturas ilegais fáceis. Terminou-o pedindo «fosse servido haver-lhe por levantado os sequestros que se lhe comminarão, para se poderem vender livremente as novidades dos referidos vinhos do presente anno e assim os mais subsequentes».

O despacho, esse é que vem datado e assinado, tendo-o feito em Lamego a 24 de Novembro um tal Mesquita, que não pode ser outro que o desembargador António de Mesquita e Moura. Os seus dizeres são poucos mas inteiramente favoráveis: «Ordens de Sua Magestade visto constar-me ser verdade o que se allega».

Em conclusão: a Igreja da região demarcada do Alto Douro não se comportou à altura da sua responsabilidade e exemplaridade como ordem dirigente e paradigmática na observância das leis régias tocantes à Companhia das Vinhas do Alto Douro. A soma acumulada de violações obrigou a uma bem elaborada devassa, muito digna de toda a astúcia do maquiavélico Marquês de Pombal. Daí resultou provar-se à saciedade a superabundância de transgressões e contrabando nos vinhos de embarque, muitas delas da responsabilidade da clerezia; entre elas merece especial referência o não cumprimento das leis que determinavam adegas separadas para cada uma das espécies de vinho, as quais nenhuns ou quase nenhuns padroeiros teriam cumprido. A pena aplicada de sequestro nos vinhos de embarque foi geral, dura e sem contemplos para ninguém, pois caiu até nas suas implacáveis garras um meio-irmão do rei, D. Gaspar de Bragança. Mas daí resultou a imediata execução de armazéns dentro de toda a legalidade, prontos passado pouco mais dum ano.

5. APÊNDICE DOCUMENTAL

l.1772 Outubro 2, Sanhoane – Ofício do desembargador António de Mesquita e Moura, presidente da devassa na região do Alto Douro, a intimar aos prelados, comendadores, abades e seus rendeiros a provisão do rei D. José I por que se aplicam sequestros nos vinhos de embarque recebidos dos dízimos das suas igrejas nessa região por não terem cumprido as leis referentes à existência de adegas separadas e próprias para cada um desses vinhos. Segue-se a relação das pessoas e instituições abrangidas com indicação das respectivas igrejas e da condenação.

ADB., Coleção cronológica, pasta 82, nº 2951; cópia. Publicada em parte na *Devassa a que mandou proceder Sua Magestade*, pp. 1034-1037.

COPIA

SUA MAGESTADE foi servido determinar pela sua regia provizão em data de 12 de Setembro do presente anno emtimada eu fizesse emtimar os suquestros⁵² e prossedimentos constantes da relação que será com esta a todos os Prelados, Comendadores e Abba-des e seus Rendeyros assim mencionados na mesma relação como aos mais que estiverem no mesmo cazo de não terem adegas proprias, distinctas e separadas para recolherem em com a individua separação os seus respectivos dizimos que recebem nos terrenos das duas demarcaçoens de vinho de embarque e de ramo, e que outrossim ficassem continuando os mesmos suquestros e prossedimentos emquanto não constar com toda a autenticidade⁵³ que os ditos Ecleziasticos, Commendadores ou seus Rendeyros tem adegas separadas em lugares que não sejam suspeitos, nem proprios de facl (sic) emtrudução; ordenando o mesmo senhor alem do referido que os ditos transgressores ou seus rendeyros debaixo da mesma penna e de outras reservadas ao seu real arbitrio emviem anualmente no mez de Outubro a Junta da Companhia ou aos Commissarios por ella nomeados para este effeito nos mesmos terrenos rellaçoens exactas de todo o vinho que receberem das duas qualidades de embarque e de ramo declarando nellas os nomes dos sujeitos dos quaes os persebem e os lugares das suas habitaçoens pelas quaes rellaçoens mostrem com toda a verdade a quantidade de dizimos que anualmente receberem de huns e outros vinhos sem deminuição alguma, e no cazo de se provar que houve...⁵⁴ esta ley serão suquestrados para ramo até a mesma parte dos vinhos que tiverem dos terrenos de embarque. Ordeno a quaesquer officiaes de justiça a quem esta for apresentada que logo sem a minima demora intime (sic) aos referidos Prelados, Commendadores e Abba-des ou seus feitores Rendeyros (fl. 1) e procuradores os prossedimentos e suquestros de que na mesma relação se faz menção passando certidão que me será entregue de o haverem executado, penna de se fazerem responsavees (sic) na real presença de Sua Magestade por qualquer ommissão ou falta que tiverem a este respeito. Sanhoane 2 de Outubro de 1772.

(assinado:) ANTONIO DE MESQUITA E MOURA

Rellação dos dizimos de⁵⁵ rendas de vinhos que recebem alguns Prelados Diosezanos, Cabidos, Commendadores, Abba-des e Ordens Relegiozas nas terras do Alto Douro comprehendidas nos districtos das duas demarcações de embarque e ramo, aos quaes vinhos manda Sua Magestade qualificar pelos preços abaixo declarados emquanto os sobreditos recebedores não mandarem fazerem (sic) adegas separadas em lugares que excluão toda a suspeita, facilidade e emtruduções e misturas prohibidas na forma ordenada pello dito

⁵² No original escreve-se o *Suquestros*.

⁵³ Palavra corrigida na letra e, a que se sobrepôs n. Na publicação vem *autoridade*.

⁵⁴ No manuscrito escrevem-se quatro pontos a indicar ommissão de palavra ou palavras.

⁵⁵ Na obra publicada e.

senhor nos &&⁵⁶. 29 e 30 da enstituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro no Edital de 14 de Junho de 1760 que se fichou nas terras das ditas demarcações e em outros muitos alvarás. O⁵⁷ Abbade da Comieyra⁵⁸ qualificará⁵⁹ ramo ametade⁶⁰ dos vinhos que receber pagando-lho⁶¹ pelos preços de 10\$500,⁶² 15\$000 e⁶³ 19\$200, conforme a bondade e merecimento que lhe⁶⁴ acharem os probadores⁶⁵ da Companhia; e a outra ametade⁶⁶ se lhe qualificará para embarque pelos preços das qualificações geraes para poder vendê-los aos compradores na forma do &. 3º do alvará de 17 de Outubro de 1769. O⁶⁷ Abbade da freguezia de Oliveira que recebe o dizimo⁶⁸ da sua freguezia a mesma penna emediata. O⁶⁹ Abbade da freguezia de Sidadelhe⁷⁰ que recebe os dizimos da sua freguezia a mesma penna emediata. A Mitra de Braga, que recebe as⁷¹ duas partes (fl. 1 v.) e a⁷² Patriarchal que recebe a terceira parte dos dizimos da freguezia de Provozende⁷³ a mesma penna emediata. Ao Reytor ou Vigairo de Fontes que recebe os dizimos da sua freguezia tão somente se qualificará a quarta parte para os preços de embarque. O Comendador⁷⁴ da Ordem de Christo na freguezia de Villa Marim a mesma penna emediata. O⁷⁵ Abbade de Sever que recebe os dizimos da sua freguezia se qualificará para o ramo a quarta parte. O⁷⁶ Abbade de Fontelas que recebe ametade⁷⁷ dos dizimos da dita freguezia qualificará para o⁷⁸ ramo a terceira parte. O⁷⁹ Abbade da⁸⁰ Teyxeira que recebem⁸¹ os dizimos da freguezia de Villa Gezão⁸² e⁸³ sua anexa se⁸⁴ qualificarão

⁵⁶ No manuscrito só vem no &.

⁵⁷ Na obra publicada Ao.

⁵⁸ Na obra publicada escreve-se aqui se.

⁵⁹ Na obra publicada escreve-se aqui para.

⁶⁰ Na obra publicada metade.

⁶¹ Na obra publicada pagando-se-lhe.

⁶² Na obra publicada a vírgula é substituída por *ou de*.

⁶³ Na obra publicada a palavra e é substituída por *ou de*.

⁶⁴ Na publicação *lhes*.

⁶⁵ Na publicação acrescenta-se *da Junta*.

⁶⁶ Na publicação *metade*.

⁶⁷ Na publicação Ao.

⁶⁸ Na publicação os *dizimos*.

⁶⁹ Na publicação Ao.

⁷⁰ Na publicação *Cidadelhe*.

⁷¹ Falta na publicação.

⁷² Falta na publicação.

⁷³ Na publicação *Provezende*.

⁷⁴ Na publicação *A Comenda*.

⁷⁵ Na publicação Ao.

⁷⁶ Na publicação Ao.

⁷⁷ Na publicação *metade*.

⁷⁸ Falta na publicação.

⁷⁹ Na publicação Ao.

⁸⁰ Na publicação *de*.

⁸¹ Na publicação *recebe*.

⁸² Na publicação *Jusã*.

⁸³ Falta na publicação.

⁸⁴ Na publicação acrescenta-se *lhe*.

todos os ditos dizimos para ramo pelos preços de seu merecimento. A Igreja Patriarchal, o⁸⁵ Cabbido da Sé de Lamego e o⁸⁶ Thizoureiro mór da mesma Sé que recebem os dizimos da freguezia de Sande a mesma penna emediata. A Igreja Patriarchal, a Mitra de Lamego, o⁸⁷ seu Cabbido e o⁸⁸ Comendador Conde de Coculim que recebem os dizimos da freguezia de Cambres a mesma penna emediata. O⁸⁹ Abbade de Samudães⁹⁰, o⁹¹ Cabbido da Sé de Lamego e o⁹² Senhor de Bayão que recebem os dizimos da dita freguezia de Samudães⁹³ a mesma penna emediata. A Igreja Patriarchal, o⁹⁴ Cabbido da Sé de Lamego e as Religiozas do convento de S. Bento da cidade do Porto que recebem os dizimos da freguezia de Penajoa a mesma penna emediata. A Igreja Patriarchal, a Mitra de Lamego e o⁹⁵ Arcediago da mesma Sé que recebem os dizimos da freguezia de Valdegim⁹⁶ a mesma penna. A Mitra de Lamego e a Igreja Patriarchal que recebem os dizimos da freguezia de Parada a mesma penna emediata. A Mitra de Lamego e a Igreja Patriarchal que recebem os dizimos da freguezia de Fontelo a mesma penna emediata. Ao Comendador de Armamar⁹⁷ que recebe os dizimos da freguezia de S. Miguel da mesma Villa⁹⁸ e da freguezia de Villa Seca sua anexa e da freguezia de Fulgoza⁹⁹ a mesma penna emediata. Aos dizimos da freguezia (fl. 2) de Taboço e de Nossa Senhora de Conduzende, que forão dos Conegos de Tangere¹⁰⁰ a mesma penna emediata. A Mitra de Braga e a Igreja Patriarchal que recebem os dizimos da freguezia de Folha-dela (sic), Irmida¹⁰¹ e Nogueira a mesma penna emediata. A Comenda de Moussões¹⁰² que recebe os dizimos da freguezia de S. João Baptista de Covas do Douro a mesma penna emediata. A Comenda de Passos do Bisconde¹⁰³ de Ponte de Lima a mesma penna emediata. Ao Abbade de S. Fins¹⁰⁴ a mesma pena emediata. Ao Abbade de Goivaens¹⁰⁵ que recebe os dizimos da dita freguezia e de¹⁰⁶ suas anexas Caza¹⁰⁷ de Loivos, S. Christovão do Douro,

⁸⁵ Na publicação ao.

⁸⁶ Na publicação ao.

⁸⁷ Na publicação ao.

⁸⁸ Na publicação ao.

⁸⁹ Na publicação Ao.

⁹⁰ Na publicação Samodães.

⁹¹ Na publicação ao.

⁹² Na publicação ao.

⁹³ Na publicação Samodães.

⁹⁴ Na publicação ao.

⁹⁵ Na publicação ao.

⁹⁶ Na publicação Valdigem.

⁹⁷ No manuscrito ArmaMar.

⁹⁸ Na publicação da dita villa de Armamar.

⁹⁹ Na publicação Folgoza.

¹⁰⁰ Assim desenvolvi a palavra Tangere com sinal em cima do derradeiro e. Na publicação Tanger.

¹⁰¹ Na publicação das freguesias... Ermida.

¹⁰² Na publicação Mouçós.

¹⁰³ Na publicação Paços e Sabrosa do visconde.

¹⁰⁴ Na publicação São Fins.

¹⁰⁵ Na publicação Goivães.

¹⁰⁶ Na publicação das.

¹⁰⁷ Na publicação Casal.

se qualificará para embarque a terça parte e o resto para ramo pelo preço de seu merecimento¹⁰⁸. Ao Cabbido de Braga que recebe os dizimos das freguezias de Goyaens, Pradela, Covelinhas, Galafura, Gouvinhas¹⁰⁹ a mesma penna emediata. A Mitra do Porto, o¹¹⁰ Arcediago da Regoa que recebem os dizimos de ramo das duas freguezias do Pezo da Regoa¹¹¹ e Godim, em cujo sentro se achão¹¹² as vinhas de ramo da freguezia¹¹³ de Jogueiros ordena Sua Magestade ficarão¹¹⁴ nas adegas dos labradores da dita Ribeira os dizimos que se lhe¹¹⁵ pagão havendo das mãos dos mesmos o seu valor em dinheiro pelos preços que elles venderem¹¹⁶ abatidas as despezas e a diminuição que costumão ter os vinhos depois de cozidos. O Abbade de Lobrigos nos poucos vinhos que recebe da freguezia de Alvações do Corgo¹¹⁷ e da Ribeira de Jogueiros a mesma pena¹¹⁸. Os Religiozos do Convento de S. Domingos de Ansende¹¹⁹ que recebem os dizimos da freguezia de Sanhoane no¹²⁰ dstricto de embarque e a quem pertence¹²¹ os poucos dizimos dos lugares de Portella e Trabaços¹²² demarcados para o ramo¹²³ na dita freguezia a mesma pena emediata. Pelo que pertence aos poucos dizimos de ramo os Religiozos de S. Bernardo do Mosteiro de S. Pedro das Aguias que recebem os poucos dizimos da quinta de Aveleira nos¹²⁴ dstricto de embarque a mesma penna emediata. Os Padres do Convento de Santo Elloyo¹²⁵ da cidade do Porto que recebem os poucos dizimos de embarque Alem¹²⁶ Pinhão a mesma penna emediata. Os Padres da Congregação da Missão que recebem a parte¹²⁷ dos dizimos de ramo da freguezia de Fontella¹²⁸ a mesma penna emediata. Sanhoane 2 de Outubro de 1772.¹²⁹.

(assinado:) ANTONIO DE MESQUITA E MOURA (fl. 2 v.).

¹⁰⁸ Na publicação apenas pelo seu merecimento.

¹⁰⁹ Na publicação Guiães, Paradela, Covelinhas, Galafura e Gouvinhas.

¹¹⁰ Na publicação Porto e o.

¹¹¹ Na publicação Peso da Régua.

¹¹² Na publicação Centro se acham.

¹¹³ Na publicação Ribeira.

¹¹⁴ Na publicação que deixem.

¹¹⁵ Na publicação dizimos de Ramo que se lhes.

¹¹⁶ Na publicação preços por que eles os venderem.

¹¹⁷ Na publicação Corvo.

¹¹⁸ Na publicação pena imediata.

¹¹⁹ Na publicação Ancede.

¹²⁰ Na publicação do.

¹²¹ Na publicação pertencem.

¹²² Na publicação lagares da Portela e Travassos.

¹²³ Na publicação para ramo.

¹²⁴ Na publicação da Aveleira no.

¹²⁵ Na publicação Elói.

¹²⁶ Na publicação de Além.

¹²⁷ Na publicação recebem parte.

¹²⁸ Na publicação Fontelas.

¹²⁹ Na publicação segue-se mais um parágrafo a mandar aplicar sequestros idênticos, na mesma proporção, a outras dizimarias, comendas ou rendas nos mesmos casos. Essa relação vai datada de 12 de Setembro no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda e assinada por José de Seabra da Silva.

II. 1773 Novembro antes de 24, Vila Real – Requerimento do proçurador do Arcêbispo de Braga, D. Gaspar de Bragança, ao presidente da devassa, Dr. António de Mesquita e Moura, a pedir o levantamento dos sequestros nos vinhos de ramo nas freguesias da Folhadela, Ermida e Nogueira, e na vila de Provezende, em razão de se terem construído adegas próprias e separadas. E mais documentos referentes a essas adegas ou armazéns.

ADB, *Collecção cronológica*, pasta 82, n° 2965, fl. 1-2; com defeitos nas duas linhas na parte inferior da folha devido à humidade. Algumas partes do texto vão resumidas para evitar a demasiada extensão

Diz o Serenissimo Senhor Dom Gaspar Arcebispo Primás de Braga por seu procurador que na conformidade das ordens de Sua Magestade Fidellissima que Deus guarde lhe mandou Vossa Senhoria intimar nas pessoas dos seus rendeiros das dizimarias das freguezias de Folhadela, Valle da Ermida e Nogueira, termo de Villa Real, pello supplicante não ter adegas proprias para se envazilharem os vinhos das ditas dizimarias, lhes ficou o mesmo sequestro imposto na novidade e frutos do anno proximo passado de 1772. E porque o supplicante em observancia das leis e ordens do dito senhor tem comprado e mandado edeficar adegas proprias suas na freguezia de Folhadela huma adega no sitio da Pala da mesma freguezia para se recolherem os dizimos do vinho de Feitoria muito dentro da demarcação della e outra adega no lugar de Sabrozo da sobredita freguezia para se recolherem os dizimos do vinho de Ramo da mesma, que tambem fica muito distante da referida demarcação da Feitoria. E outra adega no sitio da Timpeira, freguezia do Valle da Ermida, para se recolherem os dizimos do vinho de Feitoria da dita freguezia que fica igualmente distante da mesma demarcação, na qual se (p)ode tamber (sic) recolher alguus (sic) dizimos da Fei(toria)... da freguezia de Folhadella que lhe fica(m) mais vez(inhos)..... (fl. 1) se recolherem os dizimos do vinho de ramo da dita freguezia que fica tambem muito distante da dita demarcação como he o dito lugar de Nogueira onde sita (?) a dita adega porque alguns dizimos do vinho de feitoria da dita freguezia de Nogueira se ham de emvasilhar na dita adega de feitoria do sitio da Timpeira, com os da sobredita freguezia da Ermida e parte dos dizimos da Mourisca e Penellos (Penelços?) ou seus limites, e de Sabrozo, ainda que pertençam à freguezia de Folhadela pela dita ponderada commodidade, porque os sobreditos dizimos da feitoria do sitio da Pala e dita freguezia se hão de emvasilhar in solidum na referida adega propria que tem na mesma Palla, donde não podem transportar-se por ser o dito sitio della sercado de vinho de ramo! E na sua vila e couto de Provezende huma adega para se emvasilhar os vinhos de feitoria da dizimaria da dita freguezia por baixo da igreja della e outra adega para os vinhos de ramo no sitio do Asougue da dita freguezia e vila, ambos distantes da demarcação, e todas as mesmas adegas de feitoria isentas de suspeita de intrudução de vinhos de ramo que não he fasil fazerce sem se lhes preceber, como he verdade patente e bem notoria pella publicidade dos sitios das ditas propriedades (fl. 1 v.).

Pede a Vossa Senhoria Dezembargador Presidente da Alçada seja servido haver-lhe por levantado os sequestros que se lhe comminarão, para se poderem vender livremente as novidades dos referidos vinhos do presente anno e assim os mais subsequentes.

E. R. M¹³⁰.

(Despacho na margem:) *Ordens de Sua Magestade visto constar-me ser verdade o que se allega. Lamego, 24 de Novembro de 1773. (Assinado:) Mesquita.(fl. 2).*

(fl. 2 v em branco. Omitiu-se o resumo de toda a despesa, na fl. 3; fls. 3 v, 4 e 4 v em branco.)

Memoria dos armazeins que se devem fazer para recolher os vinhos da renda de S. Joam Batista de Provezende pertencentes a Serenissima Mitra Primaz

Para vinho de feitoria

Deve fazer-se hum armazem que leve de 70 a 80 pipas de vinho de feitoria o qual terá 80 palmos de cumprimento, e 26 de largo com a altura comrespondente (sic).

Como a Serenissima Mitra não tem terra do proprio nem há quem venda armazem já feito dentro dos lemites da demarcação se pode fazer em hua caza de atafona e lagar que fica no fundo da vila a qual é de Manoel Borges Ribeiro e asizte em Casal de Loivos, que lhe não serve de couza alguma, e se acha arruinada e para evitar duvidas e o execivo (sic) preço que o dono pedirá por ela se deve louvar, e este armazem depois de feito poderá cuztar 300\$000.

Para vinho de ramo

O armazem de vinho de ramo se pode fazer em hum quintal de Francisco Lopes que fica no Sima de Vila o qual se deve avaliar primeiro, e deve ter 40 palmos de comprimento e 25 de largo aonde se possão recolher 20 pipas, e sobre o mesmo armazem deve ficar hua caza repartida pelo meio em que se recolham os frutos da renda, e para poder ficar mais comoda se podem comprar no Porto as taboas de pinho para sobrado, e as latas para o tilhado, e cuztará toda esta obra 200\$000.

Na dita vila há hua caza bastante arruinada que he da Serenissima Mitra e da qual se serviam os rendeiros: nela se não pode fazer armazem algum por ficar na raya de hua e outra demarcação e se pode vender para ajuda dos cuztos dos armazeins e me informão haverá quem dê sem mil reis por ela ou mais.

Tambem se fas percizo (sic) comprarem (fl. 5) os toneis comrespondentes (sic) para se recolherem os vinhos tanto da feitoria como de ramo porque os que athe gora serviam aos rendeiros heram dos donos das adegas em que se recolhia o vinho da renda, os quais agora nam ham de arrendar separadamente.

Hum armazem aonde se acha o vinho da renda e hé de Antonio Pinto Cabral de Queiroz he prazo que paga de foro 2400 ao Dr. Bento Borges, e nam o quer seu dono vender.

Tanto os armazeins como as vazilhas se devem mandar pôr prontos sem demora para evitar o préjuizo dos annos feturos (sic) o qual se deve regular pelo do presente ano que hé o que abaixo se declara.

¹³⁰ Traduzem-se as siglas: E receberá mercê.

*Esta renda foram suquestrados a ametade dos vinhos para ramo,
e a outra metade ficarão para feitoria.*

Preço da qualeficação da ametade dos vinhos que ficarão fora do suquestro para feitoria/total do preço da ametade dos vinhos que não forão suquestrados

<i>Total do preço da ametade dos vinhos que não forão suquestrados.....</i>	<i>555\$000</i>
<i>6 pipas de vinho tinto a 25\$000.....</i>	<i>150\$000</i>
<i>27 de vinho branco a 15\$000.....</i>	<i>405\$000</i>
<i>Preço da qualificação da ametade do vinho que foi suquestrado para ramo:</i>	
<i>Total dos vinhos suquestrados</i>	<i>346\$500</i>
<i>6 pipas de vinho tinto a 10\$500.....</i>	<i>63\$000</i>
<i>27 ditas de branco.....a 10\$500.....</i>	<i>283\$500</i>
<i>De preço a preço mostra-se haver de prejuizo contra a Serenissima Mitra que deve abonar ao rendeiro</i>	<i>208\$500 (fl. 5 v)</i>

*Memoria para os armazens que se devem fazer na renda da Ermida
e na da Folhadella conforme as reaes ordens de Sua Magestade*

Para a Renda da Ermida

Pella banda de cima da igreja da Irmida há hum armazem feito de novo que hé do P. Manoel Fernandez Pires do lugar do Costelo que levará 60 pipas até 70 de vinho e pede por elle 300\$000. (Acrescentado depois:) pede muito

Neste armazem se podem recolher o vinho de feitoria da predita renda, e juntamente o do ramo da Mourisca pertencente a renda da Folha-dela (sic), com o que se evita fazer outro armazem neste ramo.

Na mesma renda da Ermida há dous ramos de vinho da demarcação de ramo nos quaes devia haver em cada hum seu armazem, e a despesa destes se pode evitar fazendo-se hum armazem no ramo de Nogueira pertencente a renda de Folha-dela (sic) como em seu lugar se dirá.

Renda de Folha-dela (sic)

Nesta renda há o ramo da Pala que hé todo de feitoria ahonde deve haver hum armazem que leve 16 pipas ou mais; neste citio vende Manoel Roiz do lugar de Sabarozo hua caza que se acha ainda por cobrir sem portas nem outro madeiramento algum e somente as paredes pellas quaes pede 70\$000; e para se mandar fazer de novo custará muito mais. (Acrescentado depois:) pede muito.

Na mesma renda se deve fazer.....mazem no l.....Sabarozo para....(fl. 7) deste mesmo ramo e do de Folha-dela (sic) que leve até 80 pipas ou mais, e neste mesmo lugar se achão huas cazas de Ignacio Botelho da Villa Real as quaes tem armazem e lagar e pede por ellas 350\$000 ficando-lhe a pedra do mesmo lagar e para se reedificar se precisa gastar com ellas de 20\$(000) até 30\$(000) (Na margem:) He necessario averiguar se estas são suas proprias, ou delRey por lhe ter rematado tudo. Informar com o Dr. Manoel dos Santos Pinto.

No ramo de Nogueira pertencente a mesma renda de Folha-dela (sic) deve haver outro armazem que leve até 120 pipas de vinho de ramo ou mais, em razão de que para este mesmo armazem se devem puxar os vinhos de ramo da Povoação, Val e Carazedo, pertencentes a renda da Ermida; e como não há quem venda armazem se pode mandar fazer ao pé da ermida de Santa Barbora (sic) junto a Nogueira ahonde ficará mais comodo pella abundancia de pedra que ha no mesmo citio e como o terrado hé da Igreja pode S. A. R. dar ordem para fazer-se nelle. Este armazem deve ter 80 palmos de comprido, 39 de largo, 24 de alto, com duas portas grandes, e quatro frestas, e custará com a chave na mão 400\$000.

Em todos os armazens deve haver toneis correspondentes (sic) em que se recolhão os vinhos (fl. 6 v).

Conta dos vinhos de feitoria da renda de S. Comba da Ermida que foram suquestrados para ramo em vertude das reais ordeins de S. Magestade a beneficio da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro por nam terem armazens proprios (sic) com declarasão dos respectivos preços das suas qualificaçois e dos que tiverão os vinhos dos lavradores da mesma renda que não forão suquestrados.

Foram qualeficados os vinhos tintos que não forão suquestrados pellos dois preços de 30\$000 e 25\$000, e o branco a 25\$000 e 20\$000 como consta da certidão n^o 131.

Foram qualificadas 67 pipas de vinho da dita renda compreendidas no suquestro: 36 pipas de tinto a 15\$000, 24 ditas tinto a 10\$500, e 7 de branco a dito preço como consta pela outra certidão n^o 132.

Rezumo da emportancia dos preços que emportava o vinho suquestrado pelos primeiros preços:

36 pipas de vinho tinto a 30\$000.....	1.080\$000
24 ditas a 25\$000.....	600\$000
7 ditas branco a 20\$000.....	140\$000
Total dos primeiros preços.....	1.820\$000

Total dos preços do suquestro

36 pipas de vinho tinto a 15\$000.....	540\$000
24 ditas a 10\$500.....	252\$000
7 ditas branco a 10\$500.....	73\$500
Total do preço da qualeficação do suquestro.....	865\$500

Prejuizo

Mostra-se haver de prejuizo de preço a preço.....954\$500

Dos 954\$500 que se mostra haver de prejuizo toca:

as 2 partes de Serenissima Mitra.....	636\$334
e a 3 ^a Patriarcal pertense.....	318\$166(fl. 7)

(fls. 7 v, 8, 8 v, 9, 9 v, 10 e 10 v em branco.)

¹³¹ Não se chegou a escrever o respectivo número do documento.

¹³² Não se chegou a escrever o respectivo número do documento.

(Despesas)**Nogueira (sic)**

Ramo

Despeza que se fez no armazem de Nogueira para o vinho de ramo da mesma freguezia da comarca de Villa Real.

Custou o acrecimo das paredes deste armazem com canteiros, respalde e telhar parte delle.....	56\$100
Despendeu-se com o carpinteiro de emmadeirar e cobrir o dito armazem, e fazer portas, ferragens, acrecimo e telhar parte delle	63\$100
Despendeu-se com o dezentulho de terra do dito armazem e outros jomaes, despesas miudas e propios.....	7\$620
De 6 milheiros de telha e carretos della, que foram de Toloens	43\$200
Por um tonel de 14 pipas feito de novo com uma escada para os toneis.....	28\$600
Por um tonel de 10 pipas de Manuel Luís de Vila Nova.....	24\$000
Por 3 toneis de Francisco José de Carvalho de 34 pipas	72\$000
Por 2 toneis de 13 pipas de Luís Fernandes de Brito	27\$600
Por 1 tonel de 15 pipas de João Pereira e Lima Montenegro	36\$000
Por 1 tonel de 8 pipas de Domingos Álvares Temorosos(?)	14\$000
Somão.....	31\$220 (fl. 11) ¹³³

Saboroso

Ramo

Despeza que se fez com o armazem de Saboroso que he para o ramo da freguezia de Folhadella da comarca de Villa Real.

Custou ele (compra em 1773 Outubro 1 a João Botelho de Lucena, de Vila Real, e estava presente o superior dos padres do convento de S. Domingos, sendo este quem recebeu o dinheiro)	350\$000
Custou a sisa	12\$250
De assinaturas da certidão da sisa e factura da escritura	1\$280
Com os canteiros e carretos dos mesmos, concertar (sic) uma porta, uma fechadura e retelhar	5\$700
Por uma escada e balde para os toneis	1\$440
Por 1 tonel de 10 pipas do P.João Roiz de Carvalho	27\$600
Por 4 toneis de 35 pipas com uma balça (sic), de Domingos Rodrigues Pereira.....	96\$000
Por outro tonel de 11 pipas de Manuel José da Costa	28\$800
Por outro de 9 pipas de André Teixeira, do Fundo das Pannels.....	20\$000
Por outro de 5 pipas de Francisco José de Carvalho.....	10\$000 (fl. 23) ¹³⁴

Timpeira

Feitoria

Despeza que se fez em o armazem da Timpeira que he de feitoria para a freguesia de Sancta Comba da Ermida, comarca de Villa Real.

¹³³ Pagou tudo o desembargador vigário geral da comarca de Vila Real e seguem os 10 recibos em folhas separadas, da fl. 12 à 21. Os versos da fl. 11 até à 21 e as fls. 22 e 22 v em branco.

¹³⁴ Tratou de tudo o Desembargador Vigário Geral da comarca de Vila Real, Ricardo António da Costa e Silva. Fl. 23 v em branco, fls. 24 a 29 com a escritura, fls. 30 a 33 com recibos, fls. 29 v, 34 e 34 v em branco. Total: 543.

<i>Custou ele (compra em 1773 Setembro 14 ao Rev. Manuel Fernandes Pires, do lugar de Bustelo, termo de Vila Real)</i>	300\$000
<i>Da escritura e certidão da sisa e assinatura</i>	1\$080
<i>Por 1 tonel de 11 pipas com uma escada do P.Manuel Fernandes Pires</i>	27\$600
<i>Por outro de 13 pipas de Manuel Teixeira Mourão</i>	32\$400
<i>Por outro tonel de 3 (13) pipas de Matias Rodrigues da Cruz</i>	31\$800
<i>Por outro de 5 pipas de Henrique José, da Povoação</i>	12\$800
<i>Por retelhar o armazém</i>	\$120 (fl. 35) ¹³⁵
<i>Somam</i>	405\$800

Palla

Feitoria

Despeza que se fez com o armazem de feitoria no citio da Palla da freguezia de Folhadela comarca de Villa Real.

<i>Custou ele (compra em 1773 Julho 31 a Manuel Rodrigues e sua mulher, Luísa Maria Rodrigues, do lugar de Sabroso, deste termo)</i>	40\$000
<i>Com a sisa, escritura e assinatura da certidão da sisa</i>	2\$280
<i>Com o carpinteiro de emadeirar e cobrir o armazém e fazer as portas</i>	17\$000
<i>De telha e carretos</i>	10\$050
<i>Do respalde das paredes, retelhar e fazer canteiros</i>	5\$600
<i>Por 1 tonel de 7 pipas de Francisco Moreira da Fonseca</i>	16\$000
<i>Por outro de 7 pipas de Luís Fernandes de Brito</i>	18\$000
<i>Somão</i>	108\$930 (fl. 46) ¹³⁶

Provezende

Feitoria

Despeza que se fez com o armazem de feitoria na vila de Provezende, comarca de Vila Real.

<i>Custou o mesmo armazém telhado e com suas testadas na vila na Rua do Vale (vendido pelo Revº Manuel Félix de Queirós, desta vila, a 11 de Setembro de 1773)</i>	380\$000
<i>Escritura e distribuição</i>	\$970
<i>Conserto de pedreiros, telha, colmo, carretos e outros gastos miúdos</i>	17\$905
<i>Portas, pintura, pregos</i>	12\$300
<i>Por 3 tonéis novos mandados fazer e que levarão 43 pipas, todos arcados de alamo (sic)</i>	120\$000
<i>Por outro de 10 pipas, também arcado de alamo, comprado a Manuel da Costa</i>	33\$600
<i>Por outro de 10 pipas do P. Manuel Vitorino</i>	22\$000
<i>Por dois que fazem 15 pipas de José Fernandes Cortinhas</i>	24\$000

¹³⁵ Tratou de tudo o Desembargador Vigário Geral da comarca de Vila Real, Ricardo António da Costa e Silva. Fl. 35 v em branco, fls. 36 a 40 v com a escritura, fls. 41 e 41 v em branco, fls. 42 a 44 com recibos com versos em branco, fls. 45 e 45 v em branco.

¹³⁶ Tratou de tudo o Desembargador Vigário Geral da comarca de Vila Real, Ricardo António da Costa e Silva. Fl. 46 v em branco, fls. 47 a 52 com a escritura, fl. 52 v em branco, fls. 53 a 56 com recibos com versos em branco, fls. 56 v e 57 v em branco.

Com o carroto destes 2 tonéis	4\$800
Por mais o carroto de 2 tonéis e um próprio que foi a Provezende.....	\$240
Por mais carroto de 2 tonéis e um próprio que foi a Provezende	\$740
Por conserto ¹³⁷	(fl. 58)

Provezende

Ramo

Despeza que se fez com o armazém de ramo da freguesia e vila de Provezende, comarca de Vila Real.

Custou o armazém de volta que se deu, além das casas velhas da Sereníssima Mitra Primás (escritura de troca por António de Matos e sua mulher, da vila e couro de Provezende em 1773/Setembro/11).....	80\$
Com a sisa.....	2\$800
Com a escritura e distribuição	\$810
Com desentulhar a loja por canteiros e alargar o portal	4\$940
Com as portas, pintura, pregos e fechadura.....	8\$140
Por 2 tonéis do P. José Vitorino, que fazem 13 pipas.....	26\$000
Com o conserto dos mesmos	4\$000
Com o carroto dos mesmos.....	\$300
Somão	126\$990 (fl. 72)

(fl. 72 v em branco, fl. 73 a 76 com a escritura, fl. 76 v em branco, fl. 77 recibo, fls. 77 v a 78 v em branco).

Saboroso (inventário)

Armazém para os vinhos de ramo da freguesia de S. Tiago de Folhadela, sito no lugar de Saborozo da mesma freguesia, o qual mandou comprar e aprontar Sua Alteza Real o Sereníssimo Senhor D. Gaspar.

Foi entregue ao rendeiro em 1773/Octubro/20 pelo mesmo desembargador e vigário geral de Vila Real, isso por o Arcebispo lhe ter cometido a factura, compra e prontidão dos armazéns que mandou estabelecer nas freguesias que lhe destinou para neles se envazilharem os vinhos, assim de feitoria como de ramo, das rendas unidas perpetuamente à sua Sereníssima Mitra em pronta satisfação às reais ordens e determinações, os quais com efeito fez aprontar e, depois de estarem inteirados do que lhe pareceu mais necessário para a boa colheita e arrecadação e estando ele e o rendeiro ou administrador dos frutos da mesma renda de Folhadela, Francisco José de Carvalho, assistente no lugar e freguesia de Mateus, desta câmara, se fez este inventário na forma seguinte:

Um armazém, que eram casas antigas de Inácio Botelho de Lucena, de Vila Real, telhadas e sobradadas neste lugar de Saboroso, edificadas de pedra lousinha com

¹³⁷ Não se conserva o resto do texto nem a soma total mas esta verba tem de ser de 16\$000 para dar a exacta soma da fl. 3 (a não ser que houvesse mais verbas). Fl. 58 v em branco, fls. 59 a 62 v com a escritura, fls. 63 e 63 v em branco, fls. 64 a 70 com recibos com versos em branco, fls. 71 e 71 v em branco.

cunhais de pedra da serra, e 2 janelas para a rua para o nascente e umas para o sul e outra para o poente com suas salas e alcofas e por baixo do sobrado corre uma grande loja em que se recolhe o vinho do dízimo cuja loja tem 2 portas grandes; estas casas ficavam servindo de colheita para todos os frutos da dita renda; tem este armazém canteiros ou dormentes dos toneis, que são 3 pedras da serra, 4 paus de pinheiro grandes com grossura de trave e mais 2 pedaços cada um de 7 palmos.

Tem mais este armazém 8 toneis grandes e um pequeno: um de 10 pipas comprado arcado de arcos do Douro comprado ao P. João Rodrigues, da Povoação; outro de 11 pipas arcado de olmo comprado a Manuel José, cirurgião deste lugar; outro de 9 pipas arcado de arcos do Douro comprado novo a André Teixeira, de Fundo das Panelas; 4 toneis em bom uso que todos fazem 35 pipas, comprados a Domingos Rodrigues Pereira, de Vila Nova, e outro de 5 pipas comprado em bom uso a Francisco José de Carvalho, de Mateus, todos sem avaria nem vício algum.

Uma escada de pau bem forte e larga para lançar o vinho aos tonéis.

Uma balsa comprida com seu cano de ferro em uma cabeceira para lançar o vinho aos toneis.

Um balde que leva 4 almudes para a carregação dos vinhos e que serve para se receber os que a este armazém se conduzem em pipas.

E desta forma entregou o Vigário Geral esses trastes a Francisco José de Carvalho (fls. 79-80v).

Nogueira

Inventário do armazém de ramo no lugar e freguesia de Nogueira, mandado edificar pelo Arcebispo, feito em 1773/Outubro/30 presente o rendeiro ou administrador de Nogueira Francisco José de Carvalho, assistente no lugar e freguesia de Mateus.

Um armazém feito neste lugar no sítio onde antigamente foi a igreja desta freguesia, reedificado de nova madeira e telha, alteadas e acrescentadas as paredes com algumas frestas, todo guarnecido de canteiros ou dormentes.

Nele 9 tonéis.

Nele uma escada nova de pau para lançar o vinho aos toneis.

Cujo armazém com a dita louça e aprestos entregou ao referido rendeiro ou administrador desta renda das duas partes dos dízimos desta freguesia (fls. 81-82).

(fl. 82 v em branco).

Pala (freguesia de Folhadela)

Inventário do armazém de feitoria sito onde chamam a Pala, da freguesia de S. Tiago de Folhadela, mandado fazer pelo arcebispo. Feito em 1773 a 28 de Outubro na presença dos mesmos.

Um armazém edificado e feito de novo neste sítio da Pala, quase quadrado.

Nele acham-se 2 tonéis.

E entregou-o assim ao mesmo (fls.83-84).

(fl. 84 v em branco.)

Timpeira (freguesia da Ermida)

Inventário do armazém da feitoria sito onde chamam a Timpeira da freguesia de Santa Comba da Ermida na comarca de Vila Real, feito em 1773 a 29 de Outubro intervindo os mesmos.

Um armazém feito e constituído todo de novo, todo térreo e telhado e coberto de telha, no sítio onde chamam a Timpeira, armazém todo guarnecido de canteiros ou dormentes para os tonéis, de pedra da serra ou grão, de que é o portal, e o mais de lousinha.

Neste armazém acham-se 4 tonéis.

Uma escada de pau por que se sobe para lançar vinho neles.

Uma balsa comprida com seu cano de ferro numa das cabeceiras para nela se lançar o vinho quando se enchem os tonéis. Os mesmos intervenientes (fsl. 85-86 v). Até ao fim deste assinou também e sempre o escrivão do auditório João de Araújo Ferreira Vilaça. Interveio sempre o mesmo Vigário Geral da Comarca de Vila Real.

Provezende

Auto do inventário de todos os tonéis e armazéns pertencentes a Sua Alteza Real Primás que Deus guarde etc. para mandar recolher sua renda desta vila pelos seus rendeiros e feitores, o qual mandou fazer o Muito Reverendo Senhor Doutor Desembargador e Vigário Geral de Vila Real e sua comarca Ricardo António da Costa e Silva.

Feito em 1773 a 8 de Novembro na vila e couto de Provezende no sítio do Vale nas casas do armazém. O rendeiro actual era Manuel Pinto Chaves; escrivão Francisco Lopes.

Primeiramente uma casa para armazém, térrea e telhada com seus canteiros de pedra da serra.

Tres tonéis grandes e novos que farão 43 pipas, arcados de olmo.

Mais 2 tonéis com algum uso que farão 20 pipas da mesma arcadura.

Mais 2 tonéis iguais em bom uso que farão 15 pipas.

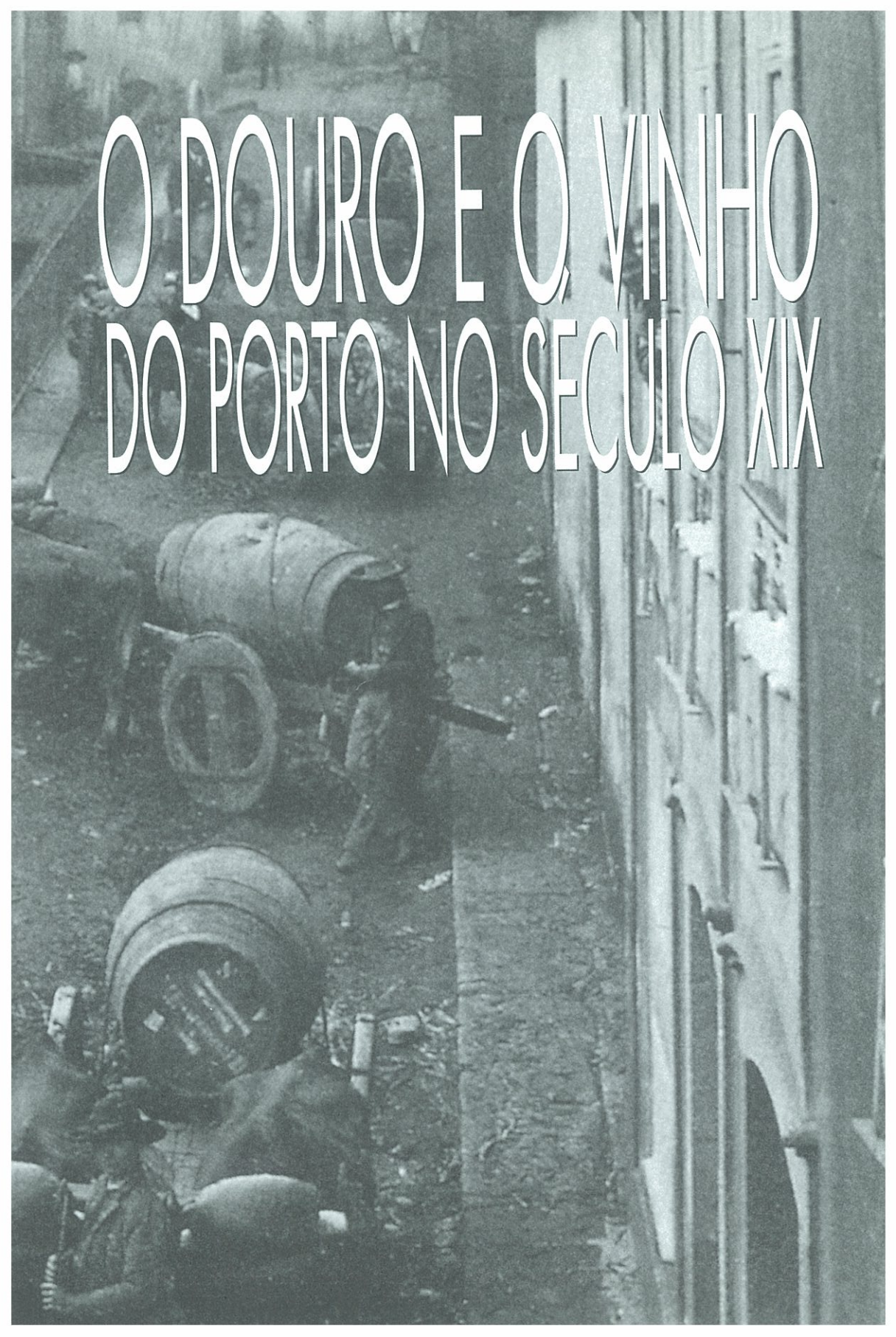
Logo no mesmo dia, mês e ano se foi ao sítio de Sima de Vila às casas de Sua Alteza Real para nelas se recolher os frutos da renda e o vinho de ramo as quais são telhados e sobradadas com seu quinteiro e seu quintal da parte de trás das mesmas casas com suas portas com chaves e fechaduras e na loja com seus canteiros de parede; dentro dela os tonéis abaixo declarados:

Dois toneis e o rendeiro ficava sempre obrigado a entregar tudo, findo o seu arrendamento, no mesmo estado e condição em que se lhe entregaram e, se algum dos toneis se danificasse ou derramasse por sua omissão e culpa, ficaria obrigado a todo o dano e prejuízo por sua pessoa e bens; e ele se obrigou a pagar por aluguer dos ditos toneis a \$300 réis por cada pipa que se desse a carregação para Sua Alteza Real que entregará a seus procuradores (fl. 87-88 v) (fim do documento).

(fls. 89, 89 v e 90 em branco; na fl. 90 v Masso/Fazenda/nº 1773/Armazens de Vinho/Compra).



O DOURO E O VINHO DO PORTO NO SÉCULO XIX



Adega de Arnaldo de Sousa, em Celeirós, em finais do século XIX. Foto: Emílio Biel, ca. 1895.

Gaspar Martins Pereira *

A viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea

(Notas para um programa de pesquisa)

1. INTRODUÇÃO

A investigação histórica sobre a viticultura duriense e o vinho do Porto na época contemporânea confronta-se com problemas bem diversos daqueles que enfrentam os nossos colegas que estudam períodos anteriores.

Em primeiro lugar, dispomos de uma multiplicidade de fontes de informação – importantes fundos arquivísticos públicos e particulares, colecções de estatística, fontes cartográficas, imprensa periódica, excelentes colecções de fotografia, e mesmo, para o período mais recente, a possibilidade de utilização do cinema, de fontes orais, etc. É certo que à abundância de fontes de informação corresponde uma irritante dispersão dos fundos documentais, a desorganização ou má organização dos arquivos, a quase inexistência de instrumentos de pesquisa, para já não falar nas dificuldades de acesso ou mesmo inacessibilidade dos investigadores a alguns dos principais arquivos privados, como acontece com o da Companhia Velha. Por isso temos defendido a criação de um Arquivo Histórico do Vinho do Porto, que possa reunir fundos arquivísticos dispersos, alguns deles em risco de perda ou degradação. Um arquivo temático deste tipo poderia integrar-se perfeitamente num Centro Cultural do Vinho do Porto, que reunisse também um Centro de Documentação (bibliográfica, fotográfica, cartográfica, etc.) e colecções museológicas ligadas à vinha e ao vinho. Será desnecessário destacar aqui o seu interesse quer no plano da investigação quer no plano da divulgação.

Em segundo lugar, a época contemporânea dispõe de uma extensa bibliografia, sem paralelo para os períodos anteriores. Mas esse manancial bibliográfico é não só lacunar (com zonas de sombra sobre muitos aspectos em relação aos quais

* Professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador do GEHVID.

pouco ou nada sabemos) como muito desigual (são abundantes as obras de opinião, em que os objectivos políticos sobrelevam o rigor e os princípios elementares da análise histórica).

Na extensa bibliografia disponível sobre a história do vinho do Porto surpreende sobretudo a quase nula contribuição do labor historiográfico. Para a época contemporânea, os estudos conduzidos por historiadores de formação contam-se pelos dedos, o que decorre também, em grande medida, das dificuldades de acesso às fontes primárias. Mas, se o concurso da historiografia académica é fundamental na construção de uma história de fôlego sobre o vinho do Porto e a sua região produtora, não podemos, neste domínio, dispensar-nos de um activo diálogo interdisciplinar. É que não pode fazer-se uma história do vinhedo e do vinho sem uma grande atenção a fenómenos como o espaço, a organização da propriedade, as estratégias empresariais, a evolução técnica, a dinâmica social, a legislação e a organização institucional, etc., e, em todos esses aspectos, a história só pode beneficiar do diálogo com outros saberes, como a geografia, a economia, a sociologia, a antropologia, a agronomia, a enologia, o direito, etc.

Além disso, a melhor bibliografia disponível tem concentrado as suas atenções no sector comercial e nas formas de intervenção do Estado (entre as melhores e mais recentes contribuições: Sideri, 1978; Barreto, 1988; Martins, 1988 e 1991; Moreira, 1994). Em contrapartida, são bem mais escassos os estudos sobre a evolução da região produtora, as explorações vitícolas, os processos de cultivo, as práticas de vinificação ou as relações entre as empresas exportadoras e os viticultores. Falta-nos ainda uma visão de conjunto, desde a época pombalina até ao período pós-filoxérico, da transformação da estrutura da propriedade e do investimento de capitais portuenses na produção vitícola. Desconhecemos como se processou a desamortização da propriedade eclesiástica, dos vínculos nobiliárquicos e dos baldios, os grupos sociais envolvidos e o impacto social, económico e técnico do processo desamortizador e da transferência da propriedade.

Apesar de dispormos de alguns estudos sobre os processos de cultivo e as práticas de vinificação (Fonseca, 1940; Pereira, 1991), não possuímos ainda ideias fundamentadas sobre muitos aspectos da vitivinicultura duriense neste período. E, se conhecemos relativamente bem a evolução do comércio do vinho do Porto, graças aos estudos exemplares de Conceição Andrade Martins, ignoramos quase por completo as estruturas de comercialização, as estratégias empresariais ligadas ao negócio do vinho, no Porto, na Inglaterra ou no Brasil, a forma como tais empresas se relacionaram com os viticultores e com a Companhia, sendo necessário aprofundar os estudos com base em fontes empresariais, como os que têm vindo a ser recentemente desenvolvidos por Norman Bennett ou por Paul Duguid, bem como o estudo evolutivo da comunidade britânica do Porto (Ribeiro, 1990; Lave e Duguid, 1994).

Num sector de importância económica crucial, dotado desde muito cedo de instituições de intervenção do Estado, em que abunda, pelo menos desde o século XVIII, uma produção documental ligada às empresas e às instituições de tutela, surpreende a falta de monografias empresariais e institucionais, a começar pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, cuja actividade tão profundamente marcou a região e o sector durante mais de um século.

Ao definirmos as linhas gerais do programa de investigação da equipa de história contemporânea do GEHVID, procurámos seleccionar um conjunto de questões centrais para um estudo de conjunto sobre a região demarcada e o sistema do vinho do Porto, centrando-nos sobretudo no período de viragem oitocentista, estabelecendo como limites cronológicos o fim do governo pombalino (1777) e o período de reorganização pós-filoxérica (finais do século XIX-início do século XX). Para o nosso século, solicitámos a colaboração de François Guichard, investigador do CNRS e da Universidade de Bordéus III, que, desde há vários anos, vem dirigindo um projecto plurianual de estudo da viticultura portuguesa, no âmbito do Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia.

2. A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL

Uma primeira linha de pesquisa centra-se nas transformações da noção de espaço regional duriense no século XIX em articulação com a expansão do vinhedo e com as alterações institucionais no sector do vinho do Porto.

Entre o final da época pombalina e o início do século XX, a região demarcada do Douro sofre profundas alterações, não só nos seus limites, mas também no seu sistema de relações. São conhecidas as linhas gerais dessa evolução desde o período pombalino até ao início do nosso século. Entre as «demarcações primordiais», estabelecidas em 1757-1761, que polarizaram em torno da Régua a zona produtora de vinhos finos e cuja fronteira mal ultrapassava o Pinhão, e a demarcação de 1908, que alargou o limite oriental do Tua até à fronteira, decorreu um longo processo de expansão vitícola. Conhecem-se também os factores que influenciaram nas vicissitudes do espaço regional: a prosperidade das exportações e a subida de preços, no último quartel do século XVIII, que pressionaram e justificaram as Demarcações Marianas, ou «subsidiárias», de 1788-1793 (Fonseca, 1996); a destruição do vinhedo tradicional do Baixo e Cima Corgo pela filoxera nas últimas décadas do século XIX, que pressionou a expansão vitícola no Douro Superior, numa época em que o regime liberal permitia as plantações de vinhedo nessa área e em que os novos meios de transporte facilitavam as relações com o Porto (Pereira, 1988).

No entanto a cronologia da expansão do vinhedo e das alterações na demarcação dá-nos apenas tendências e limites. Ora, parece-nos fundamental perceber

a noção de espaço regional duriense a outros níveis, articulando a expansão do vinhedo com as próprias diferenças intra-regionais e a percepção que delas tinham, em termos qualitativos, os contemporâneos, o que aponta, desde logo, para questões de gosto dos mercados consumidores. Assim, pretendemos prosseguir na linha da comparação das qualificações ao longo do tempo, baseando-nos na sugestão da geógrafa Paula Lema, que utilizou a opinião dos autores da época (Lema, 1980; Pereira, 1986 e 1991). Desde logo nos apercebemos de uma tendência nítida para a preferência crescente por vinhos cada vez mais fortes e encorpados, correspondente à progressiva valorização, ao longo do século XIX, da zona leste do Cima Corgo. O problema que se coloca é que, a partir de 1852, com a nova legislação fontista, desaparecem os arrolamentos feitos pela Companhia, sendo então necessário recorrer a outras fontes e provavelmente utilizar uma metodologia menos extensiva. Só no segundo quartel do nosso século, com os dados do cadastro da Casa do Douro, voltamos a ter uma fonte de informação que nos permite análises extensivas a toda a região.

Por outro lado, estamos convencidos que a análise do espaço regional não pode confinar-se aos aspectos derivados da regulação estabelecida pelos organismos de tutela. A produção do espaço regional é também fruto de conflitos e de relações de força que se jogam em cada momento. Porque a região é, antes de mais, um «produto histórico», como nos ensina o mestre Orlando Ribeiro, ela é fundamentalmente o resultado da acção que os grupos humanos nela desenvolveram, a forma como souberam ou quiseram, ao longo da sua história, utilizar um conjunto de técnicas, tradicionais ou inovadoras, na organização do seu território e nas relações deste com o exterior, criando identidades e diferenças. Neste sentido, consideramos fundamental estudar não só a evolução do vinhedo e suas qualificações, mas sobretudo o conjunto de relações de poder, de solidariedade e de conflito que se foram desenhando a cada momento. As relações entre o Douro e o Porto, obviamente. Mas também, no interior da região, entre «centro(s)» e «periferia(s)», «ribeira» e «montanha», zonas «de feitoria» (com benefício) ou zonas «de ramo». E, além disso, atender aos desvios inovadores, por vezes em ruptura com as normas definidas na legislação, dos que ousam investir em espaços novos, lançando, em certos casos, movimentos decisivos, como aconteceu com as Quintas do Silho ou do Vesúvio, no primeiro quartel do século passado.

3. A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DURIENSE

Um segundo leque de problemas que pretendemos abordar prende-se com a evolução da população duriense. A obsessão com as questões vitivinícolas, quando se fala do Douro, tem feito esquecer os homens, numa perspectiva que

não seja a de figuras literárias de míticos mártires ou heróis. Antes de mais, com as fontes de informação disponíveis, é necessário começar por conhecer a simples evolução dos efectivos regionais. Guerra Tenreiro tentou fazê-lo (Tenreiro, 1942-45), mas utilizou, infelizmente, dados pouco seguros, sem as devidas precauções, não atendeu às diferenças intraregionais e à distribuição da população no espaço, e sobretudo partiu de pressupostos que necessitam de revisão.

As *Memórias Paroquiais* de 1758, as *Descrições* de finais de Setecentos, como as de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, D. Joaquim de Azevedo, Rebelo da Fonseca e outros, os *Recenseamentos* de 1801-02, as diversas estimativas populacionais publicadas, ao longo da primeira metade do século XIX, nos *Diários do Governo* da época, ou as mais credíveis que figuram nos *Relatórios dos Governos Civis* para a década de 1850 e, depois, a partir de 1864, os *Recenseamentos Gerais da População* constituem um manancial de informação a explorar.

Além da análise da evolução dos efectivos, procuraremos caracterizar os comportamentos demográficos – a natalidade, a nupcialidade e a mortalidade – e sobretudo os movimentos espaciais da população, não apenas as fugas emigratórias às grandes crises, mas também os movimentos internos entre as freguesias da «ribeira» e da «montanha», os movimentos pendulares e sazonais e a imigração dos bandos galegos, que, em finais do século passado, chegava a atingir, em certas freguesias de maior intensidade vinhateira, como Covas do Douro, cerca de 20% da população total.

Interessa-nos ainda conhecer a estrutura da população, bem como a sua distribuição no espaço regional, os que vivem nas aldeias, nas vilas e nas cidades, e a respectiva diferenciação de comportamentos.

4. A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE DURIENSE

Paralelamente, procuraremos estudar a evolução da sociedade duriense, o processo de desamortização da propriedade na região, o seu impacto na mudança das estruturas sociais e o reforço da dependência regional face ao Porto, com os investimentos de capitais portuenses na zona produtora.

A história social do Douro está praticamente no grau zero. A história institucional e o discurso regionalista obscureceram e homogeneizaram a sociedade duriense, apresentada quase sempre como uma «nebulosa» de interesses e aspirações de «lavradores» ou viticultores, em oposição aos negociantes e ao Porto. A literatura etnográfica, o romance, a própria fotografia, dão-nos imagens dos quotidianos, dos grupos e das relações sociais, mas não possuímos ainda estudos históricos fundamentados sobre a evolução da sociedade vinhateira. Este será, por isso, um dos domínios em que iremos intensificar a nossa atenção.

Num século marcado por profundas transformações jurídico-sociais e pela instabilidade decorrente já das vicissitudes políticas já das crises económicas, importa conhecer não só como se estruturava a sociedade duriense, mas a forma como os diversos grupos reagiram à mudança social. Como é que decorreu, por exemplo, o processo de desamortização da propriedade na região (primeiro dos bens dos conventos, nos anos trinta, depois, na década de sessenta, dos vínculos nobiliárquicos e dos baldios dos concelhos e das paróquias)? Temos considerado mais importante o segundo momento, já que concomitante aos efeitos das doenças da videira (o oídio e sobretudo a filoxera) que parecem ter tido um impacto decisivo sobre o processo de mobilidade da terra (Pereira, 1988), mas é importante avançar para uma visão mais alargada do fenómeno desamortizador, recuando a períodos anteriores à implantação do liberalismo, como o início do século XIX e mesmo a época de Pombal (em que foram confiscadas e alienadas pelo Estado diversas propriedades – dos Távoras, de Gonçalo Cristóvão, etc.). Que impacto teve o processo desamortizador na reorganização da cúpula social? Terão acelerado a dependência regional face ao Porto, com os investimentos de capitais portuenses na região vinhateira? Contribuíram para a criação de uma nova mentalidade empresarial na gestão das explorações vitícolas? Que inovações técnicas introduziram? E como se articularam essas mudanças técnicas com as tradições locais?

Por outro lado, não poderá desprezar-se o estudo, numa perspectiva dinâmica, das relações entre os diversos agentes sociais em presença, ultrapassando a matriz dicotómica reducionista da relação entre produtores em geral e negociantes em geral. Mesmo num sector fortemente regulamentado desde muito cedo cruzam-se níveis informais de mercado, níveis de auto-consumo e níveis fortemente relacionados com o mercado internacional. Em todos esses níveis, como nos ensinou Braudel, cruzam-se produtos, agentes económicos, poderes, informações, que produzem e reproduzem hierarquias sociais, com comportamentos e discursos mais ou menos específicos, mas de visibilidade desigual. Nas suas relações quotidianas, como se articulava a grande exploração vinhateira, a quinta, com os pequenos produtores que lhe vendiam as uvas «ao cesto» ou o vinho «à bica do lagar», ou com as famílias que associavam, por vezes, a produção de pequenas parcelas em regime de autoconsumo com o trabalho assalariado, em certas fainas do ciclo da vinha? E os jornaleiros sem terra? E os artesãos? E os grupos vindos de fora, como os galegos?

Das relações da vida material, teremos, depois, de passar às sociabilidades. É sabido que o associativismo agrícola teve sempre no Douro fraca expressão, como, de resto, em todo o país. Mas não serão discerníveis patamares mais ou menos informais de sociabilidade, cuja persistência poderá ter mesmo dificultado o associativismo moderno? Deverão, naturalmente, distinguir-se as sociabilidades aldeãs das das vilas e cidades. Há que contar neste domínio com a indigência e

desorganização dos arquivos, mas também é verdade que muita documentação existente na região está por explorar, na perspectiva da história social.

5. A EVOLUÇÃO DA VITICULTURA E DOS PROCESSOS DE VINIFICAÇÃO

Um dos temas centrais do nosso projecto será, obrigatoriamente, a evolução da cultura vinhateira. Buscaremos sobretudo confrontar a emergência de uma cultura enológica inovadora com os saberes tradicionais e destacar as implicações sociais das mudanças técnicas ocorridas no século XIX. Graças às descrições da época (Fonseca, 1791; Girão, 1822; Vila Maior, 1876; Vilarinho de S. Romão, 1896; e outros), conhecemos relativamente bem a evolução da cultura da vinha e das práticas de vinificação, o aparecimento das doenças da videira e a introdução e difusão de meios de combate a essas epifitias. As transformações impostas pela filoxera, com a introdução de porta-enxertos americanos, e novas formas de armarção dos terrenos, com a disposição regular dos bardos e a construção de socalcos mais largos, tiveram quer um impacto decisivo na paisagem quer implicações importantes na cultura da videira. É também nesse sentido que se pode falar de uma verdadeira reinvenção do Douro vinhateiro no século XIX. Novas formas de tratar os solos, novas formas de plantação, novas operações de tratamento. Foi preciso reaprender muita coisa. A questão que se coloca é a de saber como se processou essa aprendizagem, o que remete para as experiências pioneiras e sua difusão e, mais uma vez, ao nível da circulação das informações, para a relação entre a cultura vitícola inovadora e a cultura tradicional, confrontando a capacidade de afirmação da primeira e as resistências da segunda. Também aqui pensamos ser de toda a utilidade uma análise diferencial, porque as inovações técnicas não são processos homogêneos e instantâneos. Sucedem em tempos e ritmos diferenciados, consoante os grupos sociais e os espaços. E, por outro lado, as mudanças técnicas não deixam de ter implicações sobre a própria estrutura social, como sobre os hábitos dos vários agentes envolvidos.

Estas observações aplicam-se tanto às transformações técnicas na viticultura como às mudanças no processo de vinificação. Mas, neste caso, é a própria cronologia que necessita de ser afinada. Há um fundo de verdade na explicação de Forrester, segundo a qual a difusão do novo processo de vinificação estaria relacionada com a excepcional qualidade da colheita de 1820, «em que todos os vinhos foram naturalmente (e fora do costume) cheios, doces e saborosos» (Forrester, 1844). Os viticultores, estimulados pela grande procura de vinhos semelhantes aos de 1820, teriam sido levados a imitarem, nas colheitas seguintes, por processos artificiais, esses vinhos. De facto, a evolução para vinhos mais doces, através da prática da adição de aguardente durante a fermentação do mosto, parece ter-se expandido por essa altura. Mas a importância da novidade de 1820

como causa imediata do «novo processo de vinificação» parece ter sido exagerada por Forrester. A polémica entre «vinhos secos» e «vinhos doces», que ressurge na primeira metade do século XIX, é bem mais antiga, remontando pelo menos ao século anterior (Pereira, 1991). Por outro lado, a produção de «vinhos finos» secos, com pouco ou nenhuma adição de aguardente, correspondentes ao «processo antigo», com um prolongado trabalho de lagar (cerca de 72 horas), continuará a ser cuidadosamente recomendado por alguns grandes proprietários para os seus melhores vinhos (é o caso, por exemplo, dos da Quinta do Vesúvio, de D. Antónia Adelaide Ferreira, em relação aos quais se recomendava, por vezes, que fossem produzidos com especial cuidado, mas sem aguardente). O «novo processo de vinificação» e os vinhos doces acabarão por impor-se, na segunda metade de Oitocentos. Mas penso que não devemos perder de vista que, como na história de outros grandes vinhos, o aperfeiçoamento das técnicas de vinificação foi, no caso do vinho do Porto, um processo longo e não linear. Pela mesma razão, não é aceitável nem compreensível que se continue a considerar o vinho do Porto como uma invenção dos ingleses, ensinada por estes aos durienses, como querem certos autores anglo-saxónicos. Com isto não pretendemos negar a importância decisiva da participação inglesa no negócio do vinho do Porto, que contribuiu quer para a afirmação de uma imagem de prestígio internacional quer para a valorização de determinados tipos de vinhos. Constituindo então a Inglaterra o grande mercado consumidor de vinho do Porto, a procura de vinhos durienses pelos negociantes ingleses não poderia deixar de reflectir as preferências dos seus clientes, valorizando certos tipos em detrimento de outros, o que, naturalmente, induziu os viticultores a produzirem os seus vinhos de acordo com as orientações do gosto inglês.

6. OS NEGOCIANTES DO PORTO

Uma análise global do «sistema do vinho do Porto» no século XIX não poderia, por essas e por outras razões, desprezar o estudo do sector comercial. Como já referimos, dispomos de excelentes trabalhos de história económica neste campo. Mas o mesmo não sucede no plano da história social. Apesar de numerosas obras sobre a comunidade inglesa do Porto, não temos uma visão de conjunto actualizada. E, tal como apontámos em relação à sociedade duriense, será preciso discernir, no mundo dos negócios do vinho do Porto, a pluralidade de agentes e estratégias que aí se movimentam. Por outro lado, a análise das relações entre as empresas exportadoras e os viticultores tem sido muito marcada por um discurso institucional de conflito, redutor dos interesses em presença. De um lado, os lavradores, do outro, os negociantes. Ora, numa análise histórica mais fina esta dicoto-

mia acaba por obscurecer muitas estratégias de sucesso que passaram precisamente por alianças tácitas (ou mesmo contratuais) entre negociantes e vinhateiros. É o que nos ensinam os recentes trabalhos de Paul Duguid a propósito das relações entre a Sandeman e os Ferreiras, nos anos trinta do século passado. É necessário aprofundar ainda o conhecimento sobre os agentes mediadores dessas relações: os comissários, os rendeiros, os simples «ajuntadores», etc.

Nestes domínios, além do nosso colega Jorge Martins Ribeiro, que tem trabalhado sobre a comunidade inglesa do Porto no século XIX (Ribeiro, 1990), esperamos contar também com a colaboração de Norman Bennett, da Universidade de Boston, e de Paul Duguid, da Universidade de Berkeley, que têm vindo a desenvolver excelentes estudos sobre os negociantes de vinho do Porto no século XIX, com base nos fundos documentais das empresas exportadoras.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, António – *O vinho do Porto e a intervenção do Estado*, «Análise Social», vol. XXIV, (100), Lisboa, 1988, (1º), p. 373-390.
- BENNETT, Norman – *The wine producers of the Upper Douro, 1780-1815* (comunicação apresentada a «Duquesne History Forum», Pittsburgh), 1986.
- BENNETT, Norman – *The Golden Age of the Port Wine System, 1781-1807*, «The International History Review», XII (2), Simon Fraser University, Maio 1990, p.221-248.
- CABRAL, Afonso do Vale Pereira Coelho – *A região vinhateira do Alto Douro desde Barca de Alva até ao Cachão da Valeira*, «Boletim da Direcção Geral da Agricultura», 6º ano, nº. 3, Lisboa, 1895.
- CASTRO, Columbano Pinto Ribeiro de – *Mappa do estado actual da provincia de Trás-os-Montes*, publicado por MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, INIC/Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra, 1981.
- COMISSÃO Especial encarregada de estudar a questão vinhateira do Douro – *Relatório da...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *Práticas culturais nos vinhedos durienses antes e depois da invasão filoxérica*, «Anais do Instituto do Vinho do Porto», Porto, I.V.P., 1940, p. 31-63.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da – *As demarcações marianas no Douro vinhateiro*, Porto, IVP, 1996.
- FONSECA, Álvaro Baltasar Moreira da; GALHANO, Fernando; PIMENTEL, E. Serpa; ROSAS, J. António – *O vinho do Porto. Notas sobre a sua história, produção e tecnologia*, Porto, IVP, 1981.
- FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da – *Descrição económica do Território que vulgarmente se chama Alto Douro*, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. III, Lisboa, 1791, p. 36-72.

- FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da – *Memória sobre o estado da Agricultura, e Comércio do Alto Douro*, in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. III. Lisboa, 1791, p. 73-153.
- FORRESTER, Joseph James – *Uma ou duas palavras sobre Vinho do Porto dirigidas ao Público Britânico em geral, e com especialidade aos particulares; mostrando como e por que é adulterado, e apontando alguns meios de se conhecerem as adulterações por um residente em Portugal há onze anos*, Porto, Tip. Comercial Portuense, 1844.
- GIRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira – *Tratado teórico e prático da agricultura das vinhas, da extracção do mosto, bondade, e conservação dos vinhos, e da destilação das aguardentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1822.
- GUICHARD, François; ROUDIÉ, Philippe – *Vins, vigneronns et cooperateurs de Bordeaux et de Porto*, Paris, CNRS, 1985.
- LAVE, Jean; DUGUID, Paul – *A Produção de Famílias. O Comércio na História*, «DOURO – Estudos & Documentos», vol. I (1), Porto, 1996.
- LEMA, Paula Bordalo – *O Alto Douro*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1980.
- MARTINS, Conceição Andrade – *Os ciclos do vinho do Porto: ensaio de periodização*, «Análise Social», vol. XXIV, (100), Lisboa, 1988, (1º), p. 391-429.
- MARTINS, Conceição Andrade – *A filoxera na viticultura nacional*, «Análise Social», vol. XXVI, (112-113), Lisboa, 1991, (3º-4º), p. 653-688.
- MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa, 1990.
- MONTEIRO, Manuel – *O Douro. Principais Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*, Porto, Imprensa Moderna, 1911.
- MOREIRA, Vital – *Nas Origens da Casa do Douro*, «Cadernos da revista DOURO – Estudos & Documentos», Porto, GEHVID, 1996.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *As Quintas do Oratório do Porto no Alto Douro*, «Revista de História Económica e Social», nº. 13, Jan.-Jun., 1984, p. 13-49.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *Aspectos sociais da viticultura duriense nos fins do século XVIII*, in *Actas das I Jornadas de Estudo Norte de Portugal-Aquitânia*, Porto, CENPA, 1986, p. 93-118.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *L'Alto Douro à l'époque du phylloxera*, (1988), in *L'identité régionale. L'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*, Paris, CNRS, 1991, p. 357-372.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o Vinho do Porto, de Pombal a João Franco*, Porto, Afrontamento, 1991.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *A Região do Vinho do Porto. Origem e evolução de uma demarcação pioneira*, «DOURO – Estudos & Documentos», vol. I (1), Porto, 1996 p. 177-195.
- PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1971.
- RIBEIRO, Jorge Martins – *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1990.
- SANTOS, Júlio Eduardo dos – *O vinho do Porto. Seu passado, presente e futuro. Produção, comércio, estatística*, Lisboa, Tip. Universal, 1916.

- SELLERS, Charles – *Oporto old and new*, Londres, Herbert E. Harper, 1899.
- SIDERI, Sandro – *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1978.
- TENREIRO, A. Guerra – *Douro. Esboços para a sua História Económica*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1942-1944.
- VILA MAIOR, Visconde de – *Ampelografia e Enologia do Douro*, «Archivo Rural», vol. VIII-IX, Lisboa, 1865-1866.
- VILA MAIOR, Visconde de – *O Douro Ilustrado*, Porto, Magalhães & Moniz, 1876.
- VILARINHO DE S. ROMÃO, Visconde de – *Viticultura e vinicultura. Trás-os-Montes e Alto Douro Central*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.
- VIZETELLY, Henry – *No País do Vinho do Porto* (trad. port. do capítulo «In the Port Wine Country», da obra *Facts about Port and Madeira*, Londres, 1880), Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1947.

Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo Graça *

Até à guerra dos dois irmãos a partir da correspondência comercial de Manuel Pedro Guimaraens (1822-1832)

O Vinho do Porto rendeu a Portugal, nestes últimos séculos, algumas alegrias e outras tantas amarguras. Cedo envolveu em si todo um Vale, a montante produzindo-o, a jusante envelhecendo-o e comercializando-o. E quando lhe faltou as gentes do Douro, não hesitou em ir buscá-las ao Minho ou às Beiras. Mas foi preciso recorrer aos ingleses para que fosse condignamente apreciado e conhecido. Com os durienses apuraram-se as técnicas de produção e de envelhecimento; mas, com os britânicos, formou-se a arte de beber este néctar que Deus providenciou e que o homem preparou com as suas próprias mãos.

A História do Vinho do Porto gerou momentos de prosperidade na economia nacional, foi matéria de tratados internacionais, consagrou companhias monopolistas e deu ao mundo a sua primeira região demarcada. Mas, se foi motor de arranque, também foi peça de engrenagem, sofrendo as consequências das mais diversas conjunturas – internas e externas. Por isso, não esteve alheada dos acontecimentos que abalaram todas as estruturas nacionais, que opuseram famílias, que colocaram príncipes-irmãos em campos opostos da mesma batalha.

As Lutas Liberais (1828-1834), ou como os ingleses gostam de chamar, a Guerra dos Dois Irmãos, também foi sentida pelas companhias do Vinho do Porto.

* Licenciado em História, Variante de Arte, pela FLUP.

Queremos aqui deixar os nossos agradecimentos ao Senhor Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira, pelo incentivo e pelo convite que nos fez; à Senhora D. Magdalena e Senhor Bruce Guimaraens, pelo entusiasmo com que aceitaram a proposta de estudo sobre o fundador da família e da empresa e pela confiança e amizade na disponibilização do seu arquivo privado; e ao Senhor Sérgio Paulos da Fonseca, pela ajuda gráfica que nos deu. Ao Senhor Dr. João Paulo Guínea Barbosa agradeço com retroactivos – quem pode, pode! E, como os últimos são sempre os primeiros, gostaríamos de deixar um agradecimento muito especial à Senhora D. Maria de Sampayo Pimentel Azevedo Graça, nossa mãe, a eterna primeira leitora e crítica, que tanto incentivo nos tem dado para continuarmos a trabalhar.

Ainda que na sua fase de arranque, a *Fonseca Guimaraens* foi uma dessas empresas que lutou contra as adversidades, impondo-se e crescendo no mercado internacional. É este processo que antecedeu a Guerra Civil que nós tentámos analisar, a partir da correspondência comercial de Manuel Pedro Guimaraens, fundador da empresa e da dinastia Fonseca Guimaraens. No conjunto de cartas, facturas e recibos que tivemos ao nosso dispor, foi-nos possível reconhecer toda uma acção comercial condicionada pela política da época.

Manuel Pedro Guimaraens nasceu em São Romão da Ucha, concelho de Barcelos, no ano de 1795¹. Filho de João Gonçalves e de D. Mariana, foi o mais velho de três irmãos. Do secundogénito, João, sabe-se que viveu em Sande, Guimarães. Da mais nova, D. Justa, chegaram-nos notícias do seu casamento, em cuja geração se mantinha, há alguns anos atrás, a casa de São Romão da Ucha, onde, muito provavelmente, terá nascido Manuel Pedro.

Os alvares do liberalismo tê-lo-ão encontrado no Porto, onde conheceu os senhores Fonseca e Monteiro, seus futuros sócios. Em 1822, ingressou no grupo daqueles que procuraram refúgio em Londres². Os motivos desta fuga parecem-nos evidentes, tanto mais que a família guarda memória da causa liberal que o seu antepassado abraçava, contando que escapou às autoridades escondido numa pipa de Vinho do Porto vazia. Quando do seu embarque, Manuel Pedro usava já o nome Guimaraens, em vez do Gonçalves de seu pai. Esta alteração do nome ficou a dever-se, segundo o Dr. Rui Gomes da Costa³, a uma tentativa de protecção da sua família de suspeições e perseguições das autoridades absolutistas⁴.

Em Londres, tornou-se a pedra angular dos negócios internacionais da firma *Fonseca & Monteiro*, com a qual fundou uma nova sociedade, ainda no ano de 1822. Esta primeira fase ficou marcada pelo estabelecimento de contratos de quatro anos, que foram sendo renovados até Manuel Pedro Guimaraens adquirir a

1 Na sua certidão de óbito (recolhida no Gabinete Geral de Registos, em Londres) informa-se que, em 1858, Manuel Pedro Guimaraens tinha 63 anos, pelo que deve ter nascido em 1795. Num papel avulso do Arquivo da Família Guimaraens (A.F.G.) pode ler-se: «*M.P.G. I can only suppose that the year of his birth (1795) was arrived at by deducting his age at death from the year in which he died. A common but not reliable method. I think that there is no doubt that he was born 29 June, the feast of St. Peter and Paul*».

2 No A.F.G. guarda-se uma cópia do recibo do bilhete do barco que o levou até Londres: «*Received from Mss. Fonseca & Monteiro of this City, the amount of Ten Pounds Sterling, being paid to the Passage of Mr. Manoel Pedro Guimaraens, who is going in my Brig Enterprise bound to London. Porto 11th June 1822. George Shutton*».

3 A.F.G., carta datada de S. Romão da Ucha. 10 de Fevereiro de 1931; o Dr. Rui Gomes da Costa foi pároco de São Romão da Ucha.

4 Como Manuel Pedro, muitos outros mudaram o seu nome, tentando proteger as suas famílias; damos um exemplo que encontrámos nas cartas deste arquivo: Francisco de Barros Carneiro, fidalgo de Sabrosa, passou a Inglaterra com o nome António Ferreira da Costa (A.F.G., carta de J. F. Ferreira de Castro, datada de St. Omer, 1 de Junho de 1831).

totalidade da empresa. Nos cabeçalhos das facturas os nomes dos três sócios apareceram lado a lado durante alguns anos: *Fonseca, Monteiro & Guimaraens*, *Fonseca, Guimaraens & C^a* e *Fonseca, Monteiro & C^{as}*.⁵ Foram os anos em que se lançaram as bases para um futuro promissor.

A partir da capital britânica, correspondeu-se com alguns nomes sonantes das sociedades liberal portuguesa e inglesa. Com o ilustre escritor Almeida Garrett, não só manteve negócios, como conviveu nos mesmos salões⁶. O mesmo tipo de contactos teve com Fernandes Tomás, fundador do Sinédrio e membro da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (1820)⁷. De negócios, tratou com António Maria de Albuquerque, fidalgo beirão que fez parte do Congresso Constituinte (1837) e que foi ainda deputado em 1834-36 e em 1840⁸; com Dias Guimarães, comerciante do Porto; com Alexandre Alberto de Serpa Pinto, avô materno do grande explorador de África dos fins do século; com Joseph Van Zeller, também ele um comerciante de Vinho do Porto. Negociou arte com Guilherme Kopke, membro da empresa que tem o seu nome, e com o Barão de Linstow⁹. De questões políticas, trocou ideias com J. Fortunato Ferreira de Castro, emigrado em Bruxelas¹⁰. Com J. R. dos Santos, o português que foi cônsul do Brasil na Dinamarca, manteve uma extensa correspondência, discutindo a situação política europeia e relatando os acontecimentos sociais do seu tempo¹¹.

Além destes, muitos outros homens da política e dos negócios trocaram correspondência com Manuel Pedro Guimaraens durante os conturbados anos de 1828-32. A Londres, chegaram cartas de aquém e de além Atlântico, desde o Porto até ao Rio de Janeiro, passando por Lisboa, Bruxelas, Bruges, Paris, Altona, Hamburgo, Liverpool, Plymouth, etc¹².

Se a primitiva sociedade comercial se destinava à exportação de Vinho do Porto, cedo a *Fonseca, Monteiro & Guimaraens* deixou a exclusividade vitícola,

⁵ A.F.G., facturas datadas de 3 de Junho, 22 de Agosto e 26 de Setembro de 1826, respectivamente.

⁶ A.F.G., carta de José Gomes Monteiro, datada do Porto, 3 de Junho de 1831, lê-se: «[...] Vejo que tinha entregado £16 ao Garrett [...]. O Garrett vem fazer visita a convite do Sr. Santos».

⁷ A.F.G., cartas datadas de 22 de Maio e de 10 de Setembro de 1830.

⁸ A.F.G., carta datada de Plymouth, 14 de Setembro de 1830; esta carta tem um belíssimo selo em lacre, com as armas.

⁹ A.F.G., várias cartas, datadas dos anos de 1829-34, nas quais chegam a incluir-se listagens de peças a leiloar em Londres, Hamburgo, Berlim e Dresden.

¹⁰ Estas cartas relatam minuciosamente alguns dos acontecimentos políticos passados em diversos países da Europa, como sejam: a morte do rei Jorge IV de Inglaterra (1830), os acontecimentos políticos em França (1830), a revolta que conduziu à independência da Bélgica (1831); paralelamente, dão-nos informações sobre a situação política nacional e sobre o ânimo que os exilados mantinham perante o miguelismo, a Regência e as notícias recebidas sobre o estado do governo brasileiro de D. Pedro.

¹¹ No conjunto de cartas escritas por J. R. dos Santos encontrámos detalhadas descrições do surto de cólera que assolou a Europa em 1832; outras cartas complementam estas informações, resultando de todo o conjunto um pormenorizado relato dos factos.

¹² Estas são as proveniências mais frequentes de todo o conjunto de cartas.

para se dedicar a outras vertentes; disto nos informa Manuel Pedro, numa carta de apresentação, escrita ao comerciante lisboeta Manuel da Costa Novais, que transcrevemos em parte: «*Não obstante este nosso estabelecimento ser originalmente um negócio de vinhos de nossa propria conta nos temos com tudo d'alguns annos a esta parte empregado em outros ramos do negocio, como sejam effectuar seguros, compra de fazenda, isto por felismente termos podido trazer a qualidade dos nossos vinhos e huma perfeição que para despormos da porção que achamos regular annualmente e aqui anda por perto de 1000 pipas nos há occasião a podermos devidir o nosso tempo e a aplicar huma parte delle a outros meios a transacções*»¹³.

A mesma ideia é reafirmada pela carta dirigida a J. Bousquet, negociante em Trieste: «*Nos abilção a podermos desempenhar que VM para o futuro nos queira obsequiar em ordenar*»¹⁴.

Dos muitos negócios em que se viu envolvido, podemos dar alguns exemplos, que facilmente encontrámos nas suas cartas. Tratou das heranças dos irmãos Pereira Barreto, das Beiras, e de Luís António da Silva Meira, do Porto. Comprou e vendeu fazendas da Baía, através de José Joaquim Alves, Vicente Gonçalves Rio Tinto e Manuel Lopes de Azevedo. Traficou lãs e algodão em nome de J. R. dos Santos e de J. M. Barros, negócio de que mantinha uma escrupulosa informação, de forma a saber as oscilações e as previsões semanais do mercado. Também para as muitas importações de açúcar guardou registos. Passou pelos couros, pelo arroz, pela manteiga e azeite, pelos tabacos (em bruto, em rapé e em charuto), pelas drogas, etc. Informou-se periodicamente dos preços de cobre. Manteve agentes em vários portos, que o iam informando da chegada, das quantidades e da proveniência dos mais diversos produtos. Fez seguros de navios saídos dos portos portugueses e brasileiros¹⁵. Interessou-se pela compra e venda de objectos de mobiliário e de arte, recebendo listagens de peças a leiloar através do Barão de Linstow. Foi procurador da Maria Angélica Monteiro, viúva de um dos sócios da empresa, na gestão dos dinheiros para a educação londrina dos seus três filhos.

A *Fonseca, Monteiro & Guimaraens* contribuiu com empréstimos para a causa liberal – causa que, como já foi dito, Manuel Pedro abraçava –, enviando remessas de dinheiros para a sobrevivência dos exilados em Inglaterra e em França, para a compra de barcos de transporte de tropas e de material militar, etc. O arquivo que nós estudámos guarda cartas de pedidos de empréstimos e de adiantamentos sobre montantes que deveriam chegar do Brasil, assinadas por homens que conheciam pormenores dos planos de desembarque de D. Pedro e do Marechal

¹³ A.F.G., carta datada de Londres, 18 de Fevereiro de 1829.

¹⁴ A.F.G., carta datada de Londres, 18 de Setembro de 1829.

¹⁵ Apenas em 1829 seguiu mais de trinta navios diferentes, provenientes do Brasil e com destino ao Porto, Lisboa, Hamburgo, Liverpool e Bristol.

Saldanha. Estes empréstimos, mais as doações, as assinaturas, as subscrições e o incansável esforço organizativo valeram-lhe uma carta de louvor «à lealdade e patriotismo [...] e aos serviços por ele prestados»¹⁶ e o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo¹⁷, mais tarde elevado a comendadoria¹⁸.

Mas foi o comércio de Vinho do Porto o centro da actividade da empresa e a base estatutária da sociedade. Nos sucessivos contratos entre os três sócios existem referências a este facto: «[...] vejo que VM quer continuar na sociedade, que temos em vinhos, por mais 4 annos, e tambem fico sciente da explanação que na mesma fás do progreço que tem feito a mesma Sociedade»¹⁹. Em 1829, não obstante a má situação do mercado²⁰, a Fonseca, Monteiro & Guimaraens dava-se ao luxo de concorrer com outras empresas, comprando 2000 pipas, pagas acima da média²¹. E os resultados excediam as expectativas: o montante de vendas crescia em 100 pipas por ano²², mesmo com alguns problemas de escoamento de stocks²³. Os preços tiveram de ser ajustados; Manuel Pedro, numa carta escrita para os escritórios da firma, no Porto, propunha o mesmo preçário que a Real Companhia applicava; noutra, era informado do carregamento de pipas com preços «at the terms of the Royal Wine Company»²⁴.

¹⁶ A.F.G., carta da Rainha D. Maria II, datada do Palácio das Necessidades, 7 de Janeiro de 1837.

¹⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), alvará de 30 de Dezembro de 1836 (D. Maria II).

¹⁸ A. N.T.T., decretos de 14 de Março de 1837 (D. Maria II).

¹⁹ A.F.G., carta de Maria Angélica Monteiro, datada do Porto, 19 de Janeiro de 1829; nesta carta estipula-se a manutenção dos estatutos pelos quais a empresa se vinha regendo: «O Sr. João dos Santos Fonseca aqui veio para combinar comigo a este respeito, e ficamos de conformidade de que continue a dita Sociedade por mais os dittos quatro annos, alem dos estipulados na Escripura da Sociedade que findão em Março proximo devendo os 4 annos findar em 1833 e esta continuação seja debaixo das condiçoens da sofrida Escripura, ficamos por entanto esta fazendo parte do mesmo». A confirmação da manutenção da sociedade veio a 10 de Fevereiro de 1829, na carta de J. dos Santos Fonseca: «[...] respondo a VM que tambem estou prompto a continuar em dita Sociedade, e da mesma por mais os quatro annos referidos ».

²⁰ A.F.G., num esboço de uma carta mandada por Manuel Pedro Guimaraens a um cliente, datada de Londres, 22 de Maio de 1829 lê-se: «[...] and tho' the trade has been very flat lately we have no doubts it will arrive in Autumn». Esta situação vinha-se arrastando desde os princípios desse ano, como nos confirma um outro esboço de carta, enviada aos senhores Cummins & Brothers, a 30 de Janeiro de 1829: «Our market for Port Wines here is rather flat, but is the general opinion that in the Spring it will reverse a little more than we expect to despose of some parcels we have at present».

²¹ A.F.G., carta de J. dos Santos Fonseca, datada do Porto, 10 de Fevereiro de 1829: «O armazem que alugamos anda por 2000 pipas; e o preço he a 810 reis, e me custou muito a arranjalos por haver mais pretendentes e a offerecerem dinheiros adiantados para os fazer e do que tem havido precizão».

²² A.F.G., carta de Manuel Pedro, datada de Londres, 28 de Janeiro de 1829.

²³ A.F.G., são diversas as cartas onde Manuel Pedro se refere ao problema do escoamento dos vinhos que, segundo nos informa, se devem a questões gerais de mercado, aos preços e à qualidade de alguns vinhos que lhe chegavam.

²⁴ A.F.G., carta datada do Porto, 18 de Fevereiro de 1829.

Enquanto Manuel Pedro Guimaraens fazia esforços na comercialização dos vinhos em Inglaterra, os trabalhos de selecção na origem pertenciam a João dos Santos Fonseca: «*Mr. Fonseca had arrived from Douro where he made his purchase of the last vintage at the very best Quintas*», escrevia Manuel Pedro a um cliente. No Douro, a empresa debatia-se com os crónicos males de um Vale agrícola, obtendo o precioso néctar com algumas dificuldades; leia-se um extracto da carta de J. S. Fonseca a Manuel Pedro: «*Tão bem diligencieie o quanto me seja possível para arranjar alguns vinhos à sua consignaçoão; porem ha muitos que antes querem vendelos aqui para não pagarem as despezas d'essa, que disem elles serem grandes, e o mais que elles não se enganão; e vendido aqui he certo que apurão mais pelo vinho; mas com o tempo tudo se hade ir arrançando, e Deus permita a dar-nos sucego e vida para pudermos trabalhar com gosto e vantagens*»²⁵.

A qualidade dos vinhos exportados teve de ser apurada, muito contribuindo para isso os relatórios que Manuel Pedro mandava aos seus sócios, por cartas sucessivas, onde ia fazendo o ponto da situação: «*[...] he verdade que os nossos vinhos velhos MP não são velhos nem tambons como os que tivemos o anno passado das mesmas marcas*»²⁶; e «*[...] As meias pipas de vinho que temos recebido da Casa depois daquelles para Portland, tem sido milhores do que aquellas porem assim mesmo não são boas, e continuão a apparecer bastantes que he percizo trazellas e as que se lhe pode escuzar isso vem pela maior parte mal rebatidas ou outra cousa que ellas estão lagrimejando ou he percizo acudir-lhes logo*»²⁷. Também a qualidade das pipas teve de ser revista, ou não dependesse daí grande parte da valia do precioso néctar: «*[...] VM. se mortifica e fas as deligencias para que os tanoeiros fação cascos bem [...]. O perjuizo que daqui nos tem rezultado não tem sido muito porem, he percizo que se evite para que não venha a ser maior*»²⁸.

Entre as cartas de encomenda e de venda de vinhos recebidas na empresa, podemos ver frequentes referências a *vintages*, criteriosamente seleccionados por João dos Santos Fonseca, nas suas muitas digressões pelo Douro²⁹. «Garrafas velhas» e «garrafas novas» de Vinho do Porto são expressões correntes nas facturas e recibos existentes, indicando-nos haver já uma clara diferenciação entre os produtos postos à disposição dos clientes da empresa. Este cuidado é notório nas cartas escritas, em Londres, por Manuel Pedro, que não só vai informando os

²⁵ A.F.G., carta datada do Porto, 6 de Abril de 1829.

²⁶ A.F.G., esboço de carta enviada por Manuel Pedro aos sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

²⁷ A.F.G., outro esboço de carta enviada por de Manuel Pedro aos sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

²⁸ A.F.G., outro esboço de carta enviada por de Manuel Pedro aos sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

²⁹ A.F.G., numa carta enviada por Manuel Pedro Guimaraens a um cliente, datada de Londres, 22 de Maio de 1829, pode ler-se: «*Mr. Fonseca had arrived from Douro, where he made his purchase of the last vintages at the very best Quintas*»; depoimento confirmado com outras cartas.

sócios da existência de vinhos bons postos à venda pelos produtores³⁰, como também vai indicando as preferências do mercado³¹.

E o negócio foi crescendo, aparecendo contratos vantajosos para a empresa, como os que estabeleceu com a Evans Butler & Sons, com a G. & B., com a Leathers & Brothers e com a Cummins Brothers, firmas que disputavam os melhores vinhos do mercado, facto que revela a grande qualidade de oferta de que a *Fonseca, Monteiro & Guimaraens* já dispunha. E as quantidades transaccionadas com as ditas empresas eram tão grandes que chegavam a pôr em dúvida a capacidade de resposta: «*Elles pedem bastantes quartos e não sabemos se VM. os terão promptos mas esperamos que sim ou pedirão emprestados [...]*»³². Por esta altura, os grandes concorrentes eram – como nos informa o próprio Manuel Pedro –, para além da poderosa Real Companhia, as empresas Van Zeller, Sandeman e Soares (Jordão & C^o).

As marcas de fogo que as pipas ostentavam desenhavam um orgulhoso MP, as iniciais de Manuel Pedro. Entretanto, era o próprio Manuel Pedro quem ia dizendo aos seus sócios que poderiam usar outras marcas: «*Elles não se emportão da marca de fogo que elles tragão e por isso o pedem por aqui lá tem o F*»³³; e, por variadas vezes, venderam-se vinhos marcados com VM (Valentim Morris – nome de um fornecedor), com FM (Fonseca & Monteiro) e com F (Fonseca).

O mercado ocupado pela *Fonseca, Monteiro & Guimaraens* foi, desde o princípio, direccionado para as exportações, não se limitando ao Reino Unido. Quando as importações vinícolas britânicas se viraram para países de produção mais barata – como era o caso da Espanha –, deixando num estado económico caótico os agricultores do Douro e os comerciantes do Porto, a empresa detinha já um sólido mercado brasileiro, que fazia compras substanciais, permitindo-lhe viver despreocupada com o atraso ou o não cumprimento de encomendas: «*Também*

³⁰ A.F.G., a 4 de Março de 1829, Manuel Pedro informa os sócios da existência de bons vinhos que um Sr. Malheiro possuía e que estava disposto a vender a outra casa, pelo que, diz, a empresa devia apressar-se e fazer uma oferta por eles.

³¹ A.F.G., num esboço de carta enviada por Manuel Pedro, datado de Londres, 1829, pode ler-se: «*[...] – também nos recomendão que muito estimão que estes fossem um pouco richer*», numa clara alusão à procura que havia do que então se chamava de «vinho novidade», ou seja, o vinho que «tinha mais carácter e a sua maturação era mais laboriosa e mais lenta. Os vinhos tinham mais corpo, mais alma, mais vida» (in VALENTE-PERFEITO, J. C. – *Arte de Beber o Vinho do Porto*, 1935, p.23). Esta descrição assemelha-se muito àquelas existentes para os *vintages*, que existiram, segundo os especialistas, nos anos de 1815 e 1820 (CARVALHO, Manuel – *A Guide to the Douro and Port Wine*, 1995, p. 125).

³² A.F.G., esboço de carta enviada por Manuel Pedro aos seus sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

³³ O poder de que a Real Companhia dispunha era enorme e, apesar do afrouxamento do seu papel controlador, abusava das prerrogativas, oferecendo condições desiguais às empresas suas concorrentes.

senão tivermos mandado vinho algum para a Bahia será melhor não o faser por ora ou so humas 10 pipas e estas a Manoel Jose d'Almeida ou a Almeida e Costa e nada a Jose Pereira Leite»³⁴. Por várias vezes, chegaram a Londres cartas provin- das do Brasil, com indicações de que casa havia sido recomendada por terceiros. E nem os acontecimentos políticos brasileiros – que tiveram o seu ponto alto na abdicação de D. Pedro ao trono imperial, em favor do seu filho, no dia 7 de Abril de 1831 – abalaram os negócios com o além Atlântico³⁵.

A *Fonseca, Monteiro & Guimaraens* foi uma daquelas empresas que soube aproveitar a especialização que o princípio da década de 1820 ofereceu ao Vinho do Porto; por isso, conheceu o período de franca ascensão, que teve o seu ponto alto em 1825, obteve resultados satisfatórios em 1828, e conseguiu manter-se de pé durante os rudes anos da crise de 1829-33. A 21 de Outubro de 1829, no primeiro ano de crise, escrevia Manuel Pedro aos seus sócios: «O nosso objectivo de lhe escrever foi mais para lhe diser o temos ouvido de pendente vendemos nessa e de que todos os vinhos bons ahi se têm vendidos e a preços altos em consequen- cia do mau aspecto do Douro»³⁶. Mesmo sobrevivendo no mercado britânico, as dificuldades foram grandes: «Nas actuais circunstancias isto he, estando o mercado tão mau, he percizo durar estes amigos aqui, e com isso eu conto e faço o que posso»³⁷. As mesmas queixas escrevia a 20 de Outubro de 1829, numa carta³⁸ diri- gida a Ana Maria Alves Loureiro & Filhos, uma casa fornecedora da sua firma.

Entretanto, os anos de 1829-32 conheceram um adensar da situação política portuguesa, que tornou ainda mais caótica a economia nacional. No Douro, os lavradores, ajudados pela Real Companhia, gritaram por preços mais altos e por uma superior qualidade dos vinhos; o alvo atingido foi o conjunto de comerciantes do Porto, que iam comentando: «[...] parece que tudo se conspira contra nós, Deus nos acuda porque he, e nos valha em tantas afflições que ha tanto tempo sofremos»³⁹. Também o comércio se retraiu, como tão visivelmente nos aparece escrito nas cartas do Porto, dirigidas a Manuel Pedro. A 17 de Dezembro de 1829, escre- via-lhe Joaquim José Gomes Monteiro: «Por esta terra nada corre de novo, so cada dia se ouvem mais queixas de parte dos commerciantes, que estão com as mãos debaixo dos braços»⁴⁰. A 29 de Junho de 1830, lia-se na carta de Luís António da Silva Meira: «Meo Amigo, VM. não pode faser huma idea da desgraça em que se

³⁴ A.F.G., esboço de carta enviada por Manuel Pedro aos seus sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

³⁵ No A.F.G. existe uma carta, datada do Porto, 28 de Agosto de 1831, onde Vicente Gonçalves Rio Tinto afirma que: «A sahida de D. Pedro do Brasil hade causar ao nosso comercio muito transtorno»

³⁶ A.F.G., esboço de carta de Manuel Pedro aos sócios do Porto.

³⁷ A.F.G., esboço de carta enviada por Manuel Pedro aos sócios do Porto, datado de Londres, 1829.

³⁸ A.F.G.

³⁹ A.F.G., carta de João dos Santos Fonseca, datada do Porto, 6 de Junho de 1831.

⁴⁰ Idem.

acha o Comercio neste desgraçado paiz e da falta de dinheiro que se tem experimentado»⁴¹. O mesmo dizia J. M. Gomes Guimarães, a 2 de Maio de 1831: «O negócio esta muito mau [...], pela muita falta que ha de dinheiro e pouca confiança»⁴²; depoimento confirmado a 18 de Julho seguinte: «Aqui esta tudo em desgraça [...]. Negócio acabou; ninguem quer receber ou pagar»⁴³. As causas desta retracção também nos são dadas pelas cartas: «Negócio cada vez a menos, falta de confiança publica, não se pode fazer mais nada e algua piquena cousa que se faz he sem vantaje e com muito risco. Veremos se isto toma algua andadura, para pudermos marchar debaixo de confiança. O presente não anuncia Prosperidade, mas sim ruinas. Tudo são misérias, desgraças, atrocidades, aleivosias, finalmente, tudo quanto se pode considerar de mau na sociedade que existe neste piqueno Reino»⁴⁴. Mesmo quando o panorama geral parecia acalmar-se, a esperança de melhores dias não era grande: «Darei que aqui esta tudo em sucego, porem negocio nenhum»⁴⁵; «He perciso que muito entenda que negocio nesta esta perdido»⁴⁶.

Também os acontecimentos políticos frustravam quem esperava por melhores dias. O governo de D. Miguel persistia na sua política anti-liberal; os seguidores de D. Maria continuavam a conspirar contra a ordem vigente na Pátria. Um medo generalizado impedia que se falasse abertamente de política; nas cartas remetidas de e para Portugal, tudo era dito por entrelinhas, «[...] de maneira que não nos julguem nos entretermos em negócios políticos»⁴⁷. Somente alguns valentes se atreviam a contar abertamente o ambiente que se vivia no Porto e a enviar relatórios dos movimentos das tropas miguelistas.

Depois dos dolorosos meses que se seguiram ao estabelecimento do miguelismo, que no Porto levou à prisão e ao cadafalso bastantes pessoas⁴⁸, o ambiente pareceu arrefecer um pouco: «Aqui ha bastante sucego, não tem havido prisoins, nem procurão muito os escondidos; eu não tenho sofrido muito»⁴⁹. Mas logo se

⁴¹ Idem.

⁴² A.F.G., carta datada do Porto, 2 de Maio de 1831.

⁴³ A.F.G., carta datada do Porto, 18 de Julho de 1831

⁴⁴ A.F.G., carta de M. J. Gomes Guimarães, datada do Porto, 11 de Novembro de 1831.

⁴⁵ A.F.G., carta de M. J. Gomes Guimarães, datada do Porto, 13 de Agosto de 1831.

⁴⁶ A.F.G., carta de M. J. Gomes Guimarães, datada do Porto, 20 de Agosto de 1831.

⁴⁷ A.F.G., carta de J. Peixoto Vieira, datada de Braga, 4 de Dezembro de 1829.

⁴⁸ Depois de estabelecida a ordem miguelista no Porto começou uma caça às bruxas: «As denúncias eram profusas; o fanatismo religioso e político, a inveja, o medo, a estupidez e o ódio instigavam os verdadeiros e falsos testemunhos [...]. A fatura de processos impôs a lentidão, que muito irritava os exaltados» (PERES, Damião – *História de Portugal*, p. 174). «[...] no Porto, depois de terem prendido, espancado e torturado milhares de pessoas, centenas das quais foram deportadas para África» (PEREIRA, António Manuel – *Do Marquês do Pombal ao Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes, s/d, p. 69).

⁴⁹ A.F.G., carta de M. J. Gomes Guimarães, datada do Porto, 2 de Maio de 1831, e confirmada a 23 de Junho seguinte: «Aqui ha muito sucego».

dissiparam as ilusões: «Aqui no dia 14 e 15 andou a Tropa de cacetes a insultar o Povo [...]»⁵⁰.

Dos parágrafos políticos das cartas que nós consultámos podemos retirar curiosos comentários, não só sobre as esperanças mantidas no desenrolar da situação nacional e no regresso breve a Portugal, como também sobre os líderes das duas facções em luta. Assim, podemos concluir que as animosidades não se dirigiam directamente contra D. Miguel, mas antes contra quem o rodeava: «[...] para que Lord Wellington e seus satellites saibam que camelos tem D. Miguel decidindo das vidas dos honrados Portugueses! que desgraça!...»⁵¹. Em contrapartida, e apesar das ideias liberais que os autores das cartas sustentavam, D. Pedro era visto com franca desconfiança geral⁵²: «O Pai Pedro para alguma coisa!! a favor desses desgraçados que estão por causa delle sacrificados e fora da Pátria?»⁵³. As suas atitudes, em vez de darem alguma esperança, suscitavam comentários plenos de cinismo: «O Pedro aurelo de mau cabelo, vai pela França por 2 meses e abandona os desgraçados por sua causa, e então quer no Inverno ir destronar o mano Miguel. O qual dos dois sera melhor, é esse o problema»⁵⁴. E até os brindes feitos àquele que por duas vezes abdicou tinham um sabor amargo: «[...] abrirei uma garrafinha do choco (do que VM. me mandou) e beberei a saude do Pedro, porém creio que a rolha não sai da garrafa para festejar boas obras deste»⁵⁵.

Em nome de D. Maria II, os exilados liberais iniciaram uma contra-ofensiva, na qual participou Manuel Pedro Guimaraens. As suas relações com a causa liberal remontam, pelo menos, a 1822. Voltamos a tomar-lhes o rasto a partir de 27 de Dezembro 1828, data em que mandou encadernar o Hino Português, com uma capa de veludo bordado⁵⁶. O livro resultante foi oferecido à Rainha, numa caixa

⁵⁰ A.F.G., carta de M. J. Gomes Guimarães, datada do Porto, 18 de Julho de 1831.

⁵¹ A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 12 de Janeiro de 1830. Se era um facto que «[...] o povo, de norte a sul do país, trazia (D. Miguel), em imagem, de mistura com os santos dos oratórios» (MATTOS, Armando de, SPRATLEY, Ricardo – *O Porto Histórico, Comercial e Industrial*, p. 33), também o era que «Infelizmente, porém, D. Miguel tinha o raro condão de se rodear de feras, para as quais a vitória sem força, equivalia a festa sem foguetes» (PEREIRA, António Manuel – *Do Marquês do Pombal ao Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes, s/d, p. 68).

⁵² Muito se tem escrito sobre a personalidade de D. Pedro, que nos ajuda a compreender esta desconfiança: «Sem génio para medir calculadamente as consequências de andamento das coisas, D. Pedro, obedecendo aos instintos de uma natureza pertinaz e dura, foi o instrumento, não já de planos alheios, não já de sua dissipada quimera, mas sim de fatalidade apenas» (PERES, Damião – *Daqui Houve o Nome Portugal*, p. 110); «Como Bragança moderno, preocupava-se em ser constitucional; mas o temperamento era de ditador» (MENESES, Bourbon e, SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Figuras Históricas de Portugal*, Porto, Lello & Irmão, 1933, p. 181).

⁵³ A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 8 de Julho de 1831.

⁵⁴ A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 26 de Agosto de 1831

⁵⁵ A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 23 de Setembro de 1831.

⁵⁶ A.F.G., recibo onde se lê: «*Binding the Portuguese Hymn to order an Embroideren velvet cover – £ 7.0.0.*»

comprada a 13 de Janeiro seguinte⁵⁷. Continuou, desde então, a contribuir com dinheiros e com trabalho, servindo de intermediário da correspondência trocada entre as diversas colónias no exílio. A 12 de Janeiro de 1830, J. R. dos Santos enviou-lhe uma carta para que entregasse a um membro da ala liberal: «*Pilhei a incluza carta ao Dezembargador da Rellação do Porto Vasconcellos [...], para dar ao Sr. Pago para que este lhe faça as notas que ele merece, e a mande inserir em alguma folha dessa Ingleza ou Portugueza[...]*»⁵⁸. Tão bem informado deveria andar Manuel Pedro para M. J. Gomes Guimarães lhe pedir notícias e previsões da situação política⁵⁹ e J. R. dos Santos lhe agradecer os relatórios, «*que muito servem para guiar meus arranjos*»⁶⁰.

As informações de Manuel Pedro chegavam de diversas partes da Europa: do Porto, através de M. J. Gomes Guimarães, sabia da composição, das movimentações, das posições e das dificuldades das tropas miguelistas. De Bruxelas, pela mão de José Fortunato Ferreira de Castro, ficava informado das expectativas mantidas pelos portugueses exilados. De Altona, via J. R. dos Santos, cônsul do Brasil nessa cidade dinamarquesa, obtinha relatórios actualizados dos projectos de D. Pedro e do Marechal Saldanha, dos acontecimentos políticos europeus e das expectativas mantidas na mudança de regime.

O desejo de Manuel Pedro Guimaraens em regressar à Pátria era grande, como deixa entrever nos muitos esboços de cartas por si enviadas aos seus sócios e amigos. Mas esse dia foi sendo adiado, de um inverno para a primavera seguinte, de um ano para o outro. A ajuda do governo brasileiro, ainda veio dar algum alento aos apoiantes da causa, mas a demora de acção dos liberais impedia avanços significativos, suscitando comentários ao estado do País: «*[...] este mundo enganador aos trambulhões do que estou a ouvir a meludiosa música e cantata que no Reino da Glória fazem os anjinhos aos bem aventurados...*»⁶¹. E mais descontentes ficaram, quando o governo francês apertou os exilados em Paris, endurecendo as suas posições, o que deixou «*o Miguel em pandarecos de contente*»⁶². Foi preciso esperar pela instalação da Regência na Terceira, pela abdicação de D. Pedro ao trono imperial, pela ascensão de Luís Filipe em França e pela mudança de reinado em Inglaterra, para que todos os liberais portugueses voltassem a trabalhar como um só grupo na luta pelo regresso de D. Maria II ao trono pátrio.

Quanto à *Fonseca, Monteiro & Guimaraens*, continuou o seu percurso de sucesso, em grande parte direccionado para as exportações. Na década de 1840,

⁵⁷ A.F.G., recibo onde se lê: «*A box to contain a book intended for the Queen of Portugal – £ 7.12.0*».

⁵⁸ A.F.G., carta datada de Altona, 12 de Janeiro de 1830.

⁵⁹ A.F.G., carta datada do Porto, 7 de Fevereiro de 1830.

⁶⁰ A.F.G., carta datada de Altona, 22 de Julho de 1831.

⁶¹ A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 26 de Janeiro de 1830.

⁶² A.F.G., carta de J. R. dos Santos, datada de Altona, 26 de Março de 1830.

batalhava com as grandes empresas pelo mesmo mercado. Em breve, a firma adoptou o nome *Fonseca Guimaraens*, homenageando, desta forma, aqueles que mais contribuíram para o enraizamento e para a continuidade da qualidade. Este nome passou para a descendência de Manuel Pedro, que o ostenta com orgulho. Hoje, produz e vende Vinhos do Porto vários e vinhos de mesa, reconhecidos pela sua qualidade.

As últimas cartas do Arquivo da Família Guimaraens dão-nos detalhes preciosos sobre o período que antecedeu a Guerra dos Dois Irmãos. Porém, não nos cabe aqui expor essas informações. Quisemos, antes, demonstrar as expectativas e os sentimentos mantidos pelos exilados liberais ligados ao comércio do Vinho do Porto. Esperemos que esta comunicação sobre a vida política de Manuel Pedro Guimaraens, que, sem dúvida, condicionou a sua acção comercial, possa ajudar todos aqueles que investiguem este período, quer na área dos estudos históricos do Douro, quer na área dos estudos sócio-políticos nacionais.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Correia de – *O Douro Maravilhoso*, s/d.
- AMARAL, J. Duarte – *O Grande Livro do Vinho*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- CARVALHO, António – *A Guide to the Douro and Port Wine* (versão inglesa traduzida por Magdalena Gorrell Guimaraens), Porto, Edições Afrontamento, 1995.
- COSTA, Francisco Barbosa da (coord.) – *História de Gaia*, vol. I, Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1985.
- COUTINHO, D. António-Xavier da Gama Pereira – *D. Pedro e D. Miguel na Génese do seu Ciclo Histórico*, Porto, Diário do Porto, 1943.
- LIMA, José Joaquim da Costa – *O Vinho do Porto no Passado e no Presente*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1940.
- MATTOS, Armando de; SPRATLEY, Ricardo – *O Porto Histórico, Comercial e Industrial*, Porto, Empresa Águila, 1933.
- MATTOSO, José – *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- MENESES, Bourbon e; SEQUEIRA, Gustavo de Matos – *Figuras Históricas de Portugal*, Porto, Lello & Irmão, 1933.
- PEREIRA, António Manuel – *Do Marquês do Pombal ao Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes, s/d.
- PERES, Damião – *Daqui Houve o Nome Portugal*, 2ª edição, Porto, Editorial Inova Limitada, 1965.
- PERES, Damião – *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1935.
- PIJOAN, José – *História do Mundo*, vol. 8, Lisboa, Alfa, 1973.
- PINTO, Albano da Silva; BAËNA, Visconde de Sanches de – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª edição, vol. I, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1983.

- RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, Porto, Porto Editora, 1994.
- RODRIGUES, António Simões (coord.) – *História de Portugal em Datas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- TEVES, Vasco Hogan – *Datas e Factos da História do Mundo*, Verbo Editora, 1972.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960.

Norman R. Bennett *

O sistema do vinho do Porto dos anos 30 aos anos 50 do século XIX: guerra e reorganização **

1832 iniciou-se como mais um ano no ciclo normal das actividades do sistema do vinho do Porto. Embora a quarentena sobre os navios britânicos (devida ao aparecimento de cólera na Grã-Bretanha em 1831) tenha abrandado ligeiramente o negócio¹, os agentes continuaram normalmente as operações, partindo em Abril para a feira anual do vinho². No fim de Maio a maior parte dos vinho comprados já se encontrava nas instalações de Vila Nova de Gaia, de forma a ser iniciado o tratamento para exportação³. O pacífico curso de vida nestas instalações teve um fim súbito quando, em Julho de 1832, a luta pelo trono de Portugal entre os filhos de D. João VI – D. Pedro e D. Miguel – representando, respectivamente, as facções constitucionistas e absolutistas, trouxe a guerra ao Porto. Uma expedição comandada por D. Pedro desembarcou próximo da cidade, dando início ao período mais penoso da história da comunidade mercantil do vinho do Porto. As forças opositoras miguelistas não reagiram eficientemente contra os invasores e as tropas de D. Pedro – apesar de estarem em inferioridade numérica – rapidamente tomaram posse do Porto. O exército de D. Miguel manteve o controlo da região rural em torno da cidade. O famoso cerco do Porto, que durou até 1834, estava a aproximar-se⁴.

A movimentada vida comercial do Porto, com D. Pedro a manter a cidade bloqueada e D. Miguel a ocupar a região vinícola e a controlar o curso interior do

* Universidade de Boston.

** A Fundação Calouste Gulbenkian subsidiou a investigação para este estudo.

¹ S para S, 26 Nov. 1831, 31 Jan. 1832, 27 Mar. 1832, SA 4.

² S para S, 4 Abr. 1832, SA 4.

³ S para S, 29 Mai. 1832, SA 4.

⁴ O relato clássico do cerco pode ser encontrado na obra de SORIANO, Simão José da Luz – *História do Cerco do Porto*, Porto, 1846-49. 2 vol.

Douro, estagnou. «Todos os tipos de negócio estão num impasse», informava o agente da Sandeman em Setembro⁵. Em 1832, as exportações de vinho do Porto só atingiram as 16.739 pipas; em 1833, as 20.809. Nestes dois anos foram para a Grã-Bretanha, respectivamente, 13.722 e 19.571 pipas⁶. Um negociante de vinhos de Londres afirmou, mais tarde, que a diminuição de fornecimentos apropriados de Portugal tinha sido parcialmente compensada pela utilização de vinho francês na preparação de vinhos do Porto mais baratos⁷.

Duas Companhias dos Vinhos reivindicaram a sua autoridade sobre o sistema do vinho do Porto. Desde que os membros da organização existente, apoiantes de D. Miguel, fugiram do Porto e estabeleceram um quartel-general na Régua, um dos primeiros actos da administração de D. Pedro foi a substituição da administração da Companhia, de pendor miguelista. Os novos funcionários emitiram regulamentos permitindo que pessoas individuais vendessem e destilassem vinho. Os funcionários de D. Miguel ignoraram as mudanças⁸.

No seu íntimo, a maior parte dos residentes britânicos favoreciam os reformadores liberais mas, conhecendo plenamente os perigos de se verem envolvidos no incerto curso da guerra civil portuguesa, mantiveram-se formalmente neutrais⁹. Inicialmente, os comerciantes não consideraram nenhuma ameaça sobre as suas vidas e negócios: George Glas Sandeman, tal como de costume, veio a Portugal para a sua habitual visita das vindimas. Contudo, a realidade do cerco veio rapidamente interromper as comunicações regulares com a Grã-Bretanha e impedir as normais operações dos negócios. Os negociantes estavam efectivamente separados da região demarcada do Douro; «quaisquer notícias que tenhamos relativamente ao que se passa a uma légua de nós é muito vaga», admitiu um desses negociantes em fins de Agosto¹⁰.

O instável estado de vida na região vinhateira, incluindo as hostilidades, fez com que os exportadores se comesçassem a preocupar com o destino do sistema. Os produtores que apoiavam D. Pedro foram presos e mortos; as propriedades foram loteadas e destruídas. Quando a sorte da guerra se voltou contra D. Miguel,

⁵ S para Rothschild, 14 Set. 1832, SA 4.

⁶ MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, 1990. p. 220.

⁷ Joseph Prestwich, na Grã-Bretanha, DP (*Relatórios das Comissões*, vol. 13: *Taxas de Importação sobre o Vinho*). Sessão 3 Fev. – 1 Jul. 1852. vol. 17, p. 329.

⁸ Decreto de 13 Jul. 1832, na CCP, 2 (11 Jul. 1832), 7; Decreto de 14 Jul. 1832, CCP 5 (18 Jul. 1832), 22, cartas do Peso da Régua, CCP, 5 Ago., 23 (10 Ago. 1832) e 23 Ago., CCP, 38 (28 Ago. 1832), 180; documentos emitidos por D. Pedro, 5 Out. 1832, CCP, 84 (19 Out. 1832), 382; Mousinho da Silveira para D. Pedro, 14 Jul. 1832, in «The Times» (2 Ago. 1832); DIAS, Pedro A. – *Subsídios para a História do Porto (1823-1829)*, Porto, 1896. p. 79-80.

⁹ S para S, 19 Jul. 1832 e correspondência seguinte, SA 4.

¹⁰ S para Preston, 25 Ago. 1832, S para Finnie & Medicott, 27 Ago. 1832, S para Rothschild, 14 Set. 1832, SA 4.

foi a vez dos anteriores vitoriosos sofrerem. Muitos viticultores, relatou um correspondente, «hoje se achão reduzidos á indigencia (sic)». «Estamos... intrigados», admitiu o agente da Sandeman em 1832, «para saber como é que os agricultores vão conseguir prosseguir com a sua vindima este ano, uma vez que ainda há nos seus toneis muitos milhares de pipas que sobraram do ano passado & não receberam os pagamentos dos vinhos que conseguiram vender». Só alguns dos fornecedores da Sandeman conseguiram garantir fundos através de Lisboa quando a firma os autorizou a apresentar os seus «escritos» a uma companhia aliada. Sem os pagamentos, quase todos os produtores ficavam sem meios para contratar os trabalhadores necessários para preparar e concluir a próxima vindima. O cerco também impediu a entrega das pipas vazias necessárias para armazenamento tanto do vinho velho como do novo. A instável ordem, com os miguelistas «conservando as suas esperanças», manteve-se por algum tempo após o fim do cerco¹¹.

Quando, em Setembro de 1832, os rivais deram início a operações militares, a vida tornou-se perigosa para todos os residentes no Porto. Os barcos que tentavam passar do Douro para o Atlântico ficavam debaixo do fogo miguelista; em Dezembro, por exemplo, «o vapor conseguiu passar, [mas] vários barcos à vela... quase foram destruídos ou desviados pela bateria». Os bens essenciais subiram de preço uma vez que, frequentemente, «as únicas importações têm sido os artigos que podem ser desembarcados fora da barra, ao longo da costa»¹². Em Maio de 1833, as contínuas hostilidades, especialmente o frequente bombardeio da cidade, ameaçavam as vidas dos habitantes do Porto. Um mercador britânico perdeu um braço devido à explosão de uma bomba e algumas firmas sofreram pequenos roubos e alguns danos¹³. Cerca de um décimo dos habitantes do Porto morreram de cólera durante o cerco; muitos deles sofreram com a falta de comida¹⁴.

No decorrer do cerco, a existência de muitos milhares de valiosas pipas de vinho nos armazéns da Companhia em Vila Nova de Gaia tinha chamado a atenção dos beligerantes de ambos os lados. Tratava-se da única mercadoria abundante na região urbana sitiada¹⁵. Alguns dos conselheiros de D. Pedro desejavam

¹¹ Ver a correspondência de Lamego e de outras cidades no «Correio do Porto», 9 (10 Jan. 1834) e números seguintes, e em PPP, 91 (11 Mai. 1834), e números seguintes; S para Dakin, 25 Ago. 1832, S para Walker, 3 Set. 1832, SA 4.

¹² S para Lockett, 14 Set. 1832, S para S, 10 Dez. 1832, 29 Dez. 1832, S para LeFeuvre, 6 Fev. 1833, SA 4.

¹³ S para S, 6 Mai. 1833, SA 4; obituário de Joseph R. Wright, CP, 59 (4 Mar. 1880), 1; CCP (12 Set. 1832), 236; KNIGHT, Thomas – *The British Battalion at Oporto*, Londres, 1834. p. 117.

¹⁴ CARVALHO, José Liberato Freire de – *Memórias da Vida*, Lisboa, 1855. p. 355; SERÉN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Porto Oitocentista*, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (dir.) – *História do Porto*, Porto, 1994. p. 407.

¹⁵ OWEN, Hugh – *The Civil War in Portugal, and the Siege of Oporto by British Officer of Hussars*, Londres, 1836. p. 166-167: «vinho da melhor qualidade foi o bastante durante todo o período, e preveniu o progresso mais activo de cólera».

utilizar o vinho para conseguir o necessário suporte financeiro para a sua causa, mas o conselheiro principal, Mouzinho da Silveira, pôs objecções devido à sua convicção sobre a inviolabilidade da propriedade privada¹⁶. Em Julho de 1833, os destinos das companhias foram abalados quando uma grande explosão e incêndio destruíram mais de 17.000 pipas de vinho – que «corria em labareda pelas estreitas calçadas», exclamava o Visconde de Moser – além de cascos e outro equipamento¹⁷.

A situação de guerra, juntamente com as contraditórias administrações da Companhia dos Vinhos, tornaram impossíveis as provas anuais de vinho, por consequência tornando as vendas de vinho tecnicamente ilegais. Um certo número de comerciantes, incluindo a Sandeman, desafiaram o impasse. Conseguiram compensar algumas das suas perdas nas exportações recebendo vinho que era transportado por terra do Douro, para ser embarcado nos portos vizinhos menores de Aveiro e Figueira da Foz. Em tempos normais, estes portos tinham um interesse mínimo para os exportadores, uma vez que eram proibidas as exportações de vinho do Porto. A qualidade incerta do vinho regional e os grandes custos de transporte impediram o desenvolvimento do comércio local. D. Miguel, tentando assegurar o rendimento proveniente dos impostos, autorizou a exportação de vinho trazido pelo rio e, depois, pela costa. Inicialmente D. Pedro prometeu punir todos os participantes mas, em Novembro de 1833, com os produtores a enfrentarem a ruína devido à interrupção do comércio, autorizou os embarques em qualquer porto, desde que as taxas lhe fossem pagas. A Sandeman só terminou as suas operações em Aveiro em 1836¹⁸.

O enfraquecimento da causa miguelista durante o ano de 1833 levou a uma melhoria nas condições de vida e de trabalho na cidade do Porto. Em Novembro, os riscos da vida diária tinham diminuído significativamente; os navios entravam no Douro e «provisões de quase todos os géneros» estavam novamente disponíveis¹⁹. Finalmente, em Abril de 1834, quando as vitórias das forças de D. Pedro noutras regiões forçaram o exército sitiante a terminar o cerco, foram restabelecidas as comunicações com a região vinhateira. Os comerciantes do Porto retoma-

¹⁶ SORIANO – *História do Cerco*, vol. I, p. 539; PINHEIRO, Magda – *Mouzinho da Silveira e as Finanças Públicas*, in PEREIRA, Miriam Halpern (ed.) – *Mouzinho da Silveira, Obras*, Lisboa, 1989, vol. I, p. 272-275.

¹⁷ Visconde de Moser – *Accordo sobre Vinhos*. I, CP, 171 (13 Jul. 1886), 1; PEREIRA, Gaspar Martins, *O Douro: A Vinha, o Vinho e a Região de Pombal a João Franco*, Porto, 1990, p. 7; CARVALHO, *Memórias*, p. 364, para detalhe gráfico.

¹⁸ Discursos do Senhor Felix Pereira de Magalhães sobre o *Commercio e Agricultura das Vinhas do Douro*. Lisboa, 1842, p. 49-50; FRANCIS, A. D. – *The Wine Trade*. Nova Iorque, 1972, p. 301; Edital da Companhia dos Vinhos, 25 Fev. 1833, CCP, 49 (26 Fev. 1833), 927; Decreto, 21 Nov. 1833, «Correio do Porto», 279 (30 Nov. 1833), 1123-1124; S para S, 18 Abr. 1835, 1 Mar. 1836, SA 5.

¹⁹ S para Labertouche, 19 Nov. 1833, S para Rothschild, 12 Abr. 1834, SA 4.

ram rapidamente os contactos com os viticultores do Douro. No entanto, a vida comercial recomeçou muito devagar porque o efeito da guerra tinha alterado fundamentalmente a estrutura económica do sistema do vinho do Porto. Portugal tinha uma nova classe governante formada pelos reformadores da burguesia liberal que tentaram acompanhar as reformas levadas a cabo noutras nações europeias para terminar com os vestígios do derrotado regime absolutista, e para tornar o capitalismo a força dominante no seu país. Uma nova aristocracia – nascida da burguesia – emergiu, para substituir no Douro a antiga classe dos proprietários de terras. Uma vez que muitos dos reformadores vitoriosos eram inimigos das restrições ao comércio livre, deu-se um retorno irregular ao movimento liberalizante que começou nos inícios de 1820²⁰.

A 30 de Maio de 1834, o governo de D. Pedro aboliu o papel da Companhia dos Vinhos no sistema do vinho do Porto. Os particulares eram livres de produzir e vender vinho e aguardente. A Companhia tornou-se uma organização privada, a Companhia dos Vinhos do Porto, sem quaisquer privilégios especiais. As novas circunstâncias, juntamente com as perdas de guerra, obrigaram à venda de alguns dos bens da Companhia. Mesmo assim, muitos dos seus credores não foram pagos²¹. A esperada confusão resultante do desaparecimento dos extensos regulamentos da Companhia foi exacerbada por um conjunto de sérios problemas com que o novo governo se defrontava. O depreciado papel-moeda português e uma taxa de câmbio desfavorável relativamente à libra esterlina foram duas das incertezas adicionais imediatas que dificultaram os negócios²².

Ao longo da década de 1830, a área de vinha cultivada expandiu-se. Em 1845, por exemplo, o Barão do Seixo fundou uma das novas propriedades, a Quinta Nova do Cachão, próxima do limite da demarcação²³. A produção anual de vinho subiu até às 100.000 pipas. Contudo, o produto aumentado, inevitavelmente incorporando vinho de qualidade inferior, não encontrou facilmente um mercado. Nos dezanove anos entre 1834 e 1852, variando de um mínimo de 25.782 pipas, em 1837, para um máximo de 43.043, em 1849, as exportações totalizaram cerca de 620.872 pipas, com uma média anual de 32.677,5²⁴. As mudanças no predominante mercado de vinho britânico, agravadas pela concorrência francesa e

²⁰ SÁ, Victor de – *Perspectivas do Século XIX*, Lisboa, 1964, p. 17; MANIQUE, António Pedro – *Mouzinho da Silveira: Liberalismo e Administração Pública*, Lisboa, 1889, p. 47; SOUSA, Fernando; PEREIRA, Gaspar Martins – *Alto Douro: Douro Superior*, Lisboa, 1989, p. 34.

²¹ LEAL, Pinho – *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, «O Tripeiro»*, 46 (1 Out. 1909), p. 155-156.

²² S para S, 10 Mai. 1834, 26 Jul. 1834, 2 Ago. 1834, 16 Ago. 1834, 30 Ago. 1834; S para Finnie & Medlicott, 16 Ago. 1834, 16 Set. 1834; S para Rothschild, 25 Nov. 1834, SA 5.

²³ Visconde de Villa Maior – *Ampelographia e Oenologia do Douro*, «Arquivo Rural», 9 (1866-1867), 146.

²⁴ Totais compilados a partir dos valores em MARTINS – *Memória*, p. 220-221.

espanhola, resultaram na queda dos preços e na acumulação de grandes stocks por vender, tanto em Londres como em Vila Nova de Gaia²⁵.

Os rendimentos insatisfatórios conseguidos com os trabalhos da vinha deram origem a um permanente estado de descontentamento entre muitos dos produtores e comerciantes que faziam parte da organização, qualquer que fosse a sua forma, do sistema do vinho do Porto. Inúmeros indivíduos consideraram clamorosamente a abolição da Companhia dos Vinhos como culpada pela sua situação difícil. Outros participantes portugueses e britânicos reconheceram que uma das principais causas dos seus problemas era a superprodução e o estado desfavorável do vital mercado britânico²⁶. Entre os opositores a qualquer reparação da Companhia estava a Associação Comercial do Porto, fundada em 1834. Esta organização, composta fundamentalmente por comerciantes portugueses, mas com membros estrangeiros, manifestou-se contra as taxas especiais impostas ao vinho do Porto e contra qualquer forma de provas. Defendia a livre entrada e saída no Porto de todos os vinhos portugueses e propunha a existência de taxas diferentes para os vinhos de primeira e segunda classe. Alguns dos regulamentos que acompanharam as mudanças de 1834 no sistema do vinho do Porto também foram criticados. A taxa de 12\$000 por pipa, defendida a Associação, tinha causado a perda do mercado britânico para os concorrentes de Lisboa²⁷. Num mundo vinícola com gostos em mudança, o secretário da Associação afirmava que os regulamentos nada resolviam uma vez que «a boa ou má qualidade dos vinhos depende do gosto dos consumidores»²⁸.

Os opositores do comércio não regulado, muitos deles produtores descontentes, rejeitaram que as flutuações de mercado fossem a causa das suas dificuldades. Os seus argumentos reflectiam, frequentemente, o tamanho das suas vinhas e a qualidade do seu produto. Tornava-se necessário um sistema, defendiam alguns, de forma a separar o vinho bom do vinho inferior e, conseqüentemente, eliminar o efeito pernicioso causado no mercado pelo vinho inferior. Outros, a maioria dos agricultores do Douro, produtores de entre três e dez pipas, cujo sustento dependia de «uma venda certa» do produto das suas vinhas, não tinham como principal interesse a qualidade. Queriam uma Companhia financeiramente

²⁵ BENNETT, Norman R. – *Port Wine Merchants: Sandeman in Porto, 1813-1831*, «The Journal of European Economic History», 24 (1995), 239f.

²⁶ *Commercio de Vinhos*, «O Athleta», 17 (23 Jun. 1838), 3; *A Questão Vinhateira do Douro Considerada em Todas as suas Relações com a Agricultura e Commercio...* (Porto, 1849), 9, 12-3, 21, 60; FREITAS JÚNIOR, Rodrigues de – *A Questão do Douro perante a História*, CP, 105 (9 Mai. 1863), 1.

²⁷ Conde de Vila Real, D. Fernando, no PPP, 106 (6 Mai. 1853), 432; *Reflexões sobre os Motivos da Presente Estagnação...*, «O Athleta», 66 (24 Ago. 1838), 2-3; BESSA, Alberto – *A Bolsa e a Associação Comercial*, «O Tripeiro», 97 (1 Mar. 1911), 393-394.

²⁸ João Ferreira dos Santos Silva Júnior para José da Silva Carvalho, 6 Fev. 1835, PPP, 47 (24 Fev. 1835), 2-4.

saudável, capaz de lhes comprar o produto que tinha ficado por vender e capaz de desenvolver novas saídas para o vinho do Porto. Só o fim do comércio livre e o restabelecimento da Companhia dos Vinhos, reclamavam eles, podia restaurar a prosperidade²⁹.

O estado das opiniões, categoricamente divididas – fazendo com que uma comissão investigadora admitisse tristemente a impossibilidade «de desempenhar cabalmente» a sua tarefa – contribuiu para a incerteza no mercado da aguardente e para a instabilidade geral dos preços³⁰. O vacilante governo aceitou finalmente os argumentos dos defensores da Companhia dos Vinhos. O comércio livre de vinho do Porto terminou em 7 de Abril de 1838. A Companhia dos Vinhos, apesar da sua reduzida autoridade, viu o seu alvará de instituição renovado por mais vinte anos³¹. O regresso da Companhia dos Vinhos deixou as opiniões da comunidade a respeito da organização tão divididas como no passado. A Companhia, reclamava um agente com enfado, funcionava meramente para produzir «uma escassez artificial de vinho, & para manter os preços de mercado»³². O apoio vinha de particulares – incluindo produtores com vinhas em localizações desfavoráveis, capazes de vender cada vez maiores quantidades do seu produto inferior – que se aproveitaram das leis³³.

Enquanto Portugal experimentava novas formas de administração política e económica, as negociações periódicas para a reforma das relações anglo-portuguesas continuavam, concentrando-se mais nos assuntos políticos que nos económicos. Durante a década de 1820 tinham unicamente tido lugar umas inconclusivas negociações relativas a questões de vinho do Porto. Os comerciantes do Porto fizeram uma petição ao governo por causa das diferenças na Companhia dos Vinhos, mas nem Portugal nem a Grã-Bretanha lhes prestaram grande atenção³⁴. Os portugueses estavam mais interessados em rever o odiado Tratado de 1810, mas quando se iniciaram as negociações, em 1824 e 1825, a conduta da Companhia foi invariavelmente inserida nas deliberações pelos britânicos. Foi sugerido que as autoridades portuguesas podiam ter estado preparadas para

²⁹ José António Borges Peixoto, 16 Mar. 1839, e carta dos produtores de Provesende para o Governo, 12 Mar. 1839, PPP, 71 (23 Mar. 1839), 290, 1; Câmara de Lamego para o Governo, 13 Mar. 1839, PPP, 75 (30 Mar. 1839), 1.

³⁰ *Parecer da Comissão Especial de Vinhos*, PPP, 184 (5 Ago. 1849), 838-839; S para S, 24 Jan. 1838, SA 5; S para S, 19 Nov. 1838, 27 Mai. 1839, SA 6.

³¹ Testemunho de Joseph J. Forrester, DP (*Relatórios das Comissões*, vol 13: *Taxas de Importação sobre o Vinho*, 32-33); SERÉN; PEREIRA – *O Porto Oitocentista*, p. 422 e 424.

³² O para O, 13 Fev. 1838, OA 29.

³³ Um Lavrador do Douro – *Questão Vinhateira*, BT, 227 (29 Mar. 1852), 3-4; Barão de Massarellos – *Liberdade do Commercio dos Vinhos*, CP, 140 (19 Jun. 1859), 1-2.

³⁴ *Tradução de hum Requerimento Dirigido ao Governo de S. M. B. por alguns Negociantes Inglezes da Cidade do Porto contra a Companhia Geral do Alto Douro...* (Porto, 1825), 5-12.

satisfazer alguns dos pedidos de reforma britânicos, já que certamente desejavam salvaguardar o seu vantajoso comércio de vinho para a Grã-Bretanha, mas qualquer intromissão nos privilégios da Companhia dos Vinhos, no fim de contas, só era conseguido atingindo a honra nacional, sendo, conseqüentemente, um perigo para a ténue detenção de poder pelas fações governantes, durante um período de incerteza política interna. O *status quo* permaneceu intacto até que a vitória final dos reformadores liberais em 1834 abriu uma nova era política para Portugal³⁵. As mudanças subsequentes na estrutura do sistema do vinho do Porto não foram o resultado do ineficaz desempenho dos diplomatas britânicos. Foram o resultado das alterações que os agrupamentos políticos portugueses trouxeram para a sua sociedade. As deliberações que produziram o Tratado de 1842 levantaram algumas das questões do debate. A cláusula 15 declarava que os súbditos britânicos deveriam gozar de «permissão livre e sem restrições para comprar e vender a quem bem lhes aprouver». Mas o teor reafirmou expressamente as leis existentes, incluindo os regulamentos da Companhia dos Vinhos, aplicáveis a todos os residentes em Portugal. Não se seguiram mudanças³⁶.

A presença renovada da Companhia dos Vinhos não causou grande impacto no ainda desfavorável mercado do vinho do Porto. Os viticultores não conseguiam encontrar compradores para o seu produto; por volta de 1841, muito vinho estava a ser vendido para destilação, por preços muito baixos – 6\$000 a 7\$000³⁷. Os críticos dizem que, de 1838 em diante, a Companhia tinha aprovado uma «imensa» quantidade de vinho de primeira qualidade, diminuindo, desta forma, o seu valor³⁸. Em 1842, o stock não vendido foi estimado em 200.000 pipas. As situações de «miséria» e «fome» resultantes para os produtores começaram a abalar o tecido social da região demarcada. Ainda em 1842, ocorreram actos de violência na Régua, quando a Câmara Municipal anunciou novas taxas; em 1843, bandos de lavradores da zona de Vila Real, viraram-se para o roubo quando não conseguiram vender o seu vinho³⁹. Uma comissão governamental reuniu-se para debater os

³⁵ PEREIRA, Miriam Halpern – *Absolutismo Reformista e Nacionalismo: As Negociações para Substituir o Tratado de 1810 entre Portugal e a Inglaterra em 1824-1826*, «Ler História», 12, 1988, p. 23f.; SILBERT, Albert – *Le Portugal, l'Angleterre et la France en 1823-1825: Economie et Politique*, «Revista de História», 50, São Paulo, 1974, p. 567-570.

³⁶ BONIFÁCIO, M. de Fátima – *1834-42: A Inglaterra perante a Evolução Política Portuguesa (Hipóteses para a Revisão de Versões Correntes)*, «Análise Social», 20, 1984, p. 470; *Tratado de Comércio e Navegação entre Sua Majestade e a Rainha de Portugal* [13 Jul. 1842], DP, 1842, vol. 45, p. 190-287.

³⁷ *Questão do Douro* [carta de um produtor], CP, 260 (7 Nov. 1859), 1.

³⁸ MARTINS – *Memória*, 220, para totais de vinho; carta da Régua, 1 Set. 1852, PPP, 221 (18 Set. 1853), 1; FORRESTER, Joseph James – *Observations on the attempts Lately Made to Reform the Abuses Practiced in Portugal*, in *The Making and Treatment of Port Wine...*, Edimburgo, 1945, IX.

³⁹ Carta do Peso da Régua, 16 Ago., PPP, 197 (22 Ago. 1842), 914; carta de Vila Real, 30 Jan., PPP, 31 (6 Fev. 1843), 1; SERÉN; PEREIRA – *O Porto Oitocentista*, p. 423.

problemas da nação; concentrou-se nas condições da região duriense devido à necessidade nacional dos rendimentos procedentes do vinho do Porto. O seu relatório recomendava a continuação da Companhia dos Vinhos, embora com menos privilégios e reformas a afectarem o processo de selecção do vinho. A 21 de Abril e 23 de Outubro de 1843 deram-se alguns aperfeiçoamentos no alvará da Companhia dos Vinhos. Esta tinha autoridade para decidir qual a quantidade de vinho disponível para uso interno e para exportação para a Grã-Bretanha e outros países. Recebia um subsídio anual de 150.000\$000, em parte retirado das receitas dos impostos sobre a exportação. A quantia devia ser utilizada na compra de até 20.000 pipas de vinho de segunda e terceira qualidade que os produtores não tivessem conseguido vender⁴⁰. Contudo, todos os esforços para contrariar o problema – «esse cancro que roe as entranhas do nosso commercio» – não conseguiram fazer subir os preços⁴¹.

Os trabalhos anuais de vindima prosseguiram, independentemente das disposições legais. Embora alguns comerciantes achassem que os negócios decorreram satisfatoriamente durante os primeiros dois anos após a abolição da Companhia, o clima adverso persistente dificultava o recomeço da actividade económica. «Os vinhos descem muito devagar devido à seca», comentava um agente em Junho de 1834, «& os navios estão a encher tão devagar como há uns meses atrás». Colheitas com quantidades limitadas vieram juntar-se aos tempos conturbados. Um cliente foi informado, em Novembro de 1834, que a vindima era «a mais deficiente em quantidade algum dia vista, em alguns sítios os agricultores tendo metade, e em muitos não acima de um terço do produto de outros anos». O ano de 1835 produziu algum vinho de boa qualidade, contudo os preços continuaram a cair. Quando a compra começou, em Fevereiro de 1836, os homens da Sandeman consideraram a qualidade do vinho como «não muito convidativa», e só compraram uma quantidade limitada⁴².

As colheitas de 1837 e 1838 também não agradaram aos comerciantes. Em 1839, os vinhos de 1837 continuavam a ser tratados pela aspereza que «ainda retinham a um nível elevado» Os vinhos de 1838 não eram melhores, requerendo também tratamento dispendioso⁴³. Em 1839, a Sandeman e outras firmas ou

⁴⁰ *Parecer da Comissão Especial dos Vinhos*, 29 Ago. 1842, PPP, 208 (3 Set. 1842), 936; texto do regulamento de 21 Abr. 1843, PPP, 97 (26 Abr. 1843), 488-490.

⁴¹ *Documento n.º2: Cópia do Parecer da Comissão da Direcção d'Associação Commercial do Porto... 11 d'Abril de 1844; Questão Vinhateira*, BT, 372 (23 Set. 1852), 1-2.

⁴² S para Labertouche, 28 Jun. 1834, S para Locket, 11 Nov. 1834, S para S, 25 Ago. 1835, S para Rothschild, 16 Fev. 1836, SA 5; *Commercio dos Vinhos do Douro: Analyse do relatorio e Projecto de Lei apresentado pelo Senhor Deputado José Silva Carvalho na Sessão de 10 Julho de 1839* (Lisboa, 1839), 5-6.

⁴³ S para S, 13 Abr. 1839, 9 Set. 1839, SA 6.

compraram pouco, ou informaram os lavradores ou os donos das adegas que não planeavam ficar com o seu produto⁴⁴. Entre os poucos indivíduos satisfeitos durante estes anos contavam-se os detentores de vinho mais velho de Vila Nova de Gaia; estes conseguiram preços muito favoráveis pelas reservas há muitos não vendidas⁴⁵.

As firmas exportadoras tanto adoptaram os novos como os antigos padrões de negócio, em resposta às alteradas condições de mercado. Entre as inovações da Sandeman estava o envio de vinho para a Grã-Bretanha em navios portugueses e os esforços para conseguir clientes nos Estados Unidos. Por um breve período, os regulamentos dos impostos deram aos navios portugueses uma vantagem em viagens iniciais para a Grã-Bretanha, e as firmas tentaram vários empreendimentos. As experiências americanas, para Nova Iorque e outros portos do nordeste, não tiveram muito sucesso⁴⁶. Os procedimentos usuais persistiram no incessante comércio com a Grã-Bretanha. As decisões sobre os preços de venda do vinho eram deixadas para as sedes, em Londres: vocês «devem decidir pelo melhor», diziam os agentes da Sandeman, «& qualquer que seja o preço que fixem este está, com certeza, sujeito ao estado do mercado & dos vinhos terem mais ou menos procura à chegada». Era um processo delicado, achavam os agentes, uma vez que «é muito difícil para nós governar correctamente deste lado, dado que nenhuma fixação de preços pela nossa parte vos iria permitir obtê-los a não ser para além do mercado ou dos preços aproximados dos vossos vizinhos»⁴⁷.

À medida que as vinhas amadureciam, em 1839, o tempo desfavorável da Primavera – «ventos & neve que, em muitos dos casos, queimaram as uvas novas» – pressagiava outra colheita desfavorável. Naturalmente que a expectativa fez aumentar o valor dos stocks de vinhos mais velhos e, por causa do lento mercado britânico, tornou as firmas mais cautelosas nas suas compras⁴⁸. Fortes chuvas durante as vindimas acabaram com quaisquer esperanças que restassem de um desenlace feliz. Embora a Companhia dos Vinhos tivesse aprovado cerca de 32.000 pipas como primeira qualidade e o governo, explicava um cínico comerciante, «dado que não pode dar-se ao luxo de perder nem um pouco da sua popularidade devido às eleições que se aproximam», tivesse reafirmado essa decisão, os potenciais compradores não ficaram impressionados. O representante da Offley manteve-se no Porto e reduziu severamente as compras de vinho. O

⁴⁴ S para S, 4 Mar. 1839, 9 Mar. 1839, 6 Abr.1839, S para Peres, 4 Abr. 1839, S para Soares, 25 Mai. 1839, S. para Fonseca, 8 Ago. 1839, SA 6.

⁴⁵ S para S. 14 Out. 1834, SA 5.

⁴⁶ S para S, 20 Fev. 1825, 17 Nov. 1835, 26 Nov. 1836, 27 Abr. 1837, S para Mitchell, 9 Jul. 1835, 19 Nov. 1835, S. para Page, 28 Mar.1837, SA 5.

⁴⁷ S para S, 25 Jan. 1836, 10 Set. 1836, SA 5.

⁴⁸ S para S, 27 Abr. 1839, 21 Mai. 1839, SA 6.

estado dos negócios do vinho do Porto, lamentava o homem da Sandeman, falando com um dos principais produtores do Douro, estava «o mais desgraçado possível»⁴⁹.

Finalmente, em 1840, a série de vindimas desfavoráveis chegou a um desejado fim. Embora a colheita anual não fosse grande, o consenso da comunidade vinícola era de que «a qualidade será muito superior, muitas pessoas achando que se parecerá mais do que qualquer outra colheita desde então, com a de 1815». Outros observadores achavam que se tratava da melhor colheita desde 1834. Os homens da Sandeman achavam que os produtores, devido «à ideia prevalecente de que a doçura é, agora, a moda em Inglaterra», permitiram que os seus vinhos fermentassem mais do que o costume, embora evitassem práticas que criassem riqueza artificialmente. Havia expectativas ainda mais favoráveis quanto aos custos. «Não se espera que os preços subam muito», opinava um agente, «já que os agricultores estão com muita necessidade de fundos»⁵⁰.

A vindima de 1841 não igualou a sua predecessora. Os oficiais da Companhia dos Vinhos consideraram-na «uma colheita estragada & bastante imprópria para algo mais do que ser transformada em aguardente». Os infelizes produtores da Sandeman foram informados que a firma estava a limitar as compras, a preços reduzidos, unicamente aos vinhos vindos das melhores localizações⁵¹. A colheita da estação seguinte agradou aos comerciantes, mas a «completa estagnação» do comércio britânico de vinho reduziu o entusiasmo pela sua compra. A reacção foi a mesma para a colheita de 1843⁵². A colheita de 1844, só com 14.000 pipas de vinho de primeira qualidade para divisão entre todos os exportadores, teve uma recepção animada. Os comerciantes britânicos e portugueses tomaram entre 18 e 20.000 pipas (declaradas), com preços entre os 30\$000 e os 50\$000. O vinho de segunda qualidade foi vendido por 15\$000 e o de terceira por 11\$000⁵³. Apesar das vendas declaradas, um visitante britânico foi informado que os produtores mais pequenos estavam «num estado de desgraça, muitos quase morrendo à fome», porque os grandes produtores dominavam o mercado dos vinhos com mais lucro⁵⁴. As actividades da Companhia dos Vinhos continuaram a causar pouco impacto nas flutuações de mercado. Os preços caíram de 1846 a 1848;

⁴⁹ S para S, 21 Set. 1839, 18 Jan. 1840, 15 Fev. 1840, 14 Mar. 1840, S para Ferreira, 29 Fev. 1840, SA 6; O para Pereira, 1 Fev. 1840, OA 27.

⁵⁰ S para S, 28 Set. 1840, 5 Out. 1840, 10 Out. 1840, SA 6.

⁵¹ S para S, 5 Fev. 1842, S para Carvalho, 21 Mai. 1842, SA 6.

⁵² S para S, 29 Abr. 1843, S para Vassalo e Sousa, 2 Set. 1843, SA 6; carta de Vila Real, 15 Jun., PPP, 144 (21 Jun. 1843), 728.

⁵³ *Compra de Vinhos*, PPP, 156 (11 Out. 1844), 228; Edital da Companhia dos Vinhos, 5 Fev. 1845, PPP, 38 (13 Fev. 1845), 154.

⁵⁴ KINGSTON, William H. G. – *Lusitanian Sketches of the Pen and Pencil*, Londres, 1845, II, 337, 342.

depois, melhoraram, possivelmente devido ao impacto da doença na vinha, em França⁵⁵.

A inconstância da política portuguesa continuou a causar o refreamento dos negócios: em 1847, um diplomata britânico lamentava que «a rebelião se tornou numa desordem crónica»⁵⁶. Durante 1846 e 1847 as hostilidades no interior do Porto incomodaram os comerciantes e os produtores tanto da cidade como da região vinhateira. Os carregamentos de vinho que desciam o Douro estavam atrasados, embora o bloqueio naval britânico ao Porto, apesar de ter interferido, não tivesse impedido as exportações. Em Junho de 1847, um vapor navegou «nas caras do esquadrão de bloqueio e conseguiu passar ileso». Nos inícios de Junho de 1847, queixava-se um agente, «o negócio, aqui, ainda está num impasse». Mais tarde nesse mês as forças combinadas, estrangeiras e do governo, convenceram finalmente «os líderes locais da total inutilidade de continuar a luta», e os comerciantes voltaram rapidamente às operações normais⁵⁷.

As condições desfavoráveis da década de 1840 causaram muito desacordo entre as fileiras dos participantes no sistema do vinho do Porto. O comerciante britânico Joseph J. Forrester, numa bem frequentada reunião, no Douro, em 1844, inaugurou a sua famosa campanha contra as práticas contemporâneas de fabrico do vinho do Porto. O esforço de Forrester tem sido frequentemente interpretado como focando-se principalmente na adição de aguardente durante o processo de produção do vinho⁵⁸ mas, na realidade, ele tinha em mente outros problemas mais fundamentais. Forrester defendia que as práticas da Companhia dos Vinhos e o longo período de colheitas insatisfatórias tinha estimulado a utilização de vinho ao qual faltava corpo e cor, oriundo do Douro, da Bairrada e de outros sítios. As misturas daí resultantes, declarava ele, puseram em perigo a reputação do vinho do Porto, baixaram os preços e deixaram milhares de pipas por vender nos armazéns de Vila Nova de Gaia e de Londres. Forrester considerava que só cerca de 25.000 das 80.000 pipas armazenadas continham vinho do Porto puro. Muitos dos participantes no sistema, atingidos pelo argumento, afirmavam que a colheita de 1820, com um vinho que tinha «cor retinta, doçura, e força», tinha conquistado os consumidores em Inglaterra e exercido uma influência duradoura na produção de vinho subsequente. Contudo, mesmo antes de 1820, o negociante

⁵⁵ Para a questão do oídio em França, ver LACHIVER, Marcel – *Vins, Vignes et Vignerons: Histoire du Vignoble Français*, Paris, 1988, 402f.

⁵⁶ LEITÃO, Ruben Andresen – *Novos Documentos dos Arquivos de Windsor*, Coimbra, 1958, p. 209.

⁵⁷ SILVA, Joaquim Palminha – *A Revolução da Maria da Fonte: Subsídios para a sua História e Interpretação*, Porto, 1978, 21f; os acontecimentos relativos ao Douro são noticiados nos jornais da época, no Porto, «O Nacional» e «O Ecco Popular»; DP (*Correspondência Relativa aos Assuntos de Portugal*) 68 (1847), 49f; S para S, 8 Abr. 1847, 8 Mai. 1847, 7 Jun. 1847, 19 Jun. 1847, 29 Jun. 1847, SA 9.

⁵⁸ MAYSON, Richard – *Portugal's Wines and Wine-Makers*, Londres, 1992, 104.

de Londres, Joaquim Máximo Virginiano, já tinha declarado que o mercado só queria «vinhos muito generosos... fossem eles naturais ou artificiais». Como consequência, os oficiais da Companhia dos Vinhos seleccionaram vinho com «qualidades mais do que suficientes para eles próprios», um produto adequado para misturar com vinhos menores. Embora as colheitas posteriores geralmente produzissem vinho adequado suficiente, os ansiosos produtores de vinho ignoraram as produções mais delicadas e superiores, em vez disso misturando açúcar, baga de sabugueiro, jeropiga e álcool numa tentativa de igualar a natureza. A quantidade de aguardente adicionada durante a produção do vinho aumentou significativamente, até cerca de 20% do conteúdo por pipa⁵⁹.

Forrester afirmava que o vinho do Porto podia voltar a recuperar qualidade e desempenho no mercado, reformando a Companhia e as práticas de produção do vinho, e aceitando como de primeira qualidade o produto geralmente relegado para segunda classe. Tal «belo, puro, simples, leve vinho», quando «completamente fermentado», e não com «muita aguardente», tinha ele a certeza, iria agradar aos palatos dos consumidores britânicos e triunfar sobre o «sabor viciado dos dias que correm»⁶⁰. Alguns produtores concordavam mais ou menos com Forrester. Joaquim Manuel de Barros Cardoso de Cotas assegurava que antes de 1828 nunca tinha posto aguardente no seu mosto, passando a fazê-lo depois de 1835 unicamente devido às exigências dos comerciantes. Este viticultor preferia esperar até Novembro para acrescentar a aguardente⁶¹. A maioria dos comerciantes e dos produtores reagiu de maneira diferente; as alegações de Forrester causaram uma tempestade na comunidade do vinho do Porto. Os oponentes ou negavam a verdade ou criticavam Forrester, considerando-o como um estrangeiro intrometido, a divulgar assuntos que podiam ser prejudiciais para o seu meio de vida. As preferências dos consumidores britânicos, contrapunham eles, têm que ser satisfeitas⁶². Os regulamentos da Companhia não se alteraram, tal como não se alteraram os usuais processos de produção de vinho. Observadores posteriores

⁵⁹ *Wine Trade of Portugal: Proceedings at the meeting of the Nobility, Wine Proprietors and Public Authorities of the Wine-District of the Alto Douro, Pezo-da-Regoa, 8 de Outubro de 1844, por Convite de Joseph James Forrester* (Londres, 1844); testemunho de Forrester, 22 Abr. 1852, DP [ver fn. 31], 1f; FORRESTER, Joseph James – *Portugal and Its Capabilities*, 3ª ed., Londres, 1856, 118; GUIMARÃES, Gonçalves – *Um Português em Londres: Cartas de J. M. Virginiano, Correspondente dos Ferreiras da Régua, no Período Pós-Napoleónico*, Vila Nova de Gaia, 1988, 226; SHAW, Thomas George – *Wine, the Vine, and the Cellar*, Londres, 1863, 83-84.

⁶⁰ *Mr. Forrester's Vindication from the Aspersion of the Commercial Association of Oporto; and His Answer to... Bernardo de Lemos Teixeira de Aguillar*, Edimburgo, 1845, 4, 7, 21; Testemunho de Forrester, DP [ver fn. 31], 17-8.

⁶¹ BRAVO, Pedro; OLIVEIRA, Duarte – *Vinificação Moderna*, Porto, 1913, p. 523-524.

⁶² Carta de *Um Lavrador do Douro*, Cima do Douro, 29 Nov. 1844, PPP, 206 (9 Dez. 1844), 434-436; carta de *Um Obscuro Lavrador*, 18 Dez. 1844, PPP, 220 (26 Dez. 1844), 491.

relataram que, de facto, muito indivíduos acrescentavam ao vinho açúcar e baga de sabugueiro e que os melhores produtores adicionavam um ou dois almudes de aguardente a cada pipa de mosto⁶³. Embora Forrester não tenha sido silenciado⁶⁴, a sua frustração com a estrutura do sistema do vinho do Porto, fez com que, em 1851, terminasse a sua relação com a Offley, na «vida privada e particular»⁶⁵.

Durante este anos controversos e improdutos, os produtores de vinho tiveram que estar sempre preparados para as alterações das preferências dos consumidores britânicos. Por volta de 1830, alguns comerciantes acharam que a riqueza se tinha tornado «um erro principal» no vinho do Porto; os «vinhos velhos, tawny, secos e passados», por seu lado, tinham uma «grande procura»⁶⁶. No entanto, mesmo então, o produto manteve-se um vinho relativamente novo. As dificuldades surgiram inevitavelmente quando os clientes procuravam receber mais carregamentos de um *blend* desejado. Um frustrado agente admitiu ao seu escritório de Londres que «em quase todas as ocasiões, quando vocês pedem a repetição de um carregamento, descubro que todos os lotes estão esgotados & e que a única coisa que posso fazer é tentar imitá-los». Esta dificuldade explica provavelmente os raciocínios relativos às relações com os clientes: «é evidente que não nos podemos prender a amostras», dizia um agente, «mas estamos prontos a fazer envio para aprovação». A solução foi «agrupar os vinhos em lotes maiores» e controlar cuidadosamente o seu conteúdo. «Depois disso», concluiu ele, «conseguiremos combinar facilmente marcas & preços & estabelecer alguma regularidade quanto à qualidade dos futuros carregamentos»⁶⁷. A tarefa dos produtores de vinho mantinha-se suficientemente complexa uma vez que, tal como explicou um residente posterior, «o Douro produz infindáveis qualidades a variados preços»⁶⁸.

O mercado da aguardente, ainda regulado pela Companhia dos Vinhos, partilhava os problemas da indústria em geral. Um dos factores que constantemente influenciava os preços da aguardente era o estado do mercado anual de vinhos consumidos por todas as classes em Portugal. Quando os fornecimentos de vinho de consumo se tornavam escassos, geralmente o vinho destinado à destilação era procurado para suprir esse déficit. Por exemplo, quando, em 1840, uma neve tardia destruiu grande parte da produção da Beira, imediatamente a atenção do

⁶³ GIRÃO, A. – *Uma Viagem Agrícola no Alto Douro*, CP, 275 (29 Nov. 1856), 1.

⁶⁴ Carta de Forrester, 9 Dez. 1844, 207 (10 Dez. 1844), PPP, 438-439, e números seguintes.

⁶⁵ Forrester para Sebastião, 3 Mar. 1849; Forrester para Brandão, 3 Mar. 1849; Forrester para Pimentel, 8 Ago. 1850, OA 30.

⁶⁶ S para S, 10 Ago. 1830, SA 4; S para S, 29 Abr. 1839, SA 6.

⁶⁷ S para S, 8 Mar. 1836, SA 5; S para S, 13 Abr. 1839, SA 6.

⁶⁸ Cobb para Medlicott, 21 Fev. 1866, SA 11.

mercado se virou para os «vinhos baixos». Os produtores recusaram os preços oferecidos pelos destiladores e venderam o seu produto como consumo obtendo, assim, maior lucro⁶⁹. A qualidade e a quantidade da aguardente foram sempre uma grande preocupação. Durante a pobre estação de 1852, nos distritos produtores de aguardente, as uvas estavam tão verdes na altura da vindima que eram precisas doze pipas de vinho para fazer uma pipa de aguardente; em anos normais, só eram necessárias entre sete e oito pipas. Em Dezembro, a Sandeman teve que recusar um pedido de exportação de aguardente. «Só com muita dificuldade conseguimos comprar no Douro o suficiente para as nossas reais necessidades», explicaram eles, porque «os produtores de aguardente não estão a trabalhar de acordo com a qualidade & preço do vinho novo»⁷⁰.

Vinho Destilado para Aguardente pela Companhia dos Vinhos, 1844-1852⁷¹

1844	6957.2.3
1845	7056.14.0
1846	8560.5.3
1847	4208.10.6
1848	7573.5.3
1849	10,333.5.3
1850	6143.5.5
1851	9318.0.0
1852	6608.5.3
	66,758.11.0

Ao longo de toda a história do sistema do vinho do Porto, os produtores preferiram sempre utilizar aguardente feita de vinho do Douro. «Não há dúvida», explicava um comerciante ainda activo no início do século vinte, «que para um bom vinho, uma aguardente do Douro ou do Minho dá muito melhor resultado», e que «vale bem a diferença [em preço] para os nossos melhores vinhos». No entanto, a existência de condições económicas depressivas aumenta sempre a atenção relativamente aos custos. Normalmente, as regiões do Minho e da Beira e, por vezes, os vinhedos em volta de Lisboa ajudavam a contrabalançar os défices de aguardente⁷². Durante 1846, a aguardente local foi vendida na Régua por 65\$000 a

⁶⁹ S para S, 9 Fev. 1836, S para Finnie, 31 Mai. 1836, SA 5; S para S, 4 Abr. 1840, SA 6.

⁷⁰ S para S, 18 Nov. 1852, 1 Dez. 1852, SA 9.

⁷¹ Quantidades dadas em pipas, almudes e canadas. Seixo para o editor, 27 Jul. 1852, PPP, 177 (29 Jul. 1852), 757-762, com informação sobre a Associação Commercial do Porto.

⁷² Kendall para RB, 17 Mar. 1903, RB 24; Kendall para RB, 4 Nov. 1904, RB 26: SA; S para Finnie & Medicott, 23 Jun. 1846, SA 8.

pipa, «pagamento à chegada, uma pipa ou duas de cada vez, como destilada». O transporte para o Porto e outros encargos levaram a um preço final de 10\$000 nas compras de Vila Nova de Gaia relativamente a aguardente originária da Figueira da Foz e outras regiões do sul. Os utilizadores defendiam que um produto de qualidade satisfatória do sul, «ao fim de algum tempo» já não se conseguia detectar no seu vinho⁷³. A aguardente que vinha de Espanha pelo rio abaixo, «dita de contrabando», por vezes fazia com que os preços do Porto caíssem⁷⁴. Até os defensores da Companhia dos Vinhos admitiam que os regulamentos relativamente à aguardente não tinham lógica e prejudicavam o sistema do vinho do Porto⁷⁵.

Por volta de 1840 existiam no Porto mais de vinte casas britânicas, cada uma delas exportando anualmente entre 500 a 1.000 pipas de vinho; uma ou duas delas conseguiram exportar mais de 2.000⁷⁶. Contudo, as dificuldades políticas e económicas não pouparam essa comunidade. Em Outubro de 1847, uma importante rival da Sandeman e da Offley Forrester – a Cockburn Greig & Co. – não conseguiu satisfazer os seus credores, oferecendo-se para pagar 65% das suas dívidas em seis prestações, de meio em meio ano, durante três anos. Os concorrentes da firma, receando as consequências do fracasso da Cockburn's no mercado geral, permitiram que a companhia se mantivesse no activo durante este intervalo⁷⁷. Um acontecimento semelhante ocorreu em 1851 e 1852, quando a antiga firma Harris teve que suspender os seus pagamentos⁷⁸. A Companhia dos Vinhos também sofreu com estes tempos conturbados; a ruptura causada pela revolta de 1847 impediu que «qualquer preço fosse cotado para as acções da Companhia». Depois de 1847, a estagnação da economia retardava o seu progresso; embora até 1850 a Companhia tivesse, geralmente, conseguido pagar dentro dos prazos as prestações dos seus juros, o valor dos seus stocks decaiu para cerca de metade⁷⁹.

Os últimos anos da década, apesar da boa colheita de 1847, não trouxeram grande alívio aos participantes no sistema do vinho do Porto⁸⁰. Quando a colheita de 1848 sofreu os estragos provocados pelas grandes chuvas que caíram durante a vindima, a Sandeman decidiu fazer compras muito limitadas. Até os vinhos brancos da Quinta do Vesúvio – por norma, de qualidade superior – notava o agente,

⁷³ S para S, 17 Abr. 1846, SA 8; S para Finnie & Medicott, 4 Dez. 1849, 21 Dez. 1849, SA 9.

⁷⁴ S para Finnie & Medicott, 1 Fev. 1851, SA 9.

⁷⁵ Carta do Conde de Vila Real, D. Fernando, PPP, 106 (6 Mai. 1853), 432.

⁷⁶ KINGSTON – *Lusitanian Sketches*, II, 307.

⁷⁷ S para Scrimgwur, 9 Out. 1847, S para Reed Irving, 18 Out. 1847, SA 9.

⁷⁸ *Suspensão de Pagamento*, BT, 138 (12 Dez. 1851), 2, *Suspensão de Pagamentos*, PPP, 292 (11 Dez. 1851), 2186 e números seguintes, especialmente *Concordata*, PPP, 49 (26 Fev. 1852), 213.

⁷⁹ S para Rothschild, 11 Out. 1847, 30 Jan. 1850, 29 Out. 1850, SA 9.

⁸⁰ S para Finnie & Medicott, 12 Out. 1847, SA 9.

«eram tão maus... que os rejeitámos & foram destilados em aguardente». Em 1850, um comerciante afirmava que vinho com custos de produção de 22\$000 tinha sido vendido só por 12\$000⁸¹. Quando, da mesma forma, a chuva fez diminuir a qualidade da colheita de 1849, a falta de bons vinhos determinou que os preços subissem⁸². A vindima de 1850, de boa qualidade mas muito pequena, fez com que, nos inícios de 1851, os «bons vinhos velhos» subissem até cerca de 40% mais relativamente ao preço do ano anterior⁸³. Em 1851, seguiu-se uma colheita igualmente limitada, desta vez devido ao calor excessivo e à falta de chuva. Em algumas zonas, a chuva tardia deu origem a alguma quantidade de vinho excelente; alguns comerciantes consideravam que a qualidade era semelhante à de 1834. Só 20.000 pipas – a quantia a ser dividida «quantitativamente (sic)» entre os produtores – foram qualificadas para exportação para a Europa. O vinho de primeira classe que foi excluído passou a segunda classe e foi vendido a 15\$000⁸⁴.

Em 1852, ao mesmo tempo que um mercado desfavorável dificultava as vendas dos abundantes stocks (tanto em Londres como em Vila Nova de Gaia), uma colheita de fraca qualidade fez com que as firmas limitassem as suas compras. A Sandeman comprou exclusivamente pequenas quantidades aos antigos clientes e a preços do ano anterior. Embora os viticultores se queixassem dos cada vez menores lucros obtidos com o seu produto, os comerciantes consideravam que mesmo o vinho novo «de qualidade mais ordinária» estava caro, porque, «por muito barato que fosse, era necessária uma grande ajuda para que passasse na inspecção». A aguardente também era «muito pretendida» devido «à qualidade e preço do vinho novo». Apesar de algumas firmas comprarem vinho avidamente, a Sandeman decidiu limitar a sua actividade «até que os lavradores caissem na realidade». Quando recusavam preços não satisfatórios, os produtores descontentes tinham que enfrentar as dispendiosas alternativas de acrescentar aguardente ao seu vinho ou, então, de o vender ainda mais barato para consumo local⁸⁵.

A persistência dos tempos difíceis implicou modificações nos regulamentos do sistema do vinho do Porto. Em 1851, embora outras leis se mantivessem em vigor, terminou o subsídio do governo à Companhia dos Vinhos, as finanças da Compa-

⁸¹ S para S, 28 Set. 1848, 7 Jul. 1849, S para Soveral, 7 Abr. 1849, SA 9; Visconde de Moser – *A Guerra das Marcas*, I, CP, 85 (7 Abr. 1866), 1.

⁸² S para S, 28 Set. 1849, S para Cazet & Astoin, 28 Mai. 1850, SA 9.

⁸³ S para Whittock, 8 Jan. 1851, S para Brown, 2 Jun. 1851, SA 9.

⁸⁴ S para Finnie & Medlicott, 18 Out. 1851, S para Casal, 21 Nov. 1851, S para S, 18 Fev. 1852, SA 9; *Feira dos Vinhos do Douro* dá o edital da Companhia, PPP, 41 (17 Fev. 1852), 175; José Borges Pinto de Carvalho, *Juiz sobre a Novidade de Vinho de 1851* [carta de Folgosa, 28 Set. 1851], BT, 79 (1 Out. 1851), 3.

⁸⁵ Carta, Luis Leite Lobo e Lacerda, Pezo da Régua, 10 Mai. 1853, PPP, 113 (14 Mai. 1853), 459-460; *Uvas do Douro*, BT, 395 (20 Out. 1852), 4; S para S, 1 Dez. 1852, 28 Fev. 1853, 18 Mar. 1853, SA 9.

nhia estagnaram e a organização não foi capaz de cobrir as suas dívidas⁸⁶. Foram alteradas as diferenças entre as taxas de exportação, cuja quantia variava de acordo com o destino. O vinho de primeira qualidade, destinado à Europa, pagava taxas de mais de 15\$000 (cerca de £3.8.4) por pipa; o vinho de segunda qualidade, com outros destinos, pagava mais de 100 réis (ou seis pences) por pipa. O vinho de terceira qualidade ficava em Portugal. Os exportadores britânicos e portugueses consideravam que a taxa sobre o vinho de primeira qualidade era um obstáculo importante ao aumento de consumo britânico. Os valores tinham sido discutidos nas negociações para o Tratado Anglo-Português de 1842, mas Portugal recusou firmemente qualquer alteração à sua política. O exportador de vinho Forrester explicou a uma comissão parlamentar que os funcionários portugueses, observando antigos padrões de consumo, tinham chegado à conclusão de que «os britânicos não conseguem de maneira nenhuma viver sem vinho do Porto». Um comerciante londrino concordou, informando a comissão que a «classe abastada» do seu país comprava o vinho que queria sem ligar ao valor dos impostos. Finalmente, em 1852, os portugueses nivelaram as taxas de exportação, tentando contrabalançar o insatisfatório mercado de vinho do Porto. Consequentemente, na avaliação anual da colheita do ano, o vinho foi dividido em duas categorias, uma para exportação e outra para consumo e destilação em Portugal. Todo o vinho do Porto exportado pagava a mesma taxa, dez xelins e dez pences (cerca de 2\$400) por pipa⁸⁷. Alguns portugueses, receando um abaixamento no valor do seu vinho, protestaram, dizendo que o governo os tinha sacrificado aos ingleses. A Companhia dos Vinhos queixou-se de que a medida tinha quebrado o seu contrato e posto em perigo os interesses de milhares de accionistas, credores e produtores. Houve ameaças sem consequências de maior a propriedades britânicas por parte de populares, na Régua⁸⁸.

A nova década trouxe maior estabilidade política para Portugal e aumentou as esperanças dos participantes no sistema do vinho do Porto quanto a um retorno a tempos estáveis e lucrativos. Entre 1853 e 1856, as exportações atingiram uma média de 42.500 pipas. As 55.811 pipas de 1853 foram o maior total atingido desde 1801; só um outro ano, o de 1825, tinha ultrapassado as 50.000 pipas.

⁸⁶ *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, CP, 9 (11 Jan. 1856), 1.

⁸⁷ Relatório de Maycock para o Foreign Office, *National Wines of Portugal*, 7 Jun. 1889, e documentos posteriores, *British Documents on Foreign Affairs: Reports and Papers from the Foreign Office Confidential Print, Part 1, series F, vol. 29, Portugal, 1846-1907*, Washington, 1991, 301-306, 312-313, 317-322; testemunho de Joseph J. Forrester e de William E. Tuke, DP [ver fn. 31], p. 16, 165, 169; S para S, 18 Out. 1852, SA 9; carta de Forrester, BT, 207 (1 Mar. 1852), 3; *Parecer da Comissão Especial dos Vinhos do Douro, Eleita pela Direcção da Associação Commercial do Porto*, BT, 213 (11 Mar. 1852), 2-3.

⁸⁸ Carta de P. A. M., Vila Real, 22 Ago., PPP, 207 (2 Set. 1852), 886; *Assuada*, BT, 360 (9 Set. 1892), 3; *Questão Vinhateira*, BT, 372 (23 Set. 1852), 2.

Contudo, um futuro diferente e mais agitado emergia, com o aparecimento de uma devastadora doença da vinha, o óídio, e de uma alteração nas taxas de importação britânicas sobre bebidas alcoólicas⁸⁹.

ABREVIATURAS

- BT *O Braz Tisana*
 CCP *Chronica Constitucional do Porto*
 CP *O Commercio do Porto*
 DP Documentação Parlamentar, Grã-Bretanha
 LC Livro de Cartas
 O Offley (firma) ou correspondente anónimo da firma
 OA Arquivos da Offley, Forrester, Vila Nova de Gaia
 OA 27 LC, 15 Fev. 1830 – 4 Jan. 1842, OA
 OA 29 Livro de Cópia, 5 Set. 1835 – 5 Nov. 1838, OA
 PPP *Periódico dos Pobres do Porto*
 RB Robertson Brothers
 RB 24 LC, 12 Nov. 1903 – 26 Out. 1904, SA
 RB 26 LC, 27 Set. 1905 – 17 Jan. 1907, SA
 S Sandeman (firma) ou correspondente anónimo da firma
 SA Arquivos da Sandeman, Vila Nova de Gaia
 SA 4 LC, 1 Jan. 1828 – 12 Abr. 1834, SA
 SA 5 LC, 19 Abr. 1834 – 12 Mai. 1838, SA
 SA 6 LC, 15 Mai. 1838 – 30 Dez. 1844, SA
 SA 8 LC, 6 Jan. 1845 – 27 Ago. 1847, SA
 SA 9 LC, 8 Abr. 1847 – 18 Mar. 1853, SA
 SA 11 LC, 26 Out. 1860 – 7 Nov. 1866, SA

⁸⁹ Abordei este assunto o meu trabalho não publicado, *Crisis in the Port Wine System: The 1850s and 1860s*, apresentado no Encontro do International Conference Group on Portugal, em Durham, N. H., em Outubro de 1995.

Paul Duguid *

Lavradores, exportadores, intermediários e capitalistas: componentes da Região do vinho do Porto **

1. UMA BURGUESIA SEM HISTÓRIA?

No decorrer dos últimos trinta anos, historiadores e antropólogos têm discutido aquilo a que Eric Wolf chamou «pessoas sem história», actores históricos secundários que foram ignorados ou, simplesmente, excluídos do registo histórico. Inevitavelmente, predominam as comunidades rurais e os investigadores da história do comércio do vinho do Porto percebem rapidamente que os produtores rurais, em particular os pequenos lavradores e jornaleiros responsáveis pelo cultivo das videiras e pela produção do vinho são quase invisíveis na maior parte das histórias. Por contraste, e dado que ela é responsável pela maioria dos registos históricos escritos, raramente a burguesia urbana se encontra entre os que são deixados «sem história». É raro as virtudes burguesas não serem enfatizadas e, dada a sua tendência para ocupar a ribalta, há boas razões para se ficar surpreendido, se não desconfiado, quando a burguesia se oculta na sombra. Por isso,

* Universidade da Califórnia, Berkeley.

** A investigação apresentada neste trabalho foi generosamente apoiada pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, em Portugal, e o National Endowment for the Humanities, nos Estados Unidos. Uma versão anterior foi apresentada no 6º Encontro do International Conference Group on Portugal, em Durham, New Hampshire, E. U. A., 5-7 Outubro, 1995, sob o título «The bark of the bourgeoisie». Estou extremamente grato pela ajuda e acesso aos arquivos por parte de várias firmas de vinho do Porto e, em particular, ao Sr. George Sandeman e ao Sr. António Maia (House of Sandeman), ao Dr. Oliveira Bessa (Offley, Forrester), ao Dr. John Burnett (Croft), ao Dr. Francisco Olazábal e à Senhora D. Maria Luísa Olazábal (A. A. Ferreira & Ca.), ao Sr. Huyshe Bower (Taylor, Fladgate, Yeatman), ao Sr. Pedro Silva Reis e ao Dr. Ferreira do Amaral (Real Companhia Velha). Os dados apresentados neste trabalho vêm, principalmente, dos arquivos privados destas firmas. Pela extensa ajuda prestada neste trabalho, agradeço aos meus colegas Jean Lave, Shawn Parkhurst, Gaspar Martins Pereira e Norman R. Bennett. Também estou muito grato à Dr.ª Paula Montes Leal, do GEHVID, pela sua tradução.

escrevo este trabalho devido à minha surpresa relativamente à omissão do papel de alguns portugueses e, em particular, da burguesia portuense, na literatura clássica do comércio do vinho do Porto, no século dezanove¹.

No texto que se segue, tentarei lançar alguma luz sobre o papel desempenhado pela burguesia portuense neste comércio, sugerindo que, apesar de se ter mantido invisível, não esteve ausente. Escrevo, baseado na suposição de que um melhor conhecimento do comércio do vinho do Porto e dos seus intervenientes é útil não só para os interesses específicos dos historiadores do vinho como também para os interesses mais vastos da história portuguesa e europeia. Tem vindo a notar-se cada vez mais que, apesar da proeminência do comércio do vinho do Porto, a sua estrutura interna ainda não foi bem entendida, sendo infundadas muitas hipóteses a seu respeito. Uma vez que, no início do século dezanove, a política e a economia de Portugal e do Porto eram significativamente influenciadas pelo comércio do vinho do Porto, estas hipóteses erradas podem, por vezes, distorcer a nossa perspectiva sobre a história económica e política do país².

2. A POLÍTICA DA REGIÃO

Recentemente, a perspicaz obra de Maria de Fátima Bonifácio, *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, veio animar e esclarecer a história política do Portugal de inícios do século dezanove. Em particular, M. F. Bonifácio contesta as anteriores perspectivas sobre o papel político da burguesia liberal defendidas por Albert Silbert, Miriam Halpern Pereira e José Capela. O complexo debate político entre estes historiadores está fora do alcance do presente trabalho e do seu autor. Para resumir este debate, cito, simplesmente, a conclusão do quarto dos *Seis Estudos* de M. F. Bonifácio: «Onde outros vêem luta de classes, eu vejo geografia

¹ WOLF, Eric R. – *Europe and the people without history*, Berkeley, CA, University of California Press, 1982. A minha colega Jean Lave, que está a conduzir uma etnografia sobre os actuais comerciantes de vinho do Porto, enfrenta continuamente a timidez etnográfica da burguesia. (Ver LAVE, Jean – *Becoming British*, trabalho apresentado na conferência «Endemic struggles, enduring identities», na School of American Research, Santa Fé, Novo México, Outubro, 1995). «Studying up» (estudar classes sociais mais altas que a própria), como lhe chamam os antropólogos, não é uma tarefa fácil, ao passo que, para os historiadores, «a história a partir de baixo» (a história das classes mais baixas que, frequentemente, não é registada) é o maior problema.

² O comércio do vinho do Porto provou ter interesse não só para historiadores portugueses e britânicos, mas também, para os teóricos do «desenvolvimento» e dos «sistemas mundiais». Ver, por exemplo, SIDERI, S. – *Trade and power: Informal colonialism in Anglo-Portuguese relations*, Roterdão, Rotterdam University Press, 1970; WALLERSTEIN, I. – *The modern world system*, Nova Iorque, Academic Press, 1974-79, 3 vol.; e a aplicação da noção de Wallerstein de «semi-periferia» para Portugal em SCHWARTZMAN, K. – *The social origins of democratic collapse: The first Portuguese Republic in the global economy*, Kansas, University of Kansas Press, 1989.

económica». Essencialmente, M. F. Bonifácio defende que é a especificidade da região (neste caso, a região do vinho do Porto), juntamente com os interesses comuns dos seus habitantes, e não os interesses gerais da classe e os divididos interesses comerciais, que nos permite compreender a forma como o comércio do vinho distorceu a economia-política do país. Ao que parece, a «região vinícola» estava unida, principalmente, pela subserviência colectiva aos interesses britânicos. Como resultado, actuaram contra o interesse nacional português³.

M. F. Bonifácio tem toda a razão em insistir na importância – teórica – do estudo da economia do vinho para se entender o século dezanove português. Contudo, o meu estudo preliminar sobre o comércio do vinho do Porto neste período, e particularmente durante a ascensão do liberalismo português (entre o fim das Invasões Napoleónicas, em 1811, e a vitória da monarquia liberal, em 1834) indica que as ideias dominantes sobre a região, o comércio e a sua homogeneidade interna podem ser significativamente enganadoras⁴.

Não obstante, antes de mostrar como é que a própria complexidade do comércio desafia as noções de uma região homogénea, subordinada ao capital britânico, gostaria de frisar que o facto de nos concentrarmos sobre a região não implica, necessariamente, que deixemos escapar os assuntos de classe.

Certamente que, em teoria, as duas – região e classe – não são logicamente exclusivas, particularmente numa região vinícola. O próprio Marx usou a especificidade geográfica dos vinhedos para mostrar como é que os preços de monopólio inflacionam as rendas de algumas classes. Com efeito, é muito mais provável que os conceitos de região e classe sejam interdependentes do que alternativos. No mínimo, qualquer utilização do conceito de região deveria exigir – e não pôr de lado, logo à partida – uma consideração sobre as suas relações sociais internas e estruturantes. Caso contrário, o conceito pode tornar-se – tal como aconteceu, frequentemente com a própria «classe» – não um termo útil mas, antes, problemático: um conceito central tão impenetrável como uma mónada leibniziana; uma

³ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Nas origens da dissidência portuense: As contradições entre a capital do norte e a capital do país*, in BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Seis estudos sobre o liberalismo português*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991. p. 179-239; SILBERT, Albert – *Cartismo e Setembrismo*, in SILBERT, Albert – *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, p. 177-198; CAPELA, José – *Burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)*, Porto, Edições Afrontamento, [1975]; PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Cosmos, 1971.

⁴ Outros dedicaram a sua atenção à centralidade da noção de região e à profundidade das suas divisões internas. Em particular, Gaspar Martins Pereira: ver, por exemplo, *A produção de um espaço regional: O Alto Douro no tempo da filoxera*, «Revista de História da Faculdade de Letras do Porto», 1989, Vol. VI, p. 311-353; *Aspectos sociais da viticultura duriense nos fins do século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Norte de Portugal/Aquitânia, 1986. Contudo, Pereira aplica o conceito de região ao Alto Douro e dá ênfase à profundidade das suas divisões sociais.

noção social informe que serve mais para impossibilitar do que para encorajar a investigação interna. Infelizmente, no caso do comércio do vinho do Porto, o facto de se reclamar muitas vezes a importância da região vinícola parece, com efeito, obstar a ulteriores análises mais aprofundadas. Talvez a recordação do argumento do deputado Agostinho Albano, dizendo que esta era uma região cuja agricultura era «tão especial» que «os princípios abstractos da Economia Política» não se aplicavam lá, faça com que muitos achem mais prudente não se debruçarem sobre o assunto⁵.

Para caracterizar – ou talvez mesmo para caricaturar – a explicação dominante sobre o comércio, gostaria de apontar uma simples, central e subtil díade, implícita na maioria dos registos: os portugueses produziram o vinho e os ingleses dirigiram o comércio. Sem dúvida, uma díade já é um avanço sobre a mônada que mencionei anteriormente, mas não se trata de um grande avanço. Nem o convencional desenvolvimento numa série de díades alinhadas é uma grande ajuda:

Inglês	Português
Negociante	Lavrador
Cidade	Campo

A eficácia destes pares homólogos é apoiada pela forma como eles parecem girar colectivamente em torno do eixo-arquétipo que, na opinião de Braudel, faz girar «as rodas do comércio»: uma feira, juntando na troca de mercadorias os habitantes da cidade e a gente do campo, os mercadores ricos e os agricultores pobres. No caso do comércio do vinho do Porto, nos inícios do século dezanove, a feira da Régua desempenha este papel na perfeição. Aqui, segundo os registos, os exportadores do Porto compravam o seu vinho aos lavradores. Esta feira era organizada todos os anos pela Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (daqui em diante, a Companhia Geral) e era, principalmente, vista como um meio de evitar confrontos entre os exportadores britânicos e os lavradores portugueses⁶.

⁵ M. F. Bonifácio não evita totalmente as explicações de classe. O seu argumento permite-lhe simplesmente afirmar que a região, não a classe, explica melhor as lutas políticas do período. Não obstante, a sua oposição generalizada às análises baseadas na classe de Pereira, de Capela e de Silbert, sugere que, para ela, as duas são, se não mutuamente exclusivas, pelo menos alternativas. MARX, K. – *Capital: A critique of political economy*, vol. 3, p. 910, citado por UNWIN, T. – *Wine and the vine: An historical geography of viticulture and the wine trade*, London, Routledge, 1991, p. 312-313. O estudo antropológico contemporâneo de Shawn Parkhurst sobre o Douro sugere tal interdependência. (Ver PARKHURST, S. – *Claiming the middle ground*, trabalho apresentado no 6º encontro do International Conference Group on Portugal, em Durham, New Hampshire, E. U. A., 5-7 Outubro, 1995.) Albano, citado em BONIFÁCIO, p. 219.

⁶ Estas díades incorporam o comércio de vinho do Porto nos argumentos mais gerais sobre o comércio do vinho e a agricultura. Contudo, recentemente, as discussões sobre o comércio do vinho nou-

É esta imagem sobre os negociantes britânicos e os agricultores portugueses que permite que Sandro Sideri, no seu importante estudo sobre o domínio britânico em Portugal, faça a transposição – embora um pouco apressadamente – do hipotético relacionamento entre os negociantes britânicos e os lavradores portugueses para o relacionamento correspondente entre os britânicos e o Estado português. Igualmente, ela permite a M. F. Bonifácio construir uma região colectivamente escravizada pelo capital britânico. Embora, pessoalmente, não deseje, de qualquer forma, desculpar os britânicos, creio ser necessário clarificar a estrutura dos interesses financeiros e políticos que funcionam nesta região.

Na obra *The country and the city*, Raymond Williams aconselha-nos a ser cautelosos quando nos defrontamos com invocações duma simples relação binária de cidade e campo – particularmente quando esta parece substituir as relações políticas, económicas e sociais. Na maior parte das vezes, os divididos interesses, neste sentido, servem mais para mistificar do que para clarificar. Sem dúvida que cidade e campo são localizações importantes no comércio do vinho do Porto. No Porto e em Vila Nova de Gaia, os negociantes tinham as suas casas de negócio e armazéns. No campo, os lavradores tinham adegas e quintas. O entreposto e as quintas tinham, com efeito, posições bastante distintas. Na realidade, esta distinção torna particularmente incómoda a utilização do conceito de região singular e unida, envolvendo tanto a cidade como o campo. Além disso, no âmbito de tal diáde, dividida claramente pela nacionalidade e pela localização, a minha actual preocupação – a burguesia portuense – desaparece, quase inevitavelmente, de cena. Quando, por contraste, a oculta burguesia reaparece, as homologias parecem menos plausíveis⁷.

3. OS HOMENS INVISÍVEIS

Além do mais, não é preciso muito para fazer reaparecer a burguesia. De facto, ela só está omissa em metade da argumentação de M. F. Bonifácio: a metade económica. Ao tentar evitar a análise de classe de Silbert e Capela, ela quase só dá à burguesia um papel de figurante no actos económicos, atribuindo aos britânicos o domínio da economia e a preversão do interesse nacional. Nesta perspectiva, a burguesia portuense emerge como pouco mais do que um actor secundário dos ingleses. Seguindo Jorge Borges de Macedo e H. E. S. Fisher, M. F. Bonifá-

tros locais começaram a desafiar binários tão simples. Ver UNWIN, T., *op. cit.*; também, BRENNAN, T. B., [trabalho apresentado à Society for French Historical Studies, Atlanta, 1995]. BRAUDEL, Fernand. – *Civilization and capitalism*, vol. 1; *The wheels of commerce*, Siân Reynolds, trad., Nova Iorque, Harper & Row, 1985, p. 381.

⁷ WILLIAMS, Raymond – *The country and the city*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1973.

cio conclui que os economicamente insignificantes portuenses competiram primeiro com os negociantes britânicos no que não tiveram muito sucesso⁸. Como resultado disso, muitos burgueses não passaram de «pequenos e médios exportadores» ou, muito simplesmente, limitaram-se a sobreviver no insignificante «mercado interno». No entanto, tendo insistido na importância política da região, M. F. Bonifácio tem que tornar esta mesma burguesia, economicamente ineficaz, em protagonista da cena política⁹.

Sem dúvida que as solicitações do mercado britânico dominavam a economia da região e que as firmas britânicas desempenhavam um papel central no comércio do Porto. Contudo, certamente que esta não é a história completa já que, tendo unicamente como base os princípios, parece problemático atribuir à burguesia portuense uma influência política significativa enquanto, simultaneamente, se descrevem as suas práticas económicas como relativamente fracas, principalmente mal sucedidas e totalmente dependentes. É um pouco como tentar explicar os papéis políticos de Perot ou de Berlusconi sem referir as suas contas bancárias. Se olharmos para dentro da mónada da região e para além da díade cidade e campo, descobrimos que não somos obrigados a manter o poder político e o económico em estruturas analíticas separadas.

Um recente e gratificante ímpeto na história da região e do seu comércio permite-nos, agora, começar esta análise interna e distinguir um período dos outros¹⁰.

⁸ MACEDO, Jorge Borges de – *O bloqueio continental*, 2ª edição revista, Lisboa, Gradiva, 1990; FISHER, H. E. S. – *The Portugal trade: A study of Anglo-Portuguese commerce, 1700-1770*, Londres, Methuen, 1971 (edição portuguesa: *De Methuen a Pombal: O comércio anglo-português de 1700 a 1770*, J. Peixoto, trad., Lisboa, Gradiva, 1984).

⁹ Cf. BONIFÁCIO, p. 190.

¹⁰ Ver, por exemplo, BARRETO, António – *Douro*, Lisboa, Edições INAPA, 1993; BENNETT, Norman R. – *The port wine system in the 1890s*, «International History Review», 1994, 16 (2), p. 221-440; idem – *Wine growers of the Upper Douro, 1780-1800*, «Portuguese Studies Review», 1992, 2 (1), p. 28-45; idem – *The vigneron of the Douro and the Peninsular War*, «Journal of Economic History», 1992, 21 (1), p. 7-29; idem – *The golden age of the port wine system, 1781-1807*, «International History Review», 1990, 12 (2), p. 221-248; MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1990; idem – *Os ciclos do vinho do Porto: Ensaio de periodização*, «Análise Social», 1988, 24 (100), p. 391-429; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o vinho do Porto: De Pombal a João Franco*, Porto, Edições Afrontamento, 1991; idem – *As quintas do Oratório do Porto no Alto Douro*, «Revista de História Económica e Social», 1984, 13, p. 13-50; idem – *O vinho do Porto, o Alto Douro e a Companhia na época pombalina (1756-1777)*, segundo Bernardo José de Sousa Guerra, «Estudos Transmontanos», 1984, 2, p. 81-188; RIBEIRO, Jorge Martins – *Economia e política no burgo portuense através da correspondência dos cônsules dos Estados Unidos no Porto*, «Revista da Faculdade de Letras do Porto», 1992, 2 (9), p. 173-198; idem – *La communauté britannique de Porto au début du XIXe siècle*, in *L'identité régionale: L'idée de région dans l'Europe du Sud-Ouest*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 1991, p. 93-101; ARAÚJO, Henrique Costa Gomes de – *O Conselheiro Wenceslau de Lima: Critérios de uma escolha*, «Ler História», 1995, 9, p. 137-44.

Todavia, M. F. Bonifácio tira as suas conclusões essencialmente de estudos anteriores: *Marquês de Pombal*, de Susan Schneider, *Portugal Trade*, de Fisher, e *Bloqueio Continental*, de Borges de Macedo. Estes três estudos abarcam um período de cerca de 50 anos. Apesar de tudo, tem vindo a tornar-se cada vez mais claro que (embora, tal como defende Martins, o comércio não tenha passado por ciclos) as relações dentro do comércio, em 1756, quando a Companhia Geral foi instituída, não eram, provavelmente, as mesmas que em 1804, nem, certamente, as mesmas que em 1834, quando a Companhia foi dissolvida. Se não for por mais nada, o poder da própria Companhia declinou significativamente ao longo deste período – e as importantes mudanças na Companhia produziram, quase inevitavelmente, importantes mudanças na relações do comércio. Desta forma, a extrapolação é problemática. Por exemplo, em conformidade com M. F. Bonifácio e Borges de Macedo, Schneider regista, de facto, a subordinação da burguesia portuense nos primeiros anos da Companhia de Pombal. Mas, nota também o seu ressurgimento nos finais do século XIX. Se não mais, isto deveria avisar-nos que (e a própria Schneider considera) a descrição que Schneider faz da década de 1760 não é contínua com a de Borges de Macedo e certamente não pode ser alargada sem problemas aos anos 1830 e seguintes. À medida que nos vamos deslocando do período abordado por Schneider para o século XIX e, depois, com Borges Macedo, para o período entre as Guerras Napoleónicas e a Guerra Civil – o período crítico em que a burguesia portuense se afirma politicamente – torna-se necessário procurar mais cuidadosamente a presença dos negociantes portuenses¹¹.

4. EXPORTAÇÕES INVISÍVEIS

Como indicador grosseiro da presença dos negociantes portuenses, vamos considerar, neste período interguerras, os quinze anos que vão de 1813 a 1827. Este breve período segue-se à implementação do Tratado de 1810 (considerado desvantajoso por muitos portugueses e portuenses), abarca a regência autocrática do General Beresford e vai também permitir a vaga inicial do comércio, a seguir à expulsão dos franceses e ao restabelecimento das casas comerciais britânicas, depois das Guerras Napoleónicas. Este é o período denominado por um historiador como «o apogeu da hegemonia britânica» e durante o qual podemos considerar como certos o domínio britânico e a subordinação portuguesa¹². No entanto,

¹¹ SCHNEIDER, Susan – *O Marquês de Pombal e o vinho do Porto: Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980; MACEDO, Borges de – *O bloqueio continental*, MARTINS – *Os ciclos do vinho do Porto*.

¹² Domingos Oliveira Silva citado por RIBEIRO, Jorge Martins – *British trade and merchants in Oporto in the first half of the nineteenth century*, trabalho apresentado na Conferência do ICGP «The

se, para este período, considerarmos as exportações de Vinhos de Embarque – os vinhos mais qualificados que constituíam o principal interesse das casas britânicas e que seguiam quase exclusivamente para Inglaterra (e onde, como notam Fisher e Guimarães, os exportadores britânicos tiveram sempre inumeráveis e inestimáveis vantagens sobre os seus congéneres portugueses), observamos que, neste período de quinze anos, os indubitavelmente poderosos exportadores britânicos, colectivamente, só conseguiram comandar, por quatro vezes, metade das exportações anuais (ver quadro 1)¹³.

De forma alguma considero que estes valores devam mudar a nossa opinião sobre o poder das firmas britânicas. Com efeito, o lento crescimento da parte britânica (evidente no quadro 1) continua e, com o declínio da Companhia Geral, os portugueses nunca mais conseguiram atingir os 50% do comércio. Além disso, neste período, os portugueses tinham cerca de 340 exportadores no mercado, enquanto os britânicos só tinham 70¹⁴. Deste modo, mesmo quando o comércio balançava entre portugueses e britânicos, o exportador britânico médio era sempre maior que o português médio. Todavia, tais números questionam efectivamente as caracterizações do comércio deste período como sendo de simples domínio britânico. Além disso, mesmo as separações que fiz, aceitam muito facilmente as divisões convencionais. Firms como Dixon, Allen, Figueiredo; Bastos Snellgrove; Azevedo, Cropp, Duarte, Murphy; Viúva Sampayo, Allen & Sousa; e Viúva Mello & Wye não se enquadram facilmente em nenhum dos lados desta divisão¹⁵. A firma britânica Swanns Knowsley forneceu dois terços do capital da companhia nitidamente portuguesa Sobral & Pinto, que representou a primeira, no Porto, tão bem como a firma George Sandeman & Co. representou, também no Porto, a firma londrina Sandeman, Gooden e Forster. Embora menos formais,

Anglo-Portuguese Alliance in History», Cambridge, G. B., Outubro, 1993. Paro em 1827, principalmente para evitar as importantes rupturas que se deram na vida portuense a seguir à proclamação de D. Miguel.

¹³ Tal como mostra a última linha do quadro 1, três dos quatro anos em que os britânicos detiveram a maior parte das exportações foram anos de precipitado declínio e insolvência no comércio – donde se conclui que, ao que parece, os portugueses eram pelo menos mais rápidos que os britânicos a abandonar um mercado em baixa. FISHER – *Portugal trade*, GUIMARÃES, Gonçalves – *Um português em Londres: Cartas de J. M. Virginiano, correspondente dos Ferreiras da Régua, no período pós-napoleónico*, Vila Nova de Gaia, A. A. Ferreira, 1988.

¹⁴ Ao longo deste período, os portugueses tinham, em média, 64 exportadores por ano, os britânicos 24 e os restantes 7. Os exportadores portugueses atingiam uma média de 188,5 pipas, os britânicos de 500 e os restantes de 419.

¹⁵ Num desses quatro anos, os exportadores britânicos atingiram 50% das exportações (1827); no entanto, este valor só é atingido se a firma Dixon, Allen, Figueiredo for considerada como totalmente britânica (não portuguesa, nem mesmo metade). A Companhia Geral designou «negociantes nacionaes» e «exportadores não Inglezes» de acordo com os seus próprios interesses. No entanto, neste caso, a sua separação pode ter sido tão inexacta como a separação do vinho.

há outras alianças que parecem ter sido tão fortes como as anteriores. A firma Hunt, Newman, Roope, por exemplo, trabalhou em aliança com os Padres Congregados do Oratório do Porto, comprando todo vinho que estes conseguiam produzir nas suas diversas vinhas. Uma rede de alianças como esta questiona ainda mais as simples divisões entre britânicos e portugueses ou lavradores e exportadores, nas quais, em meu entender, se baseiam as opiniões sobre a homogeneidade da estrutura interna da região¹⁶.

Para se perceber o comércio do vinho do Porto e as suas relações com a política e a economia portuguesas torna-se necessário desenvolver uma opinião mais elaborada sobre as relações internas deste comércio e os seus diferentes interesses. Para isso, tal como já sugeri, precisamos de uma periodização mais cuidada, tendo o cuidado de não homogeneizar, nem marginalizar. Quero com isto dizer que não devemos assumir, sem verificar, que o comércio se manteve inalterado desde o início da actividade da Companhia até ao seu declínio. Não podemos, simplesmente, extrapolar de um período para o período seguinte. Igualmente, devemos questionar se as personagens envolvidas no comércio e na região agiram colectiva e homogeneamente. Falar uniformemente sobre «os portugueses» – ou mesmo sobre «os britânicos» – deveria requerer uma justificação. Da mesma forma, deveríamos justificar quando falamos sobre «os exportadores» ou «os agricultores» como se estes também fossem grupos homogêneos, divididos pela nacionalidade e dividindo o comércio. Finalmente, devemos ter o cuidado de não assumir que os portugueses eram inteiramente dependentes ou marginais, só porque não aparecem nos registos da Alfândega, onde os britânicos eram dominantes¹⁷.

5. AGENTES DIVIDIDOS

Para desafiar a homogenização e a marginalização, gostaria de utilizar alguns números preliminares retirados de livros de contabilidade da época, tentando caracterizar sucintamente as práticas do comércio. Se, mais do que combinarmos, compararmos estes dados, não só as práticas se tornam distintas e não homogêneas, como a posição dos negociantes portugueses – enquanto agentes significantes, defendendo os seus interesses próprios – se torna inevitável e o seu papel parece cada vez menos marginal. Assim, tentarei, primeiro, indicar a relevância da contribuição da burguesia portuense; de seguida, irei explorar os diferentes papéis desempenhados pelos seus elementos constituintes; finalmente, tentarei

¹⁶ Os livros de Sobral & Pinto para os anos de 1816-1819 encontram-se nos arquivos da Taylor, Fladgate, Yeatman. Os livros da Hunt, Newman, Roope estão nos arquivos da A. A. Ferreira. Para mais informações sobre o Oratório, ver PEREIRA, Gaspar Martins – *As quintas do Oratório*.

¹⁷ BONIFÁCIO (p. 189) cita Borges de MACEDO, considerando os melhores mercadores portugueses «intimamente ligados ao tráfico inglês, sem independência».

compreender como é que, ao desempenhar esses papéis, os negociantes locais eram vistos pelos seus contemporâneos britânicos¹⁸.

Nos registos, os mercadores portugueses surgem não só como exportadores – cujas contribuições são evidentes nos mapas da Alfândega – mas também como *agentes intermediários* («brokers»). Este termo englobava uma variedade de práticas, algumas das quais tendo lugar no campo, outras na cidade. De seguida, tentarei distinguir estas diferentes práticas, mas, para mostrar que estes negociantes merecem a nossa atenção, gostaria de, em primeiro lugar, dar uma ideia sobre o seu trabalho na cidade. Aqui, os *agentes* foram os que criaram um mercado secundário, dominado pelos portugueses. Começavam por comprar, especulativamente, o vinho no Alto Douro e, depois, traziam-no para Vila Nova de Gaia, não para exportar, mas para vender aos exportadores cujos *stocks* iam diminuindo ao longo do ano. Uma indicação aproximada sobre a extensão deste mercado secundário sugere que este mercado era secundário num sentido meramente técnico. Em termos financeiros, era tudo menos marginal.

De acordo com o quadro 2, parece que os exportadores compraram em média entre um quarto e um terço do seu vinho, por volume, aos comerciantes do mercado secundário de Vila Nova de Gaia e Porto¹⁹. No entanto, este vinho era muito mais caro. (Por exemplo, de 1813 a 1832, a Offley, Forrester & Webber [daqui para a frente, Offley] pagou aos lavradores, na feira, uma média de 52\$791 por pipa, pagando 118\$010 aos *agentes intermediários*, em Gaia). Neste caso, em termos de preço, o *ratio* entre campo e cidade quase que se inverte, com as firmas a gastarem pouco mais do que um terço do seu total de compras no campo, mas quase dois terços na cidade. Tentando dar uma maior perspectiva a estes valores, para os oito anos finais do período sob estudo, a Offley e a George Sandeman & Co. [daqui em diante, Sandeman], as duas maiores firmas, gastavam, respectivamente, 54% e 64% dos seus totais em vinho, não no Alto Douro mas em Gaia. Neste período, as duas firmas juntas gastaram mais de 1.000 contos de réis a comprar vinho na cidade.

¹⁸ Os meus dados são retirados, essencialmente, dos registos existentes nas firmas da House of Sandeman; Offley, Forrester; Croft & Ca.; A. A. Ferreira (que ficou com os registos da Hunt, Newman, Roope); Taylor, Fladgate, Yeatman (que detém os registos da Campbell, Bowden & Taylor e da Sobral & Pinto), em Vila Nova de Gaia. Também retirei alguns dados dos arquivos da Companhia Velha. Os meus dados da Sandeman são mais credíveis, principalmente porque pude confrontá-los na sua maioria com os registos da Companhia Geral, permitindo-me verificar detalhes com alguma precisão.

¹⁹ No quadro 2, forneço um segundo grupo de valores para o período de 1825-32, uma vez que os exportadores britânicos ficaram inevitavelmente dependentes dos intermediários portugueses quando voltaram para esvaziar os armazéns, depois das guerras napoleónicas. Contudo, os números para 1825-32 indicam que esta precoce dependência não distorceu indevidamente os valores globais para o período.

Em 1830, por exemplo, o último ano sobre o qual existem números fiáveis para este comércio, como um todo, estas duas firmas foram responsáveis por cerca de 13,55% do total das exportações de vinho do Porto e gastaram 187 contos em vinho, comprado em Gaia e no Porto²⁰.

Estes valores começam por levantar a muito debatida questão sobre o destino dos lucros do comércio. Muitas vezes os agricultores queixavam-se – justamente – que as pipas oferecidas, na feira, à taxa de 40\$000 apareciam, no mercado londrino, a valer cerca de £40 (a um câmbio de 4.5 mil réis por libra esterlina, o preço de venda em Londres deveria atingir cerca de 180\$000)²¹. Mas, como já referi, em Gaia, o vinho era vendido a um preço muito mais alto. Além disso, o número de negociantes portugueses era muito mais pequeno que a imensidão de lavradores. Por exemplo, entre 1825 e 1832, a Sandeman comprou vinho a 35 diferentes negociantes portuenses mas, nesse mesmo período, comprou a 118 lavradores diferentes. Em geral, então, a estrutura do comércio dava lucros disponíveis não aos pequenos lavradores, mas aos negociantes de Gaia e do Porto, tanto britânicos como portugueses. Estes conseguiram aproveitar-se do significativo valor acrescentado entre o Alto Douro e a cidade²².

Há duas coisas que se tornam cada vez mais evidentes se observarmos certos números referentes aos anos interguerras. Primeiro, a burguesia portuense não se confinou ao «mercado interno», como talvez nos tenham feito crer Fisher, Borges de Macedo e M. F. Bonifácio: só em 1830, os portugueses comandaram 34% das exportações. Segundo, mesmo que os portugueses se tivessem confinado ao «mercado interno», absorvendo até dois terços do dinheiro gasto a comprar vinho em Portugal, esse comércio era tudo menos marginal. Mais genericamente, acho que tais números sugerem que a díade dominante de exportadores britânicos e lavradores portugueses – formada em torno de uma feira – não se verifica para este período, nem os agentes intermediários se limitam a mediá-los. Antes, certas categorias cuja separação podemos ter aceite como estabelecidas – lavradores,

²⁰ MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, quadro 70.

²¹ Claro que nem todo o vinho era vendido de acordo com a taxa. Era frequente o vinho bom duplicar ou mesmo triplicar o preço fixado pela Companhia. Em 1825, um ano em que houve muita procura de vinho, a Sandeman pagou um «excesso» (ou «maioria») sobre 90% das pipas que comprou na feira. Assim, embora os preços estabelecidos para a primeira e segunda qualidade dos vinhos para exportação fossem, respectivamente, 40 e 50 mil réis, a Sandeman pagou uma média de quase 60 mil réis por pipa. Em 1819, quando a taxa era de 60 mil réis, a Sandeman pagou 127\$000 pelo vinho da família Pereira Lima.

²² É difícil fazer estimativas exactas sobre o número total de lavradores ou agentes intermediários neste período. Pereira nota que, no final do século XVIII, havia 3257 «produtores» no Alto Douro (*Aspectos sociais da viticultura*, p. 5). Em geral, os exportadores partilhavam os agentes intermediários, por isso os 35 da Sandeman representavam provavelmente uma grande parte do total; no entanto, era raro partilharem lavradores, por isso os 118 são apenas uma pequena parte destes últimos.

exportadores e, menos notados, agentes intermediários – parecem menos distintas que anteriormente.

6. OS AGENTES INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO

Aqui, o papel negligenciado – e aquele que, significativamente, rompe com a simples combinação entre cidade e campo, negociante e lavrador, em torno da feira – não é o do exportador português, mas o do agente intermediário. Neste comércio, o termo é polissêmico, por isso gostaria de, rapidamente, caracterizar quatro tipos diferentes – apesar de nunca completamente distintos – de intermediários.

O primeiro envolvia os comissários ou, como os britânicos se lhes referiam, os «brokers» (agentes intermediários), que supervisionavam, para as firmas particulares, a compra e embarque do vinho do Alto Douro. Norman Bennett discute com algum detalhe esta combinação. Além disso, estes comissários eram, geralmente, habitantes do Alto Douro, não fazendo parte da burguesia portuense sobre a qual nos estamos a debruçar; assim, só os menciono para completar o quadro²³.

Uma segunda forma – e mais importante – de intermediação envolvia os lavradores ricos que se representavam a si próprios e a outros nos negócios com os compradores. A maioria dos livros de contabilidade revela a existência de grupos ocasionais de lavradores que trabalhavam juntos, frequentemente sob a liderança de uma única e poderosa figura. Alguns desses grupos são famílias, pelo que encontramos, por exemplo, os irmãos António Inácio e António Joaquim Pereira Lima a vender o seu vinho através do seu pai, Sebastião. Outros são vizinhos e, assim, Brás Gonçalves Pereira, de Covas, parece ter negociado em nome dos lavradores menos poderosos de Covas. Recusando-se a vender o vinho de alguém mais importante separado do seu próprio ou do dos seus vizinhos, os grupos de lavradores conseguiam assegurar a venda de uvas que, de outra forma, poderiam ficar sem comprador. Finalmente, alguns compravam vinhos à *bica*, juntando lotes que, por si sós, eram pequenos demais para encontrar comprador.

Uma terceira forma de acção dos intermediários, ainda na região vinhateira, dava-se quando os lavradores armazenavam o vinho que não conseguiam vender num ano, vendendo-o como vinho velho nos anos seguintes. Os livros de contabilidade individuais e os livros de arrolamento da Companhia Geral mostram a existência de quantidades substanciais de vinho a ser vendido como velho nos anos a seguir à feira. No quadro 2, os 14% de discrepância entre a quantidade que a

²³ BENNETT, Norman R. – *The golden age of the port wine system, 1781-1807*, «International History Review», 12 (2), 1990, p. 221-248; idem – *Port wine merchants: Sandeman in Porto, 1813-1831* (no prelo).

Offley comprou na feira e a quantidade que comprou em Gaia representa a crescente quantidade de vinho que esta firma comprava na região duriense depois da feira, a maior parte do qual era vinho velho, de colheitas anteriores.

Esta forma de intermediação requeria recursos mais substanciais que as anteriores. Os lavradores que vendiam vinho velho tinham que ter capacidade para resistir a vender à Companhia Geral que, no fim de cada ano, licitava o vinho que tinha ficado por vender. Também tinham que ter capacidade de armazenar e tratar o vinho durante a vindima seguinte. E, por vezes, ainda suportavam, eles próprios, o custo e o risco de embarcar o seu vinho para Gaia. Assim, por exemplo, quando os preços praticados na feira pareciam inadequados (como aconteceu em 1824), J. J. Viamonte, da Boa Vista, rico e astuto, tornava-se o comprador nominal do seu próprio vinho para evitar ser obrigado a vendê-lo. Por vezes, nos anos seguintes, vendia como velho o vinho que tinha voltado a comprar; outras vezes (como em 1824) levava, à sua própria custa, o vinho para a cidade, tentando conseguir aí um melhor preço²⁴.

Aqueles que, efectivamente, transportavam o seu vinho rio abaixo, depois de o terem armazenado, ficavam, inevitavelmente, incluídos na quarta e última forma de intermediação – a venda do vinho nos mercados secundários, em Gaia e no Porto. Como já indiquei, este último grupo, também denominado «brokers» (agentes intermediários) pelos exportadores britânicos, é mais evidente nos livros de contabilidade e, também, o mais numeroso. Essencialmente, estes agentes compravam, por sua conta, o vinho no Alto Douro, pagavam as despesas de transporte até ao Porto e Gaia e, depois, vendiam esse vinho aos exportadores que tivessem os stocks a esgotar. No entanto, como referi, alguns deles também eram lavradores e, com frequência, transportavam e vendiam vinho que tinham comprado juntamente com o seu próprio vinho. Outros eram, também, exportadores. E outros acumulavam as três funções: tendo transportado o vinho que tinham produzido para a cidade, em vez de o venderem na feira, tanto o vendiam às firmas de Gaia como procediam, eles próprios, ao embarque para o exterior, dependendo da melhor oferta de mercado. Os irmãos António Bernardo e José Bernardo Ferreira, assim como o sogro deste último, Pedro Gil, faziam parte deste grupo. Produziam vinho em terras de que eram donos ou alugadas, tal como mostram os livros de arrolamento, mas também compravam vinho por todo o Alto Douro. Além disso, por vezes – individual ou colectivamente, dependendo da ocasião – vendiam o seu vinho no Alto Douro, outras vezes levavam-no para a cidade e, regularmente, exportavam porções desse vinho²⁵.

²⁴ Viamonte vendeu à Offley, Sandeman e à Campbell, Bowden & Taylor durante este período. Por vezes também vendeu na feira; umas vezes como vinho velho, no campo; outras, na cidade.

²⁵ As páginas dos livros de contabilidade de António Bernardo Ferreira para este período parecem lis-

7. INTERMEDIÁRIOS & EXPORTADORES

Qual era o grau de importância destes agentes intermediários cidadãos? H. E. S. Fisher defende que uma das razões pelas quais os britânicos dominavam o comércio se devia ao facto de só eles terem o capital suficiente para assegurar os necessários stocks de vinho. Em Janeiro de 1827 e de 1828, o agente da Offley inventariou os doze maiores armazéns de Vila Nova de Gaia. Estas listas permitem que, fazendo uma comparação entre o capital relativo envolvido nas exportações e no comércio intermediário, se passe a duvidar da suposição de Fisher (ver quadro 3). Em cada lista podemos ver que só metade dos grandes armazéns pertencia aos britânicos (estes números não incluem as reservas da Companhia Geral, que fazem parecer pequenos mesmo os maiores stocks mencionados nestas listas). Em 1827, os seis armazéns britânicos tinham, em média, 1408 pipas, enquanto os outros seis atingiam uma média de 1132 pipas. E, em 1828, os britânicos conseguiram uma média de 1135.83 pipas, contra 895 dos restantes seis. Assim, com uma certa latitude, estes doze têm investimentos de capitais comparáveis. Os britânicos são claramente maiores. No entanto, é perceptível que, embora cinco das seis firmas britânicas apareçam quer em 1827 quer em 1828, só duas continuam de um ano para o outro. Isto sugere que, entre as firmas não inglesas, existiam várias capazes de deter tão grandes stocks²⁶.

Contudo, quando reparamos nas exportações destes armazéns, o contraste é gritante. As exportações das seis firmas britânicas subiam a mais de 83% e 120% das reservas iniciais, respectivamente em 1827 e 1828. Estas firmas eram, indubitavelmente, exportadoras. As outras seis, por contraste, só exportaram mais de 20% em 1827 e menos de 10% em 1828. Estas eram de agentes intermediários. Além disso, dado que só dois nomes transitam de um ano para o outro, torna-se evidente que as firmas do segundo ano não ficaram com os seus stocks por vender. Em vez disso, devemos presumir que elas venderam o seu vinho no mercado interno, onde os preços parecem não ter sido muito diferentes dos preços para exportação. Por exemplo, António Bernardo Ferreira (que aparece na primeira lista) vendeu à Offley 95 pipas, em 1828. O preço – 120\$000 – é quase igual ao preço médio de exportação desse ano²⁷. O esgotamento destes stocks sugere

tas da Casa da Feitoria. Todos os «nomes» conhecidos no comércio lhe compravam vinho. Tal como a Sobral & Pinto, Ferreira também enviou directamente vinho à consignação para as casas londrinas de Butler e Van Zeller. Consequentemente, mais uma vez, as divisões nacionais dos mapas da Alfândega não conseguem captar a extensão das exportações dos mercadores portugueses.

²⁶ Uma vez que Van Zeller e Kopke aparecem nestas listas, refiro-me ao segundo grupo como «outros» ou «não ingleses», e não como portugueses. Aos olhos de muita gente, contudo, ambas as famílias eram vistas como naturalizadas portuguesas.

²⁷ Dado que o custo de vender vinho no Porto era muito mais baixo que o custo de o transportar e vender em Inglaterra, as margens de lucro para os mercadores portugueses seriam, claro, proporcionalmente mais altas.

que os agentes intermediários tinham, pelo menos, tanto sucesso como os exportadores a vender o seu vinho – possivelmente, mais ainda – uma vez que, nesta altura, o vinho exportado se estava a acumular nas docas de Londres²⁸.

O que estes números indicam, nesse caso, é que não só os portugueses, enquanto grupo, desempenharam um papel significativo no comércio de exportação e dominaram um lucrativo «mercado interno», como muitos deles tinham capital suficiente para rivalizar com as firmas britânicas nas compras, no armazenamento de *stocks* e nas vendas. Apesar de invisível nos registos alfandegários, este mercado e o capital nele investido têm que ser levados em conta quando se quiser avaliar a correspondente força económica e política da comunidade mercadora nacional e estrangeira. A contribuição da burguesia para esta parte do comércio começa a sugerir que os seus interesses não eram, necessariamente, os mesmos quer da «região», quer dos britânicos e, além disso, que esta burguesia tinha força suficiente para defender os seus interesses, o que fazia energeticamente e sem ajuda. Se é este o caso, então a imagem de uma região coesa, não dividida por classes, tem que ser discutida com maior fundamentação.

8. UMA RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA

Dada a significativa força dos portugueses, torna-se mais útil considerar como interdependência (em vez de «sem dependência») a relação entre os agentes intermediários citadinos e os exportadores. Os agentes citadinos dependem claramente dos exportadores britânicos para conseguirem aceder ao lucrativo mercado britânico. No entanto, esta não era a única forma que os agentes encontravam para escoar a sua mercadoria. Muitos dos que enviavam vinho para a Grã-Bretanha através das firmas inglesas também tinham o direito de exportar os «vinhos separados» – vinho qualificado para venda no ultramar, mas não para a Grã-Bretanha. Obviamente que este era um mercado onde os britânicos tinham menos vantagens e, como tal, menos interesse.

Os exportadores, por outro lado, dependiam dos intermediários por um dado número de razões. Primeiro, tal como acabámos de ver, os agentes ajudavam a aumentar tanto o custo, como o risco de deter *stocks* neste intensivo comércio de capital²⁹. Segundo, os agentes forneciam crédito, enquanto os agricultores pre-

²⁸ Jornal, livro-razão e livro de cartas da Offley, 1828; MARTINS – *Memória do Vinho do Porto*, Quadro 30, p. 164.

²⁹ O principal risco era o de uma abundante vindima que, se fosse de qualidade superior à dos vinhos em *stock*, iria desvalorizar estes últimos. A possibilidade disto acontecer dava à Companhia Geral um grande poder. Quando os *stocks* estavam altos, ela podia qualificar grandes quantidades de vinho. Quando estavam baixos, só podia qualificar uma pequena quantidade e esperar beneficiar

tendiam dinheiro. Normalmente, o vinho comprado em Gaia era pago com letras a serem pagas em quinze meses e, em circunstâncias excepcionais, as letras vendiam em períodos máximos de dois ou três anos. Além disso, estas letras podiam muitas vezes ser reformadas³⁰. Terceiro, os agentes forneciam vinho que podia responder a encomendas quando os stocks disponíveis dos exportadores estavam baixos. Este vinho podia prover encomendas imediatas, enquanto o vinho comprado na feira não. Na Grã-Bretanha, os clientes eram instáveis e deixariam imediatamente um exportador que estivesse a vender vinhos novos não beneficiados a preços acima dos alcançados pelo vinho do Porto, conseqüentemente a grande maioria do vinho envelhecido em armazéns de Vila Nova de Gaia durante, pelo menos, um ano. O vinho comprado na feira, portanto, não chegaria para as encomendas desse ano, as quais, se os stocks baixassem, tinham de ser completadas a partir dos armazéns dos agentes. Quarto, os agentes podiam oferecer um maior volume e uma mais vasta variedade de vinhos de diferentes colheitas que um agricultor isolado. Quinto, ofereciam uma maior garantia de qualidade e nenhum dos riscos de transportar vinho Douro abaixo³¹. Finalmente, o crédito e os stocks dos agentes sustentavam as firmas pequenas e as firmas que entravam no mercado³².

Dada a variedade de objectivos servidos pelos agentes intermediários, é impossível traçar uma única lógica para as suas compras. O factor mais significativo era que o comércio do vinho do Porto era extremamente volátil. Tal como a última linha do quadro 1 mostra, as exportações expandiram-se e contraíram-se bastante violentamente, aumentando 50% em 1825, por exemplo, e diminuindo a mesma quantia no ano seguinte. Estas oscilações não se davam simplesmente em função da expansão ou da contracção do mercado britânico. Reflectiam também os efeitos das guerras napoleónicas e subsequentes distúrbios políticos no Porto,

com a venda das suas próprias reservas, à medida que os competidores iam ficando esgotados. Isto parece acontecer em 1825 quando a Companhia Geral aparece como uma presença significativa na maior parte dos livros dos exportadores. A Sandeman, por exemplo, compra 650 pipas e a Offley 220.

³⁰ Os «escritos» dos agricultores eram pagos em três partes: uma na altura em que o negócio era feito, outra quando o vinho era entregue, e uma terceira geralmente por altura da vindima, pelo que havia algum crédito envolvido, embora muito menos do que ofereciam os agentes.

³¹ Comprar vinhos já prontos aos agentes em Gaia evitava a difícil tarefa de provar vinhos novos no Alto Douro, tentando imaginar qual iria ser o seu paladar depois de transportados, tratados e envelhecidos. Também evitava as dificuldades que se levantavam quando os lavradores ou os comissários ofereciam um vinho para provar e embarcavam outro. As cartas das firmas para os agentes no Douro estão cheias de lamentos, afirmando que o vinho provado na feira não era o que tinha chegado a Gaia.

³² Para este último ponto, ver também o testemunho de John Gassiot perante um comissão parlamentar britânica, em 1851 (citado em SHAW, T. – *Wine, the vine, and the cellar*, London, Longman, Green, 1864, p. 174-179). Refere-se especificamente às enormes reservas da Ferreira e à forma como estas ajudaram as novas firmas britânicas – incluindo a sua – a entrar no mercado, na década de 30.

a quantidade e qualidade da vindima, o estado e destino dos stocks de colheitas anteriores guardados no Douro, em Gaia, e retido nas docas de Londres, e, acima de tudo, os caprichos da Companhia Geral que, em cada ano, só qualificava certas quantidades de vinho para o mercado exportador e estipulava a taxa ou preço de venda. A qualificação de vinhos de 1ª qualidade chegou a atingir um máximo de 68.000 pipas, em 1820 e um mínimo de 11.375 pipas, em 1825³³.

É essencialmente no contexto destas oscilações bruscas e das altamente imprevisíveis intervenções da Companhia Geral que a importância do lucrativo mercado secundário para os exportadores se torna cada vez mais clara. Em alturas diferentes, todos os exportadores, quer forçados pelo clima, quer pelos caprichos da Companhia, tinham que recorrer aos intermediários («brokers») de Gaia. Quando a vindima e a qualificação eram generosas, os exportadores podiam comprar todo o seu vinho na feira; mas, quando uma ou outra só conseguiam uma pequena qualificação, inevitavelmente que os exportadores tinham de recorrer aos agentes intermediários. Desta forma, em 1820, quando quase todo o vinho disponível foi qualificado para embarque, tanto a Sandeman, como a Offley e a Hunt, Newman, Roope compraram 100% do seu vinho no Douro, enquanto a Campbell, Bowden & Taylor e a Croft compraram aí respectivamente 99% e 93%. Em 1825, quando só 11.375 pipas se qualificaram (embora o mercado inglês se estivesse a expandir), só a Hunt, Newman, Roope comprou mais de 50% na feira (54%) e a Offley só 28%. Inevitavelmente, estas pressões afectaram os preços. Em 1820, a Offley pagou uma média de 41\$305 réis por pipa, enquanto, em 1825, os preços na feira era, em média, de 60\$876 e, depois da feira, aqueles que tinham mantido o vinho, venderam-no à Offley a uma média de 84\$643 por pipa. Nesse ano, quando tanto os exportadores como os intermediários tinham falta e a Companhia dominava, o preço médio por pipa que a Offley pagou em Gaia foi de 120 mil réis.

Evidentemente, a força central para o entendimento destes valores é a Companhia Geral. De muitas formas, através do controlo que exercia sobre a qualificação, a Companhia Geral controlava a forma do mercado interno e era, aos olhos dos britânicos, responsável por colocar os exportadores nas mãos dos agentes intermediários. Mas, porque fazia bom dinheiro ao vender vinho aos exportadores, estava em competição directa com os outros agentes intermediários da cidade. Com efeito, a relação entre os agentes intermediários da cidade e a Companhia Geral, em Gaia, era semelhante à existente entre os exportadores e a Companhia Geral, na Grã-Bretanha. A mesma instituição que controlava a produção competia pelos consumidores nos postos de mercado, tornando-se árbitro e jogador no mesmo jogo. Através do seu controlo sobre a qualificação, a Companhia Geral podia pressionar os exportadores britânicos, fazendo do mercado

³³ Estes valores para a qualificação de Vinho de Embarque são relatados nas cartas da Offley.

interno uma lucrativa fonte de rendimento. Contudo, os agentes intermediários da cidade competiam por esses rendimentos e impediam a Companhia Geral de estabelecer os seus próprios preços na cidade. Consequentemente, a Companhia agia periodicamente dentro da lei (controlando as condições segundo as quais os agentes compravam) e fora dela (ao vender, tal como quase toda a gente achava, vinho qualificado como ramo, comprado assim mais barato que o muito mais caro de embarque).

A competição entre a Companhia e os agentes intermediários da cidade confirma o argumento de Schneider, defendendo que a Companhia tinha um interesse muito real em incapacitar a burguesia portuense, enquanto favorecia os aristocráticos proprietários de terra da região. Esta animosidade é particularmente evidente nas leis referentes aos «não exportadores» que só podiam negociar depois da Companhia Geral e dos exportadores terem feito a sua selecção. Não obstante, a importância dos agentes no período interguerras sugere que os agentes não sucumbiram, como assumem aqueles que marginalizam os mercadores portugueses. A animosidade entre os intermediários citadinos e a Companhia Geral explica porque é que, embora sendo verdade que a Companhia é parcialmente responsável pela quota portuguesa nas exportações (quadro 1), o facto é que a quota dos intermediários (pela qual os portugueses detinham seis dos primeiros doze armazéns) foi conseguida apesar da clara oposição da Companhia Geral. Por outro lado, porque ela própria era um intermediário, a Companhia também manteve distintos os interesses dos exportadores e dos agentes intermediários, parecendo, por vezes, agir deliberadamente para colocar uns contra os outros³⁴. Assim, os exportadores falavam em serem «levados» pelas políticas da Companhia, «para as mãos dos especuladores» [i. e., os agentes intermediários], para as quais, podemos assumir, só se entregavam com menos relutância que nas mãos da Companhia.

9. OS BRITÂNICOS E OS AGENTES INTERMEDIÁRIOS

Se os interesses dos exportadores e dos agentes intermediários estavam divididos, quais eram as suas atitudes? Os registos em discussão só nos permitem observar a atitude dos primeiros em relação aos segundos. Embora a Companhia Geral se opusesse aos agentes intermediários, a atitude dos exportadores, particularmente dos exportadores britânicos, era mais ambivalente. Os livros de conta-

³⁴ Para limitar a acção dos comissários, a Companhia Geral deu aos exportadores o direito de comprar antes dos não-exportadores. Isto talvez explique também porque é que tantos agentes se aventuraram no mercado exportador com quantidades de vinho bastantes pequenas, tais como as 0,5 pipas que António Bernardo Ferreira exportou em 1827 (ver quadro 3).

bilidade mostram-nos alguns britânicos a trabalhar de forma muito próxima com os intermediários que, ao contrário da Companhia e dos exportadores portugueses, não disputavam com eles os clientes³⁵. A firma Sandeman é disso um bom exemplo. Esta firma só se estabeleceu no Porto e em Gaia, em 1814. E, tal como outras novas firmas, tanto anteriores como posteriores, estava inicialmente muito dependente dos agentes intermediários. Estabelecer relações seguras com os agricultores levou o seu tempo, pelo que, de início, a Sandeman trabalhou de perto com os agentes intermediários de Gaia e do Porto. A firma de Thomas da Rocha Pinto & Filhos, um intermediário e exportador, tinha sido sua fornecedora em Inglaterra e na Escócia, antes da Sandeman ter estabelecido a sua própria agência. Quando a George Sandeman & Co. abriu o seu escritório no Porto, Rocha Pinto ajudou a construir stocks, fornecendo só ele 7,5% das compras totais da Sandeman nos primeiros anos. A firma britânica comprou com precaução, baseada na garantia de que «o Sr. Pinto tem 1300 pipas de vinho e terá todo o prazer em vendê-las»³⁶. No entanto, as cartas sugerem que, apesar de algumas relações de proximidade entre exportadores e intermediários, os primeiros não estavam completamente bem impressionados com os últimos. O aspecto deste relacionamento depende da perspectiva segundo a qual é observado. Na cidade, exportadores e especuladores trabalhavam concertados de forma a conseguirem arcar com as flutuações do mercado e os caprichos da Companhia Geral. No campo, contudo, as compras dos agentes intermediários fizeram subir os preços para os exportadores³⁷.

Além disso, quando descrevem negócios com os intermediários, as cartas parecem imbuídas de um sentimento de falhanço: assim, falarão de «serem levados a» como se, quando compravam em Gaia, as firmas não tivessem o controlo do seu próprio destino. Mais geralmente, as cartas comerciais britânicas da época sugerem um certo desagrado em relação aos agentes intermediários, mais evidente, suspeito, quando descrevem os últimos como «especuladores». Este termo

³⁵ Não é excessivo dizer que, embora fosse relativamente fácil encontrar outro lavrador – alvo de disputa dos exportadores e agentes intermediários – podia ser muito difícil substituir um cliente perdido – alvo da disputa dos exportadores e da Companhia.

³⁶ Carta da Sandeman, 29 de Março de 1814. De modo inverso, quando a firma portuguesa foi pressionada pela Companhia Geral, depois da morte de Thomas Pinto, a Sandeman ofereceu-se para comprar vinho aos executores, mas a sua proposta foi ultrapassada pela Guerreiros (carta, 3 de Junho de 1817).

³⁷ Contudo, ocasionalmente, exportadores e agentes intermediários trabalhavam juntos no Alto Douro. Os registos da Companhia Geral sugerem que na década de 20, a Sandeman deve ter comprado em aliança com os agentes intermediários da Guerreiros e Ribeiro e da Souto Freitas, enquanto os comissários da Sandeman, Carlos António e José Jacinto Pereira da Silva, também compraram vinho para estas companhias. Finalmente, nos anos finais deste período, a Sandeman estabeleceu um relacionamento muito importante com os irmãos Ferreira, António e José Bernardo, e com o sogro do José, Pedro Gil.

sugere uma divisão conceptual – não pela nacionalidade, mas pelo compromisso com o comércio do vinho. Os «especuladores» eram aqueles cujo objectivo era fazer dinheiro de qualquer maneira e onde pudessem. Os especuladores podiam comprar vinho num ano, vender carvão no outro, e viver da troca no seguinte – ou fazer as três coisas simultaneamente. Claro que os exportadores faziam todas estas coisas. Mas, pela leitura das suas cartas, fiquei com uma forte impressão que, do seu ponto de vista, eles se sentiam diferentes. Embora todos possam especular e se descrevam a si próprios como envolvidos numa «especulação», seja em letras ou em garrafas, só alguns são identificados como especuladores. Estes são os que não têm um negócio específico mas que existem, em vários sentidos, à margem – embora pelo seu poder financeiro estejam muito longe de ser marginais. Por conseguinte, uma carta da Sandeman distingue bastante tipicamente três grupos distintos: «o hábito de dar aos vinhos doçura artificial aumentou recentemente tanto com os agricultores e especuladores em Vila Nova & mesmo com os exportadores»³⁸.

Ao ler tais cartas, descobri que embora os britânicos se referissem frequentemente aos lavradores como «os nossos amigos na Região Vinícola» e usassem descrições semelhantes para os exportadores portugueses, tinham tendência para olhar os agentes intermediários com mais hesitação, retratando-os quase como parasitas no comércio, trabalhando unicamente de acordo com os seus próprios interesses e não com os interesses do comércio ou mesmo regionais. Deste modo, um carta de 1819, da Sandeman Oporto comenta: «A extensão do insucesso da *Julius Burmester & Co* causou uma grande tristeza entre os *Especuladores de Vila Nova*, muitos dos quais irão sofrer severamente com ele [;] sem dúvida que isto terá efeito sobre a feira, refreando o espírito da especulação e os agricultores também serão muito cautelosos a quem vendem: eles vão preferir compradores seguros [sic]»³⁹.

Isto reflecte a tendência dos exportadores para se verem a si próprios como casas seguras e estáveis empenhadas no comércio, em contraste com os mais volúveis especuladores que não comprarão em tal mercado. Com efeito, eles vêem-se como vítimas destes especuladores, que fazem subir os preços. Tal como se nota numa carta escrita na feira, quando esses agentes ficam fora do mercado, o preço geralmente cai: «Como os especuladores compraram pouco este ano, achamos muito provável que os preços cedam». E expressam um certo gáudio quando os especuladores são superados pelos exportadores: «Apesar de os vinhos novos estarem quase todos comprados, o facto é que não estão divididos por muitas mãos, e os principais exportadores, tal como os especuladores têm

³⁸ Carta da Sandeman, 9 de Setembro de 1828.

³⁹ Carta da Sandeman, 12 de Março de 1819.

enormes quantidades de vinhos velhos que, provavelmente, serão um empecilho ao longo do ano, dado que a sua qualidade, em geral, é muito medíocre»⁴⁰.

Nesta descrição do comércio, John Gassiot, da Martinez, Gassiot, viu claramente os especuladores como distintos dos exportadores não só no tipo de negócios, mas também no tipo de capital financeiro e mesmo social. «Os especuladores», nota ele, são preponderantemente *«homens de grande fortuna e grande respeitabilidade: muitos são Fidalgos. Pessoas dessa classe são sempre compradores»*.

E, muito ao contrário da opinião de Fisher, são estes ricos fidalgos que, na opinião de Gassiot, permitem aos exportadores britânicos «levar a cabo um grande negócio com uma comparativamente moderada soma de capital»⁴¹.

Neste caso, talvez signifique que são tanto as práticas como os recursos que distinguem os exportadores dos agentes intermediários, aos olhos dos primeiros. Em certas ocasiões os últimos são diferenciados simplesmente como «capitalistas». Este termo, mais do que «especulador», parece aplicar-se aos que são capazes de movimentar não só interesses mas também recursos líquidos de um empreendimento para outro. Fundamentais entre estes são os financeiros por trás dos novos bancos que apareceram depois da guerra civil⁴². No comércio, este termo aparece reservado para pessoas cujo interesse no vinho é apenas mais uma especulação financeira. Assim, este termo substitui ocasionalmente o termo intermediário ou especulador no imaginário das finanças, em frases como «Os actuais detentores do vinho são capitalistas e irão armazená-lo como ouro» ou «os capitalistas portugueses estão a formar depósitos [de vinho] em V. Nova, Regoa, [sic] & Pinhão»⁴³. No geral, embora o saber convencional tenha visto os britânicos como os capitalistas desta economia de vinho inteiramente capitalista, os britânicos pareciam ver-se a si mesmos como bastante distintos – tanto no comércio, como na nação – daqueles que eles consideravam como os capitalistas no comércio do vinho.

10. CONCLUSÃO: INVISIBILIDADE OU AUSÊNCIA?

Claro que os britânicos se iriam retratar a si próprios como estando mais integrados no comércio do que aqueles com quem competiam. As suas próprias contabilidades, construídas sobre um sistema de previsibilidade e regularidade, tor-

⁴⁰ Cartas da Sandeman, 4 de Março de 1815; 4 de Abril de 1815.

⁴¹ Gassiot, citado em SHAW – *Wine, the vine, and the cellar*, p. 176-177.

⁴² Assim, as cartas falam de como «o turbulento estado do país e as ameaças do Governo sobre qualquer tipo de emissão de papel-dinheiro alarmaram tanto os Bancos como os Capitalistas e tornaram o dinheiro mais escasso». Carta da Sandeman, Janeiro de 1837.

⁴³ Cartas da Campbell, Bowden, & Taylor, 25 de Outubro de 1834; 13 de Maio de 1836.

nam difícil observar os empreendimentos especulativos. Mas, o que estou a tentar argumentar é que a invisibilidade não é a mesma coisa que a ausência. A ideia que os negociantes portuenses eram marginais ou insignificantes parece-me ser mais produto da sua invisibilidade do que prova da sua ausência. Uma análise mais rigorosa revela que a burguesia portuense estava, de facto, presente e, embora afastada das luzes da ribalta, rivalizava com os exportadores em investimentos de capital e com os lavradores enquanto vendedores de vinho. Dado que o seu papel como financeiros caiu entre estes papéis estabelecidos de cidade e campo, e que os seus investimentos não são captados nos registos convencionais (tais como as listas da alfândega), eles acabaram por desaparecer do registo histórico. A burguesia portuense era uma das principais componentes do comércio, mas num outro registo que não aquele onde esperamos encontrá-los – o registo do crescente capital financeiro mais do que capital meramente mercantil.

Será que tal conclusão tem o significado mais amplo que sugeri de início? Penso que sim. Se os principais capitalistas do comércio do vinho do Porto eram portugueses, precisamos de reintroduzir a questão da classe nas discussões sobre região. Os argumentos defendendo a existência de uma região unida caracterizada pelo produtor de vinho, explorada por capital estrangeiro, e não afectada pela insignificante burguesia, não parecem ser adequados. As ideias de uma região agindo em bloco contra o interesse nacional parecem também simplistas. Certamente que estamos todos de acordo em que a influência política da burguesia portuense modelou as políticas económicas⁴⁴. Contudo o seu interesse não era necessariamente o interesse da região, assim como não era o interesse da nação: essa dicotomia não é suficiente para cobrir as opções existentes. Nem a burguesia portuense estava a seguir, necessariamente, um inequívoco interesse britânico. Antes, estava a agir em proveito dos seus próprios e muito substanciais interesses.

⁴⁴ Bonifácio e Capela consideram a hipótese da Associação Comercial do Porto (ACP) ser, de alguma forma, o reflexo português dos interesses britânicos. Contudo, torna-se claro a partir das cartas dos mercadores britânicos que eles não consideravam que a ACP reflectisse quer os interesses britânicos, quer o «interesse do vinho». O correspondente da Campbell, Bowden, & Taylor considerou que o «interesse do vinho» era não apenas uma significativa minoria – pequena mas influente – dentro da associação, mas também bastante distinta dos interesses britânicos. Assim, enquanto os portuenses se envolviam nas questões da tarifa de consumo, os britânicos mantiveram-se de fora. O correspondente da Taylor considerava infeliz a moção de oposição à tarifa, uma vez que a sua inevitável derrota indicaria a divisão do «interesse do vinho». Quando a moção de voto passou, a sua evidente surpresa testemunha, até certo ponto, a separação entre a ACP e os exportadores britânicos (cartas de Campbell, Bowden, & Taylor, 1834-1836).

Quadro 1: Quota anual britânica de exportação de vinho do Porto e crescimento (e declínio) das exportações (1813-1827)⁴⁵

Ano	1813	1814	1815	1816	1817
Quota britânica de exportações	28.67	38.04	35.52	29.81	46.72
Crescimento das exportações	-2.89	14.90	29.68	-45.97	51.74
Ano	1818	1819	1820	1821	1822
Quota britânica de exportações	44.75	54.75	46.49	46.99	49.05
Crescimento das exportações	21.11	-40.44	22.73	2.64	12.64
Ano	1823	1824	1825	1826	1827
Quota britânica de exportações	52.53	45.46	49.04	53.99	51.20
Crescimento das exportações	-15.06	13.33	51.64	-52.72	27.84

Quadro 2: Percentagem de vinho comprado na feira e na cidade⁴⁶.

Companhia	1813-32		1825-32	
	Feira	Cidade	Feira	Cidade
Sandeman & Co.	61	32	63	31
Offley, Forrester & Webber	69	25	55	31
Hunt, Newman, Roope	78	23	72	26
Campbell, Bowden ⁴⁷	73	27	–	–
Croft	79	21	84	14

⁴⁵ Estes valores são retirados das publicações anuais «Vinhos de embarque despachados na Alfândega do Porto», editados todos os anos pela Alfândega. No entanto, este material deve ser utilizado com precaução, dado que, embora os nomes das companhias sejam impressos, os valores são escritos à mão e podem variar de cópia para cópia. Na realidade, mesmo na sua época estas folhas não eram consideradas de confiança. Numa carta para a casa de Londres, um comissário da Offley, Forrester & Webber, escrevia «Junto enviamos uma lista dos vinhos exportados durante o último ano pelas várias firmas, tal como foi publicada sob a direcção de um dos oficiais pertencentes à casa da Alfândega, mas como eles indicam o nosso valor como sendo de 1174 pipas em vez de 1210, receamos que esta lista não seja muito exacta» (Carta da Offley, 1 de Maio de 1824). No conjunto, estas listas são provavelmente melhores quando usadas para mostrar as posições relativas em vez das absolutas. Para o resumo aqui apresentado, utilizei um conjunto de publicações reunida pela Offley, de 1808 em diante. Usando estas listas, separei as companhias designadas pela Companhia Geral como «Negociantes Nacionaes» e «Exportadores não Inglezes».

⁴⁶ Estes valores são retirados dos *Diários e Razões* das várias companhias. Os números não atingem os 100% porque não incluem as compras de vinho velho.

⁴⁷ A firma Campbell, Bowden & Taylor suspendeu os negócios em 1824.

Quadro 3: Stocks e exportações dos doze maiores detentores de stocks em Vila Nova de Gaia, 1827 e 1828⁴⁸.

Companhia (1827)	Stock	Exportações
<i>Britânicos</i>		
Lambert, Kingstons & Egan	1748.75	1164.25
Croft	1573	1348.5
George Sandeman & Co.	1553.75	1052
Quarles Harris, J. D. Harris	1436	1437
Dixon, Allen, Figueiredo	1180.75	669.5
Offley, Forrester, Webber	956	1362.75
Total em 1827	8448.25	7034
Média em 1827	1408.04	1172.33
Exportações como % do stock		83.26%
<i>Portugueses e «não Inglezes»</i>		
António da Cunha Barboza	1578	410
Nicolau Copke	1131	239.5
Van Zellers	1081	124.5
António Bernardo Ferreira	1063	0.5
Nogueira & Frutuoso	1039	531.5
Pedro Gil	899	103.75
Total em 1827	6791	1409.75
Média em 1827	1131.83	234.96
Exportações como % do stock		20.76%
<i>Companhia (1828)</i>		
<i>Britânicos</i>		
Quarles Harris, J. D. Harris	1624	1958.75
Dixon Allen, Figueiredo	1238.25	1300.5
Lambert, Kingstons & Egan	1076.75	1121.5
George Sandeman & Co.	1064	1226.75
Croft	933	1681.25
Smith, Woodhouse	879	831.75
Total em 1828	6815	8120.5
Média em 1828	1135.83	1353.42
Exportações como % do stock		119.16%
<i>Portugueses e «não Inglezes»</i>		
António da Cunha Barboza	1143	0
Urbano José dos Santos Lima	866.5	105
Guerreiro & Irmãos	844	166.5
Domingos Ferreira Pinto & Filhos	825	184
Francisco José de Barros Lima	827	0
Nogueira & Frutuoso	863	0
Total em 1828	5368.5	455.5
Média em 1828	894.75	75.92
Exportações como % do stock		8.48%

⁴⁸ Fontes: Os stocks são retirados de cartas da Offley datadas de 2 de Fevereiro de 1827 e 22 de Janeiro de 1828. Estes valores referem-se apenas ao vinho de Embarque. As exportações são as que constam nas publicações anuais da Alfândega descritas no Quadro 1, nota 45.

Henrique Costa Gomes de Araújo *

Ética económica em D. Antónia Adelaide Ferreira **

1. INTRODUÇÃO

«Sou christã catholica, apostolica romana; nascida e baptisada no gremio da Santa Igreja, creio em tudo quanto ella ensina e n'esta crença espero viver e morrer». Assim começa o primeiro testamento de Dona Antónia Adelaide Ferreira, feito aos 2 de Agosto de 1889, sete anos antes da sua morte – cujo centenário hoje aqui lembramos.

Quando morre a 26 de Março de 1896, com 85 anos de idade, Dona Antónia «tinha erguido ao apogeu o nome da família e multiplicado muitas vezes os bens herdados. Ao lado desta riqueza, uma bondade sem limites, mãos abertas para todas as misérias e infelicidades que encontrava no seu caminho, um prestígio quase supersticioso» – como consta da memória da família Ferreira.

D. Luiz de Castro enfatiza antes, a dimensão da sua obra: «Foi Dona Antónia quem adquiriu essas vagas quintas e largas charnecas incultas, quem edificou os seus edificios, as suas oficinas modelares; quem mandou plantar a vinha, o olival e as laranjeiras; quem gastou centenas de contos a fundar e mais centenas a replantar depois da invasão filoxérica; quem pagou a construção de quilómetros de estrada; quem formou essa exploração agrícola que chega, por vezes, a ter em trabalho mil operários, e era ela ainda quem, nos últimos anos da sua longa, benemérita vida, velhinha mas vivíssima, percorria todas as suas quintas, fiscali-

* Doutorando em Antropologia Social no I. S. C. T. E.

** Agradeço a crítica do Prof. Doutor Raul Iturra, do Departamento de Antropologia Social do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (I.S.C.T.E.) de Lisboa, o parecer do Dr. António Vieira Cura, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e a colaboração de D. Maria Luísa Olazabal, do Arquivo Histórico da A. A. Ferreira, S.A.

zando e dirigindo...» («Ilustração Portuguesa», 1906, IIª série, p. 235). O «império» que ela soubera construir estendia-se, no momento da sua morte, de Barqueiros a Barca d'Alva.

A hipótese que orienta este texto é a de que tais práticas sociais eram legitimadas pela ética económica que esta figura quase lendária do Douro protagonizou ao longo da segunda metade do século XIX. O esclarecimento desta hipótese vai ser aqui focalizado na análise de algumas das disposições testamentárias de Dona Antónia e do seu cotejo com o articulado estatutário mais relevante da Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto. Esta hipótese emerge de uma *problemática concreta* que gira em torno da determinação da natureza e das características dessa ética económica.

Múltiplos autores – entre os quais se contam S. Tomás de Aquino (século XIII), M. Weber (1905), R. H. Tawney (1922), K. Polanyi (1944), T. Veblen (1970), A. Guidens (1985), R. Iturra (1991), J. Le Goff (1994), etc. – têm analisado e discutido a ética económica do capitalismo como sua instância legitimadora. Qual a sua génese? Qual a sua natureza? Em que contextos sócio-culturais e em que conjunturas históricas se assume como tal? São algumas das questões-chave desta *problemática teórica* cuja dilucidação exige, à partida, a definição do conceito de ética económica: defino-a como sendo um sistema de valores morais (da confiança, da honestidade, da integridade, da lealdade, do respeito pelo outro e por si próprio, do espírito de sacrifício, da criação de valor, etc.) que legitima a acumulação de riqueza, através da sua subsunção à condição prévia de a propriedade ser usufruída dentro de certos limites, consentâneos com a utilização de parte dos seus lucros na realização de obras destinadas ao bem comum. A *hipótese teórica* que guia e, ao mesmo tempo, é informada por aquela *problemática* é a de haver – em certos contextos sócio-culturais e em certas conjunturas históricas –, uma legitimação ética das relações de produção capitalistas.

Em síntese, o *primeiro objectivo* deste texto é o de esclarecer a hipótese da ética económica de Dona Antónia Adelaide Ferreira, à luz da *problemática teórica* acima exposta. O *segundo objectivo* é o de comparar algumas «economias racionais».

2. O PODER E O AMOR

Dois ou três acontecimentos, envoltos em lenda, fazem parte da memória não só da Casa Ferreira, mas também do próprio Douro e revelam bem a personalidade e a conduta de Dona Antónia.

A primeira história é relativa à tentativa de rapto de sua filha Maria da Assunção pelos enviados do Duque de Saldanha, dos quais fazia parte o seu outro filho

António Bernardo. Esta é, assim, a história de uma mãe e da discórdia entre seus dois filhos.

Em 1854, a Casa Ferreira tinha atingido uma situação privilegiada no sector do Vinho do Porto e o Duque de Saldanha pretendeu casar o seu filho, o Conde de Saldanha, com aquela menina, julgando que o prestígio do seu nome e a sua alta posição social seriam factores suficientes para produzirem a aceitação da sua proposta.

Mas enganou-se, pois Dona Antónia respondeu-lhe assim, segundo consta da memória da Casa: «Reconheço que o Duque é um dos homens ilustres do nosso país. Quanto a mim, tenho a dizer que a minha filha ainda não tem doze anos e tão pouco desenvolvida está que parece muito mais nova. É demasiado cedo para que o casamento possa verificar-se já! Desejo que a minha filha tenha voto na escolha, o que só mais tarde terá lugar. Se não há nenhum partido que o filho do Duque perca por causa desta demora, honra-me muito a proposta e eu não a rejeito».

O Marechal insiste, mas perante a recusa de Dona Antónia, perde a cabeça, habituado como está a ser obedecido e declara taxativamente que «ou a mãe da menina quisesse ou não, o casamento se levaria a efeito com brevidade». A partir daqui, definem-se e extremam-se posições. O Duque envia ao Porto os seus filhos, o Conde de Saldanha e a Condessa de Taverede e o seu sobrinho D. Rodrigo de Almeida para negociarem o casamento. Dona Antónia faz-se representar por vários intermediários.

Não tendo conduzido a nada de positivo tal reunião, o Duque opta pelo rapto da menina. Assim é que na noite de 24 de Agosto, pelas 2 horas da manhã, um bando armado – de que fazia parte António Bernardo Ferreira (III), D. Rodrigo de Almeida e Eduardo Soveral –, dirige-se rio abaixo em direcção à Quinta de Travassos, tendo encontrado apenas ali a avó, Dona Margarida Rosa Gil. Dona Antónia, avisada da perseguição do Duque, refugiara-se na Régua em casa de Dona Ana Máxima Silva Pereira. Daí vai escoltada para Lamego. Pede asilo no Convento das Chagas – o que lhe é negado. Refugia-se então em casa de Custódio Correia Rocha, primo de Joaquim C. Cardoso Monteiro (administrador da Casa Ferreira na Régua). Três dias mais tarde, volta à Régua, a casa de Dona Ana Máxima.

A 25, saem do Porto o Conde Saldanha, o Barão de Palma, a Condessa de Taverede e a mulher de António Bernardo, com o objectivo de se encontrarem com os três raptos em Entre-os-Rios. A 29, o Conde procura Dona Antónia, e não a tendo conseguido encontrar, vai ter com Dona Margarida, mãe de Dona Antónia, por quem é muito bem recebido.

A 8 de Setembro, Dona Antónia parte para Vila Real com António e Francisco Claro da Fonseca, Inácio Pinto Saraiva – administrador dos tabacos em Vila Real – e com Luís José d'Araújo, compadre de Dona Antónia. Em Vila Real, Dona Antónia tira o passaporte e é recebida pelo Governador Civil. Daqui parte para Vigo.

A notícia corre o Douro, o povo arma-se e aparece a defendê-la ao longo das estradas que a levam de Vila Real a Vigo, através de Vila Pouca de Aguiar, Boticas e Montalegre. Conta-se que mãe e filha iam «disfarçadas de camponesas, montadas em burrinhos». Depois de seis dias de viagem, chegaram a Orense, donde seguiram para Vigo. Aqui Francisco José da Silva Torres – do Contrato do Tabaco –, junta-se a Dona Antónia e à sua filha. Os três embarcam a 20 de Setembro para Inglaterra.

No exílio o repórter do «Petit Journal» entrevista-a, dada a repercussão do caso. Dona Antónia responde: «Diga ao seu jornal que não fugi com medo do Duque de Saldanha, porque ele nunca me roubaria a minha filha. Fugi para evitar a efusão de sangue». E bem possível era que tal efusão pudesse acontecer, dado o carisma¹ que Dona Antónia tinha entre o povo duriense.

A 24 de Dezembro, António Bernardo Ferreira vai a Londres e a Paris, mas não visita nem a mãe, nem a irmã. É preciso não esquecer que a 12 de Agosto António Bernardo tinha sido já agraciado com a Comenda de Cristo e que depois da tentativa de rapto, teve as honras de Adido às Embaixadas do Norte.

Três anos depois, Dona Antónia regressa a Portugal, tendo casado em 1856, em segundas núpcias, com Francisco José da Silva Torres, seu comissário e valido durante toda a sua viuvez, tendo-a ajudado a manter a sua Casa. Chegou a Par do Reino, tendo sido também Comendador da Ordem Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Era amigo íntimo do Rei D. Luís, simpatizando com Fontes Pereira de Melo. Deste casamento não houve geração.

Quatro anos mais tarde a filha de Dona Antónia, Dona Maria da Assunção, casa com o Conde de Azambuja (Gomes de Araújo, 1995a: 138).

As repercussões deste caso na imprensa da época foram notórias, a ponto de no dia 13 de Outubro desse ano de 1854, o Duque de Saldanha ter escrito aos jornais de Lisboa e do Porto, «declarando, sob a sua palavra d'honra, que eram falsas todas as arguições que se lhe faziam, à cerca dos meios ilícitos empregados para realizar o casamento de seu filho com a filha da Sn^a Dona Antónia Adelaide Ferreira e prometendo, accusar, perante os Tribunaes, os que com essas arguições o caluniavam». («Sessões do Julgamento da Querela do Duque de Saldanha contra o editor do Periódico dos Pobres»).

No seguimento desta declaração, o Duque apresentou a despacho, em 25 do mesmo mês, «a sua Petição de querela contra os artigos de fundo dos números 203, 207, 208, 217 e 233 do *Periódico dos Pobres* do Porto, de 1854» (idem).

¹ «Algumas estruturas de símbolos privados parecem conseguir aceitação pública devido aos talentos especiais da pessoa que os comunica. A partir deste ponto de vista, podemos definir carisma como a capacidade de fazer aceitar publicamente os símbolos privados». (FIRTH, Raymond – *Symbols – Public and private*, London, Genges Allen and Unwin, Ltd., 1973).

O Director do Jornal, apresenta assim a história do processo: «Tinhamos por nós, é verdade, uma justiça evidente, e aquella vontade decidida de triumphar, que não hesita diante d'um sacrificio, e que só sabe parar onde começam os meios ilícitos. Mas tinhamos contra nós a influencia do Poder, armado de todo os seus meios usuaves de chicana, coacção e corrupção.

Nesta desvantajosa posição, demos e acceitamos porfiada batalha: e fomos mulctados. E quando todos escandalisados nos aconselhavam que apellassemos, é que nós resolvemos trocar o recurso judicial pelo da presente publicação» (idem).

Nesta tentativa de rapto, ficam expostas diante de nós, relações sociais de poder, força e lei em contradição com relações interpessoais de amor maternal, paixão e ódio. Mas, ao contrário do que acontece na tragédia, aqui o poder não triunfa sobre o amor, pois aqui a morte trágica não chega a produzir-se (Berteaux, 1976: 199). O que aqui se joga são relações políticas antagónicas (liberais/conservadoras) imbrincadas em relações familiares complexas (amor/violência).

3. A MORTE E A SUCESSÃO

Este duplo contexto de dissensão entrecruzada de que Dona Antónia foi participante na sua primeira viuvez, vai constituir, na sua segunda viuvez, um problema que ela vai ter que enfrentar para assegurar a sua sucessão e a continuidade da Casa A. A. Ferreira, Scrs.: como especialmente compatibilizar, num cenário familiar estigmatizado pela tentativa de rapto, a necessidade imperativa da partilha pelos dois irmãos, com a salvaguarda da continuidade da Casa?

Aparentemente, o problema não tinha, assim, solução. Certo é que a sociedade anónima que se constituiu dois anos após a sua morte – o prazo testamentário para o seu cumprimento –, tem tido uma história de sucesso no panorama exportador do Vinho do Porto. Isto mostra que, afinal, o problema acima referido, teve solução e que a sua chave se pode encontrar na análise comparada dos dois testamentos de Dona Antónia e dos Estatutos da Companhia Agrícola e Commercial dos Vinhos do Porto.

Na segunda página o 1º testamento diz logo: «Instituo por meus herdeiros nas suas porções legitimárias meus dois únicos filhos, havidos do meu primeiro matrimónio com António Bernardo Ferreira, Dona Maria d'Assumpção, condessa d'Azambuja, casada com o conde do mesmo título, e António Bernardo Ferreira». Esta disposição testamentária resulta da aplicação do artigo 1784º do Código Civil de 1867 que diz expressamente: «Legitima é a porção de bens, de que o testador não pode dispor, por ser applicada pela lei aos herdeiros em linha recta ascendente, ou descendente». E pelo seu parágrafo único, estipula-se que: «esta porção consiste nas duas terças partes dos bens do testador». Qualquer «direito

de primogenitura» está daqui excluído: o testamento determina, à luz do direito então vigente, a partilha dos bens pelos dois irmãos, dos quais aliás o varão é o mais velho (n^{os}. 1837 e 1842, respectivamente).

Aquele mesmo parágrafo legitima, «a contrario», a disposição testamentária seguinte: «Passo a dispôr de terça disponível da minha herança». Enumera depois os legados que deixa, por sua morte, a parentes, empregados e criados, após o que estipula, que «o restante que ficar do meu terço seja dividido em duas partes iguaes, sendo uma para a minha filha Maria d'Assumpção Ferreira, hoje condessa d'Azambuja, e a outra para meu filho António Bernardo Ferreira, mas tanto aquella como este só serão senhores do usufruto enquanto vivos, porque a raiz fica desde logo pertencendo a meus netos, filhos dos sobreditos meus filhos». Utilizando a propriedade de raiz, característica do direito visigótico, Dona Antónia visa assegurar, com esta disposição testamentária, a transmissão do legado a cada um dos seus netos, sem prejudicar os seus dois filhos, com a atribuição a cada um deles do respectivo usufructo. O mesmo espírito de estrita previdência e segurança se encontra a seguir, quando a testadora consigna que os legados aos netos, acima referidos, sejam «satisfeitos em fundos publicos consolidados (ou seja: títulos de dívida pública), portuguezes ou inglezes (...) que devem representar o valor real dos legados no mercado (...)».

No segundo testamento, esta disposição vai ser alterada, com base na faculdade de revogação que lhe é concedida pelo artigo 1754^o do Código Civil (O testamento pode ser livremente revogado, no todo ou em parte, pelo testador (...), com a seguinte justificação: «Reparando, porém, depois de o haver feito, que esta minha filha tinha sido muito prejudicada pelo facto das avós paterna e materna terem ambas deixado as suas terças àquelle meu filho Antonio, resolvi, no intuito de igualar o mais possível as condições de fortuna duma e d'outro, compensar aquella minha filha, até onde me fosse possível d'esse prejuízo». A seguir prescreve a referida alteração testamentária: «revogo a disposição que fiz das sobras da minha terça na parte em que as deixava por metade a cada um dos meus ditos filhos, para deixar, como deixo, duas terças partes d'essas sobras ou remanescentes da minha terça que ficar (...), a minha filha Condessa d'Azambuja, e a outra terça parte dos ditos remanescentes a meu filho Antonio Bernardo Ferreira», com a mesma condição do testamento anterior, relativa à atribuição do usufruto e da raiz. De modo idêntico ao que tinha já estipulado no primeiro, determina que «toda a importância dos remanescentes da minha terça que ficar liquida, depois de satisfeitos os legados todos, será convertida em títulos nacionaes ou estrangeiros (...) attento o seu valor real no mercado (...)».

No primeiro testamento, Dona Antónia determina que os seus empregados António José Claro da Fonseca e Francisco Correa Cardoso Monteiro e Santos administrem a sua casa comercial e não comercial e sejam (ao abrigo dos artigos

1885° e 1899° do Código Civil), seus testamenteiros, ou seja, vigiem que todas a suas «disposições sejam cumpridas completamente e com a maior fidelidade». E estipula o prazo para tal cumprimento: «dois annos a contar da data da escriptura das partilhas, se estas forem extrajudiciaes e desde que a sentença que a julgar passe em julgado se forem judicaes». Uma das cinco testemunhas da aprovação dos dois testamentos de Dona Antónia é Francisco José d’Azevedo Coutinho que, no segundo, aparece também como seu advogado e, nessa qualidade, seu «escriptor, a rogo da testadora».

Ora, José Claro da Fonseca (somente durante o primeiro ano) e Francisco José D’Azevedo Coutinho (durante os 3 anos do seu mandato) vão ser os elementos da 1ª direcção que escolhe para advogado da Companhia o mesmo Azevedo Coutinho (c. Art. 41° dos Estatutos). Esta dupla pertença à Casa comercial (ainda em vida de Dona Antónia) e à Companhia (2 anos após a morte desta), é indicadora de que, cada um, nas suas competências, pode muito bem ter sido porta-voz da vontade de Dona Antónia de «tornar a casa segura para os vindouros» – tal como consta da memória oral que ainda hoje circula na família Ferreira –, corporizando-a na constituição da sociedade anónima «Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto». Pode assim dizer-se que se está aqui perante um caso de interpretação da memória oral pelo recurso à memória escrita dessa família.

Esta hipótese parte da constatação de que Dona Antónia não podia consagrar nos seus testamentos a vontade expressa da constituição de tal sociedade, após a sua morte; mas, por outro lado, parte também da constatação do papel enfático atribuído aos seus testamenteiros: «muito recommendo a meus filhos que façam (...) as partilhas amigável e extrajudicialmente, se n’isso estiverem d’acordo meus testamenteiros». Aquela hipótese parece, então, ganhar consistência com a atribuição deste papel aos testamenteiros, na medida em que a figura da sociedade anónima parece ter sido por eles estudada como a melhor forma de compatibilizar a necessidade imperativa das partilhas pelos dois irmãos, com a salvaguarda da continuidade da Casa. Assim é que o artigo 1° dos respectivos Estatutos consagra: «A Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto, sociedade anónima de responsabilidade limitada, é a transformação da casa comercial A. A. Ferreira, Sucessores, de cuja firma e marca, nos termos do artigo 24° do Código Commercial, continuará a usar».

Na memória oral da Casa, o Conselheiro Wenceslau de Lima (casado com uma neta de Dona Antónia) aparece como tendo sido o redactor destes Estatutos. Tal responsabilidade deve ser antes imputada a Francisco José d’Azevedo Coutinho, dada a sua qualidade de advogado da Companhia. A Wenceslau de Lima parece ter cabido antes o papel de seu mentor (Gomes de Araújo, 1995a: 142).

A «segurança» que a Companhia configura está, antes de mais, traduzida no articulado minuciosa e coerentemente elaborado dos Estatutos. Encontra-se,

depois, na figura original e eficaz do «sócio-fundador» que justamente introduz um valor acrescentado de consistência à empresa, na justa medida em que contraria «a regra da maioria do capital, limitando, assim, a acção dos fundadores» (Gomes de Araújo, 1996). Mas encontra-se, também, na atribuição da raiz não aos filhos, mas sim aos netos de Dona Antónia – o que vem reforçar a ideia de que na cadeia da transmissão hereditária, o neto é sempre um elo mais seguro do que o filho.

4. DONA ANTÓNIA E MAX WEBER

A constituição da Companhia vai, deste modo, recontextualizar as relações familiares, no sentido da consolidação do bom entendimento entre irmãos dantes desavindos. Revela-se, assim, uma solução adequada não só para os problemas da Casa, mas também, para os da família. Sem dúvida que tal solução é possível graças à intimidade, imposta pela própria evolução histórica, entre as estratégias familiares e as da empresa. Mas não só. Não fora uma ética económica a travejar as práticas sociais, familiares e empresariais, e tal solução não teria futuro como teve. Esta é a hipótese de partida.

Como vimos na introdução, esta ética económica caracteriza-se, antes de mais, por ser social, ou seja, por subtrair parte dos lucros à acumulação de riqueza, com vista a aplicá-los na realização de obras destinadas ao bem comum. É esta sua dimensão social que encontramos nas inúmeras obras de caridade de Dona Antónia, já referidas na introdução, bem como no financiamento de asilos, de hospitais, de estradas, etc. Os seus testamentos dão também dela testemunho: legados pios ao Hospital da Régua, às Confrarias do Peso da Régua e ao Asilo da Infância Desvalida de Vila Real.

Do segundo testamento, consta a seguinte disposição: «Quero que o meu parente Tobias Guedes, que mandei para um collegio educar por minha conta, continue a sua educação litterária, e para isso lhe deixo a pensão annual de quatrocentos mil reis, que lhe será fornecida e paga pontualmente até à completa formatura na carreira que escolher, se a sua conducta for regular e não se desviar dos preceitos que deve seguir um homem de bem, pois do contrario cessará este legado». Não fossem suficientes todos os dados até agora carrilados para este texto, e esta disposição seria só por si expressiva das outras dimensões da ética em apreço: responsabilizadora, individualizadora e maximizadora (Gomes de Araújo, 1995b: 161).

Esta disposição testamentária lembra também o «topos» epistemológico atribuído por Weber ao conceito de «Beruf» (profissão/vocação), presente nos textos protestantes: a profissão é, para Lutero e, sobretudo, para Calvino, a expressão

do amor aos outros, o cumprimento no mundo da ascese que os católicos fazem cumprir no silêncio da vida monástica (Weber, 1983: 52, 101).

Ora, Dona Antónia é «christã catholica, apostolica romana» como confessa logo no início do seu 1º testamento e a sua prática social revela ao longo da 2ª metade do século XIX. Equivocou-se Max Weber? Generalizou, atribuindo, pela negativa, ao catolicismo o que é característico apenas de certos períodos seus? Não se desenvolveu o «espírito capitalista», em Veneza, Florença, Sul da Alemanha e na Flandres que eram regiões católicas (Tawney, 1971: 202)? A esta crítica a Weber junta-se uma outra: a de que a sua tese das relações entre puritanismo e capitalismo se baseia em «insuficientes materiais empíricos» (Guiddens, 1975: XXIV). *Certo parece ser que na administração da empresa Ferreira, na organização do trabalho e na sua orientação segundo normas de responsabilidade, disciplina e contenção, encontramos as mesmas características da ética económica que Weber julgava específica do protestantismo.*

Esta similitude compreende-se se se atender a que «Os países do Norte limitaram-se a tomar o lugar, durante tanto tempo e tão brilhantemente, ocupado, antes deles, pelos velhos centros capitalistas do Mediterrâneo. Não inventaram nada, nem na técnica, nem na condução dos negócios. Amsterdão, copia Veneza, tal como Londres copiará Amsterdão e Nova Iorque, depois, copiará Londres» (Braudel, 1986: 71)

No mesmo sentido vai a crítica a Weber que pretende dizer que não é preciso esperar pelo Renascimento para assistir ao surgimento do «espírito capitalista», na medida em que o «cristianismo medieval levanta em grande parte os bloqueios que travavam o desenvolvimento de uma economia de tipo moderno, a que mais tarde se chamará capitalismo. Ao admitir a legitimidade de certos lucros e a cobrança de uma taxa de juro moderada, ao ter em conta a noção de risco económico, ao subtrair algumas práticas comerciais à condenação por usura, ao abrir a esperança do Purgatório ao usurário, até então presa do Inferno, ao renunciar à ideia do dinheiro como objecto diabólico, a Igreja cristã faz desaparecer – por vezes demasiado liberalmente –, os tabus que contribuíam para impedir o desenvolvimento económico e, em especial, a economia monetária e uma economia mundial» (Le Goff, 1995: 32). Deste modo, pode agora compreender-se que as práticas sociais de Dona Antónia têm uma legitimidade ética que histórica e geograficamente se enraiza na Igreja cristã dos finais da Idade Média mediterrânica.

5. AS «ECONOMIAS RACIONAIS»

Vale a pena terminar com esta outra crítica à hipótese etnocêntrica de Weber (1983: 9), de que a modernidade só pôde produzir-se no ocidente europeu:

«Antes de atribuímos o seu aparecimento à ética particular do Protestantismo, por exemplo, vale a pena considerar que os mercadores budistas letrados do Sri Lanka medieval não eram seriamente restringidos pelos seus preceitos religiosos, muito menos os empresários envolvidos no fabrico da seda e da cerâmica na China medieval, ou do algodão na Índia, sensivelmente no mesmo período. Com efeito, os próprios mosteiros budistas eram geridos segundo linhas “comerciais”, com uma abundância de registos, pondo de lado a tradição ascética dos fundadores, e tomando-se, como o próprio Weber observou falando de templos e mosteiros noutra contexto, “as próprias sedes de todas as economias racionais”. Com efeito, na China e no Tibete, tal como sucedeu com algumas ordens na Europa ocidental, encontravam-se profundamente envolvidas no comércio. E a natureza desta “racionalidade” relacionava-se com a aplicação da escrita a fins que eram económicos bem como religiosos» (Goody, 1987: 203).

A hipótese que esta análise comparada permite formular é a de que, no cerne de todos estes processos religiosos e económicos, está o ritual e a dinamização que ele produz – através do sistema de dádivas que integra –, das relações de reciprocidade não violenta, no sentido da troca de produtos, pessoas, conhecimentos e tecnologias (Gomes de Araújo, 1995b: 166). Esta hipótese – que aqui não pode ser devidamente testada –, repousa na constatação que nas diferentes épocas históricas, quatro funções estão presentes: reprodução humana, de ideias, de tecnologias e de código ético (Iturra, 1991: 191).

6. BIBLIOGRAFIA

- BERTEAUX, D. – *Histoires de Vie – ou Récits de Pratiques?*, Paris, MSH/C.E.M.S., 1976.
- BRAUDEL, D. – *A Dinâmica do Capitalismo*, Lisboa, Teorema, 1986.
- GOMES DE ARAÚJO, H. – *O Conselheiro Wenceslau de Lima*, in «Ler História», nº 29, 1995a.
- GOMES DE ARAÚJO, H. – *Dar, Receber e Retribuir*, in «Sociologia: Problemas e Práticas», nº 18, 1995b.
- GOMES DE ARAÚJO, H. – *Aprendem os Pais com os Filhos?*, 1996 (em publicação).
- GOODY, J. – *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1987.
- GUIDDENS, A. (pref. WEBER, M.) – *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, London, Counterpoint, 1985.
- ITURRA, R. – *A Religião como Teoria da Reprodução Social*, Lisboa, Escher, 1991.
- LE GOFF, J. – *A Velha Europa e a Nossa*, Lisboa, Gradiva, 1995.
- TAWNEY, R. H. – *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1971.
- WEBER, M. – *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1983.

7. OUTRAS FONTES

Arquivo Histórico da A. A. Ferreira, S. A.


«Sessões do Julgamento da Querela do Duque de Saldanha contra o Editor do Periódico dos Pobres».

Testamentos de Dona Antónia Adelaide Ferreira.

Estatutos da Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto.

Código Civil de 1867.



An aerial photograph of a valley with a river on the left, a small town, and rolling hills with vineyards. The text is overlaid in white, bold, serif font.

A REGIÃO DO DOURO
E OS SEUS VINHOS
NA HISTÓRIA RECENTE

O Douro junto ao Pinhão. Vista da Quinta de Ventozelo. Foto: Teresa Siza, 1996.

Carla Maria Sequeira Ferreira *

Os tanoeiros e a cascaria de torna-viagem

O presente estudo, elaborado a partir da análise dos órgãos informativos das Associações de classe dos tanoeiros de Lisboa (*O Tanoeiro*), e Porto e Gaia (*O Libertador*), procura caracterizar a sua actuação perante a cascaria de torna-viagem. Tendo consituído uma questão que afectou a classe a nível nacional, e não apenas a classe do Norte, directamente relacionada com o vinho do Porto, procura-se neste estudo apresentar essa perspectiva global, analisando os mecanismos de acção dos tanoeiros a nível nacional perante uma questão que os próprios consideraram tão gravosa. Contudo, o presente estudo conduzirá também, embora indirectamente, à caracterização das suas relações com a classe dos exportadores, igualmente implicada nesta questão, e como tal não se podendo dissociar.

De entre várias questões que agitaram a classe da Tanoaria no primeiro quartel do século XX (introdução de maquinaria nas oficinas, manutenção dos serões), destaca-se a questão suscitada pela cascaria de torna-viagem, definida pelos próprios operários como o grande mal da sua classe. Considerada um factor de agravamento da crise de trabalho que atravessam, vai suscitar inúmeros e repetidos protestos por parte dos tanoeiros, na tentativa de obter uma resolução favorável do problema. Contudo, constitui uma questão complicada, pela diversidade de interesses nela implicados (não só dos tanoeiros mas também dos exportadores). Assim, falar em cascaria de torna-viagem significa falar num duplo processo de convergências e divergências entre as várias classes implicadas na questão. Em primeiro lugar, é necessário referir a divergência que caracteriza as relações entre tanoeiros e exportadores, pela oposição de interesses perante a mesma questão. Ao longo de todo o seu processo reivindicativo, os tanoeiros sofrem a oposição dos exportadores às suas reclamações, gerando-se, assim, uma relação conflituosa entre estas duas classes. Em segundo lugar, constituindo uma questão que afecta quer os tanoeiros do Norte quer os do Sul do país, vai conduzir a uma convergência nos processos reivindicativos utilizados pelas diferentes Associações de Classe

* Licenciada em História, variante Arqueologia (FLUP).

de operários tanoeiros (quer do Norte quer do Sul). No entanto, apesar desta convergência, pode-se falar de uma certa divergência entre as referidas Associações no que diz respeito aos pontos reivindicativos. Tal deriva do facto de a questão da cascaria de torna-viagem assumir diferentes características de Norte para Sul. Enquanto no Sul o cerne da questão consiste na substituição de pequenas vasilhas de 40 a 80 litros por cascos de cerca de 100 litros, utilizados na exportação de vinho para as colónias e reimportados sem pagamento de direitos (beneficiando os exportadores e originando o conflito com os tanoeiros) e não necessitando de conserto (desenvolvendo uma crise de trabalho, agravada pela importação de cascaria estrangeira), no Norte a questão assume outros contornos, consistindo na luta contra a reimportação de cascaria armada, utilizada no transporte de vinho exportado para Inglaterra. Verifica-se, pois, que a mesma questão assume aspectos e importância diferentes de Norte para Sul, tendo como consequência o apontar de soluções diferentes. Embora a principal reivindicação seja idêntica – tomada de medidas que coibam a reimportação da cascaria de torna-viagem – as medidas preconizadas por cada classe são diferentes, correspondendo a modos de vivência do problema diferentes. Assim, no Sul, reivindica-se o lançamento de um tributo sobre a cascaria de retorno, enquanto no Norte se pretende a sua reimportação desmanchada e a granel. O objectivo destas medidas é idêntico: permitir um aumento do trabalho para a classe da tanoaria.

Perante um mesmo problema comum, os tanoeiros, quer a Norte quer a Sul, iniciam um processo reivindicativo, caracterizado por dois tipos de acção: em primeiro lugar, de carácter diplomático (reuniões com elementos do Governo, envio de ofícios e representações, artigos de fundo); em segundo lugar, acção directa, tal como é definida pelos próprios operários («sabotage» e greve), consistindo em acções de carácter mais enérgico, face à inércia do Estado perante as suas reclamações.

No Sul, o processo reivindicativo inicia-se em 1907, ano em que se verificam os primeiros embarques de cascaria de retorno para África. A principal reivindicação, como já foi referido, consistirá na tomada de medidas, por parte do Governo, que coibam a importação de vasilhame estrangeiro e regulem a importação da cascaria de torna-viagem. Neste sentido, verifica-se, em 1907, a primeira representação de tanoeiros de Lisboa ao Ministro da Fazenda. Utilizam, pois, em primeiro lugar as vias diplomáticas como forma de reivindicação. Essas acções diplomáticas são empreendidas através da Associação de Classe, pela formação de comissões representativas que têm por função decidir quais as formas de luta e as reivindicações a apresentar ao Governo, representando a Associação nas reuniões diplomáticas. A Associação de Classe exerce então uma função primordial, enquanto entidade representativa dos tanoeiros, permitindo ao mesmo tempo um carácter de união perante a mesma causa comum. Por outro lado, dispõem de um órgão

informativo da Associação, que se vai revelar de primordial importância através da publicação dos artigos de fundo, criando uma Imprensa própria que serve o esforço de união, constituindo ao mesmo tempo um veículo de contestação aos exportadores. Assim, estes Boletins Informativos assumem particular importância, constituindo-se numa das formas de reivindicação. Desta forma, a Associação de Classe constitui-se numa das armas mais fortes dos tanoeiros, sob dois aspectos: pelas reuniões de Classe, apelando à união de esforços por uma causa comum; pela existência de um órgão informativo da Associação, servindo esse esforço de organização no sentido de uma luta mais eficiente.

A partir de 1910 as reclamações dos operários passam a ter um carácter mais constante, verificando-se a ocorrência das primeiras acções directas. Assim, surge neste ano, as primeiras referências documentadas a acções de «sabotage» (actos de destruição) contra a importação de quartolas estrangeiras, iniciando-se um período de reivindicações mais enérgicas e radicais. Após inúmeros protestos apresentados directamente ao Governo, e face ao não atendimento das suas reclamações por aquela entidade, resolvem enveredar pela acção directa, no intuito de exercer maior pressão não só sobre o Governo, mas também sobre o capital. Por outro lado, esta forma de reivindicação, utilizada como último recurso, revela-se a mais eficaz na obtenção de alguns resultados positivos. Temos como exemplo, em primeiro lugar, o estabelecimento de um decreto em 1910, regulando a importação de quartolas estrangeiras, primeira resposta favorável do Governo às suas reclamações. Em face de tal procedimento, os tanoeiros passam a associar os dois tipos de acção, diplomáticas e directas, nas suas formas de luta. É o que se vai verificar em 1912. Em face dos processos de pressão encetados pelos tanoeiros, o Governo nomeia uma comissão constituída por industriais, operários e exportadores, com o objectivo de elaborar um relatório introduzindo modificações no regime aduaneiro da reimportação temporária de cascaria. Seria então uma segunda resposta do Governo às suas reclamações. Contudo, após os trabalhos da Comissão, o Governo não toma qualquer atitude no sentido de modificar a legislação. Sentindo-se ludibriados, os tanoeiros voltam às suas formas de luta, pela acção directa, verificando-se a ocorrência da primeira manifestação grevista. Reunindo-se em Assembleia Geral, decidem eles próprios tomar uma atitude perante a inércia do Estado, socorrendo-se da forma mais radical de luta: a Greve. Numa união de sentimentos, os tanoeiros decretam a greve aos cascos com destino a África, iniciando-se um período grevista que irá ter continuidade em 1913. Pretende-se com estas Greves que o Governo dê andamento ao relatório de 1912, que apontava no sentido de lançamento de um tributo sobre a cascaria.

Como já foi referido atrás, estas diversas formas de luta estão interligadas. Assim, as medidas de acção directa são sempre acompanhadas de outras de

carácter diplomático. Pode-se tomar como exemplo as greves, sempre antecedidas e precedidas de reuniões e representações ao Governo. Correspondendo a um descontentamento gerado pelo não atendimento das suas reclamações, são expressão também muitas vezes da desconfiança gerada relativamente ao Governo, em virtude da instabilidade política que caracteriza este período, traduzindo-se na queda sucessiva de vários ministérios. Deste modo, conclui-se que as acções diplomáticas (reuniões, representações, etc.) e as acções directas, constituem duas faces do mesmo processo de reivindicação. Perante um problema que os afecta gravemente, os tanoeiros agem de diferentes formas, utilizando todos os meios ao seu alcance no sentido de o solucionarem, recorrendo sempre em primeiro lugar às vias diplomáticas, e apenas em último recurso à acção directa.

Ao longo do seu processo reivindicativo, os tanoeiros deparam com a oposição dos exportadores às suas reclamações, transformando esta questão numa história de antagonismos, de oposições entre estas duas classes. Utilizando o seu órgão informativo da Associação de Classe como forma de protesto e reivindicação, os tanoeiros dão conta da oposição que lhes é feita pelos exportadores. Tal oposição torna-se particularmente evidente nos trabalhos da já referida Comissão de 1912. Todas as propostas dos tanoeiros eram contestadas pelos exportadores, originando um conflito explícito. Ocorre como que um inverter da situação inicial. Assim, numa primeira fase, a reimportação da cascaria de torna-viagem mostra-se particularmente prejudicial aos tanoeiros (por significar uma diminuição de trabalho), permitindo o desenvolvimento de um processo de luta no sentido de alterar tal situação, constituindo um benefício para os exportadores por consistir na sua reimportação isenta de contribuições. As soluções apontadas pelos tanoeiros em 1912 (estabelecimento de um tributo sobre a cascaria reimportada das colónias), embora benéficas para esta classe, são particularmente prejudiciais aos exportadores, levando à sua oposição a tais medidas. Nestas circunstâncias, ao lutarem contra a cascaria de torna-viagem, os tanoeiros passam a lutar também directamente contra os exportadores, enquanto representantes da sua manutenção. Conclui-se, pois, tratar-se de uma questão muito complexa, assumindo diferentes dimensões e características de acordo com os interesses de cada classe implicada e caracterizando-se por um conflito de interesses entre tanoeiros e exportadores.

Relativamente à classe de tanoeiros do Norte, a questão adquire características semelhantes, principalmente no que diz respeito aos processos reivindicativos. O cerne da questão assume outros contornos, prendendo-se directamente com o vinho do Porto e o seu principal mercado – a Inglaterra.

Como já foi referido, a questão no Norte origina-se na reimportação da cascaria de Inglaterra, levando por isso a reivindicações diferentes relativamente ao Sul. Pretende-se essencialmente a sua reimportação desmanchada e a granel, tal como se fazia até 1870, ano em que os exportadores, face ao aumento da expor-

tação necessitando de maior número de cascos para poderem cumprir os prazos, pediram a sua reimportação armada, em virtude do reduzido número de tanoeiros. O Governo concede-lhes a faculdade de importar o vasilhame armado enquanto se reconhecer a impossibilidade de construir e armar todo o vasilhame necessário, sob a condição de que apenas fosse reimportado o vasilhame da sua marca e dentro de um determinado prazo. Contudo, os tanoeiros constatarem que apesar de, a partir de certo momento, a exportação ter decrescido e o número de operários aumentado, a reimportação de vasilhame armado mantém-se, acrescida do facto de os exportadores reimportarem não o vasilhame da sua marca mas aquele que mais lhes apraz, além do prazo ser prolongado. Deste modo, gera-se uma situação de crise para a classe de tanoaria, originando o desenvolvimento de um processo reivindicativo. E como se trata de uma situação criada pelos exportadores, a luta dos tanoeiros vai voltar-se directamente contra eles e contra os seus privilégios, originando desde o início uma relação conflituosa entre estas duas classes. Por outro lado, perante o Governo, os tanoeiros de Porto e Gaia consideram-se os mais afectados por esta questão, em virtude de serem em maior número e por ser em Gaia que a exportação de vinhos tem maior incremento e intensidade. Deste modo, a questão no Norte vai assumir um carácter mais complexo. Reivindica-se a reposição de uma situação anterior.

Instando pela regulamentação da cascaria de torna-viagem, aponta-se como única solução possível para a resolução do problema a sua reimportação desmanchada e a granel, tendo como principal objectivo colocar fim à crise de trabalho que atravessam, de que a cascaria de torna-viagem é considerada uma das principais causas.

Em 1911, encetam os tanoeiros de Porto e Gaia o seu processo reivindicativo junto das entidades competentes, caracterizando-se pela utilização de dois tipos de acção, comuns ao Sul: diplomática e directa. À semelhança do Sul, as primeiras formas de reclamação consistem na utilização das vias diplomáticas, exercidas através da Associação de Classe. Deste modo, as primeiras acções caracterizam-se pela realização de reuniões com elementos do Governo, bem como pelo envio de representações e ofícios ao Governo. Em todo este processo diplomático, a Associação vai exercer, também aqui no Norte, uma importância fundamental enquanto entidade representativa da classe e dos seus interesses. É através da Associação que os operários fazem ouvir a sua voz, pela formação de comissões representativas encarregues de estudar o problema e encontrar a solução mais viável, encetando para tal as necessárias diligências junto do Governo. Representando um esforço de organização, é sempre na Associação de Classe que são encontradas as formas de reivindicação, consistindo, por isso, na forma de luta mais coesa dos tanoeiros. Para além disso, a Associação conta com a existência de um órgão informativo, servindo os esforços de união, apelando à con-

testação através dos artigos de fundo, constituindo também uma forma de luta poderosa contra a cascaria de torna-viagem. Deste modo, a criação de uma Imprensa própria tem por principal objectivo conferir mais coesão e força ao movimento de reivindicação. Tal como no Sul, a inércia do Estado e a não resposta aos seus pedidos, vai levar os tanoeiros do Norte a socorrerem-se do segundo tipo de acção, enveredando por formas de luta mais radicais, de carácter directo. O silêncio do Governo às suas constantes e fortes reclamações desenvolve entre os tanoeiros a necessidade de pôr cobro ao problema por qualquer meio, levando-os a recorrer à greve como solução extrema, considerada como única solução capaz de obter alguma resposta favorável às suas reclamações.

Apesar dos processos reivindicativos serem semelhantes, como ficou demonstrado, as reivindicações divergem relativamente ao Sul. Esta divergência na forma de resolução do problema fica bem demonstrada na já referida Comissão de 1912, em que o Norte propõe bases diferentes das de Lisboa para a reforma aduaneira. Assim, propõe o lançamento de um pesado tributo sobre a cascaria entrada pela barra do Douro ou outra, diferindo, relativamente a Lisboa, nos montantes a estabelecer (pretendendo impôr montantes mais pesados). Por outro lado, continua a apontar como única solução possível a reimportação da cascaria desmanchada e a granel, sendo nisto que consiste essencialmente a reivindicação da classe de tanoaria do Norte. Mesmo perante algumas medidas legislativas tentando solucionar o problema, a classe do Norte continua a afirmar que a única solução possível para o seu caso consiste na reimportação da cascaria desmanchada e a granel. É o que se passa em 1913, relativamente ao decreto de Afonso Costa tributando a cascaria de torna-viagem, pedido pelos tanoeiros de Lisboa em função das deliberações da Comissão de 1912. Na realidade, o referido decreto, tentando solucionar o problema, revela-se prejudicial para a classe do Norte, ao isentar do imposto os exportadores estrangeiros. Ora, no Norte os exportadores estrangeiros são em maior número, utilizando vasilhame velho e de retorno, quase não precisando de reparação quando é reimportado, contribuindo assim para a manutenção da crise de trabalho desta classe. Deste modo, este decreto em nada contribui para a resolução do problema no Norte, constituindo mesmo uma forma de continuidade dele, levando a que esta classe continue a reafirmar que a única solução que realmente a beneficia, consiste na entrada da cascaria desmanchada e a granel.

À semelhança da classe de tanoeiros de Lisboa, os operários tanoeiros do Norte, deparam também com algumas dificuldades neste seu processo reivindicativo. A principal oposição provém da classe dos exportadores, mais significativa e intensa no Norte, relativamente ao Sul. Tal conflito, perceptível desde o início da questão (originada pelos próprios exportadores, como ficou demonstrado), constituindo, assim, parte integrante de todo o processo reivindicativo, aclara-se e

aumenta de intensidade em 1914, coincidindo com a publicação da lei da cascaria vazia em 1 de Maio do referido ano. Deste modo, a publicação da lei da cascaria vazia vai funcionar como causa próxima do agravamento do conflito que opõe tanoeiros a exportadores. Perante o novo decreto, consistindo no lançamento de um tributo sobre a cascaria, os exportadores sentem-se lesados nos seus privilégios e nos seus interesses, pois que significa o fim da concessão em tempos feita, como já foi referido, como medida de fomento vinícola, e que permitia a reimportação temporária dos cascos armados e isentos de contribuição, que conduziam o vinho do Porto para o Estrangeiro. Deste modo, os exportadores sentindo-se lesados nos seus interesses económicos encetam também um processo de reivindicações e reclamações junto do Governo, utilizando como forma de pressão a Imprensa (*O Comércio do Porto*), o envio de representações, ofícios, telegramas, realização de reuniões, contando com a Associação Comercial Portuense como entidade representativa dos interesses da classe. Deste modo, verifica-se como que uma inversão da situação, tal como acontecera em 1912. Constata-se, assim, a divisão da questão em duas vertentes completamente opostas, existindo uma dialéctica de oposições entre as duas classes. Alegando uma situação de crise, os exportadores pretendem que o Governo revogue a lei ou que a regulamente antes de entrar em execução, pedindo o estabelecimento de um prazo para a livre reimportação da cascaria que fez parte das últimas remessas de vinho antes da publicação da lei. Distorcendo a realidade, adoptam uma atitude «oportunista». Alegando defender os interesses da tanoaria, declaram que, embora a lei tenha sido decretada em virtude da questão levantada por essa classe, não só não a favorece (em virtude da diminuição da importação de cascos a necessitar de reparação), como também prejudica o comércio. Tentam, desta forma, um aproveitamento político da questão, distorcendo a realidade no sentido exclusivo de defender os seus interesses. Vai ser precisamente este procedimento dos exportadores que vai constituir o ponto fulcral do agravamento do conflito com os tanoeiros, originando o redobrar das reivindicações e reclamações por parte desta classe. Verifica-se, deste modo, o aumento dos artigos de fundo nos seus órgãos informativos contestando os exportadores e rebatendo as suas declarações. Perante a nova lei, os tanoeiros consideram que os benefícios daí resultantes são poucos, continuando a considerar que a única solução é a reimportação da cascaria desmanchada e a granel. Porém, os seus protestos voltam-se contra as reivindicações dos exportadores, bem como contra o próprio Governo, a partir do momento em que este decreta a suspensão da execução da lei. Perante esta situação, assiste-se a um endurecimento dos processos de reclamação, multiplicando-se os artigos de fundo (utilizam a Imprensa própria como forma de contestação), contestando as posições e reivindicações dos exportadores, ressaltando também o descontentamento em relação ao Governo. Sentem-se ludibriados na medida

em que a lei tinha resultado das suas reclamações, sendo posta de parte em função dos exportadores. Utilizando os artigos de fundo, vão incitar também a acções de carácter mais radical. Perante a não execução da lei, que tinha sido consequência das suas reclamações, apesar de incompleta, apelam à união da classe, e à multiplicação de protestos, havendo igualmente apelos velados à greve como forma de pressionar o Governo ao cumprimento da lei. Contudo, verifica-se também o estabelecimento, já em 1915, de algumas acções de carácter diplomático, consistindo na reunião de tanoeiros e industriais com o Ministro das Finanças, pedindo que não seja publicada qualquer alteração às leis vigentes da cascaria sem que sejam ouvidas as Associações de Classe. Desta forma, fica demonstrado que a visão que os exportadores tentam dar através da sua Imprensa não corresponde à realidade. Tanoeiros e exportadores não defendem interesses iguais mas completamente opostos. A questão da cascaria afecta uns e outros de maneira diferente. Deste modo, ainda que utilizando processos reivindicativos semelhantes, os interesses a defender são diferentes. Em 1914, a luta dos tanoeiros descentraliza-se, passando a estar voltada, de uma forma directa, contra os exportadores, enquanto representantes da cascaria de torna-viagem. Para além da inércia do Estado, passam a ter de lutar também contra a oposição directa e manifestamente sentida dos exportadores, servindo-se para tal, das formas de reivindicação já anteriormente usadas.

Em 1919, ressurgue a questão da cascaria de torna-viagem, afectando de modo particular a classe de tanoeiros do Norte. Através dos artigos de fundo dos seus órgãos informativos, os operários tanoeiros referem que os industriais e exportadores procedem à compra, nos mercados estrangeiros, da obra de cascaria procedente de Portugal. Deste modo, assiste-se a uma reedição da cascaria de torna-viagem. Tal facto, consistindo no não cumprimento da lei de 1 de Maio de 1914, mostra-se particularmente prejudicial para os tanoeiros, na medida em que, ao provocar uma paralisação das oficinas, contribui para o agravamento da crise de trabalho que esta classe novamente atravessa. Assim, a cascaria de torna-viagem volta a ser referida como o «desassossego da classe».

Perante o ressurgir desta questão, os operários encetam novo processo reivindicativo, utilizando para tal as mesmas formas de reivindicação. Deste modo, passamos a assistir, a partir de 1919, ao desenrolar de um processo idêntico ao iniciado em 1911. Pretendendo iniciar uma nova campanha contra a entrada no país, do vasilhame de torna-viagem, começam por apelar à solidariedade e união de todos os tanoeiros perante a mesma causa comum, utilizando para tal os seus órgãos informativos. Desta forma, a Associação de Classe e respectivo órgão informativo voltam a desempenhar uma importância fundamental em todo este processo de reivindicação, constituindo a base de todo o movimento. A Associação de Classe funciona novamente como o centro de união de todos os operários,

exercendo funções de representação através da nomeação de comissões representativas junto do Governo. Contudo, durante este segundo período de reivindicações, os tanoeiros, para além da Associação de Classe, passam a dispôr também de uma entidade mais abrangente – Federação Geral de Tanoaria e Anexos – exercendo funções de representação das várias Associações de Classe e defendendo os respectivos interesses. Tal facto, além de significar uma melhor organização a nível nacional, significa também uma maior união e solidariedade entre as várias Associações de Classe, unidas num esforço comum.

Embora as formas de reivindicação consistam essencialmente na utilização das vias diplomáticas (reuniões entre o Ministro das Finanças e comissões de operários tanoeiros, envio de ofícios, representações ao Governo), reivindicando a reimportação do vasilhame desmanchado e contestando a faculdade, concedida aos exportadores, de reimportação de vasilhame isento de taxas, a demora no atendimento das suas reclamações vai desenvolver a necessidade de uma defesa enérgica, a ser empreendida pelos próprios operários, multiplicando-se, neste sentido, os apelos à união de classe. Neste contexto, e exemplificando a solidariedade entre Associações de Classe que caracteriza este período, multiplicam-se os apelos por parte da Associação de Tanoeiros de Lisboa, à greve, considerada como única forma de verem as suas reclamações atendidas.

Concluindo, a cascaria de torna-viagem constituiu um dos principais factores da crise que a classe de tanoaria atravessou no primeiro quartel do século XX, tendo causado grande agitação entre os operários. Perante tal realidade, comum a Norte e a Sul, os tanoeiros encetam um movimento reivindicativo caracterizado pela utilização de dois tipos de acção – via diplomática e acção directa –, tendo por principal objectivo a salvaguarda dos seus direitos bem como a manutenção da sua forma de subsistência, ou seja dos seus postos de trabalho. Em todo o processo reivindicativo, quer nas acções de carácter diplomático quer nas acções directas, desempenhou sempre particular importância a sua organização em Associações de Classe, bem como a criação dos seus órgãos informativos, que se constuiram, desta forma, no motor de todo este movimento reivindicativo. Esta questão permitiu também caracterizar as relações entre tanoeiros e exportadores, concluindo-se pela existência e manutenção, ao longo de todo este processo, de oposição de interesses entre estas duas classes. Desta forma, constituiu uma questão muito complexa, assumindo diferentes dimensões e características de acordo com os interesses de cada um dos grupos implicados.

João Fernandes Rebelo* ■ Alfredo José F. C. Silva**

As cooperativas vitivinícolas no contexto económico da região demarcada do Douro

As Adegas Cooperativas (ACs) da Região Demarcada do Douro (RDD) situam-se no centro da fileira do vinho, entre o mercado do produto final e os produtores (sócio-viticultores). Recebem as uvas produzidas nas explorações vitícolas dos associados, transformam-nas em vinho, que armazenam para posterior venda, procedendo, finalmente, à liquidação da campanha, isto é, ao pagamento das uvas aos sócios.

Devido ao número de sócios-viticultores, quantidade de vinho que fabricam, valor acrescentado que geram e forma como distribuem os excedentes, as ACs desempenham um papel importante na economia vitivinícola e global da RDD.

As ACs são organizações económicas possuídas, controladas e laborando em benefício dos seus sócios, os quais são, simultaneamente, os seus fornecedores de matérias primas (Rebelo, 1993). No mercado, as ACs concorrem, em especial, com empresas privadas, dependendo o seu posicionamento estratégico e competitividade dos recursos produtivos disponíveis e da capacidade organizativa, com destaque para os recursos humanos.

Neste artigo pretendemos enquadrar, no período recente, a actividade das ACs na economia vitivinícola da RDD e apresentar o perfil dos recursos humanos, em especial dos seus dirigentes. Nesta sequência, começamos por uma breve descrição do movimento cooperativo na RDD. Na secção 2 indicamos as produções das ACs. Na secção 3 apreciamos o perfil dos recursos humanos das ACs. Finalmente, apresentamos algumas conclusões.

* Aluno estagiário da licenciatura em Engenharia Agrícola (UTAD).

** Economista. Prof. auxiliar no Departamento de Economia e Sociologia – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

1. O MOVIMENTO COOPERATIVO NA RDD

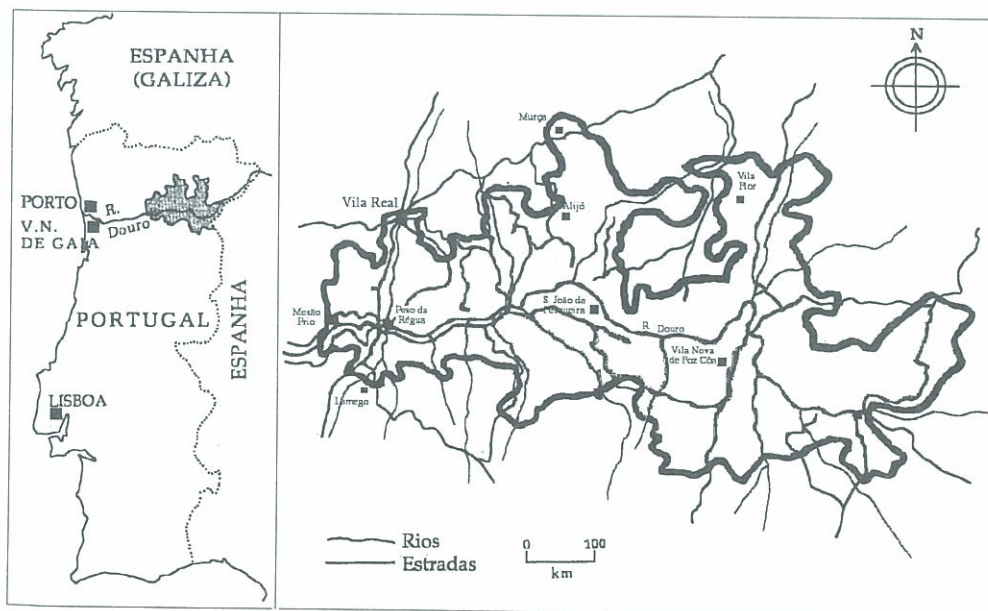
A Região Demarcada do Douro (RDD), a primeira região demarcada e regulamentada do mundo, localiza-se no Norte de Portugal (Figura 1) na bacia hidrográfica do Rio Douro, entre Barqueiros e Barca d'Alva. Foi criada pelo Marquês de Pombal, através do alvará régio que fundou a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro. A «Demarcação Pombalina», nome porque é conhecida a demarcação de 1756, tinha uma área estimada de 40 000 hectares, passando em 1921, por decreto de 10 de Dezembro, a ter cerca de 250 000 hectares, área que a RDD mantém e cuja delimitação foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 166/86 de 26 de Junho (Martins, 1990).

Até 1982 a delimitação aplicava-se apenas à produção de vinhos generosos produzidos na região. Com a publicação da Portaria nº 1080/82 de 17 de Novembro, o conceito de região demarcada, dentro da mesma área geográfica definida para o vinho generoso passou, igualmente, a poder ser aplicada aos vinhos de mesa típicos regionais.

A nível nacional, data de 1892 a primeira tentativa de organizar o sector vitivinícola em moldes cooperativos. Todavia, só a partir de 1946, sob a égide da Junta Nacional do Vinho (JNV), que dispunha de forte poder financeiro, as ACs ganharam importância e verdadeira dimensão.

Na RDD, foi sobretudo entre 1950 e 1964 que se constituíram legalmente a

Figura 1 – Região Demarcada do Douro



maior parte das adegas, com elevados incentivos técnicos e financeiros por parte do Estado. Na sequência da política vitivinícola adoptada pelo poder público para o sector, em 1955, foi aprovado pelo Governo um projecto elaborado pela Casa do Douro e pelos Grémios dos Vinicultores para fomentar o aparecimento das ACs na região duriense.

O «Plano das Adegas Cooperativas» preconizava a criação de trinta adegas em dezanove concelhos da região, onde se associassem os pequenos viticultores que produzissem menos de 10 pipas. Presentemente na RDD estão em funcionamento 23 ACs que associam aproximadamente cerca de 16 000 viticultores (Silva, 1996), entre elas a Adega Cooperativa de Tabuaço apenas fundada em 1993, entrando em funcionamento em 1994. A finalidade destas associações era diminuir os custos de vinificação, salvaguardar a qualidade de fabrico, resolver problemas de armazenagem e aproveitar subprodutos (Martins, 1990). O seu aparecimento visava, essencialmente, pôr ordem no caos então reinante e resultante de milhares de pequenos viticultores que vinificavam de forma bastante rudimentar e sem perspectivas comerciais.

2. PRODUÇÕES DAS ACS

As ACs da RDD, transformam somente as uvas produzidas pelos seus associados. Da transformação resultam, essencialmente, dois tipos de produtos:

- O vinho de mesa, tradicionalmente designado por vinho de consumo ou vinho de pasto, agrupando os vinhos de mesa propriamente ditos, os vinhos com Denominação de Origem Controlada (DOC) Douro (Portaria nº 1080/82), os vinhos da futura D.O.C. Espumantes e o vinho Regional Terras Durienses (Portaria nº 157/93);
- O vinho generoso que agrupa os vinhos D.O.C. Porto (Decreto-Lei nº 166/86) e numa escala reduzida e geograficamente confinados ao concelho de Alijó, os vinhos da futura Indicação de Proveniência Regulamentada (IPR) Moscatel.

O quantitativo de Vinho do Porto elaborado pelas ACs é condicionado pelas autorizações de produção – «cartões de benefício» – e pelas correspondentes uvas entregues pelos sócios. No âmbito e para realização das suas atribuições, no que concerne ao controlo da qualidade e da quantidade do Vinho do Porto e à regulamentação do seu processo produtivo, compete ao Instituto do Vinho do Porto (IVP) fixar a quantidade de mosto a beneficiar em cada ano na RDD. Este, depende da evolução recente das vendas do sector, das perspectivas da evolução no curto prazo e das existências no comércio e produção. Depois de fixado o quantitativo de benefício, a Casa do Douro distribui a quantidade de mosto auto-

rizado para a elaboração do vinho generoso pelos prédios rústicos que tenham esse direito, de acordo com os elementos do cadastro (localização geográfica da parcela, produtividade, exposição solar, natureza do solo, declive, altitude, sistematização do terreno, compasso, castas cultivadas e idade da vinha). Assim, antes da vindima, é comunicado a cada viticultor, através do «cartão de benefício», referenciado à parcela, o mosto beneficiado, bem como a respectiva letra ou classe, por ordem decrescente de qualidade de A a F, apoiando-se a ordenação num sistema de pontuação baseado nos elementos cadastrais referidos (Rebelo, 1992).

O cartão de benefício permite a cada viticultor, ou aos seus representantes, comprar a quantidade de aguardente vínica incorporada na elaboração do vinho generoso, sendo o controlo do vinho elaborado efectuado pela Casa do Douro, através das declarações de colheita e produção e do controlo das respectivas contas correntes.

Para o fabrico de 550 litros de mosto (1 pipa) são necessários, em média, 750 kg de uvas, embora haja variações entre as Adeegas, devido fundamentalmente às condições climáticas e processos de vinificação, particularmente o tipo de prensa utilizado. Na elaboração do Vinho do Porto a 440/435 litros de mosto incorporam-se em média 110/115 litros de aguardente vínica.

Nos Quadros 1, 2 e 3 e Gráfico 1 faz-se uma síntese de produções recentes das ACs da RDD, assim como das respectivas proporções.

Quadro 1 – Produções de mostos das Adeegas Cooperativas (Colheitas)

	Em pipas					Em percentagem				
	Média 1984-88	1989	1990	1991	1992	Média 1984-88	1989	1990	1991	1992
Generoso	34 437	64 844	61 833	47 220	26 684	36	72	35	33	27
Mesa	60 887	24 318	110 347	92 002	72 205	64	26	63	64	72
Moscatel		1421	2 572	3 888	1 247		2	2	3	1
Total	95 324	90 583	174 752	143 110	100 136	100	100	100	100	100

Fonte: Relatório e Contas das ACs

Quadro 2 – Produções de mostos da RDD (Quantidades manifestadas) – Colheitas

	Em pipas					Em percentagem				
	Média 1984-88	1989	1990	1991	1992	Média 1984-88	1989	1990	1991	1992
Generoso	107 197	172 867	153 966	117 192	80 054	52	80	43	43	37
Mesa	98 704	41 635	198 889	151 468	133 147	48	19	56	55	62
Moscatel		1 421	2 572	3 888	1 247		1	1	2	1
Total	205 901	215 923	355 427	272 548	214 448	100	100	100	100	100

Fonte: Casa do Douro

Quadro 3 – Produção de Adegas/Produção da RDD (em percentagem)

	Média 1984-88	1989	1990	1991	1992
Generoso (mosto)	34	38	40	40	33
Mesa	60	58	55	61	54
Moscatel (mosto)		100	100	100	100
Total	46	42	49	53	47

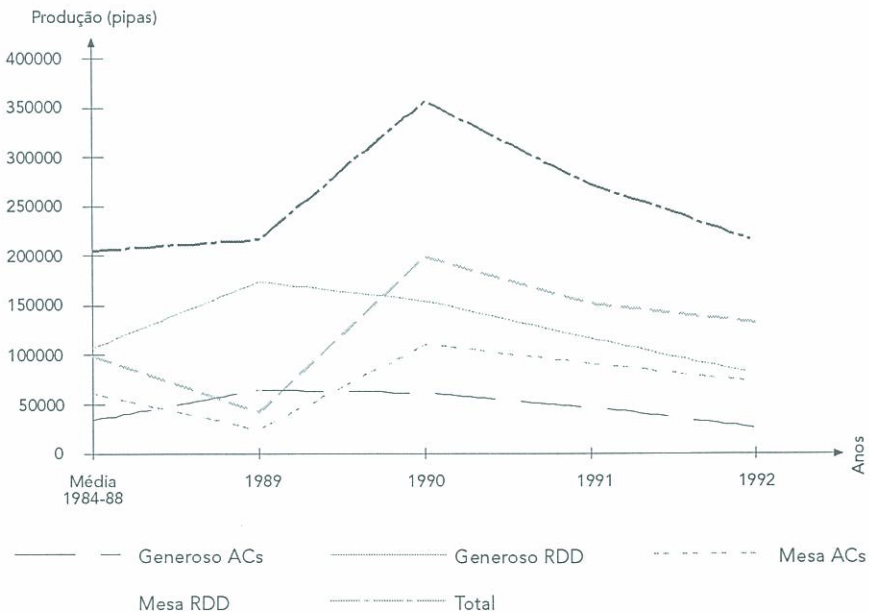
Exceptuando a colheita de 1989, que encerra um biénio de produções anormalmente baixas, em que a percentagem de vinhos generosos (generoso e moscatel) foi de 74%, nas ACs, o vinho de mesa representa cerca de dois terços do mosto total, enquanto na RDD esta proporção tende a aproximar-se dos 50%.

O vinho moscatel, incluído na classe dos vinhos licorosos, geograficamente, é apenas produzido no concelho de Alijó, sendo as ACs aqui localizadas, praticamente, as únicas unidades transformadoras.

As ACs laboram, em média, cerca de 40% do mosto generoso e 60% do vinho de mesa, a que, conjuntamente, corresponde 50% da produção total. A percentagem do primeiro decresce de forma acentuada, com a redução do mosto global beneficiado pelas entidades competentes.

Face aqueles indicadores e à forma como distribuem os excedentes, princípio

Gráfico 1 – Evolução da produção



do lucro nulo e repartição do excedente com base no produto entregue (Rebelo, 1992), facilmente se conclui que as ACs desempenham um papel fundamental na economia vitivinícola da RDD. Na colheita de 1992, a área de vinha cadastrada é cerca de 40 582 ha, com 35 046 declarações de produção (1,16 ha/declaração), sendo 16 643 (47,5%) destas de sócios das ACs.

Por outro lado, devido à elevada proporção do vinho de mesa na produção total, a evolução futura dos rendimentos dos viticultores vai depender, em grande parte, da valorização deste tipo de vinhos, devendo as ACs ser agentes económicos activos na consecução desta política. A adopção de indispensáveis estratégias organizacionais e de gestão implica, necessariamente, a existência de adequados recursos humanos. Na secção seguinte analisamos o perfil dos recursos humanos das ACs, com destaque para os seus dirigentes.

3. RECURSOS HUMANOS DAS ACS

Para se caracterizar o potencial humano das ACs da RDD recorreremos à realização de inquéritos¹. A elaboração da ficha de inquérito teve subjacente os principais elementos do sistema cooperativo, os dirigentes e a cooperativa propriamente dita (Silva, 1996).

Do inquérito aos Dirigentes, separados em Presidente, Secretário e Vogal da Direcção e Presidente, Vice-Presidente e Vogal do Conselho Fiscal, foi colhida a seguinte informação: idade, profissão, anos de exercício, habilitações, tempo dedicado ao cargo, outros cargos directivos e receita do agregado familiar. Do universo das 23 ACs da RDD, 22 responderam ao inquérito.

Para apreciarmos os resultados obtidos utilizamos a metodologia descrita nas matrizes contidas nos Quadros 4 e 5.

Os dados referentes aos dirigentes são classificados em intervalos de valores (classes). Nos resultados é especificado o número e percentagem de dirigentes pertencentes a cada classe. Além de uma caracterização genérica, e depois de seleccionados, caracterizam-se igualmente os presidentes das direcções das ACs.

3.1. Perfil dos dirigentes cooperativos

A análise dos valores obtidos dos inquéritos aos dirigentes em geral (Quadros 6 e 8) e aos presidentes em particular (Quadros 7 e 9), permite-nos chegar a algumas conclusões.

¹ Estes inquéritos foram realizados no âmbito dos estudos promovidos pela «Task-Force – Cooperativas Vitivinícolas do Cluster do Vinho – Construir a Competitividade do Vinho de Portugal», beneficiando da frutuosa colaboração da Eng^a Teresa Mata da FENADEGAS.

Quadro 4 – Perfil dos dirigentes cooperativos

Idade	0	1	2	3	4	5
	NR	< 30	30-39	40-49	50-59	≥ 60
Profissão	NR	Agricultor	Econom.	Agrónomo Agrário	Médico Advogado	Outra
Anos de exercício	NR	> 20 anos	9-19 anos	7-9 anos	4-6 anos	≤ 3 anos
Habilitações literárias	NR	Licenciado	Bacharelato	12º ano	9º ano	Primária
Tempo que dedica ao cargo	NR	100%	50%	< 50%	≤ 1 dia	–
Outros cargos directivos	NR	Mais do que uma	Assoc. Agrícola	Controlo DO	Desporto/ /Cultura	–
Receita do agregado familiar	NR	100%	> 50%	< 50 %	–	–

Notas: NR – Não Respondeu

DO – Denominação de origem

Quadro 5 – Recursos humanos

Funcionários	Administrativos Produção	X X	Resultado numérico Resultado numérico
Técnicos	Comerciais Economia / Gestão Enólogo Agrícola	0-1 0-1 0-1 0-1	0 = não 1 = sim 0 = não 1 = sim 0 = não 1 = sim 0 = não 1 = sim

Quadro 6 – Idade, Profissão, Anos de Exercício e Habilitações dos Dirigentes

Classes	Idade		Profissão		Anos de exercício		Habilitações	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
0	2	1,9	6	5,8	11	10,6	11	10,6
1	1	1,0	31	29,8	0	0,0	17	16,3
2	3	2,9	2	1,9	12	11,5	9	8,7
3	22	21,1	5	4,8	6	5,8	17	16,3
4	29	27,9	3	2,9	29	27,9	18	17,3
5	47	45,2	57	54,8	46	44,2	32	30,8
Total	104	100,00	104	100,0	104	100,0	104	100,0

Fonte: Inquérito às ACs

Quadro 7 – Idade, Profissão, Anos de Exercício e Habilitações dos Presidentes

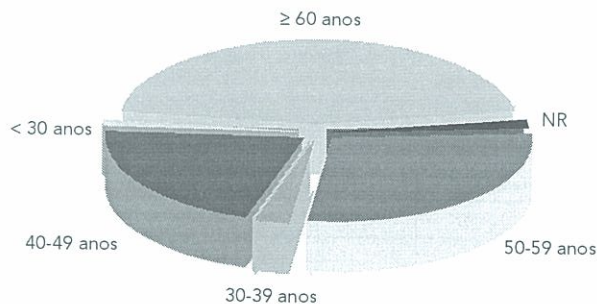
Classes	Idade		Profissão		Anos de exercício		Habilitações	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
0	1	5,0	1	5,0	1	5,0	1	5,0
1	0	0,0	2	10,0	0	0,0	4	20,0
2	1	5,0	0	0,0	4	20,0	3	15,0
3	6	30,0	3	15,0	2	10,0	6	30,0
4	6	30,0	1	5,0	4	20,0	5	25,0
5	6	30,0	13	65,0	9	45,0	1	5,0
Total	20	100,0	20	100,0	20	100,0	20	100,0

Fonte: Inquérito às ACs

Relativamente à *idade* (Gráfico 2) do conjunto dos dirigentes cooperativos pertencentes à Direcção e Conselho Fiscal, verifica-se que cerca de 73,% têm mais do que 50 anos e 45,% mais de 60, enquanto as classes inferiores a 40 anos representam menos de 4%.

Os dados relativos aos presidentes, não são muito mais animadores, visto que com menos de 40 anos apenas existem 5%. Todavia, observou-se uma certa renovação, embora lenta, pois as classes seguintes 40-50, 50-60 e mais de 60 anos representavam equitativamente 30%. Verifica-se pois, em relação à totalidade dos dirigentes, a assunção do cargo de presidente por parte de pessoas mais novas que, em princípio poderão imprimir uma nova dinâmica ao sector.

Gráfico 2 – Idade dos dirigentes



Quanto à *profissão* (Gráfico 3) podemos observar que, para os dirigentes, a classe que representa as profissões não especificadas domina, com 55% das respostas. Relativamente às restantes, a profissão mais representativa é a de agricultor com 30%. Os valores alteram-se quando nos referimos aos presidentes, pois a representatividade da profissão agricultor baixa para os 10% e a de agrónomo ou

agrário aumenta para 15%. Daqui se depreende que, embora tenuemente, os cooperantes tentam encontrar as pessoas melhor preparadas para assumirem a presidência das Adegas.

Dentro do parâmetro *anos de exercício* (Gráfico 4), podemos observar que, grande parte dos dirigentes (44%), exerce o seu cargo há menos de 3 anos. Com experiência de 4 a 6 anos na direcção das Adegas existem 28% dos dirigentes e entre os 9 e os 19 anos 12%. Relativamente aos presidentes os valores mantêm-se na classe respeitante ao exercício há menos de 3 anos. No entanto, os valores referentes às faixas compreendidas entre os 9 e os 19 anos e os 7-9 anos aumentam, respectivamente, para 20 e 10%, o que significa existirem muitos presidentes que se mantêm durante vários anos no cargo para que são eleitos.

Gráfico 3 – Profissão dos dirigentes

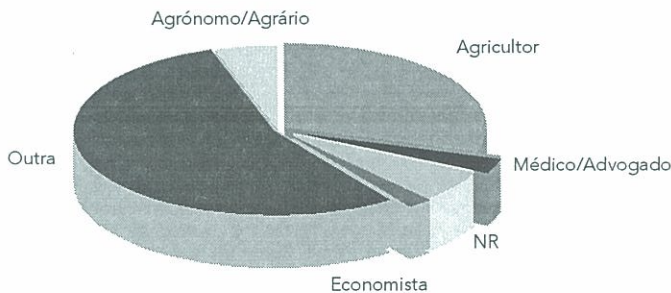
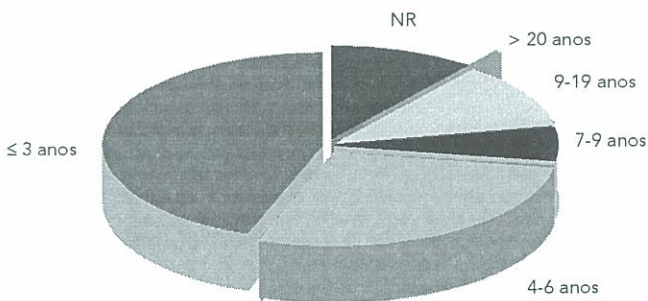
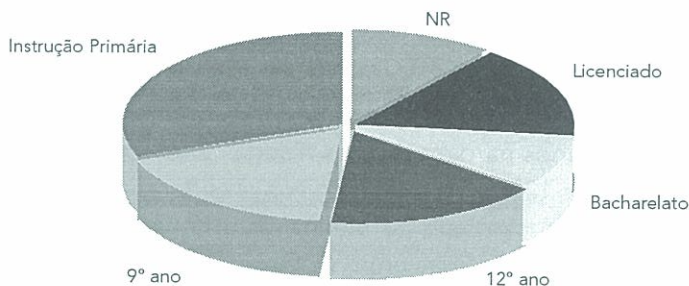


Gráfico 4 – Anos em exercício dos dirigentes



Relativamente às *habilitações* (Gráfico 5), apesar de 16% dos dirigentes inquiridos terem licenciatura, a maior parte possui a instrução primária (31%) e o 9º ano (17%). Os valores obtidos nos inquéritos aos presidentes são completamente diferentes, baixam os que possuem instrução primária para 5% e aumentam todas as outras classes: licenciados 20%, bacharéis 15%, 12º ano 30% e 9º ano 25%. Registe-se, por isso, a importância que as habilitações passam a ter para a escolha do presidente.

Gráfico 5 – Habilitações dos dirigentes



Quadro 8 – Tempo Dedicado ao Cargo, Outros Cargos Exercidos e Receita do Agregado relativamente aos Dirigentes

Classes	Tempo dedicado		Outros cargos		Receita do agregado	
	nº	%	nº	%	nº	%
0	2	1,9	73	70,2	39	37,5
1	9	8,7	16	20,2	11	10,6
2	13	12,5	10	9,6	13	12,5
3	41	39,4	0	0,0	41	39,4
4	39	37,5	5	0,0	–	–
Total	104	100,0	104	100,0	104	100,0

Fonte: Inquérito às ACs

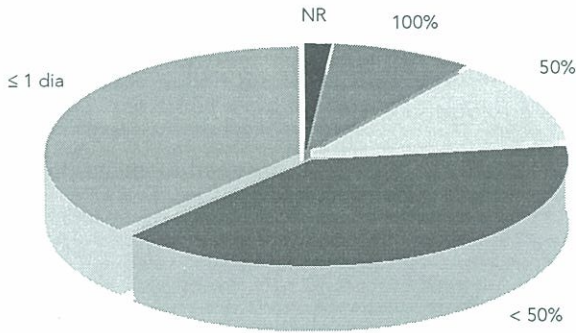
Quadro 9 – Tempo Dedicado ao Cargo, Outros Cargos Exercidos e Receita do Agregado relativamente aos Presidentes

Classes	Tempo dedicado		Outros cargos		Receita do agregado	
	nº	%	nº	%	nº	%
0	1	5,0	8	40,0	8	40,0
1	5	25,0	6	30,0	0	0,0
2	4	20,0	6	30,0	1	5,0
3	8	40,0	0	0,0	11	55,0
4	2	10,0	5	0,0	–	–
Total	20	100,0	20	100,0	20	100,0

Fonte: Inquérito às ACs

Relativamente ao tempo dedicado ao cargo (Gráfico 6) os dirigentes que dedicam menos de 50% do seu tempo, representam 39% e os que só oferecem um dia ou menos representam 38% do total. Somente 9% dedicam todo o seu tempo à gestão da AC. Em relação ao tempo dedicado pelos presidentes às adegas podemos ver um número bastante elevado (25%) que oferece 100% do seu tempo ao seu cargo e somente 10% que dedicam menos do que um dia à admi-

Gráfico 6 – Tempo dedicado ao cargo por parte dos dirigentes



nistração da AC. É de salientar que o grupo dominante (40%) é aquele que representa os presidentes que estão menos de metade do seu tempo na adega. Pode-se por isto dizer que, embora ainda não seja a situação ideal, os presidentes têm, como seria de esperar, uma atitude de maior ligação temporal à cooperativa que os restantes membros da direcção.

Relativamente à variável *outros cargos directivos exercidos* (Gráfico 7), verifica-se que uma grande maioria (70%) dos dirigentes não pertence a órgãos directivos de outras entidades. Especificamente quanto aos presidentes 40% não têm outros cargos, no entanto, os restantes 60% dividem-se pelos que têm mais do que um cargo directivo (30%) e pelos que pertencem à direcção de associações agrícolas (30%). Podemos assim afirmar que, na comunidade a que pertence a AC, os presidentes são membros mais activos na dinâmica de outras organizações sociais e/ou económicas do que os restantes membros da direcção.

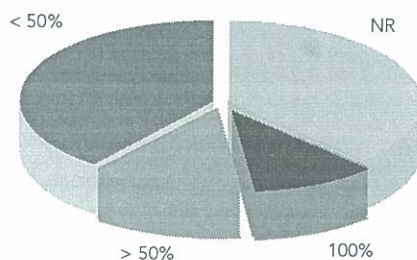
Em relação à *receita do agregado familiar* (Gráfico 8), apesar de 38% dos dirigentes não responderem, verifica-se que para 39% provém em menos de 50% da agricultura. Relativamente aos presidentes, 40% não responderam a esta questão. Dos restantes, observa-se que os rendimentos da agricultura representam, para

Gráfico 7 – Outros cargos directivos exercidos pelos dirigentes



55% dos presidentes, menos de metade da receita do agregado familiar e somente para 5%, mais de metade da receita do agregado, não havendo nenhum presidente que viva exclusivamente da agricultura. Ou seja, podemos inferir que os presidentes das ACs são essencialmente agricultores pluriactivos, cuja principal fonte de rendimentos é exógena à agricultura.

Gráfico 8 – Proporção da receita do agregado familiar dos dirigentes proveniente da agricultura



3.2. Restantes recursos humanos

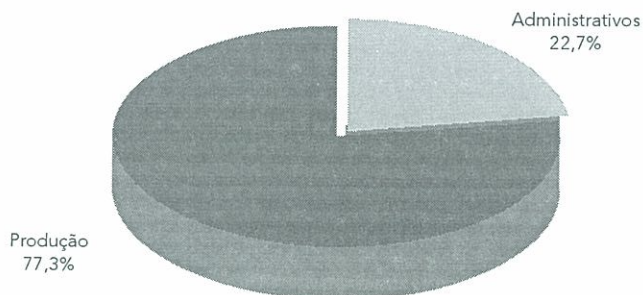
A repartição dos funcionários das ACs da RDD por tipo de função, administrativa e de produção, está expressa nos Quadro 10 e Gráfico 9.

Quadro 10 – Número de funcionários

	Administrativos	Produção	Total
Funcionários	80	273	353
Funcionários/ AC	4	13,65	17,65
%	22,7%	77,3%	100,0%
Coefficiente de Variação	77,3%	128,8%	114,5%

Fonte: Inquérito às ACs

Gráfico 9 – N° de Funcionários



Verifica-se que dos trabalhadores empregues pelas ACs, 77% estão envolvidos nas actividades de produção (transformação e comercialização), sendo 23% administrativos. A média de funcionários é de cerca de 18 por Adegas, 14 na produção e 4 nos serviços administrativos. O número máximo de funcionários de administração e de produção é respectivamente 13 e 73. O mínimo é de 1 funcionário para os dois ramos de trabalho das ACs. Os valores do coeficiente de variação demonstram bem a grande diversidade de situações nas ACs da RDD. Face aos dados sobre o emprego, grande parte das ACs podem ser classificadas como microempresas (menos de 9 trabalhadores).

O Quadro 11 inclui a caracterização dos quadros técnicos a nível da sua formação profissional.

Quadro 11 – Número de técnicos

Tempo	Comerciais		Economia/ /Gestão		Enólogo		Agrícola		Total
	parcial	inteiro	parcial	inteiro	parcial	inteiro	parcial	inteiro	
Total de Técnicos	1	2	6	2	7	11	0	3	32
Técnicos (especialidade)/ /Total	3,1%	6,3%	18,7%	6,3%	21,9%	34,3%	0,0%	9,4%	100,0%
ACs com técnicos	5,0%	10,0%	30,0%	10,0%	35,0%	55,0%	0,0%	15,0%	–

Fonte: Inquérito às ACs

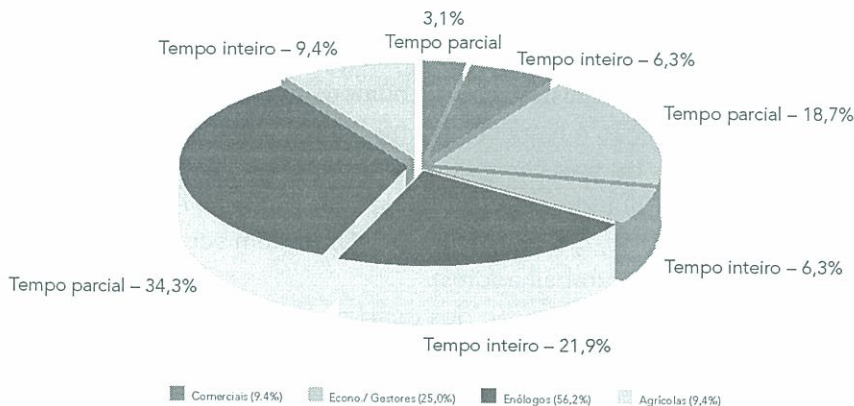
Das respostas ao número de técnicos existentes nas ACs, podemos concluir que do total de 32 técnicos existentes nas ACs, 18 (56%) estão a tempo inteiro e 14 (44%) a tempo parcial. O número total de técnicos é assim, pelo menos à primeira vista, muito baixo. Podemos observar que 56% (18) dos técnicos são enólogos embora somente 22% (7) trabalhem a tempo inteiro. Observamos ainda que apenas 6 dos 8 economistas ou gestores estão na AC a tempo inteiro, o que reflecte a despreocupação das Adegas relativamente às áreas da comercialização (marketing) e da gestão.

Relativamente à percentagem de ACs com técnicos, destacam-se os valores das percentagens de ACs com economistas/gestores, que não vai além de 40% (30% a tempo inteiro e 10% a tempo parcial) e com enólogos que, embora atinja as 90% de ACs, somente em 35% é que trabalham a tempo inteiro.

4. CONCLUSÕES

A finalidade deste artigo foi enquadrar, no período recente, a actividade das ACs no contexto económico da RDD, dedicando-se especial atenção ao perfil dos seus recursos humanos, em especial dos dirigentes.

Gráfico 10 – Percentagem de técnicos por área de formação



A RDD tem uma área global de 250 000 ha, sendo, em 1992, a área de vinha cadastrada de 40 582 ha, repartidas por 35 046 parcelas, ou seja 1,16 ha/parcela.

Exceptuando uma delas, que foi fundada em 1993, as 23 ACs da RDD foram criadas entre 1950 e 1964, beneficiando de fortes incentivos técnicos e financeiros por parte do Estado. Com o incentivo ao aparecimento deste tipo de organizações associativas visava-se diminuir os custos de vinificação, salvaguardar a qualidade de fabrico, resolver problemas de armazenagem, aproveitar subprodutos, sobretudo, pôr ordem no caos então reinante, consequência da existência de milhares de pequenos viticultores que vinificavam de forma rudimentar e sem perspectivas comerciais.

Na RDD são produzidos dois tipos de vinhos, o de consumo ou mesa, comercializado sem ou com denominação de origem, e os vinhos generosos, incluindo nestes o Moscatel produzido, em pequena escala, no concelho de Alijó e o vinho do Porto. Na actualidade, em anos normais, a produção tende a ser repartida equitativamente por vinho de mesa e vinho do Porto. As ACs laboram cerca de 40% do mosto generoso e 60% do vinho de mesa, a que, conjuntamente corresponde 50% da produção total.

Face à quantidade de vinhos que transformam, ao número de sócios-viticultores, ao valor acrescentado que geram, à forma como distribuem os excedentes e à localização em concelhos predominantemente rurais, as ACs desempenham um papel na manutenção e reforço do tecido sócio-económico da RDD.

O reforço da competitividade das ACs, que desenvolvem a sua actividade em ambientes cada vez mais concorrenciais, implica a adopção de estratégias de gestão adequadas à sua dimensão e complexidade. Para a implementação destas medidas é determinante a componente recursos humanos, em especial dirigentes e quadros técnicos.

Da análise ao perfil dos dirigentes (directores e membros do conselho fiscal) actuais das ACs infere-se que: 73% tem mais de 50 anos, tendendo os presidentes das direcções a serem pessoas mais jovens; grande parte são, de acordo com o previsível, agricultores; embora existam elementos que exerçam funções durante vários anos, 44% dos inquiridos estão no cargo por um período inferior a 3 anos; apesar de 31% dos dirigentes possuir apenas a instrução primária, o lugar de presidente da direcção é ocupado, essencialmente, por pessoas com pelo menos o 12º ano (65%), tendo 35% curso superior; a maioria dos dirigentes desenvolve a sua actividade a tempo parcial, embora os presidentes dediquem bastante tempo à gestão da cooperativa.

Em termos de emprego, a média de funcionários por AC é de 18, sendo 14 envolvidos na produção e 4 nos serviços técnicos. Ao nível do corpo técnico as ACs empregam 32 pessoas, sendo 18 a tempo inteiro e 14 a tempo parcial, destacando-se a categoria dos enólogos (18) e dos economistas/gestores (8). Face a estes indicadores pode concluir-se que as ACs empregam, essencialmente, pessoal não qualificado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MARTINS, Conceição A. – *Memória do Vinho do Porto*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990.
- PORTUGAL, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação – *Diário da República*, I Série, nº 266, Portaria nº 1080/82, de 17.11.1982.
- PORTUGAL, Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação – *Diário da República*, I Série, nº 104, Decreto-Lei nº 166/86, de 26.06.1986.
- PORTUGAL, Ministério da Agricultura – *Diário da República*, I Série, nº 35, Portaria nº 157/93, de 11.02.1993.
- REBELO, João F. – *Análise de Relações Custo-Produção e Eficiência Produtiva em Empresas Multiproduto: O caso das Adegas Cooperativas da Região Demarcada do Douro*, Tese de Doutoramento (não publicada), Vila Real, UTAD, 1992.
- REBELO, João F. – *Teoria Económica sobre Cooperativas Agrícolas: Uma revisão*, «Economia e Sociologia», nº 56, p. 131-153, Évora, 1993.
- SILVA, Alfredo F.C. – *Caracterização Estrutural das Adegas Cooperativas da Região Demarcada do Douro*, Relatório Final de Estágio da Licenciatura em Engenharia Agrícola, Vila Real, UTAD, 1996.

Carlos Melo Brito *

O sector do vinho do Porto numa perspectiva interorganizacional

Não é fácil encontrar em Portugal áreas de actividade económica tão bem documentadas como a do Vinho do Porto. Ao longo dos seus mais de 300 anos de vida, muitos têm sido os autores a dedicarem a sua atenção quer ao vinho quer à região onde ele nasce: o Douro.

Do ponto de vista económico – e apenas no que respeita aos anos mais recentes – têm sido produzidos múltiplos estudos. Em geral, procuram caracterizar e analisar aspectos específicos do negócio do Vinho do Porto tais como o comportamento dos mercados, a evolução da comercialização, a caracterização da produção na região duriense, etc. Por outras palavras, procura-se em geral analisar recursos ou actores económicos quer do ponto de vista estrutural quer comportamental.

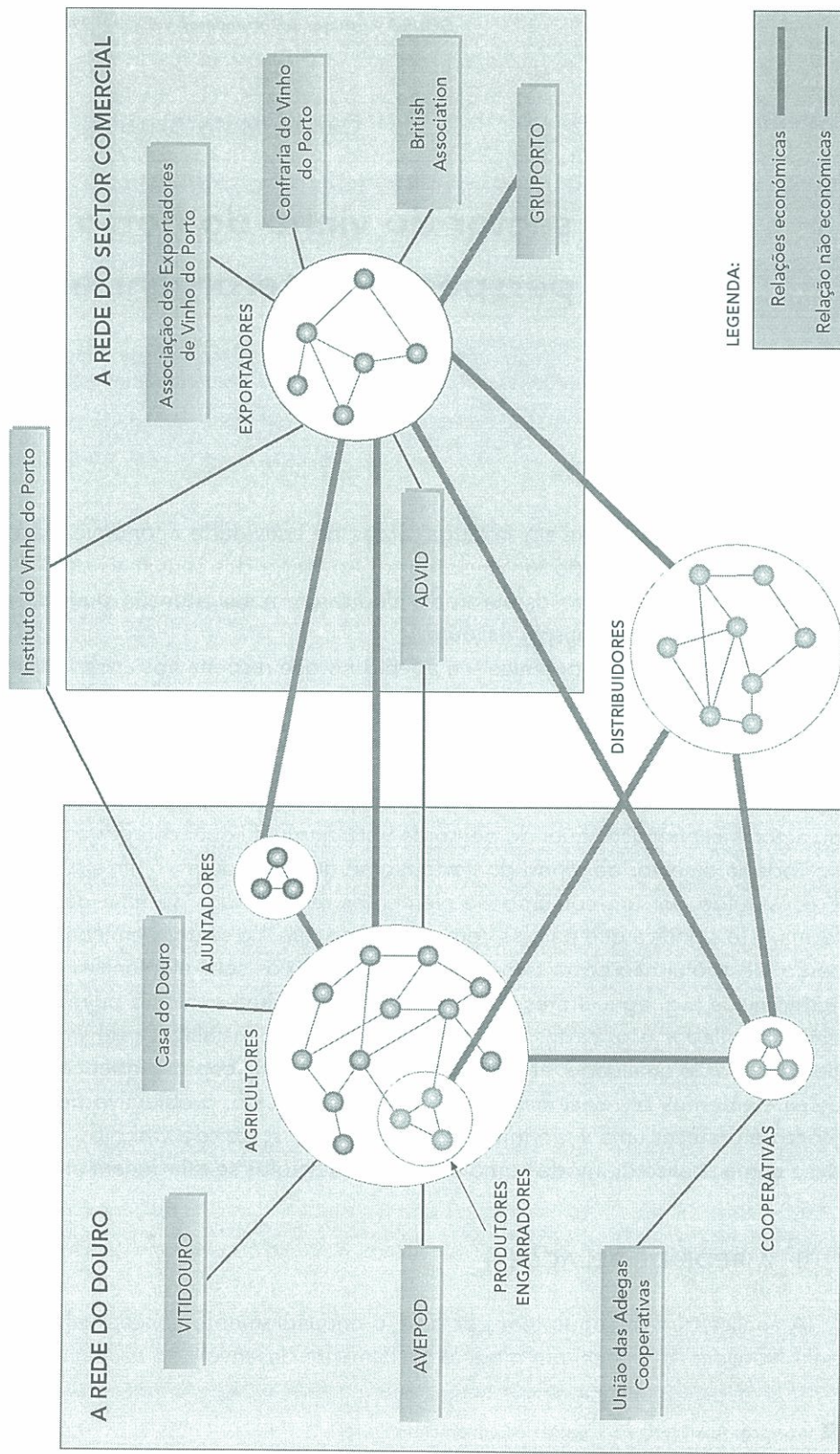
Todavia o sector do Vinho do Porto, como qualquer outro, é um sistema – i.e., é constituído por um conjunto de elementos relacionados de uma determinada forma. Isto significa que para se compreender o que é o sector bem como a forma como ele evolui não basta tomar em consideração os seus elementos: os actores económicos (v.g. agricultores, cooperativas, comerciantes, etc.) e os recursos por eles controlados (v.g. castas de uvas, tipos de vinho, instalações de vinificação e do controlo de qualidade, etc.). É também fundamental compreender como é que esses elementos se relacionam entre si. Neste contexto, o objectivo deste documento é oferecer uma visão interorganizacional do sector do Vinho do Porto com base numa análise do modo como os principais actores se relacionam entre si.

1. A REDE DE RELAÇÕES

A análise que se segue tem por base o enquadramento conceptual fornecido pela *Network Approach*, um modelo inicialmente desenvolvido nas universidades

* Professor Auxiliar na Faculdade de Economia do Porto.

Figura 1 – Rede de relações do vinho do Porto



suecas de Uppsala e Estocolmo, e mais tarde prosseguido noutros centros de investigação, nomeadamente na Universidade de Lancaster no Reino Unido. Sem se pretender oferecer uma visão demasiado profunda daquilo que é a *Network Approach*, há, no entanto, que tornar claro que se trata de um modelo que, realçando o papel da cooperação informal, da complementaridade e da interdependência entre os actores económicos, tem por objectivo contribuir para a compreensão do modo como os sectores industriais se estruturam e evoluem¹.

Com base nesse tipo de abordagem, a rede de relações representada na Figura 1 traduz a estrutura interorganizacional do sector do Vinho do Porto. Esclareça-se, todavia, que se trata, não de uma representação exhaustiva de todos os actores e relações entre eles, mas apenas de um esboço daquilo que é mais relevante. No contexto dessa rede de relações, há cinco características essenciais a realçar.

1.1. Área geográfica bem definida

Em primeiro lugar quer a produção quer a comercialização realizam-se em e a partir de zonas geográficas bem definidas. A Região Demarcada do Douro encontra-se perfeitamente delimitada, sendo *a priori* possível saber de uma forma relativamente clara «quem está dentro e quem está fora». Por outro lado, também o sector exportador se encontra localizado numa zona bem definida: a zona ribeirinha de Vila Nova de Gaia.

1.2. Múltiplos actores

Em segundo lugar há que destacar a existência de dezenas de milhares de actores envolvidos na produção e comercialização do Vinho do Porto. Estimativas apontam para a existência de cerca de 30 mil agricultores (a grande maioria dos quais de muito pequena dimensão e produtores apenas de uvas) para além das 24 adegas cooperativas localizadas na Região Demarcada do Douro e dos mais de 60 comerciantes na grande maioria sediados em Vila Nova de Gaia. Além disso, a multiplicidade de actores não decorre apenas do seu elevado número. É que multiplicidade deve aqui também ser encarada do ponto de vista qualitativo. Com efeito, para além dos três grupos de actores económicos anteriormente referidos – cada um dos quais, longe de constituir um conjunto homogéneo, se caracteriza por uma forte heterogeneidade estrutural e comportamental – não se pode

¹ Para uma exposição mais detalhada da *Network Approach*, ver Axelsson e Easton (1992), Hakansson e Snehota (1995) e Moller e Wilson (1995).

esquecer a existência de um leque diferenciado de organizações de natureza colectiva. Com efeito, a Casa do Douro, a União das Adegas Cooperativas, a ADVID (Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense), a Associação dos Exportadores do Vinho do Porto, a British Association e a Gruporto são exemplos daquilo que se denomina de actores colectivos. Convém, aliás, esclarecer que a expressão «actor colectivo» é aqui usada enquanto termo técnico consagrado pela literatura sobre Teoria das Organizações (cf. Burns e Flam, 1987). A emergência e desenvolvimento de tais organizações encontra, regra geral e em princípio, os seus fundamentos na defesa dos interesses comuns dos seus membros, na preservação da estabilidade e na influência que possam exercer na definição das «regras do jogo» – i.e. no enquadramento legal e contratual que regula o sector. Em última instância, pode-se mesmo afirmar que o objectivo mais importante dos actores colectivos é reforçar o poder dos seus membros dentro da rede global de relações. O que significa que o modo como evolui o sector do Vinho do Porto depende em parte da forma como os actores colectivos interagem nos seus permanentes jogos de poder.

Uma questão que se poderá colocar é até que ponto a actuação dessas organizações de natureza colectiva serve de facto os interesses colectivos dos seus membros e associados ou tão-só os interesses particulares das respectivas direcções. Sem pretender escamotear esta questão, parece no entanto que o seu carácter extravasa significativamente o âmbito desta comunicação.

1.3. Relações estáveis e duradouras

No que respeita aos principais actores económicos uma característica importante é a estabilidade do relacionamento entre muitos agricultores e casas exportadoras. Sendo de reconhecer que tal estabilidade se está um pouco a perder, a verdade é que ainda em muitos casos as casas exportadoras mantêm com os agricultores que lhes fornecem uvas ou vinho um relacionamento estável, de longo prazo e, em grande medida, assente numa confiança mútua – isto apesar de regra geral não existir qualquer contrato escrito. Sintomaticamente, o surgimento quer das adegas cooperativas quer das multinacionais ao nível do sector exportador parece estar a contribuir para uma perda desse carácter estável nas relações pessoais entre quem produz e quem comercializa.

1.4. Cooperação e concorrência

Uma quarta característica importante do sector do Vinho do Porto é a coexistência de formas de cooperação e concorrência. Para além da cooperação infor-

mal subjacente à estabilidade das relações anteriormente descritas, há a assinalar o carácter híbrido das relações entre os próprios exportadores – híbrido no sentido de serem o produto de um misto de concorrência e cooperação. Na realidade, se por um lado as diferentes casas exportadoras se comportam como verdadeiros concorrentes que são, por outro lado não é possível deixar de notar os múltiplos exemplos de modos de cooperação, alguns dos quais de carácter informal. A título meramente ilustrativo registem-se apenas três exemplos:

- o papel da Associação dos Exportadores enquanto fórum de discussão de problemas e desafios comuns e, conseqüentemente, de embrião de estratégias empresariais, se não concertadas, pelo menos relativamente convergentes;
- o papel da Gruporto (consórcio que agrega um número significativo de firmas exportadoras) enquanto comprador de aguardente, possibilitando a obtenção de economias de escala e ganhos de eficiência que beneficiam a generalidade dos seus membros;
- e, por último, o papel da British Association cuja importância na troca de informações, no conhecimento pessoal e na formação da «cultura» e «consciência colectiva» do sector não pode de forma alguma ser desprezada.

1.5. *Interação entre a economia e o ambiente sócio-cultural*

Este aspecto leva-nos a realçar uma última característica extremamente importante: o carácter indissociável entre os sistemas económico e sócio-cultural. Compreender a economia da produção do Vinho do Porto sem tomar em consideração a natureza cultural e a estrutura social existente na região do Douro – ou, até melhor, nas suas várias sub-regiões – é uma tarefa que à partida se pode antever como limitada. Da mesma forma que é impossível perceber o modo de «fazer negócio» por parte das casas exportadoras sem tomar em linha de conta a cultura e as regras de conduta informais partilhadas pelo sector. E, inclusivamente, será possível compreender o comportamento de certos actores – em especial os de natureza mais colectiva – sem tomar em consideração aspectos de carácter político?

2. UM CASO ÚNICO?

Em suma, delimitação clara do ponto de vista geográfico, multiplicidade de actores, estabilidade de uma parte significativa das relações económicas, coexistência de formas de cooperação e concorrência e interação entre a esfera económica e o ambiente sócio-cultural são algumas das características mais importantes

a realçar quando se analisa o sector do Vinho do Porto do ponto de vista interorganizacional.

Poder-se-á então levantar a seguinte questão: trata-se de características demasiado específicas pelo que o caso do Vinho do Porto é único e portanto sem qualquer interesse quando comparado com outras áreas da actividade económica.

Falso. As características anteriormente apontadas são comuns a várias regiões e indústrias não constituindo o sector do Vinho do Porto uma situação isotérica que deva ser vista como um caso à parte. Regiões como a de Baden-Württemberg na Alemanha, Jutland na Dinamarca, Modena em Itália e Smaland na Suécia são exemplos que reúnem basicamente as mesmas características das assinaladas para o Vinho do Porto. E mais: são regiões que, apesar de terem uma base económica assente em sectores tradicionais, apresentam padrões de desenvolvimento económico invejáveis. Modena, por exemplo, com uma forte implantação da indústria de confecção em malhas é uma das províncias mais inovadoras e ricas de Itália. O mesmo se passa em Baden-Württemberg no sudoeste da Alemanha onde centenas de pequenas e médias empresas (na grande maioria a operarem nas áreas têxtil e metalomecânica) formam uma base industrial extremamente dinâmica e competitiva. E, em certa medida, é ainda possível encontrar os mesmos *ingredientes* em certas regiões produtoras de tecnologia de ponta dos Estados Unidos como Silicon Valley ou a Route 128, a famosa circular de Boston².

E sendo assim, perguntar-se-á: então se essas zonas têm características semelhantes às que se encontram no sector do Vinho do Porto, por que razão não é este sector mais um exemplo de riqueza e desenvolvimento económico? Em primeiro lugar a questão aparece formulada como se o caso do Vinho do Porto não fosse um caso de sucesso. Mas é. Não há no Mundo muitos produtos que se tenham mantido competitivos nos mercados internacionais durante mais de três séculos. E não se trata apenas de ser competitivo. Trata-se também de ser considerado um dos três grandes vinhos do Mundo a par do Bordéus e do Champanhe.

Contudo é verdade que a região do Douro não é propriamente um exemplo de desenvolvimento. Não cabe neste documento fazer uma análise exaustiva das causas de um «subdesenvolvimento» no contexto de um sector que aparentemente reúne tantas e tão boas características para se desenvolver. Assim como também não cabe aqui fazer uma análise exaustiva dos outros factores críticos que contribuíram para o sucesso do Vinho do Porto no longo prazo – v.g. a influência inglesa, o papel de personalidades de relevo como Frei João de Mansilha ou Dona Antónia Ferreira, ou ainda o *melting pot* que foi o Porto burguês e comercial do século XIX.

² Para uma descrição mais pormenorizada dos casos citados, ver Storper e Scott (1992), Grabher (1993) e Benko e Lipietz (1994).

Fica é apenas uma sugestão: os *ingredientes* existem. E existem não desde ontem ou anteontem, mas há décadas ou mesmo séculos. É preciso é que os actores económicos envolvidos no negócio do Vinho do Porto bem como os que genericamente operam na região do Douro percebam que têm nas suas mãos os mesmos elementos que fizeram doutras regiões exemplos de sucesso económico e empresarial. E, acima de tudo, é preciso que saibam como utilizar os *ingredientes* – ou, pelo menos que evitem desperdiçá-los.

3. BIBLIOGRAFIA

- AXELSSON, B.; EASTON, G. – *Industrial Networks: A New View of Reality*, Londres, Routledge, 1992.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A. – *As Regiões Ganhadoras – Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Económica*, Oeiras, Celta Editora, 1994.
- BURNS, T.; FLAM, H. – *The Shaping of Social Organization*, Londres, Sage Publications, 1987.
- GRABHER, G. – *The Embedded Firm: On the Socioeconomics of Industrial Networks*, Londres, Routledge, 1993.
- HAKANSSON, H.; SNEHOTA, I. – *Developing Relationships in Business Networks*, Londres, Routledge, 1995.
- MOLLER, K.; WILSON, D. – *Business Marketing: An Interaction and Network Perspective*, Boston, Kluwer Academic Publishers, 1995.
- STORPER, M.; SCOTT, A. – *Pathways to Industrialization and Regional Development*, Londres, Routledge, 1992.

Jean Lave *

A expressão das estruturas de base do comércio do vinho do Porto na vida social da comunidade britânica

Tenho quatro questões a focar, o que farei tão simples e informalmente quanto possível. Primeiro, gostaria de juntar a minha voz à dos que, na tentativa de compreender o comércio do vinho do Porto, consideram útil que sejam ultrapassadas as suas definições mais restritas enquanto processo de produção ou empreendimento económico, para serem consideradas as complexidades das comunidades sociais em que este comércio está implantado. A minha atenção centra-se no enclave britânico no Porto. Segundo, deveria ser possível analisar os conflitos contínuos e variáveis no seio das comunidades e a vida social dos participantes no comércio, em termos das estruturas político-económicas que modelam tanto o comércio como a vida da comunidade. Relativamente ao comércio do vinho do Porto, estas relações foram-se alterando no decurso de um longo período, passando do capitalismo mercantil para formas de comércio global e multinacional e de relações coloniais informais para relações políticas pós-coloniais entre as firmas e famílias britânicas e os agricultores, os exportadores e as famílias portuguesas que participam na vida social do enclave britânico. O terceiro e quarto ponto referem-se ao entendimento dos dois anteriores: defendo que as lutas relativas à identidade da comunidade têm como objectivo estabelecer posições favoráveis para os interessados (para si, para os seus filhos e, conseqüentemente, para estabelecer, a longo prazo, a sua própria reputação como «antepassados») no futuro da comunidade. Assim, os membros do enclave britânico do Porto lutam de variadas formas para manter e reproduzir relações coloniais informais – considerando-se a si mesmos como figuras centrais de uma «venerável e antiga comunidade de comerciantes de vinho do Porto» – ou para transformar a comunidade num grupo administrador multinacional, onde também existe uma pequena e anacrónica

* Universidade da Califórnia, Berkeley.

bolsa de britânicos há muito fora do seu país. Um bom cenário para se encontrar uma luta social concreta sobre o futuro é o das disputas em torno da educação das crianças. Tanto as disputas actuais por causa da *Oporto British School*, como as relações da OBS com a nova escola internacional representam essas lutas.

«Ser-se britânico no comércio do vinho do Porto» é uma luta ininterrupta, variável, secular e perpétua. Esta luta tem lugar no contexto político-económico e nas relações sociais que mantiveram as famílias britânicas no Porto e que conferem premissa aos seus esforços para se manterem (tanto britânicos como no Porto). As relações político-económicas estão a mudar. Colocando a questão claramente, esta transformação implica uma mudança na pequena produção de vinho do Porto por estrangeiros residentes em Portugal, organizados em firmas familiares, para a abertura do país – depois da revolução de 1974 – ao influxo do capital multinacional que, entre outras coisas, comprou muitas das firmas de vinho do Porto. Juntamente com esta transformação, deram-se mudanças nas especificidades dos velhos conflitos em que estão implantadas as identidades nacionais e de classe. Os britânicos, agindo em nome de identidades em conflito, lutam entre si pelas trajetórias da identidade do enclave, necessárias para produzir, confirmar e sustentar a sua identidade pessoal. Tentarei esboçar os interesses heterogêneos que caracterizam diversas formas de associar versões da identidade da comunidade britânica por pessoas que ocupam diferentes posições no enclave. Depois, tornar-se-á possível tratarmos das suas lutas em termos de conflitos de interesses nas trajetórias futuras, tanto para as pessoas, como para o enclave: a educação escolar, que aqui será examinada, é, talvez, a mais intensa arena para tais conflitos.

1. O CONTEXTO

Os primeiros britânicos que procuraram vinho em Portugal foram viajantes que se aventuraram fora da Inglaterra para negociar com tudo o que estivesse disponível. Mais tarde, foram mercadores que vieram viver para Portugal de forma a, ano após ano, conseguirem adquirir as quantidades necessárias de vinho do Porto de qualidade suficientemente boa aos ricos proprietários e/ou aos pequenos agricultores do Douro, mas que também compravam e vendiam outras mercadorias¹. Ainda mais tarde (1790-1880), estabeleceram – numa efervescente e prolongada vaga de sociedades exportadoras – as casas de vinho do Porto que ainda perderam², tomaram dos agricultores o controlo da fermentação e da mistura do vinho

¹ Incluindo o crédito. Ver DUGUID, Paul, *Speculations on change: An Anglo-Portuguese relation*, trabalho apresentado na conferência «The Anglo-Portuguese Alliance in History (1373-1993)», Cambridge, G.B., Setembro, 1993.

² Por volta de 1950, ver ROBERTSON, George, *Port*, London, Faber & Faber, 1987.

e, desta forma (simultaneamente com a aprovação dos seus consumidores de classe alta na Grã-Bretanha), expandiram e consolidaram as suas posições como fornecedores de uma mercadoria-elite produzida, vendida e bebida por cavalheiros. Em suma, a mudança no tipo de envolvimento britânico no comércio forneceu às famílias britânicas no Porto bases cada vez mais sólidas para a construção a posteriori de uma história nobre e harmoniosa, a história de uma comunidade dedicada a um só empreendimento-elite. A comunidade britânica do Porto viu, assim, aumentada a legitimidade das «old port families» (famílias tradicionalmente ligadas ao vinho do Porto) para definir as tradições, uma alma ou um espírito para o enclave (de acordo com a expressão do chefe de uma dessas famílias) e os privilégios inerentes³.

Outra mudança muito significativa ocorrida no comércio do vinho do Porto a partir de meados dos anos 60 (ver Bradford), e que se acentuou depois da revolução de 1974, foi a venda das firmas familiares (tanto portuguesas como britânicas) às companhias multinacionais, britânicas (por exemplo, a Harvey ou a IDV), francesas, canadianas-americanas (Seagrams) e portuguesas (SOGRAPE). Nem todas as antigas firmas caíram nas mãos de companhias multinacionais havendo, evidentemente, excepções, nomeadamente a Churchill Graham (nova), a Wiese & Krohn e o grupo Symington que, neste momento, é o único caso de família multigeracional a deter uma companhia.

Actualmente, o vinho do Porto (e o seu papel central nas histórias presentes) confere ao enclave britânico do Porto um estilo único que o distingue dos outros enclaves britânicos no mundo e de outros agrupamentos de britânicos – igualmente antigos, mas menos homogêneos –, como o de Lisboa. Entretanto, o poder económico e político das famílias britânicas com participação nas firmas de Gaia diminuiu⁴. No entanto, na outra margem do rio, em frente a Vila Nova de Gaia, na Igreja Anglicana de St. James, no *Oporto Cricket & Lawn Tennis Club* e na *Oporto British School*, isso é menos óbvio, menos claro do que poderia ser. No enclave, há uma considerável ignorância relativamente a quem detém e dirige o comércio de vinho do Porto (por exemplo, num encontro da *Church Ladies Guild* – o grupo feminino da Igreja – discutiu-se se uma das maiores firmas estava nas mãos de britânicos ou de portugueses). O passado assume importância como pilar da comunidade e a sua hipotética singularidade tem, para eles, talvez mais significado que no

³ As firmas do Porto também estão a actuar com razoável (e crescente) sucesso sob a forma de cartel. Falam como uma só voz nos jornais, calam as suas diferenças e distanciam-se das suas relações competitivas quando conversam com visitantes.

⁴ Apesar de, nos últimos anos, ter atingido o maior valor de sempre em volume e em lucros, o facto é que, depois da revolução, o vinho do Porto decaiu de 5 para cerca de 2% do comércio externo português, à medida que as barreiras ao investimento estrangeiro foram sendo removidas e que uma grande variedade de indústrias se mudou para Portugal, tornando-se um forte contributo para a balança comercial externa portuguesa.

passado, enquanto recurso de legitimação dos seus privilégios. De muitas formas, o núcleo da elite, ainda centrado no vinho do Porto, ainda o âmago da «colónia» britânica, reivindica com convicção os seus privilégios de «fundador», embora sem os recursos que, há setenta anos, garantiam a sua posição.

Nestas circunstâncias, tornar-se-ia mais fácil imaginar a forma de luta entre a cultura de classe nacional da classe média-alta britânica e os portugueses, que iria terminar – e brevemente – com o desfalecer do enclave britânico do Porto, quer pela repatriação dos britânicos para «casa» – tal como eles continuam a referir-se a Inglaterra – quer pela desanglo-saxonização, assunto estranhamente tratado pelo sociólogo australiano J. P. Bailey, quando escreve sobre os britânicos na Argentina⁵.

Com efeito, o decrescente significado do comércio de vinho do Porto (num esquema de maior escala e numa base económica) para as famílias que nele negociavam levou, em parte, a uma abertura das instituições da colónia britânica, especialmente da *Oporto British School* (OBS) e do *Club*, anteriormente vedados a sócios portugueses. Neste momento, estas instituições não conseguiriam sobreviver sem a preponderância dos sócios (contribuintes) portugueses. No entanto, há lutas constantes pela manutenção destas instituições em mãos britânicas.

Mas não em quaisquer mãos britânicas. Mais do que um rápido desfalecer da sua presença no Porto, a partir de Abril de 1974, a comunidade britânica viu a sua composição alterada. Esta comunidade é diferenciada em vários grupos hierarquicamente organizados, cujos conflitos giram em torno dos diferentes interesses das antigas famílias do vinho do Porto (a sua longa estadia no Porto e as suas reivindicações como fundadores do clube, escola, hospital, consulado, casa da feitoria e igreja, assim como das firmas do vinho do Porto) e dos novos administradores das companhias e as suas famílias, que supervisionam as empresas multinacionais – britânicas e outras – com ramificações no Norte de Portugal. Com efeito, a questão mais importante relativamente à comunidade britânica no Porto pode muito bem não estar ligada ao facto desta comunidade estar a desaparecer, mas, antes, com o facto de, no futuro próximo, ela continuar a ser uma antiga e singular comunidade de exportadores de vinho do Porto que, de forma simpática, ofereceu as boas-vindas⁶ aos administradores contratados por três anos, durante a sua «curta estadia» como visitantes de passagem – simpática, enquanto os visi-

⁵ A dissertação de doutoramento de Bailey (Department of Sociology, University of Surrey, 1976) tinha por título *The British community in Argentina*. Philip D. Curtin (*Cross-cultural trade in world history*, Cambridge, GB, Cambridge University Press, 1984) defende que o comércio transcultural irá eventualmente ser assimilado, à medida que os comerciantes regressem ou se aculturem.

⁶ TANNER, R. E. S., *European leadership in small communities in Tanganyika prior to independence: A study of conflicting social and political interracial roles*, «Race», VII (3), Jan. 1966, p. 289-302. Noutro artigo, Tanner aponta que «o autor viveu, de 1945 até 1960, em pequenas comunidades europeias

tantes não tentarem quebrar ou alterar a ordem das coisas. Ou estará a comunidade a tornar-se um lugar de passagem transitório, de administradores de várias indústrias, onde falhar é não conseguir avançar rapidamente para um lugar mais prestigiado, num país economicamente mais poderoso; uma comunidade com uma interessante vitalidade de origem, mas já não activa, no comércio de vinho do Porto dos últimos séculos⁷.

Não há aqui espaço para expor as considerações que me levaram a caracterizar a luta político-económica como sendo a que se desenrola entre os modos de produção e de vida social, coloniais e pós-coloniais. Contudo, muito brevemente: o trabalho de S. Sideri trata detalhadamente da relação colonial informal de Portugal com a Grã-Bretanha durante os séculos XVIII e XIX⁸. Este estudo mostra que o comércio do vinho do Porto foi crucial para os interesses do governo britânico na exploração informal e indirecta, em Portugal e nas suas colónias. Em contraste, as relações de nacionalidade entre portugueses e britânicos – enquanto participantes no comércio e para além disso – estão, no presente, ordenadas de uma forma que, com alguma justificação, poderia ser chamada «enclave pós-colonial», no qual as relações coloniais vão passando por transformações, à medida que o modo de vida do Porto parece englobar cada vez mais cargos com a duração de três anos, ocupados por administradores das companhias multinacionais interessados na migração transnacional⁹.

na Birmânia e em Tanganica e ficou perplexo não só com a semelhança dos padrões de comportamento nestes dois países tão separados mas, também, com a semelhança histórica entre comunidades tão modernas e comunidades europeias na Índia e na Birmânia descritas em trabalhos autobiográficos e de ficção de 1860 em diante». O autor cita Kinkaid: KINKAID, Dennis, *British social life in India, 1608-1937*, Londres, Routledge & Sons, Ltd., [1939]; *Conflict within small European communities in Tanganyca*, «Human Organization», 23 (4), Inverno, 1964. Existem enormes diferenças entre as comunidades, os seus objectivos, actividades, fontes de legitimação e trajectórias em relação com a história do imperialismo global. Simultaneamente, muitos dos aspectos da vida social descritos por Tanner são surpreendentemente semelhantes. Tentar compreender o que se está a passar aqui é um problema que merece trabalho adicional.

⁷ Diz Stuart Hall: «A identidade significa sempre produzir no futuro uma narrativa do passado», acrescentando de seguida, «o mesmo é dizer que o que está em causa é sempre a narrativa, as histórias que as culturas contam a si próprias sobre quem são e de onde vêm» (HALL, Stuart, *Negotiating Caribbean identities*, «New Left Review», 209, Jan.-Fev. 1995, pp. 5). A questão que se põe é saber o que, neste caso, é importante. Mas, ao qualificá-lo, parece-me que ele limita a uma «narrativa» o que, no Porto, eu vejo como relações entre a organização e o controlo social e político-económico do enclave e os tipos de identidades em nome das quais as pessoas podem (vão poder) actuar. Hall refere-se especificamente à identidade como identidade cultural, também no caso das Caraíbas – sem dúvida, uma comunidade imaginada; ambas são diferentes do projecto presente e cada uma delas pode contribuir para as diferenças (*idem*, p. 1-14).

⁸ SIDERI, S., *Trade & Power: Informal colonialism in Anglo-Portuguese relations*, Roterdão, Rotterdam University Press, 1970.

⁹ Cf. Breckenridge e van der Veer, na introdução ao seu livro, *Orientalism and the postcolonial predicament*, Filadélfia, U Penn Press, 1993, p. 1: «Podemos consequentemente falar do período pós-

2. SER-SE BRITÂNICO NO PORTO

Como é que este enclave se manteve como enclave? As exclusões e concessões relativamente aos que «não conseguem ser britânicos no Porto» são fulcrais para o processo. Como é que as pessoas conseguem ser britânicas no Porto? Onde vão buscar os recursos de anglicidade implicados na primeira questão? Será que conseguem, de facto «ser britânicas»? De si próprias dizem, provocando reacções previsíveis dos visitantes britânicos, que são «mais britânicas que os britânicos»¹⁰. Ora, isto não é claramente a mesma coisa que ser britânico. Já noutro lugar me debrucei mais detalhadamente sobre estas questões (Lave, no prelo). Aqui gostaria de focar a questão das implicações das lutas comunitárias sobre o futuro das identidades da comunidade e das identidades pessoais, à medida que os britânicos e portugueses que participam nas instituições sociais do enclave britânico se posicionam a si próprios relativamente aos conflitos e interesses coloniais e pós-coloniais.

Os descendentes da diáspora britânica do comércio de vinho do Porto não são mais do que uma pequena parte da actual comunidade britânica do Porto. Contudo, essa diáspora de comércio é, de muitas formas, responsável pelo facto desta comunidade ter uma identidade colectiva com maior vitalidade, mais romântica e distintiva que as antecedentes, que muitas das outras comunidades britânicas nos antípodas reclamam como suas. O Porto é a mais antiga feitoria bri-

-colonial como um modelo para a caracterização da segunda metade do século XX. O termo «pós-colonial» coloca a importância no «pós-guerra», tornando-o um marco histórico para os últimos cinquenta anos... Chamar a isto pós-colonial é... chamar a nossa atenção para a relação entre colonialismo e nacionalismo nas políticas de cultura nas sociedades dos ex-colonizadores e dos ex-colonizados». No presente contexto, tenho em mente o que parece uma resposta comum dos colonizadores ainda existentes que, destituídos das suas posições colonizantes, se transferem para companhias que, cada vez mais, substituem as exploradoras economias políticas do colonialismo pelas exploradoras políticas económicas do empresariado multinacional.

¹⁰ Stuart Hall (*ibidem*, p. 7) insiste que «... não devemos esquecer que o conservadorismo caracterizou tanto as culturas colonizadoras, como as colonizadas. Já que, se olharmos para as *Little Englands*, as *Little Spains* e as *Little Frances* que foram criadas pelos colonizadores, se considerarmos este tipo de réplica fossilizada, com o costumado atraso da cultura colonial – as pessoas são sempre mais vitorianas quando tomam chá nos Himalaias do que quando o fazem em Leamington – vemos que estes estavam a tentar manter viva a memória das suas próprias casas e terras natais e tradições e costumes». No Porto, além disso, as famílias ligadas ao comércio do vinho do Porto sentem que têm (tinham) um papel importante na produção da cultura britânica – tudo o que rodeia o consumo de vinho do Porto. Elas não sofreram a violenta ruptura que Hall aponta como importante para as relações históricas dos colonizados; elas «mantiveram-se» – mas mas não está definido de que é que se mantiveram depois... Os britânicos do Porto não são como «as pessoas das Caraíbas, de todos os tipos, de todas as classes e posições, [que] experienciam a questão de se posicionarem a si próprias numa identidade cultural como um enigma, como um problema, como uma questão aberta». Isto porque a identidade nacional/de classe não está em questão. Ela é assinada, selada e consumada. Conseguir a sua permanente ratificação é um problema constante na existência do enclave.

tânica na Europa e a única existente hoje em dia. Durante séculos, este enclave foi responsável – segundo eles próprios, ou outros por si, dizem – pela produção de uma notável mercadoria-elite.

As reivindicações sobre a distinção da comunidade são um forte argumento para a distinção das identidades. Neste caso, elas têm alguma relação com as miragens do império, as classes sociais privilegiadas, o *Porto vintage* (com charutos e sem «ladies»). As reivindicações para a distinção emergem nas exigências das trajectórias de vida para um certo tipo de dama e de «cavalheiro de negócios». Existe prova concreta para tais reivindicações nos edifícios de comércio do vinho do Porto erigidos entre 1790 e 1840. A Casa da Feitoria, as casas de vinho do Porto, a igreja, o cemitério e o consulado têm, agora, um certo impacto persuasor nos argumentos sobre o valor do passado e as suas relações com as futuras transformações económicas/culturais. Os edifícios, os painéis publicitários, a concentração das casas de vinho do Porto em Gaia, todos evidenciam a reivindicação de distinção, tal como o fazem, ironicamente, os esforços publicitários das companhias multinacionais que, em Gaia, enfunam bandeiras ao longo das margens do rio, proclamando a venerável idade das antigas (frequentemente britânicas) empresas familiares de vinho do Porto. Em suma, a comunidade britânica é um enclave que seria organizado de forma bastante diferente se não fosse britânico ou se não estivesse profundamente associado ao comércio de vinho do Porto.

3. AS LUTAS PELA IDENTIDADE DA COMUNIDADE E OS FUTUROS

As famílias inglesas do vinho do Porto cresceram britânicas, bem de acordo com o estilo colonial difundido pelo império. Lutam agora para manter o seu tipo de vida e o significado que atribuem ao enclave. Outros participantes têm uma variedade de diferentes interesses. As mudanças são muito importantes para os membros do enclave, porque toda a gente tem aspirações nos futuros dos seus filhos. Muitas vezes, então, as escolas devem ser entendidas como locais-chave, nos quais as lutas que enformam todos os aspectos da existência social emergem dos debates activos sobre os imperativos das trajectórias das crianças (identidades em formação). Algumas destas lutas podem vislumbrar-se em dois eventos na Primavera de 1994 e em excertos da brochura de uma nova escola que se considera a si própria como uma rival da OBS.

1. Segundo o novo director, tinha havido uma difícil e inesperada discussão na *Annual General Meeting* (Reunião Geral Anual) – AGM – da *Oporto British School* (realizada no Club), onde os pais dos estudantes da *School* e o *School Governing Committee* (Conselho Directivo) tinham discutido sobre – e, depois, votado contra – a proposta do director para mudar o nome de *Oporto British School* para *Oporto British International School*. Foi para ele uma surpresa, para ele, o calor

gerado por esta pequena mas, obviamente, apropriada mudança que deveria reflectir a modificação da composição do corpo estudantil e as novas prioridades da escola, uma vez que tinha sido, finalmente, iniciado um curso chamado *Internacional Baccalaureate* (Bacharelato Internacional), recomendado há dez anos mas não implementado na altura.

2. Na AGM da *St. James Anglican Church* (realizada no *Club*, pouco tempo depois), deu-se um tenso debate entre os membros mais velhos das antigas famílias do vinho do Porto e o recentemente chegado administrador da feitoria britânica (tanto ele como a sua mulher cantavam no coro, os filhos acompanhavam-nos à missa e a família era visivelmente activa, responsável e desejava de tomar parte nas actividades da comunidade) sobre a mudança do altar e a alteração do serviço da igreja, tornando-o mais informal e a igreja mais acolhedora para as crianças. A opositora mais feroz, viúva do chefe de uma influente firma familiar, disse, finalmente: «Não quero que nada mude; lembro-me de como foi toda a minha vida e quero que assim se mantenha». Num domingo, umas semanas mais tarde, almocei no *Club* com essa senhora. Entre cumprimentos a outros frequentadores da igreja que também lá estavam a almoçar, depois da ida à igreja, esta senhora descreveu, iradamente, um desacordo que, nessa mesma manhã, tinha tido com a mesma pessoa, durante a hora da hospitalidade (a única igreja anglicana no mundo que, todos os domingos, depois do serviço religioso, serve vinho do Porto, como os seus membros gostam de frisar aos visitantes). A discussão tinha sido sobre se as crianças deviam ou não ser mandadas para colégios internos em Inglaterra, para serem educadas. O administrador tinha dito que nunca lhe passaria pela cabeça fazer isso aos seus filhos. A senhora exclamou com indignação: «Eu perguntei-lhe se ele conhecia ... [nome do colégio] e ele nem tinha ouvido falar dele. Eu não sou *snoob*! Mas toda a gente que não ouviu falar dessa escola muito simplesmente não está na minha lista!»

3. Uma brochura resplandecente, com gráficos elaborados e muitas fotografias a cores das crianças na *School*, tem o título CLIP: Colégio Luso-Internacional do Porto – isto é o que se lê, em português. Virando a brochura ao contrário, surge a versão inglesa, intitulada CLIP: *Oporto International School*. Algumas das suas pretensões parecem desafiar a OBS:

- a administração do CLIP é baseada num modelo democrático de tomada de decisões, tal como é exposto nos seus Estatutos. O CLIP reconhece o papel determinante dos pais, professores e estudantes no processo educativo;
- os métodos de ensino e os programas de estudo são definidos a partir do sistema educativo inglês, sendo dada cuidadosa atenção e consideração aos programas de trabalho existentes no actual sistema português;
- os pupilos do CLIP compartilham o amor pela aprendizagem e a capacidade intelectual necessários à consecução da excelência académica. No entanto,

diferem na maior parte dos aspectos. Oriundos de diferentes contextos nacionais e étnicos, e falando uma variedade de línguas, os pupilos do CLIP conferem ao Colégio a composição perfeita para o seu sucesso como escola internacional;

- os critérios de admissão incluem: (1.) todos os candidatos ao CLIP serão considerados independentemente da sua raça, religião, sexo, ou nacionalidade de origem; (4.) um sistema de sorteio será usado quando o número de candidatos chegados à *Standard Commission* (Comissão de Critérios) exceder o número de vagas existentes; (6.) o conhecimento prévio da língua inglesa, embora preferencial, não é uma condição para admissão.

No primeiro exemplo, a discussão é gerada por conflitos profundamente relacionados e que se intersectam. O segundo excerto indica como é que a escola é envolvida nas lutas em progresso sobre ser-se inglês no Porto. O terceiro é uma série de citações da brochura publicada pelo Colégio Luso-Internacional do Porto (CLIP). Esta última é uma escola internacional de língua inglesa, patrocinada por portugueses e que abriu há três anos com uma direcção anglo-portuguesa, anteriormente assegurada pelo *Cambridge High & Latin*, de Cambridge, MA. Foi iniciada em oposição à prática de exclusão de portugueses da OBS. Ambos os conflitos iriam provocar reacções imediatas à sugestão de que a OBS deveria incluir a palavra «internacional» no seu nome. Os conflitos na e sobre a escola reflectem (talvez mais claramente que nas outras disposições institucionais) as correntes cruzadas da globalização político-económica – e cultural – sobre as quais está baseado o enclave britânico do Porto, em todos os aspectos da sua existência quotidiana. A OBS, à data da sua fundação, em 1894, estava tão embebida nas relações de império como as práticas mercantis dos comerciantes de vinho do Porto¹¹. No geral, o conteúdo da instrução escolar não parece especialmente

¹¹ MANGAN, J. A., ed., «*Benefits bestowed?*: Education and British imperialism, Manchester, MU Press, 1988. Mangan aponta que, no geral, os historiadores do império não tocam na educação, nem os historiadores da educação no imperialismo, e introduz o livro com a proposta: «Há um facto que emerge com grande força destas tentativas – a estreita e contínua associação entre o imperialismo britânico e o sistema das «public schools»» (p. 6). A rede de escolas preparatórias privadas, das quais a OBS seria um exemplo, é «uma tardia manifestação vitoriana. A sua razão de existir deve ser encontrada principalmente na expansão do sistema das «public schools», na segunda metade do século XIX. À medida que este foi crescendo, foram também crescendo as «escolas preparatórias», que «alimentavam» as «public schools»... e ensinavam o credo do director pelo rei e pelo país» (p. 13). As escolas preparatórias eram uma forma de socialização para as «public schools» e a socialização mais tardia dos rapazes da classe média-alta para os ramos civis e militares da expansão imperial, através de uma dura disciplina, do estudo dos clássicos, do treino religioso (onde abundavam as metáforas sobre críquete, sendo, por exemplo, a trindade explicada aos rapazes como 3 stumps, 1 wicket, e Deus, Rainha, império e dever). Foi-lhes ensinado, através de jogos organizados, o mapa vermelho do mundo, a gloriosa história do império, organizado num sistema perfeito (os miúdos de 12 ou 13 anos gostam mais de comissários distritais em vastos postos avançados), assim como os acontecimentos após 1860. Foi-lhes inculcido o chauvinismo, o racismo e a

anacrónico; são as intenções dos pais e o efeito sobre as crianças do facto de serem transferidas das suas famílias para as instituições que, tradicionalmente, têm substituído as raízes individuais na família por fidelidades à velha escola, de um tipo abstractamente mais nacionalista¹², como o das escolas internas em Inglaterra, que expressam sobretudo as preocupações peculiares sobre as trajetórias de vida dos membros das antigas famílias do vinho do Porto.

As «antigas famílias ligadas ao comércio do vinho do Porto» vêm a escola como uma preparação para as crianças que, a partir dos 13 anos, irão frequentar as «public schools», em Inglaterra. Os chefes das famílias mais recentes são, muitas vezes, administradores das firmas multinacionais com ramificações em Portugal, que vêm para o Porto com um contrato de três anos e que antecipam uma existência peripatética. Estas famílias são a favor de uma escola completamente internacional, com um curso de *International Baccalaureate* disponível em todo o mundo. As famílias portuguesas que, ansiosamente, mandam as suas crianças para a escola e sem cujo suporte financeiro esta deixaria de existir desejam uma primorosa educação britânica para os seus filhos, tendo que decidir sobre qual das versões melhor serve as suas necessidades.

Com efeito, o *International Baccalaureate* é um curso destinado à obtenção do diploma de liceu, com um programa de supervisão internacional para garantir a sua homologação em escolas específicas, que tem as suas origens não em Inglaterra mas no centro da neutralidade capitalista, a Suíça. A intenção é tornar possível um *curriculum* contínuo, com um ritmo coordenado, ministrado por escolas secundárias em todo o mundo, tornando, conseqüentemente, possível a migração transnacional das famílias administradoras de companhias multinacionais, assegurando uma única trajetória educacional para as suas crianças, sem terem que as mandar para um colégio interno na metrópole. Trata-se de um programa em língua inglesa e, em grande parte, construído segundo as tradições educacionais britânicas. No entanto, a língua inglesa é a utilizada, única e exclusivamente porque a linguagem global dos negócios é o inglês e não devido a uma atenuada conexão com as relações de império anteriores à Segunda Guerra Mundial.

intolerância (MANGAN, *The games ethic and imperialism*, p. 26). «O seu etnocentrismo aplicado ao Continente assim como aos cafres» [«Kaffirs» no original (p. 27)]. No virar do século, esperava-se que os rapazes se tornassem «exemplos do Cristianismo Musculado (p. 68) – existe o poema de um director, chamado «O rapaz feminino» (que não gosta de jogar críquete e que devia ser espancado), sublinhando o carácter sexuado da questão. A colónia comerciante do Porto não era uma arma ou projecto directo da política governamental britânica. Em muitos aspectos, os filhos das famílias do vinho do Porto devem ter-se sentido em casa nas «public schools» para onde eram mandados, na Grã-Bretanha; noutros casos, sendo óbvio que não faziam parte do grande projecto de império, eles podem ter-se sentido desinteressantes; e podem muito bem também ter experimentado o «elitismo anti-comércio» das «public schools» (Mangan, *o. c.*, p. 30). Eles parecem, até hoje, ter absorvido o seu pro-«atleticismo»/anti-«intelectualismo gálico», p. 48.

¹² Chego esta reflexão graças a Peter Gow, antropólogo da Universidade de Manchester.

Esta descrição do programa do *International Baccalaureate* é da minha autoria – não é exactamente a mesma que figura nos debates da OBS: o Director, cujo objectivo em 1993-94 foi o de construir uma escola de alta qualidade e cujas prioridades dizem respeito a este projecto profissional, mais do que à inserção do curso nas lutas políticas locais, argumentou que o IB ofereceu um plano educacional de alto nível, do qual os estudantes da OBS poderiam beneficiar grandemente, sendo essa uma forma de expandir a escola para um curso de liceu completo (sem ter que começar do zero ou inventá-lo eles próprios) e a única maneira de cultivar uma reputação de excelência profissional para a escola.

São necessários recursos para construir um tal programa. As discussões põem em causa se o emprego de recursos neste projecto não vai afastá-lo da escola júnior, que prepara as crianças da escola primária para fazerem o *Common Entrance Exam* (Exame de Admissão) para as «public schools» britânicas. As antigas famílias do vinho do Porto fazem questão que a escola continue a desempenhar este papel e opuseram-se ao programa do IB. O programa foi instituído há três anos, mas a sua continuidade mantém-se um assunto de conflito, ainda não resolvido.

O programa do IB está de acordo com os interesses dos vários clientes da *School*, além dos das famílias de administradores contratados. Iria, também, ao encontro das necessidades das famílias britânicas que não têm os meios ou a vontade de mandar as suas crianças para Inglaterra (por exemplo, várias famílias de missionários e professores). E, para as famílias portuguesas que mandaram os seus filhos para a escola primária na OBS, evitaria os incomensuráveis «curricula» e as diferenças organizacionais que as suas crianças enfrentam quando mudam para o sistema escolar português. A OBS, enquanto escola preparatória paga, publicou uma clara visão das trajectórias correctas para a educação de rapazes, mas não existem objectivos claros comparáveis estabelecidos para a educação das raparigas. Consequentemente, as discussões sobre a admissão de raparigas e de outras nacionalidades, especialmente portuguesa, têm sido expressas em termos de favores a esses clientes e, por seu turno, estes só podem lutar para serem incluídos e conseguir que os seus desejos ascendam a preocupações igualmente importantes e legítimas. Os conflitos acima descritos não são disputados em nome de questões de género¹³. Eles envolvem as pessoas em discussões sobre se a OBS deve supor-

¹³ O espectáculo maratona de êxitos dos 100 anos da OBS (e da comunidade do vinho do Porto), apresentado por crianças e adultos do enclave durante as celebrações do centenário da escola, em Junho de 1994, foi notável pela sua centralidade no vinho do Porto – e nos britânicos – com um aceno superficial para a história portuguesa, pela sua música popular – principalmente americana (com um aplauso muito caloroso para os Beatles e uma ovação em pé para a imitação de Frank Sinatra) – e o comentário singularmente zombeteiro feito por dois pais das famílias de vinho do Porto, os MCs para a ocasião, relativamente à sátira feita pelas raparigas sêniores sobre Sylvia Pankhurst e o movimento sufragista.

tar as trajectórias de carácter e posicionamento de classe desses rapazes (e, sem uma evidente preocupação pública, das raparigas) que irão passar da adolescência à idade de jovens adultos enquanto viverem no Reino Unido.

No extremo oposto da Foz fica o CLIP, a outra escola de língua inglesa do Porto, situada no antigo – mas restaurado – terminal de eléctricos do Porto. Sob muitos aspectos, parece ter sido concebida em oposição à OBS. O projecto começou com o esforço de um antigo director da OBS, em colaboração com um grupo de pais holandeses e escandinavos. A liderança do projecto foi quase imediatamente assumida por um rico e influente comerciante do Porto. O carácter oposicional do CLIP teve, certamente, parte das suas raízes na experiência do comerciante português ao mandar os seus filhos para a OBS. A exclusão dos pais portugueses das votações sobre os assuntos da escola, as reuniões de pais conduzidas exclusivamente em inglês, a visível hierarquia por nacionalidade entre os professores, etc., acabou por levá-lo a retirar os seus filhos da OBS e a concentrar os seus esforços na escola internacional que tem propinas mais baixas, promete uma escola auxiliar de línguas e, a breve trecho, um colégio associado à escola secundária. O CLIP paga aos seus professores salários mais altos e conseguiu atrair alguns professores da OBS. A directora tinha sido, anteriormente, directora da classe júnior na OBS e é mulher de um jovem executivo numa empresa de vinho do Porto. A escola dá muita importância a admissões que não excluem nacionalidades, à igualdade de pagamento e posição entre os professores, à igual oportunidade de participação para todos os pais e, acima de tudo, ao carácter equitativamente internacional (mais do que britânico) da escola.

Este conflito complexo ilustra as amplas implicações das relações entre as antigas famílias do vinho do Porto, os administradores contratados e as famílias portuguesas que têm interesses no enclave britânico. Num registo diferente, ilustra as implicações interligadas das mudanças em direcção às relações político-económicas das companhias multinacionais. Os britânicos fora da sua pátria são envolvidos neles de várias formas, estando empenhados em diferentes e variáveis relações com as famílias portuguesas integradas na *School* e no *Club*, elas próprias apanhadas em relações entre as diferenças político-económicas pré e pós-revolução, relações estas semelhantes às experimentadas pelos britânicos (e que têm origem comum nas economias globais em mudança).

É possível reiterar o assunto de uma outra forma, resumindo as lutas sobre as trajectórias educacionais: com o curso do IB, que o CLIP não tem e cuja licença provavelmente não conseguirá obter dada a proximidade do programa da OBS, a OBS tem a possibilidade de servir as famílias administradoras contratadas, sem depender da presença de um grande número de crianças portuguesas. Para isso tem que contar com as antigas famílias do vinho do Porto. Contudo, enquanto a hierarquia da OBS oferecer alguma garantia do valor de uma educação específica-

mente britânica para algumas famílias portuguesas, a sua presença está garantida, conferindo uma importante ratificação ao valor da cultura de classe britânica. Isto poderia subtilmente fortalecer a influência das antigas famílias do vinho do Porto relativamente aos administradores sob contrato¹⁴. A deserção massiva da OBS para o CLIP, quer por parte dos administradores contratados, quer pelas famílias portuguesas iria destruir a OBS. A afirmação de um carácter mais equitativamente internacional da escola desafia a legitimidade das reivindicações das antigas famílias do vinho do Porto à «sua» escola e a sua missão para só incidentalmente educar outras crianças que não as suas. O IB é necessário para manter um director de alta qualidade, e um director a favor do IB irá contribuir para o cada vez maior controlo internacional e igualitário da escola.

Parece que as antigas famílias têm que capitular e o enclave britânico tem que mudar a sua identidade como colónia de antigos mercadores de vinho do Porto. E, no entanto, a resistência (que poderá ser a arma dos fracos) é a arma por excelência dos ricos e dos conservadores: as famílias do vinho do Porto continuam a lutar para manter a *School* na sua antiga forma. A sua acção coordenada, até agora, tem surtido efeito. O chefe de uma família do vinho do Porto ofereceu recentemente um empréstimo de que a *School* necessitava desesperadamente, na condição de controlar as nomeações para o *School Governing Committee* durante os próximos anos. Uma relação mais profissional entre o *Committee* e as operações diárias da *School* enfrenta uma forte resistência. E por aí fora. Recentemente recebi uma carta de um amigo do Porto dizendo que o IB está outra vez em perigo, estando a decorrer uma discussão sobre a sua continuação.

A questão que aqui se coloca não é quem irá ganhar ou quem irá perder. Com todos os parcialmente descontínuos níveis ou arenas em que se desenrolam as transformações das relações dinâmicas, a noção de um resultado claro provavelmente não faz sentido. Ao fim e ao cabo, estas são lutas endémicas, vitalícias e determinantes ao longo da vida que, em parte, espelham os que nelas participam. Estas lutas devem afectar quem, no futuro, vai participar no comércio do vinho do Porto, relativamente à sua forma de participação, à opinião sobre o seu papel no comércio, sobre as identidades nacionais e as relações entre agricultores portugueses e britânicos, firmas e companhias multinacionais, e sobre a importância da continuidade e da tradição, não obstante esta ser inventada. Elas afectam as relações intergeracionais e levantam questões sobre se e em que termos as antigas famílias britânicas do vinho do Porto vão continuar a participar no comércio. E que mudanças irão emergir no comércio por causa das lutas da comunidade em contínua mudança e dos seus resultados.

¹⁴ Agradeço à Susan Shepler por este raciocínio.

Jan Willem Bennema *

A paz social na agricultura do Alto Douro

1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação baseia-se na minha tese de doutoramento sobre as relações sociais na agricultura do Alto Douro e sobre o comportamento político nessa região (Bennema 1992). Como parte das investigações para a tese, realizei trabalho de campo na aldeia de Soutelo do Douro nos anos de 1977-1978 e 1980.

Escolhi o Alto Douro por julgar que era uma região muito interessante mas pouco conhecida. Em especial, desejava saber mais sobre as explorações patronais agrícolas e sobre os que nelas trabalhavam: os patrões e o seu pessoal. Uma curta descrição geral do Alto Douro e das suas grandes quintas, de co-autoria do etnólogo Jorge Dias, despertou a minha curiosidade pela sociedade local em volta do vinho do Porto (Dias, Ribeiro e Teixeira 1949).

Da literatura depreendi que nunca se formara uma frente operária organizada no Alto Douro, ao contrário da região que era o centro das atenções desde 1974: o Alentejo. O caso do Alto Douro parecia contradizer a ideia corrente que o desenvolvimento de uma classe de assalariados conduz à consciência de classe, à agitação social, à organização dos trabalhadores e ao aumento do número de partidários da esquerda. É também por isso que escolhi o Alto Douro para as minhas investigações. Esta região de pedras lascadas, interessante em si, era também a pedra de toque da conhecida hipótese de que «a miséria social conduz à luta de classes». Para avaliar a hipótese optei pelo método comparativo, estudando semelhanças e diferenças entre o Alto Douro e o Alentejo.

O trabalho de campo numa comunidade aldeã parecia-me um bom recurso para conhecer de perto as relações de trabalho. Soutelo do Douro é uma aldeia

* Doutor em Antropologia.

especializada na produção de mosto para o vinho do Porto. Além disso, Soutelo não difere significativamente das outras aldeias quanto à estrutura agrária e ao comportamento político da maioria.

2. A PAZ SOCIAL ENTRE OS ASSALARIADOS AGRÍCOLAS

De acordo com fontes muito diversas (por exemplo o estudo de *A habitação rural na Região Demarcada do Douro*, publicações do Instituto do Vinho do Porto e da Casa do Douro, e o ciclo de novelas de Alves Redol¹) havia muitos pobres no Alto Douro e a distribuição da riqueza era muito desigual. Contudo, nunca houve um movimento operário e o voto, em geral, é conservador.

Em Soutelo, no tempo da Primeira República (1910-1926), morava um grupo relativamente influente de republicanos. Sob o regime da extrema-direita (o Estado Novo, 1926-1974), o grupo subsistiu sob o nome da *oposição*, e em 1974 a maioria dos seus membros aliou-se ao Partido Socialista. Esta corrente liberal em Soutelo compunha-se de duas grandes famílias, ligadas por casamentos desde cerca de 1880. Ainda hoje, todos os seus membros sabem que são aparentados mutuamente.

Quanto aos *pobres*² de Soutelo, no tempo do Estado Novo só alguns deles aliaram-se à oposição. Outros aderiram à Legião Portuguesa, a organização paramilitar da extrema-direita. A maioria, porém, não apoiava a oposição nem queria saber nada dos *legionários*, que temiam. Era a maioria silenciosa. Depois de 1974, os partidos situados à direita do PS ganharam nas eleições para a Assembleia Constituinte, a Assembleia da República e a Presidência da República. Nas eleições para as autarquias locais a maioria votou, nalguns lugares, por candidatos de esquerda. Estes, porém, não eram apoiados por razões ideológicas mas por causa das suas qualidades pessoais. Portanto, as linhas de clivagem entre correntes políticas não coincidem de modo nenhum com a distinção entre camadas sociais altas e baixas.

Como é que a paz social na agricultura e o voto conservador podem conciliar-se com a miséria social sublinhada por tantos autores?

Uma das hipóteses possíveis é a seguinte. Os assalariados agrícolas nunca foram muito conscientes das diferenças de riqueza e de poder, por exemplo porque muitos deles tinham uma atitude optimista quanto à possibilidade de melhorar a sua situação individual, comprando terra ou alcançando situação melhor como assalariados.

¹ Caldas 1943, Vizetelly 1947, Pereira 1954, Casa do Douro 1940, Redol 1974-75, Benkert 1960.

² Os *pobres* (um conceito relativo) é o termo frequentemente usado em Soutelo para designar os trabalhadores agrícolas, os pequenos lavradores, os artesãos e outros a quem se confere um status social similar.

Pelo contrário, também é possível que no Alto Douro exista uma nítida «noção de classe». Neste caso, a paz social entre os assalariados terá de ser explicada de outra maneira.

Qual das duas hipóteses é a certa? A ausência dum movimento operário e o predomínio da direita são um sinal de que a consciência de classes é fraca, ou será necessária outra interpretação? Nesta comunicação dou a minha resposta a esta pergunta, utilizando dados sobre Soutelo do Douro.

3. AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A DIVISÃO DA TERRA

A imagem duma região onde a maioria vivia em condições difíceis certamente não era falsa. Segundo se dizia em Soutelo, tinha existido «uma pobreza doida» até cerca de 1960 ou 1965. Nos anos quarenta, principalmente, o mercado de trabalho era muito desfavorável do ponto de vista dos assalariados. Existia uma grande reserva de trabalho humano barato.

A repartição da terra entre os homens era muito desigual. Em 1965, metade da colheita de uvas para o vinho do Porto em Soutelo provinha de uma minoria de 5% dos produtores. Só a quarta parte dos produtores de uvas possuía mais de 0,3 hectares de vinha, constituída por terra própria ou arrendada.

Nas décadas de sessenta e setenta deu-se uma mudança bastante grande no mercado de trabalho, a favor dos assalariados. A reserva de trabalho humano barato diminuiu significativamente.

Simultaneamente, a desigualdade na divisão da terra em Soutelo decresceu um pouco. A minoria que fornecia metade da colheita de uvas para o vinho do Porto aumentou de 5% dos produtores em 1965 para 11% dos produtores em 1980. O número dos que possuíam mais de 0,3 hectares de vinha cresceu de 25% até 55% dos produtores. Contudo, ainda em 1980 dois quintos dos assalariados não tinham nem arrendavam prédios agrícolas.

O número de assalariados agrícolas era elevado. De acordo com o recenseamento que fiz em 1980, 45,5% da população activa agrícola de Soutelo consistia nos trabalhadores oficialmente chamados de *assalariados eventuais* ou *temporários*, que só tinham tarefas executivas e que eram pagos à hora. Os outros assalariados (feitores, caseiros, criados) representavam 7% da população activa agrícola. A percentagem dos assalariados eventuais era tão alta como no Alentejo, a julgar pelos valores dados por Afonso de Barros.³

³ Este autor corrigiu, para o caso do Alentejo, os valores revelados pelo Recenseamento de 1970. O peso dos trabalhadores assalariados foi sobrestimado no Recenseamento. Atendendo à correcção, os assalariados eventuais representavam 43% da população activa agrícola do Alentejo. Os outros assalariados, que disfrutavam de situação melhor, representavam 19% da mesma população (Barros 1979: 33-35, 75-76).

4. A EXISTÊNCIA OU AUSÊNCIA DE CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Embora não se conceba uma luta de classes no Alto Douro, fiquei sabendo mais de conflitos de trabalho em Soutelo do que tinha pensado no início. Desde sempre, as relações de trabalho em Soutelo dão motivos para muitas queixas.

No tempo do meu trabalho de campo, os patrões queixavam-se mais do que os assalariados, o que é compreensível em vista da mudança no mercado de trabalho. Segundo uma das queixas, os trabalhadores muitas vezes não chegavam na hora certa e às vezes nem apareciam. O salário era um outro motivo de irritação, e alguns dos patrões escandalizavam-se dos trabalhadores masculinos que exigiam vinho para beber durante o trabalho.

Os informantes que faziam comentários críticos sobre patrões pertenciam a camadas sociais diversas e diferiam nas suas preferências políticas. A maior parte dos exemplos dados por eles dizia respeito ao tempo, ainda recente, em que os salários eram muito baixos.

Uma das queixas era que o patrão nem sempre escolhia o trabalhador pelas suas capacidades. Alguns dos grandes proprietários só se interessavam por trabalhadores que trouxessem as suas próprias alfaias agrícolas. Eles próprios não tinham utensílios suficientes, e queriam adiar as compras de novos. Segundo a crítica de um homem que ao tempo fora um trabalhador capaz, alguns patrões favoreciam os seus compadres ou escolhiam as raparigas atraentes. Portanto, parte dos trabalhadores *andava por favor*.

Um dos meus informantes, nascido em 1906, indica como os grandes patrões de antigamente economizavam os custos de produção. O informante possui, tal como o seu pai antigamente, uma boa empresa familiar. No tempo da sua juventude, «os dias de trabalho duravam ainda mais do que *de sol a sol*. Os grandes proprietários davam de comer ao pessoal do modo seguinte: às nove da manhã uma tigela de sopa, ao meio-dia uma tigela de sopa e uma tigela de arroz, e ao anoitecer uma tigela de sopa. Ao preparar a sopa, não se usava azeite mas *borras de azeite*».

O meu informante acrescenta que tais situações ainda não pertencem inteiramente ao passado. Aliás, seria errado acusar este informante de preconceitos esquerdistas: ele desconfiava dos socialistas, e a sua atitude política bem pode ser descrita como «democrata-cristã».

Às vezes não se pagava pelo trabalho feito. Visto que o salário era calculado por dia e não por hora, o patrão ou o feitor podia mandar o pessoal para casa sem pagar, quando chovia e o trabalho era suspenso depois de umas horas só.

Em tempos de crise, muitos trabalhadores andavam de porta em porta à procura de trabalho. Por vezes eram recusados rudemente, por exemplo com as palavras: «Não quero os teus serviços, nem sequer de graça».

Evidentemente, as relações de trabalho são formas de cooperação, mas a cooperação não exclui a crítica mútua, o conflito ou o constrangimento. É evidente também que os trabalhadores agrícolas têm plena consciência de conflitos e tensões, e daquilo que na terminologia marxista é chamada a sua «posição de classe».

5. A IGREJA E A PAZ SOCIAL

A hipótese de que «a miséria social conduz à consciência de classe e, daí, a luta de classes» é realmente contrária ao caso do Alto Douro, razão por que tem que ser rejeitada. A consciência de classe não conduz necessariamente ao protesto organizado da massa de assalariados. No Alto Douro a maioria apoia a direita, por um motivo que nada tem que ver com a sua posição económica. Qual é esse motivo?

A minha interpretação (tratado em extenso em Bennema 1992) é que o comportamento político dominante no Alto Douro se explica por um factor cultural, a saber a influência da Igreja. Em Soutelo, o laço entre a Igreja e a maioria era ainda bastante forte, pelo menos em 1980. Cerca de dois quintos da população frequentavam a missa dominical. A influência da Igreja é um dado cultural ou ideológico que não se explica pela posição económica dos *pobres*. Esta influência é a chave para a compreensão do comportamento político. Nos anos setenta, a religiosidade (ou, pelo menos, o *church-mindedness*) impediu a massa de aderir às correntes esquerdistas. Pela mesma razão, a antiga corrente liberal do republicanismo era impopular.

A comparação com o Alentejo confirma esta conclusão. No Alentejo, só 10% ou 5% da população frequentava a missa dominical. As ideias anticlericais eram habituais entre os assalariados, tanto como entre os *proprietários* (pequenos patrões). Já muito antes da implantação da República em 1910 existia uma tradição de anticlericalismo no Alentejo. Por isso os assalariados desta região, ao contrário dos do Alto Douro, não se preocupavam muito com o elemento anticlerical do republicanismo e das ideologias mais à esquerda.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Afonso de – *A reforma agrária em Portugal. Das ocupações de terras à formação das novas unidades de produção*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1979.
- BENKERT, Rolf – *Parada do Bispo. Soziologische Gemeindestudie eines portugiesischen Weinbaudorfes*, Köln, Universität, 1960.

- BENNEMA, Jan Willem – *Port, kerk en arbeidsvrede. Economische en politieke verhoudingen in Alto Douro, Portugal* (Port Wine, the Church and Social Peace among Land-labourers), Nijmegen, 1992.
- CALDAS, Eugénio de Castro – *A habitação rural na Região Demarcada do Douro*, in BASTO, E. A. Lima; BARROS, Henrique de (dir.) – *Inquérito à habitação rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943.
- CORDEIRO, J. Alcino – «Anuário da Região Duriense», vol. I, Régua, Casa do Douro/Imprensa do Douro, 1940, p. 345-364.
- DIAS, Jorge; RIBEIRO, Orlando; TEIXEIRA, Carlos – *Minho, Trás-os-Montes, Haut Douro*, Livret guide du Congrès International de Géographie, Lisboa, 1949.
- PEREIRA, Mário Bernardes – *O cativo de algemas invisíveis*, Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1954.
- REDOL, António Alves – *Ciclo Port Wine*, 3ª ed., 3 vols., Lisboa, Publicações Europa-América, 1974-75.
- VIZETELLY, Henry – *No país do vinho do Porto* (Traduzido do Inglês. Prólogo de Mário Bernardes Pereira), Porto, Instituto do Vinho do Porto, 1947.

Convénio de colaboração

GEHVID ■ CERVIN ■ GIHCC*



Foto: Teresa Siza

Reunidos en la Universidad do Porto representantes de los seguites Grupos de Investigación:

- Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID) de la Universidad do Porto
 - Centre d'Études et Recherches du Vin (CERVIN) de la Université de Bordeaux III
 - Grupo de Investigación «Historia Contemporánea – Cádiz», de la Universidad de Cádiz
- acuerdan establecer un convenio de colaboración en la investigación sobre la Historia del Vino, a fin de concluir un proyecto común de estudio comparado sobre los vinos de Burdeos, vinos de Porto y vinos del marco del Jerez y Manzanilla de Sanlúcar.

Porto, 23 de Marzo de 1996

Por la Univ. de Porto

Prof. Doutor Gaspar M. Pereira
(Coord. del GEHVID)

Por la Univ. de Bordeaux III

Prof. Doutor Philippe Roudié
(Director del CERVIN)

Por la Univ. de Cádiz

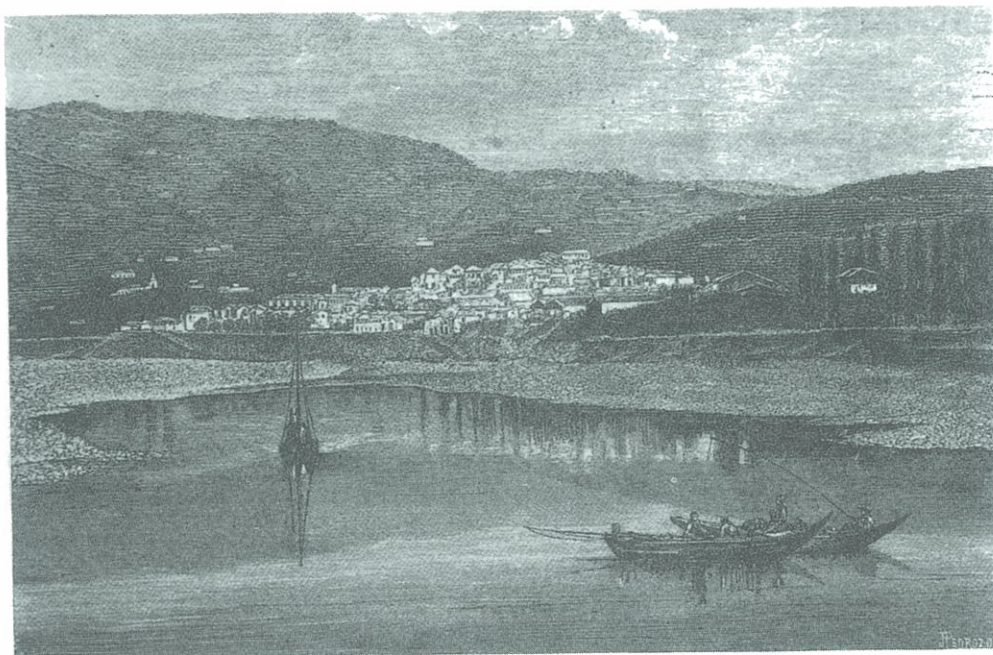
Prof. Doutor Alberto Ramos Santana
(Director del GIHCC)

■ Assinado na Quinta de S. Domingos, na Régua, no decurso do 1º Encontro Internacional «História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro».

Apoiaram a edição deste número da revista
DOURO – Estudos & Documentos

Instituto do Vinho do Porto
Reitoria da Universidade do Porto
Reitoria da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Câmara Municipal de Peso da Régua
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia
Casa do Douro
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Governo Civil do Porto
Governo Civil de Viseu
José Vanzeller de Serpa Pimentel
Quinta do Infantado
Ramos Pinto, Vinhos SA.
Sogrape / A. A. Ferreira
Wiese & Krohn



O Douro junto à Régua. Gravura: J. Pedrozo, ca. 1875.

Boletim de Assinatura a enviar ao GEHVID – Faculdade de Letras da Universidade do Porto • Apartado 1559 • 4150 PORTO Codex

DOURO Estudos & Documentos

Assinante individual (3.200\$00/2 números)

Nome:

Morada:

Tel: Fax: Profissão:

Instituição:

Assinante institucional (3.500\$00/2 números)

Nome:

Morada:

Tel: Fax: N° contribuinte:

N° de exemplares que deseja assinar:

Junto envio cheque nº do Banco
no valor de à ordem do Centro Leonardo Coimbra – Faculdade de Letras da
Universidade do Porto (GEHVID), para assinatura individual/institucional (riscar o que não interessa) dos
n°s a revista **DOURO – Estudos & Documentos**.

9



Grupo de Estudos de História
da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto